

MEMORIAL

**Um olhar inacabado do mundo.
Diversidade, complexidade e movimento**

Jorge Roberto Tavares de Lima

Recife, Pernambuco
2021

Jorge Roberto Tavares de Lima

MEMORIAL
APRESENTADO À UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA
O CONCURSO DE PROFESSOR
TITULAR DO DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO.

Recife, Pernambuco, Brasil

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

REITOR: Prof. Marcelo Brito Carneiro Leão

VICE-REITOR: Prof. Gabriel Rivas

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO: Profa. Maria do Socorro de Lima Oliveira

PRÓ-REITORA DE PESQUISA: Profa. Maria Madalena Pessoa Guerra

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Moises Melo Santana

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL E INCLUSÃO: Prof. Severino Mendes de Azevedo Júnior

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS: Profa. Patricia Gadelha Xavier Monteiro

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO: Mozart Alexandre Melo de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Prof. Carolina Guimarães Raposo

DEPARTAMENTO DE Educação DIRETORA: Profa. Maria do Rosário de Fátima Brandão Amorim.

MEMORIAL Jorge Roberto Tavares de Lima - Departamento de Educação.
Universidade Federal Rural de Pernambuco.

MEMORIAL APRESENTADO À
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO COMO PARTE DOS
REQUISITOS PARA O CONCURSO DE
PROFESSOR TITULAR DO
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO

Banca:

Professores da UFRPE (titular e suplente)

Prof. Dr. Ângelo Brás Fernandes Callou.

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/9224131416590265>

ID Lattes: **9224131416590265**

Última atualização do currículo em 02/04/2021

abcallou@gmail.com

(81) 999015436

Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2006). Possui pós-doutorado em História e Cinema, pela Universidade Nova de Lisboa (2017), doutorado em Ciências da Comunicação, área de concentração Jornalismo e Editoração, pela Universidade de São Paulo (1994), mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1986) e graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1980). Tem experiência na área de Comunicação, Agronomia e Pesca, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da comunicação, história e cinema, desenvolvimento local, extensão pesqueira e extensão rural.

Prof. Dr. Tales Wanderley Vital,

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9224131416590265>

ID Lattes: **9224131416590265**

Última atualização do currículo em 02/04/2021

talesvital@hotmail.com

(81) 8885.0651

Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1969), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (1977) e doutorado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1991). Pós doutorado em Comercio Agrícola Internacional pela Université de Paris 1 Panthéon Sorbonne (1997) e Pós doutorado em Desenvolvimento Territorial pela Université Pierre Mendés France – Grenoble H. (2008). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na áreas de Economia, com ênfase em Economia Agrícola, atuando principalmente nos seguintes temas: política públicas, agricultura familiar, agronegócio, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento regional

Professoras(es) Externos a UFRPE (Titulares):

Profa. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco,

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/8863899187043019>

ID Lattes: **8863899187043019**

Última atualização do currículo em 28/06/2020

soniaberga@yahoo.com ou sonia@feagri.unicamp.br

(19)98154.9708

Possui graduação em Agronomia pela Universidade de São Paulo (1969) e graduação em Economia pelo Instituto de Ensino de Marília (1972 - diploma registrado pela USP), mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (1976) e doutorado em Ciências pela UNESP (1974). Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (1980), especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sócioeconômico pela Wageningen University (1985), pós-doutorado pela École de Hautés Études em Sciences Sociales 1990/91. É professora titular da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Botucatu e pela Universidade Estadual de Campinas, atuando junto à Faculdade de Engenharia Agrícola na área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, também foi Professora Visitante Sênior da Universidade Federal de São Carlos - Campus Araras (2014-2017). Tem experiência nas áreas de Extensão Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento Rural Sustentável, Reforma Agrária e Assentamentos Rurais e avaliação de Políticas Públicas para Agricultura Familiar. É autora de mais de 16 livros, dentre eles "O que são Assentamentos Rurais?" da Coleção Primeiros Passo da Editora Brasiliense. Apresenta mais de 100 artigos publicados em periódicos com seletiva política editorial e mais de 35 capítulos de livros. Participou como assessora do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA-Brasil), do IICA, da FAO e do IFPRI, em trabalhos de formação de extensionistas, de avaliação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como de políticas de Crédito Rural e Políticas de Comercialização para a Agricultura Familiar.

Profa. Dra. Albenise de Oliveira Lima,

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/7796825725927994>

ID Lattes: **7796825725927994**

Última atualização do currículo em 10/04/2021

albenise.lima@unicap.br

[\(81\)99971.2759](tel:(81)99971.2759)

Possui doutorado em Saúde e Família pela Universidade de Deusto (1998). Coordenou o Curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco de 2008 até janeiro de 2014. Participou do Programa de Psicologia Clínica, Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica de Pernambuco, desde a sua fundação (1998) até 2017. Tem experiência docente desde 1975, atualmente é professor Titular, atuando na área de Psicologia, com ênfase em Família e Interação Social. Como pesquisadora dedica-se, principalmente, aos seguintes temas: vínculos familiares, dinâmica familiar, família em situações de risco e vulnerabilidade social e juventude e suas vicissitudes. Membro fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Juventudes (NEPEJ), vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco.

Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7796825725927994>

ID Lattes: **7796825725927994**

Última atualização do currículo em 10/04/2021

henrique.pereira.ufam@gmail.com

(92) 99984.1721

Professor titular da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas, no campus de Manaus onde atua desde 1985. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas (1984), mestrado em Biologia (Ecologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (1992) e doutorado em Ecologia pela The Pennsylvania State University (1999). Ex-superintendente estadual do Ibama para o estado do Amazonas (2003-2009). Professor do curso de graduação em agronomia e de licenciatura em ciência agrárias, dos cursos de mestrado e doutorado em Ciências do Ambiente e em Agronomia tropical e de mestrado profissional em ensino de ciências do ambiente na Ufam e do curso de mestrado profissional em gestão de áreas protegidas na Amazônia no Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia. É coordenador nacional da Rede de Estudos Ambientais dos Países de Língua portuguesa - REALP, desde 2018.. Ex-presidente (2017-2019) e atualmente secretário executivo da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (2019-2023). Membro da Academia Brasileira de Ciências Agrônômica desde 2020. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Agricultura Familiar, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas ambientais, gestão de áreas protegidas, sistema tradicionais de produção e de manejo de recursos de uso coletivo, adaptação de comunidades locais à mudança do clima.

Professor suplente

Prof. Dr. Ralquirio André Albuquerque Marinho da Costa,
endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4504677939464624>

ID Lattes: **4504677939464624**

Última atualização do currículo em 03/06/2021

Raucosta2@gmail.com

[+34.622.354574](tel:+34.622.354574)

Possui Graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela Universidade Federal de Pernambuco (1993), Graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco (1993), Mestrado em Oceanografia Biológica pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) e Doutorado em Ciencias Del Mar - Universidad de Barcelona (2002). Atualmente, é professor Titular da Universidade Federal do Pará, onde chefia o Laboratório de Plâncton e Cultivo de Microalgas. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental (Cursos de Mestrado e Doutorado) de set/2004 a jan/2010 e de outubro/2016 a setembro/2018. Realizou Pós-doutorado na Universidade de Sydney (USYD) durante o período de janeiro de 2010 a junho de 2011 (bolsista do CNPq) e no Instituto de Ciencias del Mar (ICM-CSIC, BCN) no período de outubro de 2014 a julho de 2016 (bolsista do CNPq). Realizou Estágio Sênior no Instituto de Ciencias del Mar (ICM-CSIC, BCN) no período de outubro de 2018 a julho de 2019 (bolsista do CAPES). Tem experiência na área de Oceanografia, com ênfase em Sistemática e Ecologia do Plâncton. É membro do Conselho Editorial da Universidade Federal do Pará e apresenta publicações relevantes em revistas internacionais (JEMBE, Journal of Coastal Research, Ecological Economics, ECSS, etc.) e nacionais (Anais da Academia Brasileira de Ciências, Brazilian Archives of Biology and Technology, Tropical Oceanography etc). Coordena(ou) e participa (ou) de alguns projetos com financiamento do CNPq, CAPES, FINEP, FAPESPA e Petrobras e tem atuado como membro de corpo editorial e como revisor de revistas científicas nacionais e internacionais de ampla circulação.

Recife, maio de 2021

Conteúdo

Falas camponesas:	1
Palavras Iniciais	2
Diversidades I. O início dos caminhos	13
1.1 Sou matuto.....	13
1.2 Digressão I: A reorganização do mundo (período 1946 - 1964)	21
Diversidades II. Viver a cidade com os pés no rural	32
2.1 Recife e o curso de Agronomia.....	32
2.1.1 A cidade grande	32
2.1.2 O curso de Agronomia.....	35
2.2 Esportes universitários	42
2.3 Digressão II: Tempo duro, apagaram a luz, com fuzil nas mãos (período 1964 – 1980).....	45
Diversidades III. Do cooperativismo à Agroecologia e suas interfaces	50
3.1 Cooperativismo e extensão.....	50
3.2 ASSOCENE	52
3.3 Campesinato	67
3.4 Voltando a UFRPE.....	70
3.5 Livros e seminários	75
3.6 FASER e a Extensão Rural	80
3.7 Digressão III. Modernidades tecnológica e atraso nos valores e na ética (período 1971 – 2020)	84
Diversidades IV. Projetos de ação cultural e de formação	91
4.1 Projeto MUDAR	94
4.2 Sistemas agroflorestais -Pronera	97
4.3 REATA.....	102
4.4 Olimpíada da Juventude	108
4.5 Formação da juventude em agroecologia.....	116
4.6 Digressão IV: Viver com alegria... atrás dos blocos.....	120
Diversidades V. Textos para continuar discutindo	124
5.1 Discurso da árvore, na conclusão do curso 1971	124
5.2. UFRPE. Curso de agronomia. Cem anos depois	127
5.3 Identidades de agricultores tradicionais do Amazonas	139
5.4 Um projeto de capacitação para agricultores tradicionais do Amazonas.....	167

5.5 Extensão rural para o semiárido nordestino	200
5.6 Extensão rural. Um novo paradigma, uma nova formação?..	210
5.7 Um olhar sobre o São João no nordeste brasileiro.....	217
5.8 Cosm visões e agroecologia: sentir, existir e construir.....	223
5.9 Povos de Terreiros e construção do conhecimento agroecológico: notas para um debate.....	227
5.10 Agroecologia e espiritualidades, o reencontro necessário ..	234
Tentando finalizar... Seguindo caminhando.....	242
Bibliografia	253

Falas camponesas:

Deus perdoa sempre. Os homens as vezes. A natureza nunca.

É sabedoria própria do homem do interior. Exemplo: a lua certa para plantar, podar. É quando o sapo cururu começa a cantar em novembro avisando a chegada da enchente. É saber a época de floração das plantas. É a sabedoria de identificar as espécies de plantas e fazer uso adequado e apropriado dela, para remédios, para a construção, para alimentação, para o cabo da enxada.

Partilhar conhecimentos, sementes, soluções, alegrias. Investir no companheiro antes de investir no mercado. Partilhar a vida, a alegria.

Quem garante a mesa farta é a diversidade de plantas e criações, o ano todo.

Andiroba para as amídalas. Malvisco para tirar dor. A floresta oferece estes produtos e devemos saber usá-los na medida certa. O que cura também mata, depende da dosagem.

Ter força para querer e poder.

Ouvindo mais o que os outros tem interesse de falar.

Uma capacitação que vai se fazendo com a sabedoria de todos, sem a história de que o saber de um é melhor do que o do outro

Não existe isso de acertos e erros. Existem lições a tirar.

Se capacitar é se posicionar bem na luta.

Palavras Iniciais

“Se meus olhos e o meu coração fossem como os dos rios, os do vento ou os dos pássaros, eu viajaria de um lugar a outro de minha casa, o planeta terra, sem saber sobre que fronteiras estaria voando e atravessando, e em qual território, por algum tempo declarado como de algum povo ou poder, eu estaria passando”. Brandão (2005:13)

Mesmo sendo humano e não tendo possibilidades de voar, viajei por diferentes fronteiras, porém devo esclarecer de onde venho. Sai do Cafundó, terras do município de Arcoverde, Pernambuco. No entanto devo reconhecer que demorei pouco neste lugar. Migrei, ganhei o mundo. Quando na Espanha, sozinho, com frio, de madrugada, descobri que em verdade continuava naquele espaço de travessuras e felicidade. No Cafundó. A questão não é apenas de um espaço. É muito mais amplo. Ele está no meu imaginário, organicamente e intrinsecamente está em mim mediando o que penso e que faço, ou seja, em minha práxis.

Quero iniciar destacando, um aspecto bem pessoal neste olhar sobre minha caminhada. Casei com esta formidável figura Ângela Cristina de Albuquerque Tavares, sou pai de Renata e Lorena. Avô de Levi, Helena e Vicente. Há outros “filhos e netos” a exemplo de Jesús Madera e Jas, companheiros de doutorado na Espanha, um mora no México e o outro na Espanha, ambos, me chamam carinhosamente de “painho”. Alguns outros netos, que para não esquecer alguns, me abstenho de nominar. Quero distinguir, da mesma forma sem explicitar, inúmeros amigos, companheiros de graduação, de trabalho, de cachaça, de caminhadas. Todos com enorme paciência comigo. Sou, por tudo isso, um homem feliz e grato.

Decidi apresentar minha andada por períodos, entremeando com digressões, principalmente do mundo. Buscando registrar o contexto de determinados momentos. Não estamos isolados do mundo. Ele nos condiciona, sem as vezes perceber e, nos desafia a enfrentá-lo. O caminho foi percorrido com muito trabalho e inúmeras contradições. Não planejei nada, “a vida foi me levando” como canta Zeca Pagodinho em uma de suas

músicas. Sempre o coração e, portanto, a amorosidade falou mais alto. Procurei me dedicar intensamente a tudo que fiz, nem sempre com a competência necessária ou mesmo convicção daquilo que fazia. Mas sempre apaixonadamente. E o racional como fica? Geralmente a noite, ao encostar a cabeça no travesseiro penso “não devia ter dito isso”, outras vezes, “não devia ter feito aquilo”, porém sempre me desculpo, pensando errei, mas não “sacaniei” ninguém. Pedi perdões várias vezes, não tenho vergonha disso. A intensidade me leva a cometer excessos, que mostra concretamente, que ser intenso nem sempre revela sabedoria. Característica ou excessos estes, que Ângela, paciente e cariosamente “puxa minhas orelhas”.

Teoricamente, passei por diversas fases. Porém, o cooperativismo e principalmente a cooperação na realização de trabalhos, me ensinou a importância do coletivo. A educação, como processo formativo, a refletir, recuar, avançar entendendo que reforçar a autonomia e a curiosidade é a principal função do educador. O mundo como está não me agrada. Embora tenha consciência que não é uma questão individual e sim coletiva, vou à luta, articulo, contesto, discuto (as vezes sem a devida cautela e de forma pouco adequada, parecendo querer reafirmar verdades, que não é digo, sinceramente, ser essa a intenção) e percebendo injustiças busco enfrentar, aprendi esta lição com as famílias camponesas.

Podemos viver com simplicidade (cada um entenda e a dimensione como quiser) e nisto a grande síntese me foi oferecida pelo estudo e prática da Agroecologia. Por isso quarenta anos depois disse a um grupo de estudantes que iniciava o curso de agronomia, “se fosse escolher um curso hoje, faria novamente agronomia”. Porque, entendo que o foco principal desta ciência é o fomento as vidas. Toda as vidas. Evidente que existem muitas oportunidades nesta profissão, porém a maior delas que é ser agricultor, a estrutura agrária existente dificulta muito. Somente quem tem moeda pode ter acesso à terra. Muitos, porém, têm para o laser. Neste caso, fui direto para a compra de título de um clube com uso fruto de um lote. Laser garantido. Porém, muitos compram um sítio e aí erguem uma estrutura para o leite da família. Outros embora com emprego, compram terras para criar, plantar. Outros ainda vão trabalhar empregados ou fazendo

assessoria/consultorias em empresas privadas ou principalmente órgãos públicos.

O trabalho pode ser na área de produção, beneficiamento/industrialização e comercialização trabalhando com grandes ou em pequenas áreas é fundamental o uso da ciência agrônômica para otimizar os elementos da natureza e obter um negócio rentável e aplicando bem a ciência, que seja sustentável. Essencialmente, porém, o desafio é ser feliz. Garantir a possibilidade de ver seus sonhos compartilhados e se concretizarem. O dinheiro é apenas um insumo para viabilizar a vida cotidiana. A ciência pode contribuir e é essencial neste processo de garantir vidas, porém com mais ética e menos genes. O princípio da precaução deve ser rigorosamente observado e principalmente não se deve ter por objetivo apenas a reprodução do capital e sim a vida. Podemos no exercício da ciência agrônômica otimizar processos de articulação dos elementos da natureza para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e respeitando o ambiente. Aquelas que produzem e também as que consomem.

Neste contexto, surge a questão da natureza, não apenas aquela do ambiente e sim também a natureza humana. Natureza esta, contraditória e múltipla. O *Homo* vive em uma cultura e dela fundamenta sua visão de mundo, em processos históricos. Tanto a cultura como história são elementos dados, não se pode ignorar ou mesmo desconhecer. Eles existem e condicionam nossas vidas. No mundo complexo e diverso, a cooperação é outra categoria presente em minha vida. Cooperação em todos os sentidos. Aquela da interação entre vegetais e animais. Em um ambiente, onde se espera uma relação orgânica e sustentável entre solos, água, ar, fogo, planta e animais, onde se inclui o *homo*.

Nestes caminhos foi fazendo uma aproximação teórica e aprofundando a questão do campesinato, que deve ser ressaltado as contribuições de Chayanov (1974 y 1981) e seus estudos, bem como expressivos autores brasileiros. Neste sentido vale salientar as conversas com Alexina Crespo, mulher extraordinária de uma força impar e de uma integridade sem igual. Foram muitas conversas. Gosto de conversar e Alexina também gostava. Beber da fonte, ouvir suas histórias foi realmente impagável. Engenho Galiléia, pessoas que chegavam em sua casa, buscando ajuda e que Julião

e família atendiam, detalhes que só quem viveu pode contar com força uma vez que são expressões de vida. Assim, fui me chegando ao campesinato, além do trabalho desenvolvido junto a camponeses associados às cooperativas. Essa é uma categoria de difícil entendimento, principalmente quando partimos de ideais românticas ou transplantadas a partir da lógica do capital. Há uma lógica e uma racionalidade camponesa. Embora vários estudos existam como os de Sabourin (2009), Palacios (2004), Queiroz (1976). Carvalho (2005), Martins (1995), Shanin (1979) e outros importantes autores. O aprofundamento dos estudos, inclusive a fundamental contribuição negra e indígena na formação do campesinato, não são trabalhados de maneira geral nas unidades de ensino é um desafio e de suma importância, quando não são desqualificadas. Sem compreensão é difícil a ação.

Nesta caminhada fomos nos aproximando das formas de cooperação e dos movimentos populares. Caldeirão, Canudos, a República Cristã dos Guaranis e tantos outros movimentos onde a cooperação indicava outro desenvolvimento e também outras possibilidades de envolvimento na busca de melhoria de vida construída pelos camponeses. As Ligas Camponesas (Julião, 1962), significaram em meu entendimento, o maior movimento popular no Brasil e o primeiro movimento social que questionou os modelos de desenvolvimento brasileiro, a partir do direito ao acesso à terra. Santiago (2004) oferece um amplo estudo sobre atuação de Julião, das ligas camponesas, com diferentes depoimentos de camponeses, políticos e intelectuais que revelam a força do tema e da necessidade de repensar o Brasil. Em seu livro, Que são as Ligas Camponesas, Julião faz uma afirmação que deve ser registrada: “Era a bíblia na mão e na outra o código civil”, os principais instrumentos utilizados nas conversas com os camponeses. Vou encontrar explicação para esta postura, a fé camponesa que não obstante as dificuldades, são espirituais. Aliás, pode-se encontrar ainda no século XVIII, com as palavras de Lamas Carvajal (1973), a reafirmação desta premissa, quando escreveu para os camponeses galegos, na Galicia Espanha um livro sobre o catecismo camponês, que fez muito sucesso por lá. Reforçada a importância da questão religiosa, principalmente as contradições entre os discursos e as práticas dos religiosos por Engels (1977).

Chego então a outra dimensão presente em minha vida, a educação. Instrumento teórico e de práxis do *homo* no uso dos conhecimentos principalmente, no meu caso, da ciência agrônômica, que deve ser ressaltado não apenas a fitotecnia, como aparece hoje. A ciência agrônômica oferece conteúdos para aprofundar, conversar, conhecer, ler, sistematizar e atuar junto a natureza de forma minimamente sustentável. As vezes predomina um destes elementos constitutivos mais fortemente. Em outros momentos outros temas, criando assim uma figura geométrica irregular, de várias facetas, porém formando um todo com estes elementos. Um apoiando o outro formando um todo, complexo, diversificado que não deveriam ser separados porque se complementam e interagem.

Perambulei por aí seguindo meus pais, assim entre outros aspectos, não consegui ter amigos de infância. Pequeno estava morando no sítio ou na fazenda, isolado. Na adolescência de cidade em cidade. Somente já ficando “taludo”, me fixei em Recife, com um propósito, não sair mais. Viver por aqui até ser enterrado (espero que demore). Fiz, como dito anteriormente Agronomia. Depois fui trabalhar fora da UFRPE e voltei, graças a um encontro casual com o Prof. Paulo Marques, na rua, quando me informou do concurso na Rural e me incentivou a fazer. Comentando em casa, recebi não só o apoio, mas é principalmente incentivo para me inscrever. Deste concurso, foram contratados a Prof. Salett Tauk, Prof. Ângelo Brás Callou, Prof. Carlos Francisco Barreto (falecido) e eu. Todos aprovados.

É importante registrar que entendo o trabalho na universidade como um privilégio. Embora sempre querendo derrubar o muro que as vezes e quase sempre existe entre elas e a população/sociedade. Penso, trabalho e defendo uma universidade aberta, envolvida, articulada para atender a região, se colocando a serviço da população, não apenas aqueles do latifúndio, mais e principalmente, aqueles que mais precisam de políticas públicas, entre elas, a educação, evidentemente uma educação “libertadora” como elementos que alavanquem a igualdade social e assim possamos combater desigualdades e conseqüentemente a melhoria de qualidade de vida e geração de oportunidades.

Na volta a Universidade, com outro olhar, pelo conhecimento e vivência na região, em 1986 em tempo parcial, me surpreendi com o academicismo. A

teoria pela teoria, do “*paper*”, de se relegar o todo, ou seja, a produção, para estudar determinados aspectos isolados desta, mais na linha de interesse da pesquisa acadêmica e menos como apoio ao processo produtivo. Embora ressalte a importância da pesquisa acadêmica e da produção do conhecimento. Evidente que muitos discordam dessa visão. Defendem e apontam resultados para o sistema produtivo, não vejo desta forma, mas isso não significa que a razão esteja de meu lado. Reconheço que muitos colegas lutam e atuam junto a movimentos sociais e organizações públicas, na busca de mudanças. Inserindo a universidade em seu contexto. Que extrapolam a sala de aula como espaço formativo, porém em ambientes diversos, como deve ser a universidade, encontra-se um pouco de tudo, seja tendências, conceitos, práticas, porém, senti as alterações. Coisa dos tempos ou há algo mais?

A exigência de pós-graduação é fantástica. Ampliar e aprofundar conhecimento é fundamental como maneira de compreender melhor o mundo e sobre ele atuar. Usando palavras de Maturana e Varela (2001: 30) “a reflexão é um processo de conhecer como conhecemos, um ato de voltar a nós mesmos, a única oportunidade que temos de descobrir nossas cegueiras e reconhecer que as certezas e os conhecimentos dos outros são, respectivamente, tão aflitivos e tão tênues quanto os nossos”; e complementa, sintetizando “todo ato de conhecer faz surgir um mundo” (Maturana e Varela, 2001: 32). Mundo está interligado entre os diversos seres vivos, que não podem ser compreendidos em separados.

A evolução do conhecimento no e do mundo é fantástica. Porém, não podemos deixar de ter responsabilidade neste processo, daí a chamada de Morin (1996) para uma *ciência com consciência*. De Newton para Einstein. Da física mecânica para a quântica. Mudança que ocorre em todos os ramos da ciência, porém De Souza (2008) nos diz “a irreversibilidade nos sistemas abertos, significa que estes são produtos de sua história” e continua, “a importância dessa teoria está na nova concepção da matéria e da natureza que propõe, uma concepção dificilmente compatível com o que herdamos da física clássica. Em vez da eternidade, a história; em vez de determinismo, a imprevisibilidade; em vez de do mecanicismo, a interpretação, a espontaneidade e a auto-organização; em vez de reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez de da ordem, a

desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente” (De Souza, 2008:48). Nesta mesma linha, tratando especificamente das mudanças nas ciências sociais, Wallerstein (2006), nos convoca para “Impensar a ciência social”, porque entende “que muitos de seus pressupostos – que a meu ver são ilusórios e restritivos- ainda detém um domínio demasiado forte sobre nossas mentalidades. Esses pressupostos, outrora julgados uma libertação do espírito, atuam hoje como a principal barreira a uma análise útil do mundo social.”

Me matriculei em alguns cursos de pós graduação e abandonei. Finalmente, fui acolhido para minha felicidade no Doutorado de Agroecologia, da Universidade de Córdoba, Espanha. Fui eu e o companheiro Tirso Ramon Rivas e encontramos um ambiente espetacular. Professores (Eduardo, Pepe, Fernando Sanchez, Manolo, do núcleo duro do ISEC e aqueles vindos para seminários Gliessman, Leff, Martínez-Alier, Altieri, Paco Garrido Peña, Graham, Victor Toledo (percebam a intimidade com figuras importante no cenário teórico internacional da Agroecologia?), mais estes, em suas simplicidades, estabeleceram uma relação horizontal e assim, foi construída uma interação respeitosa, amorosa e carinhosa, (com alguns mantidas, até hoje) abertos ao diálogo, ao novo, estimulando nossa curiosidade. Deve ser destacada, a busca e vivência de uma solidariedade/cooperação, entre nós alunos, do programa 2002-2004. São conhecimentos (alguns aperfeiçoados, outros aprofundados e até mesmo abandonados. Afinal, conhecer é um processo inacabado) e amizades que perduram até hoje. Saudades. Embora uma vez por outra com uns mais, com outros menos, mantenho contatos.

Mas fazer este doutorado, conhecer e morar na Espanha foi uma das mais extraordinárias fases de minha vida. Diga-se sem bolsa, sem passagem, financiando minha estada com o salário de professor iniciante, a família no Brasil (duas despesas), outra língua. Foi muito duro. Porém logo nos articulamos, mesmo os mais velhos eu e Tirso, com os mais jovens, Jesús, Fabián, Jas, Dani, Juan Carlos, Yanina, ou seja, México, Espanha, Venezuela, Argentina e depois chega outro “velho”, o não menos querido Álvaro Carevic do Chile.

Tive dois empregos, a UFRPE e a ASSOCENE, porém, andei fazendo também alguns trabalhos avulsos, na GTZ, Banco Mundial, Prorural e

outros para realizar algum trabalho específico. Porém, sempre na linha de formação profissional, seja no cooperativismo, extensão, educação agrícola, associativismo, agroecologia. Trabalhei duro, porém prazerosamente, com famílias camponesas -severinos e quitêiras (Tavares e Carneiro, 2006), com alunos, com colegas fui caminhando. Atuei no ensino formal e não formal, procurei oferecer exemplos (sem pretender ser um) para contribuir com processos de formação. Busquei um norte para o processo educativo calcado no diálogo de diferentes saberes e na busca do ser, enquanto parte integral e dos conhecimentos sempre em movimento. Ou seja, na ontologia e na epistemologia. No entanto é na práxis a partir de uma cosmovisão de totalidade e complexidade que busquei suporte. Tentei ampliar a inserção da universidade em seu território, buscando respostas que favoreça a vida das pessoas, principalmente aqueles para quem são negadas oportunidades. Assim, na UFRPE, tenho muita satisfação de ter contribuído na construção de três projetos estruturantes a partir do Departamento de Educação: PAPE, LA e o NAC, que posteriormente iremos detalhar um pouco mais.

Continuo inquieto com o mundo. Procuo ler, olhar, escutar na tentativa de compreendê-lo. Como é difícil! Tudo em movimentos muito rápido. Existem processos informais de formação de diferentes matizes, que no dia a dia reafirmam conhecimentos, valores e atitude em relação ao mundo. Entendo que muitos vêm diferente a partir de suas experiências, vontades e desejos. Há o modo da cidade. Há aquele do campo. Há brancos, pretos, amarelos. Coexistem povos tradicionais, vivendo em quilombos ou não, e indígenas. Com diferentes espiritualidades e religiões, seja terreiros, igrejas, templos e mesmo locais na natureza que expressam para cada povo ancestralidades e espaços de fé. Em verdade são espaços culturais multidiversos onde se pode identificar diferentes interpretações como a do campesinato que se vê como parte do cosmo ou mesmo com outras cosmovisões. Que é natureza e se mistura com o ambiente em sua totalidade, não apenas com aquele pedaço de terra, onde planta para garantir a sobrevivência da família, mais com o todo. Ou seja, com o modo de vida camponês, do qual os textos de Wanderley (2009) nos ensinam tanto. Gosto da crítica que Touraine (1994) faz da modernidade. Como admiro Ivan Illich em suas contundentes observações sobre a escolarização. Gosto da explicação que Darcy Ribeiro faz do Brasil, como também do retrato do

Nordeste feito por Manoel Correia de Andrade ou mesmo aquele de Albuquerque (2011) e ressalto a enorme contribuição de Guimarães Duque, mineiro, que enxergou as enormes potencialidades do Nordeste, enquanto região única no mundo. Porém, devo por justiça, destacar Severinos e Quiteiras que em suas simplicidades, sabem tanto. Aprendi muito com eles e suas leituras de mundo

Da mesma forma, em minhas atividades profissionais de formação tento ter como referência Paulo Freire (1983) com sua educação libertadora, onde “a invasão cultural” é denunciada e me vejo, não raras vezes tentando impor minhas ideias, minha forma de ver o mundo e assim fazendo invasões. Devo ter uma vigilância epistemológica, espiritual e racional forte para minimizar estas tendências, deficiências e fraquezas. Devo confessar que este tema é extremamente relevante no meu entendimento e aceito o que defende Malinowski (1984) da exigência de “um processo de aculturação” do educador, para fazer uma leitura do mundo específico da comunidade, compreender suas categorias conscientes ou inconsciente de explicação de sua realidade, de seus mitos, de suas relações, poder e organizações, que ordenam e dão consistência ao universo cultural da comunidade observada. Brandão (1981, 1986, 1990 y 1995) reforça esta mesma linha.

Assumo a explicação do campesinato de Eduardo Sevilla e de uma agricultura dependente da indústria e que ao buscar implantar esta/sua lógica, torna-se insustentável e de Nazaré Wanderley “de um modo de vida camponês”. Agricultura tem uma complexidade de redes de vida, que não permite uma produção em série, como uma “linha de montagem” industrial. Há outra racionalidade como nos alerta Leff (2006), onde a cultura, o ambiente nos exigem um manejo sustentável dos elementos da natureza, como denominava Aristóteles. Admiro muito a proposta de outro desenvolvimento, defendido pelos povos andinos e que encontramos diversos exemplos, algumas vezes com outros nomes, como é o caso da Índia e aqui em nossa região através do povo Xukuru, dos terreiros, dos ciganos, quilombos, de grupos marginalizados, que resistem e persistem na luta a partir de outros referenciais e de leituras do mundo. Dussel (1977) em sua filosofia da libertação, reafirma esta linha, quando defende “que para uma filosofia da libertação, temos como hipótese, assumir conceitualmente a cosmovisão dos povos autóctones. Isto aponta em uma

direção diferente do mundo ocidental e se garanta, que não se imite um discurso da filosofia, se inove, partindo de outra base conceitual.”

Entendo a Agroecologia como um processo de ressignificar as relações do *homo* e natureza na promoção das vidas. Assim, ela carrega em si, a dimensão da igualdade, respeitando as diferenças, de gênero, do lugar, do outro, do ambiente que traz em seu conjunto uma visão de mundo diferente, porque tem sua dimensão política e de movimento na direção do respeito as distintas vidas. Agroecologia não é apenas um tipo de agricultura, embora abarque todas as agriculturas ecológicas, que interagem e respeitam o ambiente. Mais, é mais. É uma relação equilibrada entre homo e natureza, onde este é parte daquela. É uma proposta de consumo consciente, de fraternidade e amorosidade entre aqueles com quem convivemos no trabalho, nas nossas relações sociais, na família, no mundo. De qualidade de vida. É corpo. É espírito. É racionalidade. É paixão, emoção. É compartilhamento e amorosidade. É respeito. É economia. É política. É uma praça para se passear, caminhar, respirar ar puro nos centros urbanos. É uma utopia, que nos permite pela sua materialização em inúmeros exemplos, pensar e acreditar “que outro mundo é possível.”

Nesta caminhada formativa (descubro lacunas enormes neste meu processo), tenho feito um esforço de dialogar com diferentes autores e desta forma, livros de filosofia, cooperativismo, história, educação, Agroecologia, campesinato formam uma biblioteca bastante razoável. Serve aos amigos e pessoalmente, cujas leituras, retorno com certa frequência (deveria ser mais), principalmente para entender e fundamentar meu olhar inacabado do mundo em sua diversidade, complexidade e em constante movimento. São muitas leituras de clássicos brasileiros e mesmo de outros países. Foram caminhos e caminhos percorridos. Ressalte-se com muitos tropeços e mesmo quedas.

Enfim, estou apresentando este relato de vida. De um tempo, aquele vivido com consciência/inconsciência. Consciente que tempo é uma invenção social construído pelo homem para dimensionar seu “tempo” diferente do tempo da natureza que tem outra lógica, outra ordem e, portanto, outro tempo. É difícil estes diferentes tempos até porque “o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um valor” (Elias, 1998:7).

Existem pessoas que contribuíram nesta caminhada. Assim, existem valores, interpretações, sentimentos, suor, lágrimas, frustrações que representam mais que um simples tempo e que oferecem um significado maior a estes períodos relatados. Desta forma, optamos por realizar sínteses, que possibilita dar significado e reconhecer as diferentes e múltiplas possibilidades de sínteses diferentes destas apresentadas e assim o tempo pode ter significados distintas e desta forma também verdadeiras.

Há muitas ausências. São fragmentos de uma caminhada. Por isso é parcial e inconcluso. O relato de vida traz aspectos subjetivos que muitas vezes nos escapam. A memória e as lembranças nos atraíam. Queremos sempre apresentar o que é melhor uma vez que o pior, nem sempre é gratificante e os amigos conhecem muito bem. E, para mim isso é o que importa. Espero que não seja enfadonho para quem irá ler. Confio que meus equívocos e acertos, possam contribuir, de alguma forma, para um mundo melhor.



Foto de Rômulo Tavares Ribeiro

Diversidades I. O início dos caminhos

1.1 Sou matuto

Sou “matuto”, assim tenho uma ligação com o semiárido, com a terra. Venho do interior em uma época onde as condições eram muito difíceis. “Sem rádio e notícias das terras civilizadas” como diz uma canção de Luiz Gonzaga. Nasci no Sítio Sucupira, zona rural de Arcoverde, cidade fundada em 1865, com o nome Olho d’água dos Bredos, quando se constrói a capela de Nossa Senhora do Livramento, padroeira da cidade, que em 1909, muda para Rio Branco, quando chega a estrada de ferro ligando a capital, Recife. Em 1928 torna-se município e em 1943 (Wilson, 1982), passa em homenagem ao primeiro cardeal da América Latina, a ser chamado de Arcoverde, cujo prefeito no período de 1945 a 1947 foi Severiano de Brito Freire (Bastos, 1995). Este sítio onde nasci, foi comprado em 17/07/1930 de Gumercindo Cordeiro de Albuquerque Cavalcanti, pelo meu avô paterno.

Neste local, abaixo a foto, onde meu pai construiu uma casa quando casou, a menor marca vermelha e em seguida, em função do loteamento da área, construiu outra casa, em vermelho maior. Atrás das casas, ficava um curral, com a vacaria, onde o leite era a principal fonte de renda. Atrás um barreiro

e depois uma área onde se plantava palma, algodão. Ao lado esquerdo, do curral, havia uma área onde se soltava os bezerros e as vacas. Depois deste cercado, vinha a casa de minha avó, em azul. Ao lado direito, outro espaço para o mesmo fim. Finalmente uma várzea, onde se plantava capim, delimitado com o cemitério da cidade. Vivi neste enorme espaço (para as pequenas pernas de criança) os primeiros anos de vida.



Meu pai, Jorge, filho de Júlio Tavares de Lima (+09.09.1931) e Tereza Baptista Tavares (+11.11.1969). O primeiro, de Vitória de Santo Antão e minha avó de Gravatá. Ambos filhos de donos de terra. Ele, filho de João Tavares de Lima e de Francisca Alves dos Prazeres. Ela, filha de João Henriques de Mattos e de Manoela Baptista de Mattos. O avô, Júlio, veio para Arcoverde tomar conta das propriedades de meu bisavô, João. Tiveram quatro filhos, (Jorge, Doralice, Paulo e Roque).

Minha filiação materna, Alice (filha de Manoel Rodrigues Senna e Alice Pereira de Senna). Os avôs morreram cedo. O paterno, em 1931, daí meu pai, assumiu a família aos treze anos, sempre sob observação de minha avó Terezinha, com uma irmã mais velha (Doralice) e dois irmãos mais moços (Paulo e Roque). Além do sitio Sucupira, havia uma fazenda, Cafundó, para os lados do Carneiro, antes de Buíque.

Meus avós maternos (Manuel Rodrigues de Senna, nascido em 19.11.1888 e falecido em 1935 e Alice Pereira de Senna, nascida em 23.10.1905 em

Primavera e falecida em 2001. Depois da morte de meu avô materno, com uma grande família, 9 filhos sendo três homens e seis mulheres, (Othon, Jones, Cleto, Alice, Maria José” Reié”, Célia, Tereza, Conceição e Zélia) morando em Garanhuns se transferiram para Arcoverde. Meu avô materno, trabalhava na construção de açudes e outras obras civis. Tinha uma burrama para transporte de terra e morou em várias cidades, algumas da Paraíba e outras em Pernambuco. Nascendo os filhos em muitos lugares diferentes. Quando faleceu, a família morava em Garanhuns. Portanto, do lado materno não havia a relação com a terra. Um aspecto a ser dito era que minha avó costurava, bordava e gostava de vinho do porto. Era o presente constante que oferecia para ela, que bebia um cálice por dia, sozinha e não dividia com ninguém. Outra coisa era que todos os dias tinha um café com bolo e bolacha, às 17 horas. Era uma tradição que não faltava.

As distâncias eram enormes, por falta de estradas ou mesmo pelos incipientes meios de transportes. Algumas vezes se fazia em burros. Porém, a modernidade avança nas comunicações, nos transportes... Destas raízes familiares nunca tivemos muita relação. Apenas com os tios irmãos de meu avô paterno, Francisco, Tio Chico de Vitoria de Santo Antão e Tio Dionísio, de Arcoverde e com Tia Nana, da fazenda do Valentim em Gravatá, irmã de minha avó paterna e meu tio avô, Manuel, que morava em Recife. Os primeiros meu pai visitava esparsamente. Um fato curioso que lembro é que Tio Chico fazia um prato e ia complementando. Colocava carne e sobrava, colocava mais feijão. Então havia o prato principal e os complementares. Outro aspecto é que ele gostava de passear. Certa vez, meu pai, vindo de Recife para Arcoverde, parou para fazer uma visita. Tio Chico perguntou? Vais para onde, Jorge? Arcoverde Logo emendou, posso ir? Perguntou, recebendo prontamente a resposta, claro. Seguindo a viagem, fizeram uma parada em Belo Jardim, para comer alguma coisa. Afinal era uma viagem longo, pelas condições da estrada e dos veículos. No restaurante, encontrou um conhecido. E perguntou, oi, amigo vais para onde? Resposta: para Recife. Ele prontamente indagou, posso pegar uma carona com você? Isto é que era gostar de viajar.

De minha tia, morando com o marido na fazenda Valentim, em Gravatá, que foi um desdobramento de uma sesmaria, doada ao meu bisavó, sua casa não tinha energia elétrica. Posteriormente, os postes de energia passaram

no seu quintal e ela nunca quis estender até sua casa. Também em determinado momento, o marido comprou na feira, um rádio de pilha. Ela mandou devolver porque fazia muito barulho. Finalmente, já casado, em uma viagem de volta de Arcoverde, na companhia de meu pai, resolvemos fazer uma visita. Tia Nana começou reclamando que a vista não estava boa e mesmo na escuridão da casa, em determinado momento passou a mão nas pernas de Ângela que nos acompanhava e estava de bermuda, solta a pergunta, que é isso? está nua? Risadas gerais. Afinal enxergar mal e vê na penumbra não é para qualquer um.

Dos parentes maternos, Tia Feliciano, que morou em Primavera e depois se mudou para Arcoverde. Além desta, havia um primo de minha mãe, Manui que morava em Cajueiro, bairro do Recife, que na minha vinda para esta cidade frequentei sua casa que ficava próxima a casa de Tio Cleto.

Imagino não ter sido fácil para a família materna estas transferências entre cidades e posteriormente a fixação de vida em Arcoverde. Caracterizada na época por um tipo de vida, isolados da família e conseqüentemente se fortalece os laços familiares entre irmãos. Foi um tempo, onde não se tinha muitas informações e poucas relações sociais. Construíram uma amorosidade e uma cooperação entre eles que perdura até hoje entre os Rodrigues, família de minha mãe.

Adultos, meus pais, Jorge Tavares de Lima (04.08.1918 – 20.12.1992), nascido em Arcoverde e Alice Rodrigues Tavares (16.07.1921-26.09.1996), nascida em Primavera, casaram em 16.07.1944 era um casal de filhos mais velhos respectivamente. Eles, meus pais, tiveram que enfrentar as perdas precoce dos pais e contribuir com a família quase com a mesma idade, o que favoreceu o amadurecimento de ambos. Meu pai era um homem de caráter. Minha mãe delicada, sensível, habilidosa com as mãos e com os posicionamentos. Era difícil entrar em bolas divididas. Meu pai, conselheiro, amigo dos amigos, companheiro. Difícilmente se exaltava, porém era de uma firmeza incrível, sem, no entanto, perder a ternura.

Tiveram quatro filhos, eu vim primeiro, aliás segundo; o primeiro, Jorge Fernando, morreu prematuro. Depois uma irmã, Sônia (17.11.1948 - 15.09.2000), pedagoga, com fortes inclinações para gastronomia, morou

em Brasília. Outro irmão, Jorge Eduardo (28.03.1950), hoje médico, morando em Governador Valadares e finalmente outra irmã, Ana (25.02.1957), engenheira civil, morando em Boa Vista, Roraima, que nasceu no dia da chegada da luz elétrica em Arcoverde. Os homens receberam o nome do pai, Jorge e as meninas o da mãe, Alice. Assim, os homens Jorge Roberto e Jorge Eduardo. As irmãs, Sonia Alice e Ana Alice. Todos nós fizemos um caminho inverso dos nossos pais. Nascidos em Arcoverde, fomos saindo, principalmente em busca de oportunidades. Nos espalhando, pelo Brasil, para tristeza de minha mãe, que queria todos próximos. Morando em distintos lugares, fomos constituindo família, casando, trabalhando, vivendo e construindo nossa caminhada, porém, enquanto meus pais eram vivos, frequentemente, nos encontrávamos no final do ano, reunindo a famílias, conhecendo a nova geração que chegava, convivendo mesmo um período curto nas festas natalinas.

Minhas avós tinham suas preferências. A paterna, o neto querido era o mais velho, Rômulo, porém morava em Recife, filho de Ernesto e Dora. Eu na ausência, assumia o papel de queridinho de minha avó, quando fazia uma “trela”, aliás que não eram poucas, corria para casa dela. Meu pai ia me buscar, porém minha avó, a matriarca da família, o fazia prometer que não bateria ou daria um beliscão. Meu pai, a contragosto, obedecia. Porém, é importante dizer que ele nunca bateu em nenhum filho. Quando havia necessidade de corretivo, mandava minha mãe dá umas palmadas, com a advertência, se “bater devagar, eu assumo”. Os meus irmãos eram mais tranquilos, segundo eles quem fazia “trela” era eu. Agora recordando o passado posso até concordar. Parece que gostava de contestar e ainda hoje, gosto. O mundo não está pronto. É necessário entender, compreender, corrigir rumos e reafirmar caminhos que conduzam a melhoria de vida da maioria, porém reconheço, que nem sempre acertamos. Ele é feito, principalmente pelos homens. Coisas boas e não tão boas são resultantes de nossas ações. Compete, portanto, ao *homo* individualmente e, principalmente, coletivamente tentar fazer correções.

Voltando a infância, tempo bom. Diferente dos meus pais, que tiveram de assumir responsabilidades muito cedo, vivemos intensamente nossas infâncias. Neste período, meu tio Roque, que gostava de corridas de cavalo, de prado, me levava escondido de minha mãe, para montar e disputar

corridas na estação do governo, da Secretaria da Agricultura do Estado, hoje do IPA (Instituto de Pesquisa Agrônômica, fundado em 1935, como várias estações experimentais no interior do estado). Este espaço era utilizado para melhoria dos rebanhos e de outros experimentos agrícolas de mecanização, plantio e reprodução de sementes, medição de chuva e de velocidade dos ventos, com vistas a melhoria da pecuária e da produção agrícola. Até um dia, que minha mãe foi ao “campo”, como era chamada a estação do governo e descobriu um menino disputando uma corrida, ele se misturava com o cavalo, admirada chamou a atenção de meu pai, no final descobriu quem era, seu filho. Acabou a brincadeira, após esta descoberta, não obstante os vários argumentos oferecidos. Tempo feliz. Aventuras de crianças. Que logo terminou.

Alguns anos morando no Sítio Sucupira, nos transferimos para a fazenda Cafundó. Mais longe da cidade, porém foi mantida parte da vacaria, na cidade, porém aos poucos foi sendo transferida para a fazenda. Então o leite era transportado em jumento para a cidade. Ao começar a estudar, fiquei com a responsabilidade de trazer o leite, deixando na casa de minha avó e depois seguia para escola. Vinha a pé, porque o animal vinha com muita carga. Claro depois da escola, voltava montado na cangalha.

Na fazenda continuei minha vida de vaqueiro, acompanhando os mais velhos para recolher gado na caatinga, encourado, no meu cavalo, presente de Tio Roque. O gado corria em linha reta com o rabo para cima, o que facilitava a sua derrubada. Já os jumentos corriam com o rabo enfiado entre as pernas, muitas vezes cagado, em zigue zague, o que dificultava muito sua captura. Após a derrubada de um ou de outro, tínhamos que imobilizar e amarrar o bicho. Não era fácil. Não lembro de ter derrubado nenhum animal. Era mais para ser “homem”, que este menino abestado, gostava de participar destas aventuras para ele, enquanto que para os demais, era trabalho. Havia todo o trabalho de arrebanhar os bodes, cortar palma (ainda hoje tenho algumas cicatrizes nos dedos). Havia o apoio do pai e a mãe, sempre temerosa de acidentes e coisa que valha. Lembro que em busca de jumentos soltos, um dia, paramos, afrouxamos as selas e logo em seguida avistamos alguns animais que procurávamos. Saltamos nos cavalos e foi dado início a perseguição. No desvio de um galho, a sela rolou e caiu em cima de um Quipapá, fiquei cheio de espinhos que foram retirados com

sabão. O pior foi a reprimenda de minha mãe e a conseqüente proibição de continuar as aventuras. Foi um tempo onde os espaços eram enormes, principalmente, para as pernas de um menino em torno de dez anos.

Vale destacar que no cotidiano de minha vida não via muita diferença entre o patrão (meu pai) e os empregados da fazenda. Comíamos a mesma coisa, dormíamos em colchões semelhantes, as casas não tinham energia elétrica, água encanada, a iluminação era o candeeiro, o fogão a lenha. A diferença, que não percebi, era a perspectiva do futuro. Para o filho do patrão, escola e investimento para modificar a vida. Para os filhos de compadre Leandro, continuar a vida de vaqueiro, de trabalhador rural. Pois não havia escola e nem possibilidades de acesso aos bens do “dito” desenvolvimento. Principalmente não havia e não há, embora tenha melhorado, uma preocupação de oferecer igualmente para todos, acesso a estes bens. Parecia que éramos iguais, depois fui percebendo muitas distinções. Eu andava em MEU cavalo, os outros nos da fazenda. Para mim haveria oportunidades, para eles não. Mas, criança não enxergava estas muitas diferenças.

É desta época que comecei a “pensar” sobre meu futuro. Queria ser carvoeiro, para não tomar banho. Assim, não precisava de escola, de estudar. Em julho e agosto faz um frio danado em Arcoverde e queria escapar dos banhos frios. Depois pensei em ser agrônomo para andar nos cavalos da estação, usados para melhoria genética. Sempre tive uma queda por cavalos. Animal lindo. Nunca cheguei a montar em nenhum destes. Nossos pais, sempre colocaram como prioridade nossos estudos. Meu pai, ganhou uma garrafa Whisky, *White Horse*, coisa rara na época e guardou para a primeira formatura. Quando me formei, fomos abrir a famosa bebida. Estava estragada de tanto tempo guardada. Foi uma gozação só.

Meu pai fez muitas coisas. Aos treze anos após a morte do pai, foi cuidar da fazenda e ajudar minha avó a criar a família. Era um homem fantástico. Correto. Conselheiro, gostava de ler e embora tenha feito apenas até admissão. Posteriormente, já depois de pai de família, fez o artigo 99, em técnico em contabilidade, concluindo o nível médio, através de correspondência, ou o que hoje se denomina ensino remoto. Gostava de colecionar moedas e selos. Tinha uma biblioteca com muitos volumes, romances, livros sobre a guerra, ao falecer tinha uma coleção completa de

Seleções Reader's Digest, apenas faltando dois ou três números. Esta revista lançada em 1922 nos EEUU, chegou ao Brasil em 1942 e em menos de seis meses circulava mensalmente com 150 mil exemplares. Como chegava em Arcoverde? Como meu pai descobriu esta publicação? Este fato, demonstra de forma clara, o interesse de meu pai, por se informar, pela leitura.

Trabalhou na agropecuária, depois da venda da fazenda, foi vender tecidos, posteriormente, ampliou este trabalho fazendo feiras nas cidades da redondeza de Arcoverde, em um caminhão Ford, bigode, vendendo panos. Meu pai era um homem de fazer amigos, em cada cidade tinha um compadre. Passou uma época em Caiçarina, no sertão pernambucano, como gerente de uma fábrica de caroá, lá fez entre outras amizades com o pai de Zé Dantas, que tinha fazenda na região. Interessante que a música de Zé Dantas a letra I, de Iolanda, que veio a ser sua futura esposa foi escrita no terraço lá de casa, segundo relato de minha mãe. Foi quando tive a primeira experiência, diga-se de passagem, traumática, de ir para a escola. No retorno, fomos morar no Cafundó. Sem luz, sem água encanada, vivendo e comendo o que se produzia na fazenda. A receita monetária, pouca, vinha do leite. Para mim foi o paraíso. Vida livre. Era diversão, cavalo, bodes, tudo era uma brincadeira. Para meus pais, nem tanto. A dureza do trabalho nas condições existentes, eram imensas e a vida não foi fácil. Era tirar leite de pedra, mas não percebia estas dificuldades.

Depois foi trabalhar no DNOCS, na área administrativa. Para conseguir melhor remuneração aceitava assumir cargos administrativos, comissionados, quando se construíam barragens, de Bitury em Belo Jardim, em Caruaru, Fortaleza, Palmeira dos Índios em Alagoas, Recife, porém, sempre voltando para a terrinha de origem. Até hoje, me pergunto como meu pai, conseguia manter a família. Talvez o mérito também, fosse de minha mãe, que administrava a casa, costurava, cozinhava e mantinha ou tentava manter o filho mais velho na linha. Deve ser ressaltado, que vivíamos de forma simples, com certa austeridade, onde a preocupação principal era a educação dos filhos

Assim, até os 16 anos meus pais não paravam de se deslocar e eu não parei. Era um ou dois anos em cidades diferentes. Desta forma, não tenho amigos

de infância. Morando em cidades diferentes, quando ia me adaptando, vinha a mudança. Estudando e vivendo em uma realidade completamente diferente de meu mundo infantil. Detestava as escolas. Fui reprovado algumas vezes. Queria continuar montando em meu cavalo e correndo na caatinga atrás de animais. Meu pai resolveu vender a fazenda e o Sítio foi loteado, aos poucos foi sendo vendido, para garantir a educação e a manutenção da família. Acabou a vida mansa. Agora estava na cidade, que não gostava, amigos não tinha conseguido fazer até então, pelo pouco tempo de permanência em cada cidade, até que em uma das voltas para Arcoverde de Fortaleza, conversei com meus pais e fiquei em Recife, porque já ia começar o científico. O argumento da escola, do estudo, fez a diferença. Mais aí é outra estória. Fui descobrir outro mundo, novo para mim por diversos aspectos. Renasci, agora sem o olhar atento de minha mãe. Foi morar com um tio materno e depois fui para a casa de Dora, tia paterna, querida, braba e que me aguentou até meu casamento. Porém, eles continuaram a se mudar, Palmeira dos Índios, Recife, porém, sempre voltando para Arcoverde e, tendo esta, como referência.

1.2 Digressão I: A reorganização do mundo (período 1946 - 1964)

Uma pequena síntese deste período de 18 anos, ou seja, de 1946 a 1964 foi um período importante no mundo e no Brasil. A segunda guerra mundial acabou em 1945 e desde a ano anterior as nações aliadas discutiam o que fazer e que ajustes deveriam ser feitos no pós guerra. Algumas datas são indicadas a seguir para se explicar as profundas mudanças planejadas para o mundo e a tentativa de criação de uma nova ordem mundial. Pode-se afirmar que as modificações, internacionalizando organizações (ver quadro abaixo) teve como consequência a instalação e consolidação do sistema mundo capitalista como chama Immanuel Wallerstein, e que ressalta “Uma das formas mais imediatas e efetivas da força de trabalho aumentar seu rendimento real foi a mercantilização do seu próprio trabalho” (Wallerstein, 2006:31). Porém, agora com padrão monetário internacional centrado no dólar e tendo os Estados Unidos como a grande referência mundial. Foi instalado com o plano Marshall a recuperação da Europa, desenvolvimento da tecnologia, muito fruto do que foi desenvolvido durante a guerra e instalado o estado de bem estar social.

Organismo	Data de criação
Organização Internacional do Trabalho (OIT) Como resultante do Tratado de Versalhes que deu por fim a primeira guerra mundial.	1919
Reunião em Bretton Woods	1944
Fundo Monetário Internacional (FMI)	1944
Banco Mundial	1944
FAO	16/10/1945
ONU	24/10/1945
UNESCO	04/11/1946
UNICEF	11/12/1946
OEA	5/5/1948
Plano Marshall, apoio financeiro americano para recuperação da Europa.	1948
OMS – Organização Mundial da Saúde	7/4/1949
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico do Norte	1949

É neste período que surge a guerra fria, protagonizado pela Rússia e Estados Unidos, contrapondo o capitalismo de estado da União Soviética e do outro, o capitalismo de mercado pelos países aliados e em recuperação do ocidente. Deve ser destacado as teses de Keynes (1883-1946) que fundamentou a abordagem econômica nas economias de mercado, rompendo com a interpretação neoclássica, com a interpretação liberal atendendo a demanda efetiva e o foco passa a ser a utilização da capacidade ociosa de produção, criação bruta de capital fixo, emprego dos fatores, desempenho do consumo. Esta visão macro da economia se instaura, surge o imperativo de medir agregados econômicos, principalmente o produto nacional bruto. Onde o investimento de público, foi um fator fundamental para o novo padrão da sociedade, cuja base foi a produção, consumo de massa, elevada capacidade de geração de emprego, uso intensivo de energia fóssil, e aplicação dos princípios de Tayloristas e fordistas de organização do trabalho. O que Maturana e Varela (2001:8), veio a denominar “sociedade extrativista e com muita frequência predatória”.

Enquanto isso, continuava a correr solto nas caatingas da fazenda, alheio ao que ocorria ao redor do mundo e no Brasil. Menino alienado, até porque

as informações eram raras e aquelas que chegava em Arcoverde e na fazenda não alcançava nem despertava minha curiosidade. Mesmo o que ocorria no Brasil, com a implantação da quarta república eram completamente distantes e não me atingiam.

Creio que é importante destacar o *estado novo*, anterior a esta quarta república. Através de golpe civil-militar, Getúlio Vargas assume o poder e implanta o *estado novo*. Neste período autoritário foi refeita a constituição com certos avanços como o voto das mulheres e criação das leis trabalhistas e uma série de outras medidas. Neste período ocorre o que se chama a “intentona comunista”, em 1935, onde foram ocupados alguns quartéis e houve derramamento de sangue. Gerando assim, uma cultura onde o “comunismo” sempre vem sendo apontado como um perigo. O engraçado, para não dizer trágico é que até hoje se fala no terror do comunismo, mesmo que alguns autores apontam para a participação do governo na eclosão deste movimento.

Evidente que havia e há pessoas querendo alterar o rumo do país, querendo democratizar as relações sociais, porém, para o estado novo, enfrentar esta intentona fortaleceu o seu regime autoritário. Porém, quero destacar neste período as campanhas nacionalistas. Uma desta campanha é apontada por Velasco (2014) “Seus principais objetivos eram minimizar as comunidades de imigrantes e construir a integração entre os brasileiros. A primeira fase da campanha foi marcada por reformas no ensino, onde as aulas só poderiam ser lecionadas em português com professores nativos ou naturalizados, os nomes das escolas deveriam também ser em português, existiam disciplinas obrigatórias, como “educação moral e cívica” e “educação física”, ambas selecionadas por professores militares, entre outras reformas.” Também se destaca um forte movimento pela substituição das importações e também um vigoroso processo de industrialização com a campanha o “petróleo é nosso”, nacionalizando a exploração e implantação da siderúrgica de Volta Redonda, Rio de Janeiro.

A quarta república se inicia com a posse de Eurico Gaspar Dutra na presidência da República e vai até 1964 com o golpe civil-militar, que ocorre no Brasil. Neste período, deve ser destacado alguns aspectos importantes. Neste período, o Brasil teve os presidentes abaixo, embora

eleições só ocorreram em 1945, 1950, 1955 e 1960. Sendo eleitos Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), que se suicidou, sucedendo-o Café Filho (1954-1955), Carlos Luz, (1955) e Nereu Ramos (1955-1956). Posteriormente foram eleitos sucessivamente, Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros (1961), tendo este renunciado e assumido após grande tensão política João Goulart (1961-1964), destituído por golpe militar (Gaspar, 2015).

A seguir será destacado alguns aspectos que consideramos relevantes neste período. No início de 1945, Vargas cria novos partidos políticos no Brasil. União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1946 é promulgada a nova Constituição Brasileira, que embora excluindo analfabetos e mantendo os trabalhadores rurais excluído das conquistas trabalhistas existente no mundo urbano, porém, garante uma certa ordem democrática como os partidos funcionando. Neste período, na política externa houve um alinhamento com os Estados Unidos. Deve ser registrado o fechamento por Dutra, em 1947, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Brayner, 1989), resultante, entre outros, da guerra fria existente no mundo e como parte de uma política de restrição de direitos dos trabalhadores, inclusive, a de fazerem greve. Durante seu Governo, Dutra, adotou inicialmente uma política econômica liberal e posteriormente uma de uma intervenção do estado na economia.

Vargas, ao assumir, eleito desta vez, adota uma política de desenvolvimento nacionalista, enfrentando forte oposição, por contrariar interesses da elite nacional, liderados pela UDN, alinhados ao capital internacional. Um ponto importante foi a campanha “O petróleo é nossa” que teve como resultado a criação da Petrobras em 03 de outubro de 1953. Em função das tensões políticas, articuladas pela UDN, Vargas cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954, gerando uma fase de instabilidade política e ampliando as forças conservadoras. Segundo alguns articulistas, este fato gerou a prorrogação do golpe militar por 10 anos.

Deve ser destacado pela importância que tem para o Nordeste a hidroelétrica de Paulo Afonso. Foi Delmiro Gouveia o pioneiro que, em 26 de janeiro de 1913, inaugurou uma pequena usina de 1.500 HP, hoje

paralisada e fez transportar energia elétrica de Paulo Afonso para a localidade de Pedra, atual Cidade de Delmiro Gouveia, sede do município de igual nome, desmembrado do de Água Branca, em Alagoas.

A principal característica de Paulo Afonso é ter sido a primeira usina subterrânea instalada no Brasil. Suas turbinas encontram-se a mais de 80 metros abaixo do nível do rio São Francisco. Em 1948, é inaugurada a primeira etapa da hidroelétrica de Paulo Afonso e finalmente em 1955 é reinaugurada pelo Presidente Café Filho a primeira hidroelétrica, que posteriormente foi sendo ampliada, existindo hoje um complexo sistema de geração de energia, que vem contribuir muito para o desenvolvimento da região Nordeste.¹

Juscelino Kubitschek, governou o país no período de 1956 a 1961, neste período JK implantou um projeto de modernização econômica e industrialização, através de um plano de metas. Neste, foi incluído fortes investimentos na malha rodoviária, na ampliação energética, infraestrutura de portos e a instalação de indústrias estrangeiras, principalmente de montadoras de veículos gerando um aumento significativo de aumento de postos de trabalho. Outro ponto importante foi a construção de Brasília, inaugurado em 1960 e mudando a capital federal do país, do litoral para o centro do Brasil. Como resultado ocorreu o aumento do endividamento e da inflação no país. Este esforço realizado causou problemas na década dos anos sessenta e nos seguintes. Com inflação e descontrole das contas públicas. Julião diz que nenhum outro presidente abriu tanto as portas para o capital estrangeiro. Em suas palavras, “No quinquênio de Juscelino Kubitschek, que não teve uma palavra sequer para o campesinato, mas abriu, como nenhum outro, as portas do País ao capital estrangeiro monopolista e espoliador de nossas riquezas” (Julião: 1962: 14). Mesmo que para muitos teóricos o campesinato fosse ou é um movimento conservador. Mesmo que provavelmente conheçam a importância das rebeliões na Europa, principalmente na Alemanha berço das ligas, nos séculos XV e XVI. Em realidade, “essa agricultura familiar camponesa nunca foi considerada prioritária pelos governos da região, em suas políticas de modernização e desenvolvimento. Contrariamente ao que aconteceu nos países capitalistas desenvolvidos, que sempre apoiaram e

¹ Wikipédia. Acessada em 22 de maio de 2020.

favoreceram sua transformação e modernização, nossos governos sempre deixaram de lado e bloquearam essa agricultura, considerando como equivalente da modernidade somente a grande agricultura capitalista.” (Chonchol, 1998).

Neste aspecto, pode-se acrescentar questões ligadas a estratégia adotada. Porque não incentivou uma verticalização industrial a partir do que produzíamos? Porque centrar na importação de máquinas para produção de veículos, trazendo montadoras para o Brasil e pagando até hoje, royalties, pelo que se produz no Brasil, para os países industrializados? Porque continuar exportando produtos primários ao invés de beneficiar ou mesmo industrializar? O resultado desta estratégia, que pode ter apresentado resultados de curto prazo, pode ter retardado o processo de autonomia do país e ampliado a sua dependência aos países industrializados.

Em seguida tivemos a eleição de Jânio Quadros, cujo símbolo de campanha era uma vassoura, para varrer a corrupção. Após um ano na presidência alegando “forças ocultas” renunciou ao cargo. O vice presidente João Goulart, teve dificuldades em assumir, sendo aprovado um parlamentarismo, ampliando mais ainda a crise política brasileira, com inflação alta. Desemprego e a sociedade em conflito, com as forças retrogradadas tendo papel central no agravamento da crise, uma vez que o governo pregava “reformas de base” inclusive, em função do que estabelecia a constituição de 1947, no que diz respeito a posse de terra. O golpe militar, que estava prestes a ocorrer em 54, finalmente encontrou as condições de ocorrer, mergulhando o país em um processo autoritário durante bastante tempo e assim fazendo retroceder vários aspectos do processo democrático, embora deva ser reconhecido alguns avanços como o estatuto do trabalhador rural, que vinha garantir uma série de direitos as famílias do campo. O regime militar buscou nos tecnocratas e na sociedade com perfil mais conservador o apoio para implantar medidas que entendiam como necessárias. Houve muitos retrocessos, principalmente nos aspectos democráticos, que vinha avançando com muita intensidade.

Em Pernambuco e no Brasil, na década de cinquenta, ocorreram ampla mobilização a sociedade, tendo como figura central, Miguel Arraes, em nosso estado.



Miguel de Arraes Alencar (1916-2005), nasceu no Ceará, porém cedo mudou-se para Recife, onde estudou, foi prefeito (1960-1962), secretário de estado de Pernambuco, deputado estadual e federal, sendo governador de Pernambuco por três vezes. A primeira vez 1962-1964, quando foi afastado por militares.

Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acessado em 23.04.2020.

Na prefeitura iniciou uma vigorosa política de criação de escolas, uma vez que inexistia em Recife uma rede escolar municipal (Souza, 1987). Porém, não foi só a implantação de escolas, a ação foi desenvolvida através de um amplo processo educativo, o Movimento de Cultura Popular (Coelho, 2012), talvez a mais importante ação educativa desenvolvida em Recife que teve continuidade, abrangendo outras cidades e interiorizando a cultura quando de sua posse como governador de Pernambuco. Promoveu o primeiro acordo campo, onde empresários e trabalhadores, sentaram à mesa, discutiram e chegaram a um acordo sobre relações de trabalho, onde direitos e deveres foram fixados (Callado, 1980 e Barros, 1965). Neste foi acordado o pagamento de salário mínimo aos trabalhadores e buscou colocar o estado e seus serviços a serviço da população. Com apoio aos sindicatos, associações culturais e mesmo as ligas camponesas (Sigaud, 1979).

Em seu segundo governo (1986-1990). Seu governo foi caracterizado por programas voltados aos agricultores familiares, para os mais pobres, como o *Vaca na corda*, que financiava a compra de uma vaca e o *Chapéu de palha*, que empregava canavieiros, no período de entressafra, na construção de pequenas obras públicas. Outro ponto central foi a eletrificação rural. Onde Arraes afirmava: “Para muitos, modernidade é um bico de luz em suas casas”.

Aliás, deve ser ressaltado a refundação das ligas camponesas, em 1955 (Callado, 1960), agora em Vitória de Santo Antão, que vem a se constituir no mais amplo movimento civil e popular que contesta o modelo de desenvolvimento adotado e onde se apresenta propostas de outro progresso, principalmente a partir de um amplo processo de reforma agrária. É importante destacar que reforma agrária é entendida de forma mais ampla. Acesso à terra é o primeiro passo, porém deve ser complementado com

outras políticas públicas principalmente infraestrutura (educação, energia elétrica, estradas, comunicação entre outras) e tecnologia acessível para se ter uma produção que garanta a soberania alimentar da família em quantidade e qualidade. Isto implica em um processo de transformação onde a assistência técnica garanta um processo educativo que possibilite uma transição daqueles trabalhadores rurais para agricultores, manejando suas terras de forma que amplie a autonomia e a qualidade de vida da família. Porém, tudo começa com acesso à terra, elemento central de uma reestruturação na orientação de políticas para evolução do país.

Neste aspecto Castro (1965), chama atenção para o que inicialmente motivou a criação da Associação “Não fora seu objetivo principal, como muita gente pensa, o de melhorar as condições de vida dos camponeses da região açucareira, ou de defender os interesses desses bagaços humanos, esmagados pela roda do destino, como a cana é esmagada pela moenda dos engenhos de açúcar.

O objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de miséria: os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar seus ossos e de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora. De início, tinham assim muito a ver com a morte do que com a vida, mesmo porque com a vida não havia muito a fazer...”. Citando no início do capítulo primeiro os versos do Poeta João Cabral de Melo em *cemitérios pernambucanos*:

Nenhum dos mortos daqui
Vem vestido de caixão.
Portanto eles não se enterram
São derramados no chão.

A politização e organização dos camponeses vem principalmente com Francisco Julião, e não apenas ele, mas a Igreja, partido comunista e outros, em processos educativos, fazendo ver à aqueles homens que a situação de cada um era coisa dos homens e cabia a eles lutarem para modificar. Era a

negação do sujeito, ampliando sobre outra forma o processo escravista, a desigualdade e a reafirmação do poder autoritário. A isto vem ser chamado de comunismo. Comumente no Brasil qualquer denúncia de injustiça, crítica ou defesa de uma reforma agrária é logo apelidada de comunismo. Uma forma objetiva e subjetiva, que tem muita força na sociedade escravocrata, injusta e com muita desigualdade forjada nas capitâneas hereditárias, sesmarias, latifúndio e hoje do agronegócio, concentração fundiária existente até hoje.

È neste período até 1964, que se inicia um amplo processo de organização da sociedade civil, no teatro, na música, na educação, nas comunicações com criação de rádios populares, que permite se ouvir a voz daqueles excluídos, onde a igreja católica teve papel destacado e que gera, como resultado, um amplo processo de formação política e onde são desenvolvidas diversas ações pedagógicas dos mais variados setores da sociedade, inclusive no campo, como explicitado por Silva (2006) em artigo da *Raiz à flor*. Este movimento se amplia para reivindicações, centrado na perspectiva de mudanças de base da sociedade brasileira, que culmina no golpe civil-militar de abril de 1964, que afasta o presidente da república inicia um período autoritário, ditatorial, onde novamente ocorre sobre os camponeses repressão com mortes e prisões.

Vale destacar no processo de colonização do Brasil se deu a partir da agricultura, através quatro eixos: o latifúndio, monocultura, escravidão e capital privado (Prado, 2006). Grandes extensões de terra foram dadas “aos amigos do rei” para exploração e defesa do território. Este processo gera uma sociedade autoritária e conseqüentemente pouco capital social, Segundo Franco (2001), resume este conceito (se é possível esta síntese) “a capacidade de viver em comunidade, *latu senso*, ou seja, de interagir socialmente de sorte a criar e manter contextos onde se manifeste um *ethos* de comunidade” (2001:53). Desta forma o autoritarismo, ou seja, a negação de direitos e a liberdade, significou a inexistência de uma sociedade civil forte e que pouco influência os destinos do País.

Tocqueville defende que o que faz uma sociedade avançar e gerar capital social “é a igualdade de condições” (Tocqueville, 2001:7), ou mesmo, “uma tradição de liberdade locais coletiva. Nos países democráticos a ciência da

associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso desta” (Tocqueville, 2004:135). O que historicamente no Brasil se nega. Um dos primeiros historiadores no Brasil, Frei Vicente Salvador, entre outros, denunciaram este processo predatório e absolutamente extrativista do processo de colonização. Afirma o Frei Salvador “E deste modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal e, se os bens e fazendas que possuem souberem falar, também lhe houverem de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo querem para lá, E isto não tem só os que de lá vieram, mais ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída”(Vicente do Salvador, 1982:58). Além do desapego, a denúncia também aponta para o processo destrutivo, puramente extrativista, do meio ambiente encontrado.

Ribeiro (1995) fala de “povos transplantados” que reproduzem a organização social e costumes e valores na região, reproduzindo um modo de vida muito semelhante a aquele vivido anteriormente. E os “povos em construção” povo miscigenados, diverso, onde se encontrarem espaços para sua reprodução, porém em outra perspectiva, longe de suas origens e assim necessitam de construção, longa e penosa, porque constroem ou tentam construir outras identidades.

Buarque de Holanda, faz uma distinção entre o aventureiro e o trabalhador. “Para uns, o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada. Assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos processos intermediários Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.” E continua o autor: “Existe uma ética do trabalho como existe uma ética da aventura Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro –audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem- tudo enfim, quando se relaciona com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo. Para o aventureiro nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador. (Holanda, 1978:13)

Souza (2017), analisa a sociedade brasileira sob outro prisma. Onde os donos do poder fazem tudo para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão. Onde afirma “a escravidão é nosso berço” Com isso se reafirma a desigualdade, a exclusão, portanto, o pouco capital social. Aliás vale a pena visitar a obra de Gorender (1978), que trabalha a escravidão como modo de produção, enquanto sistema econômico-social com suas categorias fundamentais e leis específicas. Aliás, também deve ser revisto as contribuições de Schwarcz e Starling (2015) quando tratam da história do Brasil, na perspectiva de uma sociedade escravocrata.

Enquanto isso, eu, alheio a tudo, continuava minha vidinha cotidiana, descobrindo e vivendo o Recife, sem olhar o entorno e as lutas que se travava, os conflitos, desigualdades e disputas. O que reflete uma pouca ou nenhuma formação política. Um alienado.

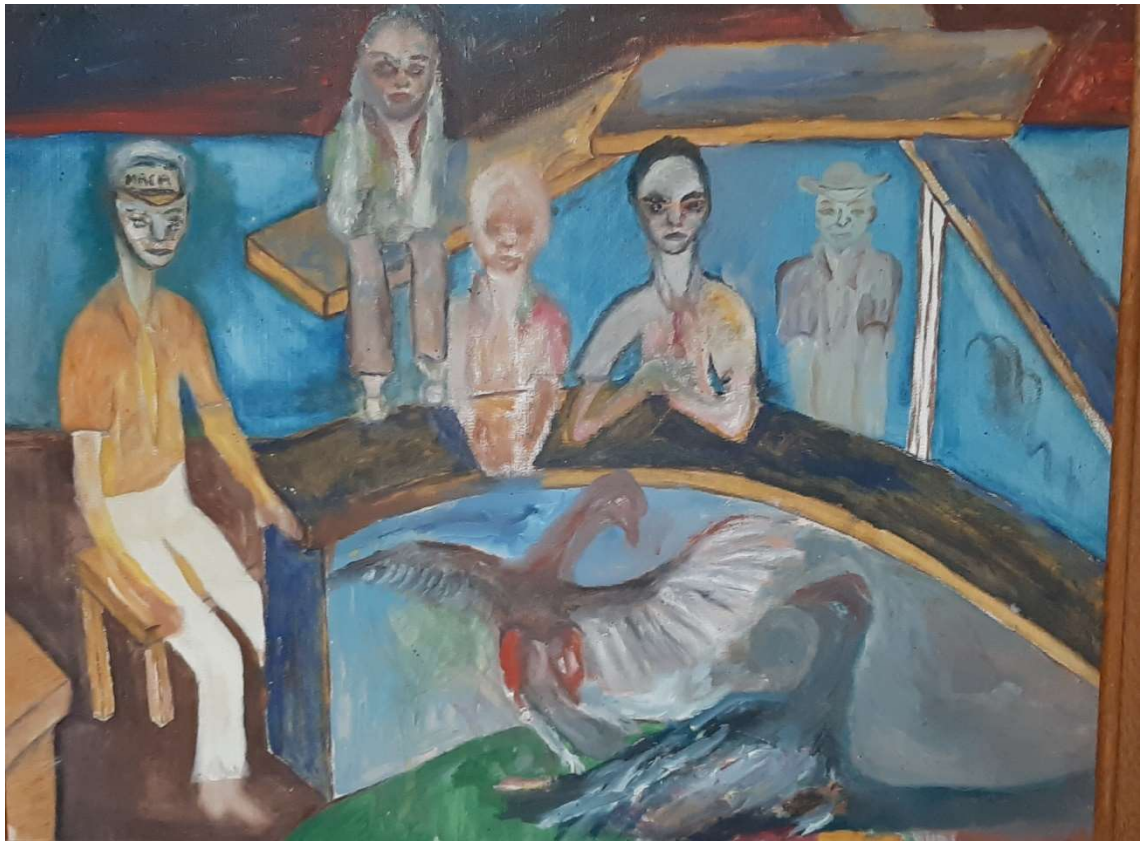


Foto do quadro de Rinaldo Meira Lins

Diversidades II. Viver a cidade com os pés no rural

2.1 Recife e o curso de Agronomia

2.1.1 A cidade grande

Em 1963, vim morar com um tio, Jones Rodrigues, em Recife, bairro de San Martin, irmão de minha mãe, que trabalhava na CHESF e fui estudar no Colégio Nobrega. Por diversas razões fui reprovado. Adaptação, falta de base, descoberta do mundo, pouco estudo, irresponsabilidade, um pouco de tudo. No ano seguinte, repeti o ano, agora já morando com minha Tia Dora, irmã de meu pai, em Parnamirim, zona norte de Recife. Casada com Ernesto Ribeiro e com dois filhos. Rômulo e Terezinha. O primeiro solteiro, na ocasião e depois casou com Ana Maria Barracão de Petrolina. Engenheiro, se especializou em água, trabalhando na Sudene, adquiriu umas terras na Bahia, em Ibotirama, onde fiz com ele algumas viagens, inclusive a primeira a Petrolina. A prima, casada com Rinaldo de Meira Lins, Agrônomo e que trabalhava em usinas. Além de primos amigos.

Rômulo era o meu irmão mais velho, aprendi muito com ele. Rinaldo, com bastante sutileza, bem que tentou me levar para o mundo das usinas. Porém, não conseguiu me motivar neste mundo de trabalho. Talvez pelas minhas origens, onde o vaqueiro é um trabalhador com relativa liberdade e assim, não conseguia compreender a lógica do trabalho da monocultura da cana e mais do trabalho que aí se realizava, que parecia aos meus olhos, quase como um trabalho escravo. Figuras humanas extraordinárias, a quem devo muito. Neste relato, presto uma singela e pequena homenagem a Rômulo Tavares Ribeiro, incluindo três fotos que tenho em minha casa na abertura de alguns capítulos deste memorial. Também para Rinaldo, com uma foto de um quadro que tenho na parede, sobre “briga de galo” de sua autoria.

Era um mundo completamente diferente do que, até então, tinha vivido. Cidade grande com seus encantos e mistérios, para um matuto vindo de vários lugares, mais ainda com os pés ou a cabeça em Arcoverde ou melhor no sitio sucupira ou mesmo, mais isolado, no cafundó. Pensando pequeno, alheio ao que ocorria ao redor no próprio Recife, Pernambuco, Brasil e mesmo no mundo. Morando com minha tia, fui estabelecendo amizades com a turma do bairro ou mais especificamente, da rua. Jogando bola, convivendo com uma família vizinha que tinha cinco filhos, os mais velhos consegui estabelecer amizades. Celso e Clésio (Maninho) Oliveira. Em frente, morava Dona Rita Fonseca, viúva com muitos filhos, onde Felipe, Martin e Aires eram companheiros de conversa, de pelada e outras coisas mais.

Logo os horizontes foram sendo estendidos para Casa Amarela, formamos um time de futebol. A formação desta equipe era: Batata, no gol, eu, Gilvan, Celso e Junior formando a defesa. Dedico, Clark e Mano no meio campo, Felipe, Júlio e Aires na linha de frente. Os craques do time eram Gilvan, Dedico, Mano e Júlio nada extraordinário, porém acima do resto do time. Assim, passamos a jogar em campos de pelada de bairros de Recife, os mais variados. Não lembro dos resultados. Lembro de alguns campos, péssimos, em cima de morros, com a bola caindo e tendo que ir buscar. Até hoje, nos encontramos, menos que devíamos, principalmente, os Oliveiras, Celso, mais velho e seus irmãos. Gilvan, engenheiro passou no concurso na Petrobrás e foi para Salvador. Quando posteriormente, já profissional fui várias vezes aquela cidade e ficava com o amigo, que posteriormente, fui

convidado para ser padrinho de Carolina, sua filha mais velha. Grande amigo. Algumas confusões, mais, uma atividade muito divertida e ausente dos embates mais ideológicos.

A Fundação Guararapes, que ficava no Sítio da Trindade, próximo de minha casa, onde ocorria uma revolução popular ampliando a cidadania e com valorização dos sujeitos, através do Movimento de Cultura Popular, foi ocupada por tanques em 1964 (Coelho, 2012), nunca pus os pés lá. Os interesses eram outros, menos relevantes. As amizades foram se ampliando, recomeçando com outra turma, no Colégio Nóbrega.

No segundo ano fui estudar a noite, no Colégio Porto Carneiro, outra mudança. A razão desta alteração foi que fui servir o exército, no 14 Regimento de Infantaria, em Socorro, em Jaboatão dos Guararapes. Ironia do destino, descobri recentemente, que em Socorro foi fundada a primeira escola de Agronomia de Pernambuco, em 1908, antes mesmo da atual UFRPE, fundada pelos beneditinos em Olinda, em 1912. Outra besteira que fiz, podia ter acesso ao CPOR, ficava mais próximo e podia sair como oficial, porém, meu pai dizia que para resolver minhas “safadezas” só o exército. Assim, escolhi o que era tido como o mais rígido e me alistei. Após muitas madrugadas, fui assumindo algumas funções administrativas, ajudando a organizar a companhia. Afinal, a maioria dos alistados e incorporados eram do interior não tinham estudos e eu mesmo, sem ser bom estudante, podia ajudar, me destaquei e com isso, sempre que meu pai vinha para Recife, arrumava uma forma de estar em casa. Trocava serviços, conseguia uma liberação, de tal forma, quando meu pai chegava, estava deitado, em casa. Meu pai, balançando a cabeça, dizia: *Você não tem jeito mesmo*. Não troquei de cidade, desta vez fui de colégio a colégio. Variando de espaços, amigos, o que prejudicou também minha formação. Quando fui fazer vestibular, de Agronomia, fui reprovado a primeira vez. Sempre gostei de matemática, porém, uma equação de segundo grau que havia resolvido antes, pela manhã, cujo resposta tinha na memória, não conseguia resolver e chegar ao resultado. Perturbou muito meu desempenho e não consegui resolver, atrapalhando toda a sequência da prova.

Fui para um cursinho, onde vim a conhecer um grande amigo, até hoje, Mauro Carneiro dos Santos, meu compadre, sou padrinho de Juliana, sua

filha caçula. Menina com voz maravilhosa. Estudamos juntos, no coral do Carmo da qual ele participava e conseguiu com Frei Pio a autorização para estudar naquele ambiente no Convento do Carmo. Estudávamos durante todo o dia, a noite íamos para o cursinho. Tínhamos uma rotina de estudos. Na sexta, comprávamos um vinho de missa e bebíamos ao som de violão. Até hoje, Mauro, é um especialista de vinho. Evidentemente não mais, vinho de missa. Agora, com gosto mais apurado e com melhores condições financeira, fruto de muito trabalho, na área de solo, bebe coisas melhores. Acordamos fazer o vestibular em Areia Paraíba ao mesmo tempo que também realizamos em Recife, na ESA – Escola Superior de Agricultura. Os dois vestibulares não concediam os dias, o que possibilitou realizar simultaneamente e ao mesmo tempo as provas. Nos exames finais, aqui em Dois Irmão, fizemos a prova de cabeça raspada, sob o protesto de alguns futuros colegas. Porém, para mim, havia tirado um peso dos ombros, reprovado na primeira vez, queria desistir. Por influência de Tia Dora, em meu caso, continuei e quando aprovado, fizemos a opção de estudar em Recife, além da decisão de não estar se deslocando de um lugar para outro, como vinha fazendo anteriormente, resolvi criar e fincar raízes aqui em Recife.

2.1.2 O curso de Agronomia

Iniciei em 1968. Período difícil. Logo no início fomos hostilizados pelos veteranos. “Fera” não tinha vez de falar, de saber o que ocorria no embate forte existente na universidade. O primeiro ano foi muito complicado. O curso era anual. Estávamos começando um novo ciclo. Nossa profissionalização. Alguns professores fantásticos como Reis e Câmara Lima, apenas para destacar dois no início do curso. Lembro que em determinado dia, um colega saiu das aulas e não tínhamos notícias dele. Ficamos aflitos e temerosos. Fizemos uma reunião e colocamos no quadro os nomes e forma de contato de cada um. Nasce uma forte ligação entre nós, mesmo sendo muito diferentes entre si. Rejeitados, nos unimos e até hoje, nos encontramos no final de ano, para comemorar nossa conclusão de curso. A universidade era um vulcão em ebulição, diversos movimentos se confrontavam, envolvendo parte dos estudantes. Muitos de nós, entendíamos pouco o contexto em que vivíamos, inclusive eu. Voluntarioso assumi posições, porém, sem uma formação política. O Novo reitor, Prof. Adirson Erasmo de Azevedo, queria fazer uma nova universidade, foi

elaborado um plano estratégico para ampliação da mesma. A discussão de interiorização era ampla, com os professores que apoiavam e aqueles que eram contra. Disputas enormes e muitas vezes na perspectiva de reafirmar pontos de vistas pessoais. Esta era uma realidade que fomos descobrindo. Embates mais diversos e nós, a margem. A ditadura se ampliava, congresso fechado, cassações de estudantes e professores, fechamento de diretórios, na época fortes e atuantes. Professores foram indicados como interventores, Prof. Claudio Selva, foi nomeado para ser o interventor do Diretório de Agronomia.

No segundo ano, em 1969, começamos a ter uma atuação mais propositiva. Também, começamos a discutir sobre o que estávamos fazendo ali, na universidade. Paralelamente discutíamos a UFRPE, debatendo sobre a necessidade de os discentes ter sua própria representação. Conseguimos substituir o Prof. Claudio Selva, no Diretório Acadêmico de Agronomia por Paulo Correia de Oliveira Neto, porém seu pai, Francisco Correia, bloqueou sua posse, discutimos e terminei assumindo esta tarefa. Até hoje, pesa em mim esta decisão. Poucas coisas me arrependo na vida. Esta é uma delas. Evidentemente há aspectos positivos, porém há muita coisa negativa, que na época não soube analisar. Me marcou fortemente, principalmente pelo caminhar de minha vida profissional, onde fui me aproximando e entendendo as diferenças. Parece até que é um elemento escondido na agronomia, a questão ideológica, agronomia que é calcada na diversidade, que implica que todos tem um papel na natureza, embora se dê ênfase na especialização e mesmo no específico. Há uma politização velada, em nome de uma neutralidade, se salienta e se afirma a dimensão da tecnologia produtiva, agrônômica e mesmo da produção de mercadoria, reduzindo a importância do entendimento do papel do *homo*, ou também, das diferentes agriculturas existentes e de modos de vidas variados. Evidentemente não é uma coisa direta, é subliminar.

A universidade é um oásis onde tudo é possível, mesmo nossos professores atuando e diferentes órgãos públicos, na sala, seus ensinamentos teóricos contribuía para trabalhar conteúdos de forma contextualizados, se teoriza, sonha e muitas vezes se abstrai da realidade. Afirma-se o que gostaria que fosse, em detrimento do que é. Na vida profissional, fomos descobrindo outros caminhos, compreendendo melhor a natureza do semiárido,

conversando com camponeses, centrada na participação, na convivência entre contrários, no diálogo entre saberes científicos e populares, no respeito ao outro. Diferente da disputa ideológica em que vivíamos na UFRPE. Intransigência com o pensar do outro, consequentemente no respeito ao diferente.

Neste segundo ano do nosso curso de agronomia entramos em crise. Esta girava em torno de qual a perspectiva da agronomia? Qual seria nosso envolvimento como profissionais? Vejam, não estávamos em crise de empregos. Havia até várias opções. Estávamos em pleno desdobramento da “revolução verde”. Havia possibilidade em usinas. No setor público, por exemplo, na EMATER, na própria universidade, Sudene, BNB, INCRA, Ceplac, indústria de fertilizantes, entre outras. Porém, entramos em crise. Afinal, para que prepara a Universidade?

Para relato deste período, utilizo material de uma retrospectiva de nossa caminhada de quarenta anos, preparado para o evento Encontro de Gerações, realizado em 15,12,2011, o projeto de extensão coordenado pelo colega de turma e Prof. Gilvan Pio, que reunia os concluintes de 1971, nós e aqueles que concluíam em 2011.2. Posteriormente, foi reformulado com acréscimos e distribuído com os alunos das duas turmas de agronomia que iniciavam o semestre 2017.1 dando suporte a falas realizadas em 17.07.17².

Havia acabado a ilusão do primeiro ano. Agora começávamos a caminhar para o final. Que profissional iremos ser? Que se entende por Agronomia ou mesmo ciência agrônômica? Era uma crise de identidade. Uma crise de cidadania e de perspectiva de futuro. Haviam diferentes percepções e entendimento. Alguns não se interessavam e até ridicularizavam, principalmente aqueles já definidos. Muitos donos de terra, outros por diversas razões. Porém, um grupo resolveu avançar. Colocamos o assunto em debate, inicialmente entre nós e depois com os professores. Uma curiosidade. Não havia nenhum professor, doutor. Todos trabalhavam em outros órgãos, portanto não havia “dedicação exclusiva”. Atuavam no DPV, DPA, MAPA, IPA, alguns em empresas privadas, por exemplo, na área de mecanização. Trabalhavam em políticas públicas de fomento à

² TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto. Uma caminhada pouco mais de quarenta anos. Texto, distribuído com alunos do curso de agronomia, UFRPE, em 17.07.2017

produção agropecuária em órgãos estaduais e federais. Portanto, estavam atualizados com o que ocorria com a agricultura no estado. Sabiam detalhes e com isso possibilitava a discussão sobre o que estava ocorrendo e contextualizavam suas aulas e conteúdos a partir destas experiências.

Era outro tempo. Outros tipos de avaliação dos cursos e dos professores. Então os *papers* não pesavam tanto na vida acadêmica. As pós graduações ainda não eram uma realidade, o foco era a graduação e formava mais para a produção. Eram cursos, como ainda hoje, politécnicos, o que implicava uma relação mais próxima entre a teoria e prática. Hoje é distinto e aí é importante dizer que ser diferente não é ser melhor ou pior. Era outro contexto. Hoje tem a CAPES; ENEM, CNPQ. São outros critérios, outras orientações e outro cenário. Há a informática em uma vertiginosa ascensão. São muitas as informações e nem sempre de boa qualidade.

A universidade então deve oferecer, como antes, uma boa base teórica para poder possibilitar a compreensão do mundo com suas múltiplas e complexas realidades. Mas, que base teórica é esta? Discutimos pouco este assunto. A dimensão epistemológica é pouco discutida, de maneira geral. Aceita-se a técnica como um fato dado e sempre na perspectiva de uma coisa boa. Não conseguimos ver como seu uso, implica uma dimensão política. É como se a técnica fosse neutra. Partimos para especialização. Para as pesquisas de determinados aspectos. Aprofundando especificações, que muitas vezes nos leva a perder a visão do todo. Da realidade do dia a dia, do processo produtivo. Com isto não nego a importância de estudos e de aprofundamento, pelo contrário, entendo como fundamental.

Nesta angustia e procura, encontramos um interlocutor privilegiado. Humberto Carneiro, professor da disciplina de Agricultura. Várias vezes interrompemos sua aula para discutir alternativas. Outro que nos escutou: João Wanderley Costa Lima, este com uma equipe de “craques” (Clotário, Klinger e outros) desenvolviam trabalhos nas disciplinas de solos e ao mesmo tempo, na Embrapa, realizavam de estudos, com mapeamentos e classificação de solos.

Neste ano, conseguimos uma viagem a Fernando de Noronha, até hoje, registrado em nossas memórias. Uma curiosidade. Viajamos dividido em

duas equipes. A primeira no voo de ida, uma janela do avião da FAB se abriu e provocou uma grande confusão. Fui na segunda leva. A ideia era fazer um estudo de solo, com a competente equipe do Professor João Wanderley.

Finalmente, decidimos que seríamos agricultores. Aquele que vive da e na terra. Aquele que tem uma forma de viver, que pertence a um lugar e estabelece uma relação intrínseca e orgânica com a terra. Porém, pensávamos em ter uma boa qualidade de vida. Desta forma, não poderíamos trabalhar na perspectiva apenas da sobrevivência. Não entendíamos e aceitávamos que a agricultura é apenas para pobres, sendo assim, uma atividade pobre. Decidimos então trabalhar na perspectiva de produzir sementes e na prestação de serviços de extensão para outros agricultores na região onde nos instalássemos. O curioso é que neste ano as multinacionais não haviam ainda concentrado em suas mãos o negócio da semente e de venenos. Apenas quatro empresas, hoje, concentram mais de 60% do total de sementes e agrotóxicos no mundo (Santos e Glass, 2018:20). Para isso precisávamos escolher uma forma de organização que possibilitasse o exercício dessas atividades. Uma empresa? Uma associação? Uma cooperativa? Fomos atrás.

Porém, havia outras necessidades, a principal delas, acesso à terra. Onde iríamos implantar essa experiência? Dr. Humberto na época, Chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura, conseguiu uma viagem pelo São Francisco. Fomos de caminhão do DPV até Petrolina e depois vimos descendo. Gerson Quirino e Eu, olhando, vendo áreas do estado e do governo federal, principalmente. É bom lembrar que não havia ainda os grandes projetos de irrigação no São Francisco. Encantamo-nos pela ilha de Assunção em Cabrobó. Decidimos: é aqui. Talvez tenhamos sido sem saber, influenciados pelos fluídos emanados dos encantados do povo Trucá, indígenas que vive na região até hoje.

Havia outro problema sério. A organização do projeto produtivo. Que agrônomos precisavam este projeto? Todos deviam ser agricultores, porém quem seria os responsáveis por algumas áreas específicas de produção. Inclusive, o depois e o antes da porteira. Afinal, queríamos produzir tecnicamente, de primeira qualidade, para assim assegurar uma boa

qualidade de vida para todos, isto implicava uma equipe multidisciplinar. Começamos elencar as necessidades. Precisava alguém para coordenar a irrigação. Outro para sementes. Outro na mecanização. Outro na fertilidade. Fitossanidade. Solo e assim por diante, de forma tal que pudéssemos de forma articulada atender a área produtiva em suas várias dimensões. Porém, estávamos começando, nenhum de nós tínhamos noção do trabalho produtivo, a não ser, aqueles colegas que tinham uma relação mais estreita com a cana de açúcar ou mesmo criação de gado. Então, decidimos ver quem se responsabilizava em aprofundar estes temas e como poderíamos avançar. Novamente estão presentes nossos professores, abrindo possibilidade de estágios e apoiando estes aprofundamentos teóricos e práticos nas áreas escolhidas.

Paralelamente, com apoio, principalmente de Dr. Humberto, iniciamos nossas negociações para obtenção da área física. Fomos atrás do INCRA, marcamos audiência com seu Presidente e apresentamos nossa proposta. Voltamos à Secretaria de Agricultura do estado. Fomos ao DAC, Departamento de Apoio ao Cooperativismo, porque havíamos decidido aprofundar a questão do cooperativismo como possibilidade de ser o eixo de nossa organização. Fizemos cursos para todos os interessados. No entanto, existem vários tipos deste tipo de organização, entre elas, cooperativas, cujas características resumidamente indicamos a seguir. Participação, todos com iguais direitos e deveres. Gestão democrática. Remuneração do trabalho e não do capital. Cada homem um voto e entrada livre para qualquer um com os mesmos objetivos. Em tese outra lógica de organização, porém que exige resultados na produção e na distribuição. Uma organização econômica.

A essa altura já estávamos concluindo o terceiro ano. Já tínhamos a área física definida, a forma de organização, o foco na produção de sementes e na prestação de serviços aos demais agricultores das redondezas através da extensão. Faltava concretizar. E o principal ponto de estrangulamento era a terra. Todos elogiavam a ideia. Davam força. Porém, emperrava na questão do acesso à terra. Aliás, este é o ponto central de estrangulamento da agricultura, TERRA.

A essa altura começamos, já no quarto ano, a nos dispersar. O sono que acalentava o sonho foi ao despertar, se diluindo. Que ficou? Além do aprendizado com experiência em si, ficou efetivamente que nos envolvemos intensamente no aprofundamento das áreas escolhidas e hoje várias colegas são profissionais reconhecidos onde atuam, alguns chegam a ser referência não só no estado, mas e também fora dele. Minha área foi o cooperativismo, não apenas por escolha, mais e principalmente, porque nenhum colega se interessou pela temática. Sobrou para mim e que bom, passei a participar de eventos, de aprofundar os estudos desta forma de organização de trabalho, onde a participação e o processo democrático eram princípios importantes. Minha visão do mundo foi se alterando.

Durante o curso, desenvolvi duas pesquisas. Uma orientada pelo Prof. Vasconcelos Sobrinho e outra pelo Prof. Romero Moura, agora já no terceiro ano do curso. A primeira surge de uma discussão sobre evapotranspiração. Se discutia se uma superfície coberta por vegetação evapora mais ou menos água. Foram instalados uns experimentos, com área coberta e outras abertas e diariamente se fazia a medição. Resultado, a coberta baixava mais água que a descoberta, A segunda, os efeitos do arentan sobre o feijão, que resultou na minha primeira produção científica, publicada nos anais do evento.

No segundo ano, me aproximei dos esportes universitários a partir da Associação Acadêmica de Agronomia, que na época era dirigida por José Carneiro Maranhão Filho, Zequinha. Filho de um senhor de engenho, Cazuzá, que venho descobrir depois, que tem um papel importante nas ligas camponesas, sendo, ao dizer dos que o conheceram, um liberal.

No quarto e último ano, continuei na FAPE e aí cada vez mais me inserindo nas ações do cooperativismo estadual. Ao mesmo tempo, começamos a organizar nossa formatura. Tomei parte da comissão de formatura. Muitos dos formandos, eram os primeiros da família a concluir um curso de nível superior. Meu caso. O orgulho era muito grande e as famílias felizes por esta conquista. Tinha gente do Rio Grande do Norte, de Alagoas, Piauí, Paraíba e principalmente, de Pernambuco, de Recife e do interior. Muitos moravam em pensões, alguns em uma “casa de estudante” da UFRPE, em precárias condições. A maioria sem dinheiro. Lisos, mais felizes. Alguns

colegas já casados, batalhavam em diferentes frentes para sustentar a casa. Davam aulas, realizavam “bicos”, davam “nó em pingo d’água”, poucos que eram de Recife, tinham uma vida mais tranquila, principalmente os solteiros, por que os casados recifenses, a história era outra... Alguns outros começaram a estagiar em áreas de seus interesses e foram contratados próximo ao final do ano e assim, se formaram já empregados.

Foi, duro, divertido, sofrido porque afinal estávamos rompendo uma barreira até então intransponível para muitas famílias. Entendíamos por tudo isso que tínhamos motivo e razão para comemorar. De fazer uma bela formatura. Fizemos algumas festas para arrecadar recursos. Fizemos “livro de ouro” que passamos entre os professores e parentes. Como é caro e como dá trabalho fazer uma festa! Finalmente em 15 de dezembro de 1971, colamos grau. Realizamos uma missa na Basílica do Carmo, onde Frei Pio fez belíssima oração. Fizemos uma festa no Clube Internacional do Recife, para as famílias e amigos. Plantamos uma árvore, um pinheiro foi a espécie escolhida, tradição entre os concluintes de agronomia, onde fui o orador (cujo texto está incluído na parte Diversidade V). Mauro Carneiro foi o orador da cerimônia de graduação que ocorreu no Teatro Santa Izabel. Fizemos uma bela conclusão de curso. Realizamos uma bela despedida deste momento importante para tantos. Agora descortinava outros desafios.

Vinte e cinco anos depois, plantamos na Praça de Dois Irmãos, outra árvore, desta vez, um baobá, árvore de origem, africana da família Bombacáceas, espécie *Adansonia Digitata*. Que significa esta mudança? Sinal dos tempos?

Depois das festas vem a vida profissional. São várias as direções tomadas pelos colegas. UFRPE, Emater. Incra, Usinas de cana de açúcar, Embrapa, suas propriedades, empresas privadas de fertilizantes, solos, alimentos, alguns foram para o mestrado e continuaram na universidade. Foram para vários estados, todos empregados.

2.2 Esportes universitários

O esporte universitário, este tema merece um certo destaque. Tem seu reconhecimento e fundação em 09 de agosto de 1939 por acadêmicos, representantes de Federações Universitárias Estaduais (FUES) e

agregações reunidos no Rio de Janeiro. A CBDU foi oficializada dois anos depois pelo Decreto nº 3.617, de 15 de novembro de 1941, assinado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas. Este decreto-lei organizou as atividades desportivas do Brasil, incluindo a oficialização do desporto acadêmico e o reconhecimento da CBDU como gestora. A CBDU é filiada e membro fundador da Federação Internacional do Esporte Universitário (FISU). No início do século XIX, o esporte competitivo deu seus primeiros passos, guiado pelo pai das Olimpíadas modernas, o Barão Pierre de Coubertin. Foi nos Estados Unidos, Inglaterra e Suíça que foram realizadas as primeiras reuniões interuniversitárias. Eles gradualmente levaram ao surgimento de associações esportivas universitárias, a primeira que surgiu nos Estados Unidos em 1905. A Confederação Internacional de Estudantes foi fundada em 1919, em Strasbourg, na França e foi o Comitê de Esportes desta organização que lançou os primeiros Jogos Universitários Mundiais em 1923. A primeira competição esportiva mundial, com a presença de dez países.

Os jogos universitários brasileiros, ganharam dimensão após a promulgação do Decreto n.3617 de 15/09/1941³, criando a Confederação Brasileira de Desportos Universitários, com unidades em cada estado da federação. Neste Decreto são instituídos “os Jogos Universitários Brasileiros, com o caráter de competições nacionais, a serem realizados bianualmente. Ficam considerados como Primeiros, Segundos e Terceiros Jogos Universitários Brasileiros, respectivamente, a Primeira Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em São Paulo, em 1935, os Jogos Universitários de Minas Gerais, realizados em 1938, e a Segunda (Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em São Paulo, em 1940”. Em Pernambuco, foi criada a FAPE, em 12/11/1941, com o nome de Federação Acadêmica de Pernambuco, formada pelas associações acadêmicas das unidades de ensino superior estaduais. O objetivo é de estimular o esporte universitário brasileiro, cuja primeira competição data de 1916, envolvendo os universitários de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1935, outra competição foi realizada desta vez com ampliação de além dos dois citados anteriormente, do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal. Depois da criação da CBU a competição esportiva foi se ampliando, e na década de setenta, os jogos universitários brasileiros ganhou uma grande dimensão,

³ Brasil. Decreto n. 3617, presidência da República de 15 de setembro de 1941.

com realização anual de competições, sendo em 1970, em Brasília, 1971, em Porto Alegre, 1972, em Fortaleza e 1974 em Belém, período que participei nas atividades esportivas. Com menor intensidade nos dois últimos anos, porque já formado, trabalhando me dediquei a questão de minha carreira profissional.

Vale ressaltar, que não tinha habilidade esportiva, principalmente, para disputar alguma competição nacional, diferente de Zequinha que era da seleção Pernambucana de Voleibol. Em 1969, nos jogos estaduais, portanto no segundo ano, participamos das competições em várias modalidades, sendo que futebol era uma das modalidades forte da equipe de Agronomia. Em 1970, para conhecer Brasília e participar dos jogos, comecei a treinar lançamento de dardo, com apoio do amigo, que era um dos menores indicadores exigido, porém não obtive sucesso. Na formação da caravana, com contratação de ônibus, foi oferecida para alguns “Lunfas⁴” alternativas, porque não havia mais vagas, no meu caso, uma passagem pela Princesa do Agreste. Topei.

Com pouco dinheiro, porém, com transporte, alimentação e hospedagem garantida, lá fui eu. Entre Recife e Caruaru, onde havia uma parada com bastante tempo, procurei me informar com o motorista como seria a viagem, possibilidades de sentar na mesa dos motoristas e assim, ter acesso a comida. O motorista afirmou que uma forma, era vender a cadeira, onde eu estava e aí, com farda de motorista poderia percorrer a distância entre Caruaru a Brasília. Com esta solução investi meu dinheiro na compra de sandálias e outros materiais na feira de Caruaru e segui viagem. Ao chegar em Brasília fui para alojamento da delegação me incorporando ao grupo de atletas e dirigentes. Ficamos em um quartel. Pesquisando, soube de uma crise com equipe de Basquete feminino, que estavam em um local afastado e sem apoio. Me propus a apoiar o grupo o que foi aceito. Consegui um ônibus para dar uma volta, comecei a buscar melhor a relação e a integração da equipe com a delegação. Resultado, fomos o terceiro lugar na competição e as meninas me entregaram uma das medalhas, uma vez que dirigente também era condecorado. Voltei Diretor de Basquete feminino da FAPE.

⁴ Termo utilizado na época para aqueles que acompanhavam a delegação sem serem atletas e nem dirigentes.

Ah. As sandálias e outros materiais comprados em Caruaru, fizeram o maior sucesso, vendi tudo e na volta a Recife, ainda consegui trazer algum dinheiro. Na eleição para o mandato seguinte, fui eleito Vice-Presidente da FAPE. Fui chefiando a delegação, com quatro ônibus para Porto Alegre. Viagem longa, sempre ia no último ônibus e em uma madrugada, fui avisado que havia outro ônibus parado, desci, e sofri um choque térmico. Vinha no veículo com calefação, e ao descer encontrei uma temperatura baixíssima, fiquei parado tremendo, retornei e aí alguns companheiros, tinham comprado umas garrafas de “fogo paulista” e depois de beber uns goles, voltou tudo ao normal. Ainda hoje, sinto aquele frio. Mas, aquele era eu, de fazer as coisas sem pensar nas consequências. Outro aspecto, foi que os remadores inventaram de levar um bumba meu boi para o desfile, o que além do trabalho, exigia espaço nos ônibus. Foi um sucesso, no desfile de abertura. Fizemos uma campanha espetacular em números de medalhas e inclusive fomos coroados como campeões do desfile de abertura. Efetivamente, a delegação estava linda e o bumba meu boi fez a diferença. Viva os remadores.

2.3 Digressão II: Tempo duro, apagaram a luz, com fuzil nas mãos (período 1964 – 1980)

Muitas transformações aconteceram no mundo e no Brasil. Há um processo de recuperação europeu, devastado pela guerra e como anteriormente registrado, houve uma recuperação do parque industrial europeu. Havia recursos humanos neste continente, ou seja, um capital social e assim a recuperação com a tecnologia de guerra foi rápida. A guerra, que continua nos anos sessenta em outros espaços, agora na Coreia, (será que em algum momento foi interrompida?), continua a ser para os países industriais seu principal foco econômico. Aliás, desde os tempos remotos, a guerra e a busca pelo poder, se constituem o elemento motivador para as conquistas.

A indústria bélica divide suas atenções para produzir armas e também, para canalizar a tecnologia com adaptações para outros produtos. O tanque se transforma em trator e outros veículos. A química avança para transformar determinadas substâncias em venenos e insumos, para uso generalizados. A física avança para o chip. A biologia trabalha em novas sementes, inclusive com aquelas geneticamente modificadas. A modernização

implanta novas bases de consumo, tecnologias novas e o capital continua seu processo de reprodução e de crises. Na economia global, novas ações foram oferecidas, principalmente pela iniciativa de Margareth Thatcher, Primeira Ministra da Inglaterra e Ronald Reagan, Presidente do Estados Unidos, que estabelecem uma série de desregulamentações referentes as aplicações financeiras, estimulando de vez a liberdade para que o capital tenha outra lógica. Agora são aplicações financeiras, paraísos fiscais e assim por diante, estabelecendo uma teoria dita “liberal” na economia. As fronteiras são novamente ultrapassadas. A economia passa definitivamente a ser mundial.

O capital que no primeiro momento tinha na produção sua base, passando em seguida, para o consumo agora, se reproduz tendo como foco, o próprio capital. Wallerstein, defende que o “capitalismo é antes e acima de tudo um sistema social histórico” (1985:9). No primeiro caso, é evidente a necessidade da força de trabalho que é remunerada ou não, para produção. Porém, esta, à medida que apresenta excedentes, necessita ser canalizada através de distribuição para o consumo, gerando excedentes que são reaplicados ou dirigidos para poupanças. No entanto, é preciso explicitar a questão do trabalho. Explicita. “Foi no contexto de tal estrutura doméstica que começou a se impor sobre a classe trabalhadoras uma distinção social entre trabalho produtivo e improdutivo” (Wallerstein, 1985-20) e continua “o trabalho produtivo era feito fora da casa, “no local de trabalho”. O trabalho não produtivo era feito dentro de casa”. Tendo como consequência na visão deste autor que “assim se institucionalizou o sexismo. O aparato legal e paralegal de diferenciação e discriminação de gêneros foi consequência absolutamente lógica dessa valorização diferencial básica do trabalho”. (1985:21)

Aplicações financeiras, principalmente pela aplicação de fundos, que passam a comprar papéis, principalmente dos governos, e assim se reproduz. Nas palavras de Gaspar (2015:275) “Como decorrência dessa nova situação, assistiu-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a uma miríade de movimentos de contestação antissistêmicos em todo o mundo, que atravessavam um amplo espectro político e ideológico, com fortes conotações culturais. Referimo-nos a revoltas estudantis em praticamente todas as grandes cidades do mundo rico (dos quais a revolta de 1968 em

Paris é a mais impressionante expressão), mas também em muitas metrópoles do terceiro mundo; massivas mobilizações pacifistas e de desobediência civil (contra a convocação à guerra do Vietnã nos Estados Unidos, por exemplo). De igual modo, governos nacionalistas ou reformistas, de forte conteúdo anti-imperialista, bem como movimentos guerrilheiros de esquerda que algumas vezes chegavam (ou ameaçavam chegar) ao poder representavam outros elementos de instabilidade a até então aparentemente inabalável ordem mundial do pós-guerra.”

Também na agricultura ocorrem modificações. Nesta, a proposta é a “revolução verde”. As adequações tecnológicas para a agricultura buscam a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produção por hectare e assim, o lucro, foi denominada de Revolução Verde.

A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown, que disse a um pequeno grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento dos países com déficit de alimentos “é a Revolução Verde, feita à base de tecnologia, e não do sofrimento do povo”. Belas palavras. Porém, a realidade é outra. A fome e o sofrimento do povo continuam. A subordinação ao capital financeiro e industrial, transforma a produção agropecuária em matérias primas e a lógica é, a exemplo da indústria, se implantar “linhas de produção” e a produção para exportação, principalmente de grãos para os rebanhos dos países ditos desenvolvidos ou industrializados. Lucro não rima com ecologia, embora cresça a ideia do “capitalismo verde” com sequestro de carbono e outras, na mesma linha. Resultado, no sistema mundo capitalista, se agrava uma grande crise civilizatória, cujo aspecto mais visível é a crise ambiental, ameaçando as diversas vidas no planeta. Até porque valores, ética são aspectos subjetivos, as vezes abstratos, que não se quantificam. O ambiente pode ser medido e avaliado. Os valores e a ética, vividos no cotidiano, sentidos.

Embora novas técnicas agrícolas tenham sempre existido (Mazoyer e Roudar, 2010), seja pela colonização de novas terras, descobertas de agricultores e órgãos de pesquisas, de novos conhecimentos e novas formas de usar os elementos da natureza. Porém, os resultados expressivos foram

obtidos durante as décadas de 1960 e 1970, onde países em desenvolvimento aumentaram significativamente sua produção agrícola. É na agricultura mais uma vez que se deposita a perspectiva de ampliar a reprodução de capital, transferência de capitais para as áreas urbanas, seja na industrialização, ou no consumo.

Há reações como sempre ocorreu na humanidade. Jovens se recusam ir à guerra, que para eles não havia sentido a existência das mesmas. No entanto, avançam com o movimento hippie a contestar o modo de vida existente. Pregam paz e amor. Liberdade. Feminismo. Nos países industrializados, ditos modernos, percebe-se a necessidade de mudanças de rumo. Nos Estados Unidos, em 1989, “com la publicação de libro *Alternative Agriculture*, por parte da National Research Council (1989) propõe una reconversión ecológica de sus sistemas agrícolas” (Toledo, 1991:354). Na introdução da publicação *La tierra. Mitos, Ritos y Realidades*, os editores chamam a atenção: “segundo o informe Brundtland, em tanto la producción de cereales y carne no ha llegado a triplicarse, la aplicación de fertilizantes químicos se ha tenido que multiplicarse por nueve; y los insecticidas y, nada menos por treinta y dos. La cantidad de fertilizantes aplicados entre 1964 y 1984 há pasado de 29,3 kg por habitante y año a 85,3. De hecho la eficiencia energética ha sufrido un notable descenso, llegando a ser menor que la unidad. Em outros termos, alguns tipos de agricultura y ganadaria intensivas consumem más energia que la que generan em forma de produtos agrícolas y animais. Se requiere, por ejemplo, 2,8 veces más energia para producir leche que la que ésta proporciona; 7,7 veces más para producir huevos; 10 veces más para la carne de pollo etc. Como há dicho Howard T. Odum, el hombre industrial ya no come patatas hechas a partir de la energia; ahora como batatas parcialmente hechas de petróleo.” (Gonzales e Gonzalez de Molina, 1991:21)

A França denomina este período até 1975, como “anos gloriosos”, conforme Wanderley (2018:19) em sua obra “Uma singularidade histórica”, quando esclarece na apresentação do livro, onde detalha as páginas seguintes de sua obra “A modernização da agricultura no período conhecido como os trintas anos gloriosos é objeto dos capítulos 2 e 3. Fim das guerras; nova etapa do desenvolvimento capitalista. A Franca, como

toda a Europa, está totalmente dedicada à sua reconstrução. A agricultura está na linha de frente desse projeto, adotando uma via própria para a sua modernização. Tema forte: a mudança social e sua principal consequência, a integração da agricultura à economia e à sociedade francesa. A questão fundiária é socialmente resolvida com a garantia da segurança jurídica para os camponeses. A metamorfose foi rápida e eficiente. Exigiu um enorme esforço dos camponeses em todos os seus planos de vida e do seu trabalho, mas lhe possibilitou evitar a dominação de grandes propriedades movidas a trabalho assalariado e, em consequência, a proletarização, que consideravam o “perigo maior”. Ao mesmo tempo, assegurou uma evidente elevação do nível de vida e do acesso ao consumo, aproximando os habitantes do campo e das cidades. A família não é mais a mesma, mas continua família, predominando na agricultura francesa, onde não existem latifúndios. Mas, atenção esse processo é profundamente seletivo, desde sua concepção e enfrenta limites e impasses.”

È neste cenário de transformações, de avanços e retrocessos que iremos atuar, profissionalmente. Pressionados pela tecnologia da “revolução verde” por um lado e por outros por milhares de camponeses que não tem acesso a modernidade e mantém uma forma de vida afastada, embora sofrendo, destas disputas. Ao fazer opção pela cooperação, não aquela usada em larga escala pelo capital, mas aquela que valoriza o talento e a autonomia das pessoas, que buscamos atuar. Na agricultura, a escolha foi por tecnologias adaptadas a cada situação. A realidade cada vez nos empurrava para reafirmação destas linhas. Podemos dizer na contramão da história. Defendendo utopias, trabalhando na valorização do campesinato, buscando identificar experiências e saberes dos povos tradicionais. Trabalhando no concreto e de maneira geral, na perspectiva da educação como processo libertadora, como nos ensina Paulo Freire (1974 e 1983). No entanto, fomos descobrindo como era necessário estudar. Compreender estas novas realidades. Fazer sínteses que permitisse a partir da realidade e da situação dos diferentes grupos, tentar avançar. Evidente, não na perspectiva apenas individual, e sim de forma coletiva, na complexa e ampla malha social e seus desdobramentos na economia, política e fundamentalmente nas culturas.



Foto de Rômulo Tavares Ribeiro

Diversidades III. Do cooperativismo à Agroecologia e suas interfaces

3.1 Cooperativismo e extensão

Fui convidado e aceitei continuar na universidade, sendo nomeado diretor do NID, Núcleo de Interiorização e Desenvolvimento da COATE. Coordenação de Atividades de Extensão. Em 05/04/1972, através de Ordem de Serviço do Coordenador da COATE, Prof. Marcos Diniz Cavalcanti, fui nomeado para responder pela Divisão de Práticas de Ensino e Formação Profissional. No desempenho desta função realizamos diversos cursos. Clube agrícola, Suinocultura (Pedra), Apicultura (local a ser indicado pela Cooperativa de Apicultores do Estado de Pernambuco), Caprinocultura (Petrolina), Avicultura (São Bento do Una), Cotonicultura (Surubim), Bovinocultura (Venturosa), Cooperativismo (Garanhuns), Preparo de alimentos, Jardinagem (Garanhuns), Irrigação para estudantes universitários (curso de férias, incluindo estágio de 20 dias no vale do São Francisco), Liderança, capacitação de pessoal da obra social Santa Isabel em parceria com a LBA (Legião Brasileira de Assistência, através de convênio assinado com a UFRPE para realização de atividades de capacitação profissional), Tecnologia e conservação de alimentos para associados de cooperativas do agreste meridional, comunicação social,

(elaboração de programas de rádio educativa a partir da rádio clube e outras), Capacitação de domésticas, treinamento de monitores para aproveitamento de produtos agrícolas da região do agreste meridional (Garanhuns). Operação Azul e Branco para atendimento médico-social de comunidades em Recife, hidráulica, irrigação e drenagem (Cabrobó). Foi uma rica experiência, porém, muito dentro da lógica da universidade. Focada em técnicas agronômicas.

Pela Portaria 26 de 12/03/1973, fui nomeado Diretor do Centro de Estudos Cooperativo da UFRPE, criado pelo Decreto n. 71867 de 27/02/1973, publicado pelo DOU 01/03/1973 sendo exonerado do cargo de Diretor do oitavo Núcleo de Integração e Desenvolvimento da COATE.

Este Centro atendeu uma reivindicação dos participantes do II Encontro Estadual de Cooperativismo, realizado em Recife, no período de 10 a 11 de setembro de 1971 (Tavares, 1973). Através de um abaixo assinado, propondo a criação do Instituto de Pesquisa e Estudos cooperativistas. Ratificado no V Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado no período de 21 a 24 de setembro de 1971, em Salvador, Bahia. Através da aprovação de proposta realizada pela Organização das Cooperativas de Pernambuco, por entender seu alto interesses para a pesquisa e estudos dos cooperativistas naquele Centro Nordestino”.

O Conselho Universitário em reunião do dia 13 de junho de 1971, aprovou por unanimidade de seus membros a proposição encaminhada modificando, de acordo com o parecer do relator do processo, o nome para Centro de Estudos Cooperativistas, a fim de ajustar-se à nomenclatura preconizada pela Reforma Universitária. O Reitor Adilson Erasmo de Azevedo, através da Portaria 240/72 de 27/11/1972, criou um grupo de trabalho, sob a Presidência do Prof. Luiz de Góes Vieira para elaborar o Regimento Interno do referido Centro. Finalmente, O Diário Oficial da União, de 1/03/1973, publicou o Decreto n. 71867 de 27/02/1973 criando no quadro único de Pessoal, na parte do Sistema Suplementar o cargo de Diretor do Centro de estudos Cooperativos.

Esta reivindicação, obteve apoio da Assembleia Legislativa de Pernambuco, que aprovou através do Requerimento n. 569, em 14 de

setembro de 1971, um voto de congratulações a Universidade Federal Rural de Pernambuco, comunicado ao Reitor, através de Ofício n. 641/de 17 de setembro de 1971, do Sr. Antônio Correa de Oliveira, então Presidente da Assembleia. Também, através de Ofício n. 112/71 de 04 de outubro de 1971, o então Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, afirma:” Com imenso entusiasmo, vejo chegar, numa área de nível superior o anseio de se buscar, por intermédio da ideia cooperativista, as melhores formulas para os principais problema que entrevam o desenvolvimento do Brasil”.

Como relatado anteriormente, atendendo reivindicação a UFRPE cria uma área específica de formação em cooperativismo, depois de algum tempo, sempre se precisa de tempo na universidade para qualquer mudança. É todo um procedimento burocrático para criar algo novo. Finalmente foi criado um Centro de Estudos em Cooperativismo e em função de minhas ligações e articulações fui indicado e nomeado Diretor. Corri atrás. Sem sede, sem pessoal, sem recursos. Fizemos muitos contatos fora da universidade. Em um deles conseguimos um “voluntário da paz” como eram chamados americanos que se dispunham a apoiar ações em outros países. Um senhor velho, sábio, que nos orientou e apoiou em várias dimensões, principalmente no que diz respeito a organização do Centro. Conseguimos negociar com a SUDENE recurso financeiro para oferecer um curso para gerentes de cooperativas do Nordeste. Passei quase quatro meses no Seminário Cristo Rei em Camaragibe. Quando conheci melhor a aquela cidade. O penarol, cacique, clubes da cidade que as noites de sábado realizavam festas. Foi um trabalho e tanto, com a participação de Celso Lins, conseguimos realizar o curso que foi muito bem avaliado pelo órgão financiador e principalmente pelos participantes. Evidentemente tivemos dificuldades internamente. Quando surgiu o dinheiro, o órgão na UFRPE de educação continuada quiseram assumir as tarefas. Foi um embate duro, porém terminou por ser de responsabilidade do Centro a execução do convênio e do curso.

3.2 ASSOCENE

Esta caminhada, de muito trabalho, iniciada no período de estudante no Cooperativismo, e com desdobramento na universidade, possibilitou um convite para trabalhar, coordenando o Departamento de Treinamento da

ASSOCENE, Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste, que tinha o apoio da Fundação Friedrich Naumann da Alemanha, da Sudene. Criada pelas cooperativas da região em agosto de 1974, fui um dos primeiros técnicos contratados, em 15/10/1974, assumindo o departamento de formação e treinamento. Posteriormente em 1976, com retorno de Paulo Melo para a Sudene, assumi a Secretaria Executiva. Havia de minha parte uma certa presunção de que podia dar conta do desafio. Porém, não imaginava tão difícil pela inexperiência, complexidade e amplitude do trabalho. Tive que trabalhar muito e estudar, no entanto, sempre contando com os companheiros de trabalhos para discutir posições, estratégias e ações a desenvolver. Foi muito duro.

A estrutura da Associação era formada por uma assembleia geral, constituída por cooperativas filiadas, um conselho fiscal e inicialmente com três departamentos. Formação e Treinamento, Comunicação, Consultoria e Auditoria. Depois foi separado as áreas de auditoria e consultoria. Além da área administrativa. Paulo de Oliveira Melo, Técnico da Sudene assumiu a Secretaria Executiva e no primeiro número do Jornal Ponteiro, de janeiro/março de 1975, foi informado a composição do quadro técnico: Marcilio Vital de Paula, José Carlos Pereira Lago, Wladimir Alves Gomes, Walter Juarez da Silva Caminha no departamento de Consultoria e Auditoria. Carlos José Mendonça e Jorge Roberto Tavares de Lima em Formação e Treinamento e Marconi Oliveira da Silva no Departamento de Informação e Documentação. Posteriormente foi realizada uma estruturação ampliando e separando os departamentos de auditoria de consultoria e trocando o nome de informação e documentação para comunicação. Chegamos a ter aproximadamente 60 técnicos Deve ser dito, que o recrutamento de técnicos ocorreu entre aqueles que trabalhavam com desenvolvimento rural e alguns como foi meu caso e o de Carlos Mendonça, que era do BNB que já trabalhávamos com o cooperativismo. No setor de comunicação, o recrutamento se deu a partir de pessoas (Marconi de Oliveira, e posteriormente, Malaquias Anselmo, Raquel Reis e José Rocha), que se formaram no CECOSNE, entidade pioneira na formação universitária de comunicação social em Pernambuco, realizado em convênio com a UFPE, criado e desenvolvido através da liderança de Armia Escobar Duarte, a Madre Escobar. Figura emblemática e importante na formação de profissionais de comunicação.

No primeiro momento foi de conhecer as cooperativas da região e apresentar a ASSOCENE. Viajei por toda a região. De carro, podemos observar e ampliar laços. Foi constatado diferenças, disputas, vidas diferentes daquelas as vezes apontadas na universidade e mesmo distintas daquelas do Recife, onde vivi estes anos. Fizemos leituras dos problemas e entraves, nas nossas perspectivas e daqueles que trabalham no cooperativismo regional. Nem sempre são os mesmos. Respeitar e entender a visão dos outros é um passo importante para identificar demandas e assim estruturar os serviços a serem oferecidos. Identificamos desigualdades e um mundo completamente diferente daquele que vivi na infância, exploração, falta de acesso as políticas públicas porque dirigida aos grandes. Desrespeito. Autoritarismo. Falta de oportunidades. Um mundo vai descortinando aos meus olhos. Como nos alerta Brandão: “A diferença é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade; a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou.” (1986:7).

De fusca cruzei de um lado para outro estes sertões. Foi uma pós-graduação, se me permitem. Conheci a diversidade e a riqueza da região, abandonada ou com grandes obras, que nunca chegam aos camponeses. Mas, é bom ressaltar, graças a fundamentação teórica pude ver e não apenas olhar, pude escutar e não apenas ouvir. Pude fazer sínteses que respaldaram minhas falas, assim pude dizer e não apenas falar. Muitas verdades foram reveladas e outras tantas desmistificadas. Nas bodegas, associações, nos sítios, nas cooperativas fomos aprendendo, conversando, escutando avançando em nossa formação. Comendo alimentos diferentes, porque depende de cada região, que revela identidades, participando de festas com ritos e religiosidades, diferentes. Compreendendo, o porquê de plantar naquela parte do solo e naquelas condições. De selecionar sementes e guardar para plantio futuro. Outro mundo. De ser como se é. Outras culturas, outras formas de analisar o mundo, de enfrentar os obstáculos e tomar decisões. Diferente de nós, urbanos, e nem por isso, mais ou menos importantes. O movimento é constante e evolui rapidamente.

Aprendendo a regular os pneus (depois de ter dois estourados e ficar na estrada) para enfrentar altas temperaturas nos sertões nordestinos.

Dormindo em vários lugares, postos de gasolina, onde não havia hotéis ou pousadas. Aprendendo com a diversidade, identificando as oportunidades, o modo de vida que revela o enorme saber camponês, usam um linguajar sinuoso, não é um “papo reto”, vem cheio de metáforas, simbologias que é muito difícil entender no primeiro momento. É outra linguagem. Que novamente nos remete a Paulo Freire e seu conceito de *invasão cultural*. É uma exigência do técnico conhecer o local, as pessoas, seus valores e seus conhecimentos. Até porque inicialmente, o camponês, se apresenta timidamente, quando a confiança se amplia, aumenta a comunicação e verifica-se a força e a intensidade de adaptações ao ambiente, que nos mostravam caminhos, que nem sempre estava relacionada com a produção e sim com a organização, com o extra porteira. Indicando como possibilidade de trabalho, a necessidade de aprofundar a autonomia. Seja econômica, política, social, cultural. Muitas destas áreas que não oferecemos muita atenção. Foi com esta experiência, conversando, compreendendo, que fui me acercando dos projetos comunitários e de tecnologias alternativas. Formas que entendem a agricultura como um campo complexo de relações entre seres vivos, e para o caso do nordeste, região tropical, fui me aproximando dos escritos de Duque (1964, 1973, 1981 e 1982), de Vasconcelos Sobrinho (1971 e 1972), na perspectiva de entender a riqueza e as singularidades do Nordeste, região em possibilidades e de oportunidades, que nem sempre passa pela irrigação, afinal temos a irrigar aproximadamente 5% da região. Que fazer com os demais 95%? Que tecnologias precisamos? Que modelos produtivos diversos e complementares são mais adequados? A transição do combate para convivência com a Seca indica muitas alternativas e muitos campos para a Agronomia, principalmente para atuar no semiárido.

Um ponto a destacar, na sua maioria os funcionários das cooperativas eram recrutados na região ou mesmo do serviço de extensão da região, técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários que em seus cursos de graduação pouco discutiram sobre cooperativismo. Da mesma forma, ocorreu no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais estados líderes no cooperativismo brasileiro. Os dois primeiros na produção de grãos, o terceiro de carne, se finalmente o último com uma forte presença nos laticínios. Em outras palavras sem uma formação teórica em cooperativismo. Se aprendia na prática. O que revela a necessidade de uma

atuação das universidades na formação de quadros para o cooperativismo. O que aliás deixa muito a desejar.

A UFRPE, resolveu encerrar o Centro de Estudos Cooperativo e apenas no Rio Grande do Sul, a UNISINOS com os competentes Roque Lauchner e José Odelson Schneider, desenvolviam estudos com outros professores, oferecendo cursos de cooperativismo trabalhando assim, na formação e coordenando a *série cooperativismo*, da Revista Perspectiva Econômica⁵ com publicações de diferentes artigos de vários autores. Deve ainda ser ressaltado outra instituição, neste mesmo estado, a FIDENE, que embasada em trabalhos comunitários de base, liderados por Mário Ozório Marques, desenvolveu trabalho de educação não formal em cooperação para e com as famílias de agricultores e posteriormente se transformou na UNIJUI. Também deve ser registrado o trabalho na USP, através de Diva Benevides Pinho, que publicou bastante sobre a doutrina cooperativa e Maria Henriqueta Magalhães que se dedicou ao estudo da contabilidade cooperativa.

Neste período, funcionava o BNCC, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, uma vez que era incipiente as cooperativas de crédito. Neste Banco conheci uma figura ímpar, competente, articulado chamado Eugênio Giovenardi, também gaúcho, que participou do Encontro de Lavradores em Belo Horizonte, onde foi definido pela assembleia que a reforma agrária deveria sair “na lei ou na marra”. Ousadia de quem imaginava ter mais força e organização que realmente se tinha. Porém, face as circunstâncias, as desigualdades, injustiças decorrentes da enorme concentração fundiária, porque não ousar? Eugênio contribuiu muito com a ASSOCENE, discutindo, ensinando, questionando e chegou a desenvolver uma metodologia para enfrentar a pobreza, ao qual denominou ITOG. No curto espaço do governo de Tancredo Neves, assumiu a coordenação de um grupo, do qual fiz parte, para elaborar propostas para o que na época veio a se chamar “nova república”, que entre outras políticas, foi criada a Secretaria Nacional do Cooperativismo, SENACOOOP, unidade do Ministério da Agricultura, que deveria fomentar e apoiar as políticas públicas de apoio ao cooperativismo brasileiro, tendo Eugênio assumido a coordenação deste órgão por um curto período.

⁵ Perspectiva Econômica. Revista da Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo. Rio Grande DO Sul. Cujo primeiro número foi publicado no primeiro semestre de 1966. Semestral inicialmente com o nome Vale do Rio dos Sinos e que continua até hoje, com modificações e ajustes que se fizeram necessários.

Aliás deve ser dito, que além de grãos no Sul, algodão no Nordeste, o trabalho com laticínios foi um dos produtos onde as cooperativas atuaram com bastante competência, em todo o Brasil, no caso do nordeste podem ser citadas como exemplo da Cooperativa Central de Leite na Bahia e Cooperativa Sergipense de Laticínios (CSL), liderada por Manoel Messias. Outro aspecto que merece ser ressaltado foi da atuação da igreja, em Sergipe, apoiando os sem-terra, sem oportunidades e buscando valorizar processos educativos e uma ação forte na construção de cooperativas a partir dos agricultores em seus locais de atuação. As cotas partes destas cooperativas eram integralizadas, através de pequenos animais ou outra poupança existente uma vez que dinheiro era raro entre os associados destas cooperativas, como é no campesinato de maneira geral nesta região. Desta forma, o cooperativismo sergipano, tinha uma característica completamente diferente das demais do Nordeste. Tinha uma forte conotação popular e de organização a partir de seus associados.

Deve ser registrado que o cooperativismo mais forte economicamente na região nordeste era aqueles do Ceará, Rio Grande do Norte e posteriormente a Paraíba que trabalhavam com algodão; principalmente o Ceará, com uma forte cooperativa central, que articulava o sistema processando industrialmente e comercializando pluma e produtos beneficiados do algodão, inclusive abrangendo as cooperativas do Rio Grande do Norte. Administrada por José Apolônio de Castro Figueira, economista de grande capacidade e liderança, que também foi presidente da ASSOCENE neste início. Em Pernambuco, o cooperativismo girava em torno da COCANE, Cooperativa Central do Nordeste, que atendia a região através de compra em comum de insumos agropecuários e distribuía para todo o Nordeste, tendo na presidência Aluísio de Freitas, presidente também da cooperativa agropecuária de Arcoverde, que contribuiu sobremaneira na organização de nossa organização regional, assumindo como executivo, enquanto Paulo Melo se descompatibilizava da Sudene, contratando assim os primeiros técnicos e assinado a carteira de trabalho dos mesmos, inclusive a minha..

A seguir faremos um pequeno detalhamento das ações desenvolvidas por departamento. No Departamento de Consultoria. Nesta área não conseguimos desenvolver uma proposta consistente. Buscamos oferecer

apoio na elaboração de projetos, que não prosperou. Oferecer propostas de reestruturação administrativa que não se viabilizou. Tentamos várias opções, entre elas a comercialização. Assumimos um posto na CEASA, que era da Cooperativa do Treze, em Sergipe e focamos na venda de laranja e outras frutas. Na prática, porém a teoria é outra. Não logramos êxito.

A auditoria, no Brasil⁶, “os primeiros escritórios de auditoria apareceram na década de 1950. A partir de 1970, com o desenvolvimento do Mercado de Capitais, estes escritórios tomaram grande impulso”. Com o surgimento de exigências pelo INCRA de auditoria em cooperativas e do grande problema contábil nas cooperativas, foi recrutado técnicos de empresas de auditoria no mercado. Foi contratado Fernando Rocha, sênior de uma empresa de auditoria, profissional com grande experiência no ramo e com muita sensibilidade para questões sociais. Chegamos a ter uma equipe de 12 técnicos nesta área e realizamos auditoria no Pará, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Paraíba e rio Grande do Norte. Um desafio se impõe. Realizar auditoria em Cooperativas.

Esta é também uma área pioneira desenvolvida pela ASSOCENE. No entanto, com enormes questionamentos e porque não dizer contradições. Que é uma contabilidade em cooperativas? Que seria então uma auditoria nas cooperativas? Há uma legislação que exige uma contabilidade dentro da mesma estrutura e lógica de empresas de capital. Desta forma, o ato contábil é de transação de mercadoria. Só que por definição doutrinária e na lei⁷, “Art. 79. *Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.*”

Que seria então o foco das análises da auditoria, além de verificação de saldos e procedimentos? Seria o ato cooperativa ou o ato mercantil? É apenas para verificar, que é importante, se as demonstrações financeiras, apresentados através de balanço que representa a situação patrimonial ou se deveria ir além? Abarcando outros elementos que caracterizam o

⁶ Que é auditoria? E os auditores? PONTEIRO. Ano II. N.11.set/1976. Pg.3.

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. publicado no DOU de 16.12.1971 Brasília.

cooperativismo e de como integrar os mesmos na linha de trabalho da auditoria. Seria através de um balanço social? É importante salientar que esta não era como não é uma decisão unilateral da ASSOCENE, havia todo um marco legal e de procedimentos a serem observados e que nem sempre são coerentes a adaptados a filosofia do cooperativismo.

Foram estabelecidas várias parcerias, entre elas com a AUDICOOP do Chile, com larga caminhada neste setor, recebemos técnicos daquela organização e enviamos os nossos para intercâmbio de trabalho. Esta foi uma discussão muito presente entre nós. Com várias contradições nesta caminhada. Para isso resolvemos realizar um seminário nacional sobre auditoria de cooperativas no período de 9 a 13 de janeiro de 1978, em Brasília. Neste evento se teve a participação de 24 participantes. Estando presentes, auditores do Chile, Argentina, Peru, Colômbia e Brasil. Entre diversos assuntos se destaca o esforço de se construir um programa mínimo de auditoria e a discussão sobre o balanço social da cooperativa. Que deveria ser levado em conta e poderia diferenciar a auditoria em cooperativas (organizada a partir do trabalho) e de outras empresas, organizadas a partir do capital.

Anteriormente foi realizado um seminário regional, no período de 25 a 27 de maio de 1977, em Recife. O objetivo foi de obter um consenso acerca da “natureza, procedimentos e objetivo da auditoria externa em cooperativas”. Neste encontro participaram 18 pessoas, com a presença dos técnicos do BNCC, INCRA, de Cooperativas e da Assocene. No período foram realizadas várias auditorias. Sempre foi um ponto de tensão. Porque muitas vezes se via como fiscalização. Como de interesse externo a cooperativa. Mesmo quando contratada pela cooperativa. Desta forma, se trabalhou muito na melhoria da contabilidade das cooperativas e na capacitação dos responsáveis pelas contabilidades destas organizações. Um importante instrumento para realização de auditoria foram editais oferecidos pelo INCRA e que se participava, deve ser registrado, que ganhamos vários destes editais e assim realizamos muitos trabalhos.

No departamento de comunicação, havia uma equipe coesa e consistente. Inicialmente foi lançado um boletim chamado “Balaio”, para informar e noticiar fatos sobre o cooperativismo. Depois este boletim, se transformou

no PONTEIRO e também em uma linha de edição de livros. Além dos Anais do I Seminário Nacional de Comunicação cooperativa, realizado em Recife no período de 10 a 12 de setembro de 1977 e do I Seminário Latino-americano realizado em Garanhuns, no período de 18 a 23 de setembro de 1978, com a presença de representantes da Bolívia, Peru, Paraguai, Panamá, Argentina, San Salvador, Guatemala, Chile, Costa Rica, Colômbia, Honduras, Equador, Espanha e Brasil, tendo entre os conferencistas, Armia Escobar Duarte, José Manuel Cavelo Rios, Juan Díaz Bordenave.

Este departamento edita e mantém o jornal PONTEIRO; edita livros técnicos e populares; realiza pesquisa socioeconômica e de comunicação, elabora audiovisuais, produz filmes super 8 e de 16 milímetros (entre eles o Patrão de Camaragibe, onde é registrada a história de uma das primeiras cooperativas do Brasil a Cooperativa de Consumo de Camaragibe), promove campanhas educativas, elabora e implanta projetos de comunicação para as cooperativas.

Foram publicados vários livros sobre agricultura familiar. Foi feita uma parceria com o escritório da OEA na SUDENE, na época coordenado por Jorge Morandi de quem me tornei amigo, Argentino fantástico, que pela convivência possibilitou o encontro entre outros, com Carlos Jara, equatoriano, inteligente, onde fizemos vários churrascos, com uma cervejinha gelada e muito boas conversas, que gerou múltiplas e ricas aprendizagens. Desta cooperação foi publicado cinco livros em 1988. *A pequena produção rural* (O compromisso da capacitação) de autoria de Jorge Morandi, Manuel Alberto Argumedo, Carlos Eugenio Beca e Lúcia Pires Kubitschek. *A organização camponesa* (os problemas da ação pública no Nordeste brasileiro) de autoria de Jorge Morandi, Carlos Fuche e Alex Barril. *A pequena Produção Camponesa* de autoria de Carlos Fuche. *Ação do estado no nordeste rural* (notas para discussão) de autoria de Raul Fiorentino. *A capacitação na pequena produção rural* de autoria de Paulo de Jesus, Marinalva Almeida de Alcântara, Suzana Maria Chacon D'arce e Clara Maria de Freitas.

Em 2005, com a edição de texto de Nery (2005), foi publicado “Cultivando a Liberdade com subtítulo: Um laboratório vivo de aprendizado da

cooperação”, com apoio do MAPA, esta publicação traça o caminho da ASSOCENE nestes trinta anos de avanços, retrocessos, conquistas e derrotas. Acertos, equívocos que, no entanto, como um “laboratório vivo” feita por pessoas, em determinada conjuntura, não poderia ser diferente. Colaborei imensamente nesta publicação, até porque quando se escreve geralmente se dá ênfase ao que se conhece e vive, busquei aqueles aspectos passados que entendia importante constar nesta publicação. Hoje, 2020, depois de 46 anos a ASSOCENE, continua existindo. É a única das organizações criadas com apoio da Fundação Friedrich Naumann que persiste, aquelas do Paraná (ASSOCEP), de Santa Catarina (ITEC), de Minas Gerais (FUNDEC) e a de nível nacional (BRASCOOP) não existem mais enquanto organizações voltadas para apoio ao cooperativismo. Sobre a temática do cooperativismo foram várias publicações: são listadas 22 publicações (2005) seja folhetos, livros. Porém, merece destaque, o Jornal PONTEIRO, publicado o ANO I N I Jan/mar de 1975 de forma ininterrupta até o ANO XI, N 109 Set/out/ nov de 1987. É um enorme e importante acervo de informações, notícias, entrevistas com diferentes personalidades. Intelectuais, dirigentes e associados do cooperativismo nordestino durante 12 anos.

No departamento de treinamento foram realizados diversos cursos e vários seminários. Vamos destacar algumas publicações. *Lições de nossa prática em metodologia participativa da cooperação* (Sales, et al., 1987), foram dois números, com duas edições cada um deles. Com a Coordenação de Ivandro Sales, Joelson Passos. Maria de Lourdes Santos e Silvia Coimbra, na primeira cartilha e na segunda com a coordenação de André da Costa, Eugênio Peixoto, Evandro dos Santos, Ivandro Sales, José Gonçalves dos Santos, Maria Cristina dos Santos e Silvia Coimbra. Com a participação de inúmeros agricultores, com respostas a perguntas orientadores, (que significa se capacitar? Que seria capacitação participativa? Como se está planejando a capacitação? Onde se quer chegar com a capacitação? Quais as indicações ou provas de que está se avançando no processo de capacitação? Que esperar da Diretoria das cooperativas, da Organização estadual, da SENACOOOP, da OCB, da ASSOCENE, no processo de capacitação? Como seria a capacitação dos técnicos? Perguntas estas respondidas em atividades de capacitação realizadas. Algumas respostas: Se capacitar, significa se posicionar bem na luta. Sobre onde se quer chegar

com a capacitação? Uma resposta: Caminhar bem já é um objetivo. Outra: A uma sociedade com mais flores e menos espinhos. A partir destas respostas se tinha o posicionamento da comissão. Refletindo, teorizando a partir das várias contribuições. Para no segundo volume se constituir uma equipe de seleção das assertivas, com a participação de agricultores associados.

Outra publicação que deve ser registrada foi Repensando Paulo Freire, 1991. Este trabalho foi resultante de um seminário com 35 participantes. Deve ser ressaltado uma situação peculiar entre os participantes estavam alguns componentes da primeira equipe de Paulo Freire nos anos 60, como Jomar Muniz, Astrogilda de Andrade, Adozinda Costa, Maria Salete, Cornels Van Der Poel e Guilherme Coelho. Deve ainda ser destacado que havíamos iniciado e desenvolvido um trabalho de alfabetização/educação de associados em cooperativa na Bahia e Rio Grande do Norte, com assessoria de alguns destes citados anteriormente.

Foi um encontro rico e que delineava-se uma preocupação desde o início da ASSOCENE de estar a serviço do associado como elemento central da cooperativa. Tema controversos onde para muitos dirigentes o associado é “para entregar produção a cooperativa” e nem sempre se busca incentivar sua efetiva participação. Discutir seus problemas e com eles procurar alternativas de solução seja gerenciais, contábeis ou organizacionais ou até mesmo produtivo era uma preocupação central. Por exemplo com atividades de artesanato para diversificar ainda mais as atividades de associado. Nesta mesma linha, que já vinha das lições de nossa prática, dos anos 80, foi o seminário que realizamos em 1988, sobre a metodologia Zopp ou METAPLAN, partindo da identificação de problemas através de palavras chaves. Buscando identificar problemas a serem discutidos a partir das necessidades ou interesses dos participantes do evento. Só que desta vez, registrando o processo através de figuras e usando bastante a perspectiva gráfica. Nuvens, setas, círculos, retângulos, quadrados tudo isto organizado de forma a refletir o contexto e a partir deste refletir e aprofundar.

A perspectiva de formação está sempre relacionada ao conhecimento, habilidades e atitudes. Pode-se privilegiar uma ou outra dimensão, quando

de capacitações trabalha-se conteúdos e informações para ampliar a capacidade. Se da contabilidade, trabalha-se estes conteúdos. Porém, nem sempre se encerra o problema no conhecimento. As vezes pode ser de atitude, por falta de firmeza ou mesmo, por inabilidade em defender suas ideias. Pode ser também, por necessidade de melhorar habilidades. Por exemplo em trabalhos, onde a agricultura é em muitos casos uma ação artesanal. Agricultura é uma arte (Ploeg, 2016) e assim, necessita além de conhecimento para escolher um melhor solo, também se precisa de habilidades para executar a ação. Nesta perspectiva, onde se constata uma grande quantidade de agricultores analfabetos, é fundamental trabalhar com imagens e como ensina Paulo Freire, sair do concreto para a reflexão, diferente de crianças onde o concreto é muito difícil de ser percebida pelas crianças, então se parte do abstrato para o concreto.

Ainda na ASSOCENE, já começando a dar sinais de cansaço, recebemos uma missão da Universidade de Sherbrooke, de Quebec, Canadá interessada de identificar possibilidades de estabelecer termos de cooperação na capacitação e formação em cooperativismos. Uma discussão preliminar era se devíamos oferecer programas de capacitação em cooperativismo ou associativismo. Fizemos a opção pelo associativismo, pela importância de por um lado, existirem inúmeras experiências comunitárias no Nordeste que tinham na cooperação suas principais estratégias econômicas e por outro, a origem das cooperativas estarem na maioria das vezes atreladas a iniciativa do estado e na sua preocupação de levar a “modernidade” para populações. Depois de visitar vários organismos públicos e as duas universidades federais no estado, buscamos junto com professores da UFRPE fazer um projeto para implantar nesta universidade um programa de formação em associativismo. Já oferecia meus préstimos na universidade desde 1986, com carga horária de 20 horas. O projeto foi aprovado e passei a me dedicar a sua implantação, a partir de 1989, ampliando minha carga horária para dedicação exclusiva e consequentemente saindo da ASSOCENE.

Este período da ASSOCENE, andei muito no início no Nordeste e depois extrapolei a região e viajei, viajei. Pude observar experiências em diferentes partes do mundo na promoção do desenvolvimento.

Vale a pena uma pequena digressão sobre esta palavra, que materializa um conceito. Wallerstein (2006:10), afirma “Creio não obstante que a ideia é simplesmente um avatar do “conceito” de revolução industrial, e que essa ideia tem sido por sua vez o eixo não só de quase toda historiografia, mas também de todas as variedades de análise nomotética. Eis uma ideia que tem tido eminente influência, que tem sido bastante enganosa (justo porque, em seu aspecto parcial, tem se mostrado tão persuasivamente auto-evidente) e, em consequência, tem gerado falsas expectativas (tanto em termos intelectuais como políticos). E, entretanto, bem poucos na verdade estão de fato prontos a impensar essa noção nuclear.”

A palavra desenvolvimento traz em seu bojo a perspectiva de um futuro melhor (Sachs, 2000). É uma palavra composta formada pelo prefixo DES, que significa NÃO, e ENVOLVIMENTO, sinônimo de recrutamento, mobilização, motivação para o comprometimento. Então, em realidade o NÃO ENVOLVIMENTO, em síntese o que prevalece é a dimensão econômica do processo, ou seja, crescimento. As pessoas, a qualidade de vida isto é secundário, que prevalece é o processo de acumulação de riquezas. É o lucro.

Face ao processo extrativista imposto pelos rentistas dos países “desenvolvidos” e constatando a avassaladora e crescente crise em diversas partes do planeta, com a fome e pobreza crescendo, em decorrência do brutal aumento das desigualdades EDUCACIONAIS, tecnológicas e de concentração das rendas/usufruto das riquezas locais, a ONU resolveu criar uma comissão para efetuar um estudo dos problemas globais de ambiente e desenvolvimento.

Em 1987, essa comissão apresentou o Relatório Brundtland - "Our Common Future" (Nosso Futuro Comum), o qual ressalta o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando-o um modelo de desenvolvimento socioeconômico, com justiça social e em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra.

A intenção, buscar uma harmonia e equilíbrio entre economia e meio ambiente. Observado que os recursos são finitos, outra postura se exige, criando novos padrões de produção e de consumo, conseqüentemente, com

imposição de uma EDUCAÇÃO - mais valorativa do envolvimento das comunidades e efetivamente voltada para o seu auto-progresso, com mais valia do uso dos recursos/potencialidades/riquezas locais, para a real promoção e alcance da melhoria de qualidade vida das populações.

Estes objetivos demonstram de forma clara que o processo de desenvolvimento abrange uma gama de exigências, de forma holística, ampla e complexa, que necessita de indicadores e mesmo novos conceitos/paradigmas para o entendimento do que seja desenvolvimento. Desta forma, vários teóricos, principalmente Latinos Americanos, entre eles Acosta (2016), questionam os frustrantes resultados e sugerem uma discussão sobre alternativas AO e não mais DE desenvolvimento. Além disso, a Agencia Latino-americana de Informação vem publicando uma revista, que vale a pena citar, que vem fazendo uma profunda reflexão sobre este tema⁸.

Deve ser ressaltado que, seja qual for o tipo de desenvolvimento, a questão da tecnologia é fundamental. Porque não é qualquer tipo de tecnologia que deve ser utilizada e sim aquelas adaptadas e ajustadas ao lócus da sua implementação - no caso, aos diferentes biomas, em nosso caso especificamente as Caatingas (no plural, para que sejam reconhecidas suas várias e variadas nuances e microclimas com suas bacias energéticas que predominam no semiárido).

Bioma que se caracteriza por uma grande heterogeneidade de situações. Existem diferentes processos de formação e degradação dos solos, cobertura vegetal, clima, água, culturas e saberes entre outros que implicam e condicionam o uso de tecnologias apropriadas e a sua difusão. Sem esquecer o milenar reconhecimento de saberes, conhecimentos, cultivos e culturas, a par de tecnologias de convivência com o semiárido que exigem um aprofundamento educacional teórico e a sua valoração, porque são endógenas, próprias da natureza ou criadas e desenvolvidas na região.

Percebi praticamente que, sem envolvimento, não ocorre melhoria do ambiente e das pessoas. Percebi também, que a base teórica dos que trabalhavam no cooperativismo era muito frágil. Seja sobre a cooperação,

⁸ América Latina em movimiento. Equador.<http://alainet.org/revista.phtml>

seja sobre agricultura camponesa e familiar. Em sua maioria tinham outra formação, outro entendimento sobre a questão da cooperação, da participação e mesmo do funcionamento da cooperativa e da lógica da agricultura camponesa. Era a prática que orientava as ações e isto de maneira geral não favorecia o exercício da cooperativa como uma estratégia diferente de outras organizações de capital e nem promovia a evolução da melhoria de vida das pessoas. Havia e há uma enorme necessidade de uma epistemologia da cooperação. Havia muita resistência a aceitar uma nova orientação na concepção.

Havia todo um marco legal e um *status quo* que indicava outra direção, da competitividade, da contabilidade baseada em atos mercantis, que obedece a lógica das empresas produtoras de mercadorias e que se organizam a partir de e para a reprodução do capital. A Cooperativa é uma organização de pessoas, deveria centrar em organizar talentos e otimizar ações para valorização e remuneração do trabalho (Tavares, 1995), através do arrendamento do capital, ou seja, o inverso que hoje é praticado pelas empresas de capital, onde se remunera o capital e se arrenda o trabalho. Pouco avançamos sobre esta ideia, embora existam muitas contribuições teóricas, sendo Polanyi (2003), Martínez-Alier, Desroche e outros, porém destacamos principalmente as experiências comunitárias onde se vive a cooperação, como caldeirão, Canudos e um sem número de outras. Talvez falte um maior investimento em pesquisa e um envolvimento maior dos centros de formação.

O sistema Cooperativista brasileiro é disciplinado pelo que está estabelecido na Lei de 1971⁹ onde define seus objetivos, constituição, organização, funcionamento e dá outras providencias, no Art. 79. “Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.”

⁹ LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 - Lei Geral do Cooperativismo

Este princípio recebe tratamento diferenciado na Constituição de 1988¹⁰, quando se define, em seu Art.146, que cabe a lei complementar, na alínea C definir “adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas”.

Porque até hoje, não foi regulado? Porque até hoje, não foi atualizado a legislação do cooperativismo? Talvez pelo pouco entendimento conceitual sobre este tipo de organização, reconhecidamente diferenciada, que, no entanto, é um palco de inúmeras interpretações e controvérsias, sobre suas especificidades. Há um entendimento que é melhor deixar como está, para assim, o capital continuar avançando no campo, tendo as cooperativas como estratégia, transferindo capitais do mundo rural para as indústrias e assim reforçando a concentração de rendas porque não se têm nenhum compromisso social.

3.3 Campesinato

A agricultura camponesa foi o foco do trabalho e das observações. De certa forma, na contramão da “revolução verde”. Em 2002, já como professor de nossa universidade, “maduro” decidi fazer um doutorado. Vocês sabem é uma exigência da academia. Porém, mesmo já tendo iniciado alguns cursos de pós-graduação e abandonados, porque minha caminhada não aceitava a reafirmação de certezas. Minha inquietação indicava incertezas, possibilidades, outras formas de ver o mundo, que exigiam e necessitavam de um intenso e frutífero diálogo com os conhecimentos populares. Evidentemente que com seriedade, buscando a essência das coisas. Havia outras agriculturas, centradas na diversidade, produzindo pouco de muito (Mazoyer e Roudart, 2010). Trabalhando a economia da escassez. Aproveitando cada possibilidade. Existiam outras realidades, organizações, saberes, conhecimentos que nem sempre são considerados na academia. Fui para Agroecologia como resultante de minha própria caminhada. Neste curso, doutorado, foi reafirmado o interesse pela agronomia. É importante destacar que agroecologia não é um tipo de agricultura (Altieri, 1989, 2000 e 2002; Casado, González-Molina e Sevilla, 2000; Gliessman, 2001; Sevilla e Alonso, 1995; Sevilla e Woodgate, 2002; Sevilla e González-Molina, 1992; Toledo, 2003; Toledo e Barrera, 2015). Mas, agriculturas de base ecológicas fazem parte do campo de conhecimento da Agroecologia,

¹⁰ Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Senado. Brasília.

porém, há muito mais. Há as ciências da natureza e sua evolução para a física quântica, a relatividade, as ondas de luz e de sons, a filosofia, sociologia, antropologia, afinal o homo sapiens é um ator importante neste processo. Há o desafio de sair do positivismo, da lógica cartesiana e mecanicista para uma ciência da complexidade, do movimento, de sistemas articulados, que explicam a vida. Para muitos, no tempo atual, se foi a “fim das certezas” (Prigogine, 1996). Há formas de relações econômicas e políticas na perspectiva da permanência. Por isso é importante ser dito que entendemos por agronomia e seus múltiplos campos de ação.

Agronomia é intervenção na natureza, que se materializa em o que chamamos de agricultura. Um modo de vida. Isto provoca conflitos e desequilíbrios. Lida com vidas. Vida de vegetais, animais e entre estes, os seres humanos. Animal mamífero como outros. Evidente que não assumimos uma postura animista (todas as coisas estão vivas, Tales de Mileto dizia “cheia de deuses” Pelizzoli (2004:49), mas não a negamos. Entendemos que somos um ser complexo, Boff (2004:28) nos ensina que “junto ao logos(razão) está o Eros (vida e paixão), a pathos (afetividade, sensibilidades) e o daimon (a voz interior da natureza que fala em nós).”

O que nos diferencia é a capacidade de “ler” o mundo, fazendo síntese, refletindo sobre seus fenômenos, compreendendo suas relações, estabelecendo culturas que se materializam em técnicas, mas também em artes, poesia e canções. Conhecer é compreender o mundo. Nosso desafio é entender uma complexa teia de relações que garante a reprodução e agora a sobrevivência de vidas. Que estabelece de forma permanente e sustentável um processo reprodutivo nas dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais.

É compreender a natureza (Engels, 1976). É buscar a essência das coisas, de todas as coisas (Tavares, 2015). É entender que crescer é um acontecimento da natureza. Brandão (1990:28) afirma e pude comprovar isso no decorrer de minhas caminhadas “A experiência cotidiana do campesinato é um interminável assistir ao drama de trajetória de diferentes ciclos entre a vida e a morte. As aves no quintal, chocadas em casa, as gerações de porcos, cães e gatos, a expectativa de vida para cada animal que habita a casa, o quintal, pasto e a mata. Aves que morrem em estágio

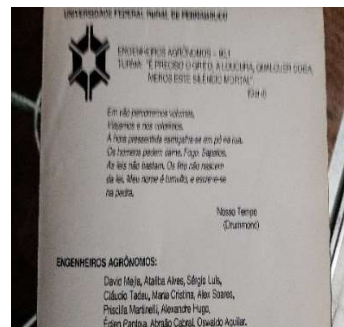
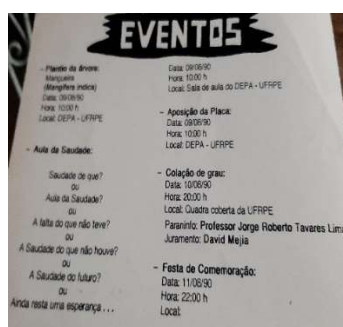
de frango, ou que se deixa viver durante uma boa fração da vida adulta, como uma galinha poedeira ou um galo macho e bom reprodutor”. Animais que se cria afeição e se deixa no curral até morrer, porque esta vaca preteinha alimentou meus filhos ou mesmo “a relação com um velho cavalo e fiel de sela”. Ainda hoje falo de meu cavalo. Tenho saudade e recordo de minhas “travessuras”, portanto é lembrar. É ter curiosidade. Procurar, se inquietar, buscar compreender o mundo em uma perspectiva histórica. “Não é uma ação superficial, temos que ir fundo teoricamente, para a partir das diferentes ciências se fazer uma síntese” (Tavares, 2015). É depois de certa convivência sentar à mesa e comer junto. Porque se cria a confiança, que embora diferentes se respeita o outro. É saber escutar nem sempre uma conversa “reta”, mais cheia de simbolismo, credence, mágica e mesmo espiritualidade, no entanto com muita sabedoria.

A Engenharia Agrônômica trabalha os elementos da natureza, água, solo, fogo e ar. É o homem, em sendo natureza, intervém no ambiente, modificando-o e modificando-se para produzir sua reprodução. Segundo, Bosi (1992-18) “A vida se faz aqui objeto de ação continuada, uma tarefa com que o lavrador, enquanto labuta se lava a si mesmo.” De sua vida familiar. Neste processo altera os ecossistemas e com isso se alimenta, produz e degrada. É importante entender que se trabalha vários tipos naturezas, as vivas e mesmo aquelas aparentemente sem vida, mas com e em movimentos. No campo e na cidade. Em várias dimensões e aí é importante destacar que não é apenas no campo econômico, na produção de mercadorias. Há muitas outras produções e talvez a mais importante, seja a promoção da vida. Porém, reconhecemos que o entendimento sobre este tema depende muito da cosmovisão que se tenha. A visão de mundo nos insere neste mundo, com seus problemas e possibilidades. Agronomia deveria ser a ciência do bem viver. Do belo, através de parques e jardins que embelezam a cidade e a tornam mais “respiráveis”. No campo produzindo alimentos. Porém, aos poucos foi se definindo como a ciência da produção de mercadorias a partir da exploração da natureza como matéria prima. É como, sinaliza Wallerstein (1985), o capital em seu processo histórico e exclusivo tem como único objetivo, a reprodução de si mesmo.

3.4 Voltando a UFRPE

No retorno a universidade fiz um pouco de tudo. Fui supervisor da área IV, Educação Agrícola e Extensão Rural. Assumi a Coordenação do projeto de associativismo. Trabalhei em disciplinas, principalmente extensão rural, em diferentes cursos da UFRPE. Destacando o trabalho na UFRPE, como docente, sempre início o semestre procurando identificar interesses do grupo, mesmo tendo referência os conteúdos aprovados pelo CCD de cada curso e o CTA do Departamento, porém cada grupo pode desejar e trabalhar por determinados aspectos contidos no todo. Um exemplo é que no curso de Zootecnia, em determinado semestre a questão agrária foi ressaltada pelo interesse dos alunos em exercer sua profissão e a terra é como sempre foi, uma questão essencial. No semestre seguinte com alunos diferentes, porém do mesmo curso, foi trabalhado a questão da qualidade de vida animal, a partir da instalação de plantas de energias renováveis, a partir da exploração de eventos. Neste caso, cada caso é um caso. Receitas é quase impossível de serem repetidas. A base são princípios que deve nortear nossa ação pedagógica.

Fui por diversas vezes homenageado por turmas que ofereci minhas contribuições, inclusive cheguei a ser paraninfo da turma de engenheiros agrônomos que se formaram em 1990.1, onde fiz o discurso representando também os demais paraninfos. Foi uma honra, ser paraninfo desta turma que se autodenominou: “É preciso o grito, a loucura, qualquer coisa, menos este silêncio mortal” (Gorki). Trinta anos depois pelo que conheço e acompanho alguns destes eles continuam gritando, lutando por “carne, fogo, sapatos” porque “seu nome é tumulto e escreve-se na pedra” como registra seu convite de formatura, abaixo. Simples e forte.



Participei da CPPD, Comissão Permanente de Pessoal Docente, estância onde aprendi muito sobre os diversos colegas da Universidade. Junto com vários colegas me envolvi em projetos de extensão.

Principalmente a partir do momento em que assumi a Coordenação da Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) e descobri que um dos caminhos mais curtos para alterar a universidade é através dos cursos. Depois de trabalhar com a temática do associativismo, inclusive de organizar o programa estruturando as atividades de ensino, pesquisa e extensão em Associativismo (PAPE), com apoio da universidade de Sherbrook fui para outro desafio, coordenar o curso de educação agrícola. Experiência gratificante e extraordinariamente rica. Percebi, que efetivamente para se promover mudanças na universidade, sem dúvidas uma alternativa, é investir nos cursos de graduação.

Oferecer de forma consistente um programa de formação onde a extensão, ensino e a pesquisa trabalhem de forma orgânica e indissociável entre si. A formação deve ser um processo de busca individual e o papel do professor é de orientar, incentivar, provocar, estimular, ampliar a curiosidade e o interesse em aprender. Também é vivenciar realidades que explicita a necessidade de aprender e estudar determinados pontos, contextualizando os conteúdos oferecidos. Portanto, corremos atrás de oportunidades para vivenciar experiências e com isso alguns projetos de extensão foram realizados (Alguns incluídos em Diversidades IV). A pesquisa estimulada, buscando principalmente outro olhar para as ciências agrárias, além evidentemente das aulas presenciais distribuídas na matriz curricular em seis semestres. Aliás formação, seja na perspectiva formal ou não formal sempre esteve presente em minhas atividades. Formação, aliás como nos alerta o Prof. Carlos Alberto Tavares, que é necessário uma “dosagem entre os conhecimentos gerais (G), os conhecimentos técnicos (T) e sua utilização (U)” (Tavares, 2021).

Neste curso, criamos com a valiosa contribuição profissional e pedagógica de Maria Elizabeth Pereira dos Santos (2019) uma aproximação com a educação popular e mais, mergulhamos de cabeça na questão das práxis educativas através da inserção a partir do primeiro semestre de práticas pedagógicas (estágio), quando se estabelece uma conexão entre

teoria/conteúdos do semestre e a partir do quarto semestre do estágio supervisionado. Dificuldade muitas, porque de maneira geral desconhecemos em profundidade exigências de processos educativos na formação de licenciados. Muitos docentes envolvidos na formação de licenciados entendem práticas pedagógicas como trabalhos em laboratórios e isto efetivamente dependendo da orientação está mais dirigida a formação do pesquisador e menos do educador.

Outra dimensão a ser destacada é a participação de Marcos Figueiredo, repensando a agricultura a partir de outra lógica, da diversidade e de sua experiência em projetos alternativos, assim vamos nos aproximando das ong's do estado e ampliando a visão do curso para a formação de educadores, seja para atuar em escolas formais ou mesmo para atuar como educadores em ONG's que demandavam técnicos e reclamavam da formação oferecida. Nesta perspectiva tentávamos abrir caminhos e oportunidades para os licenciados, para além das escolas agrotécnica, embora reconhecendo e dialogando com as mesmas.

Luciano de Andrade, a época aluno de LA, contribuiu com um informativo, que conseguimos editar por três anos, o Jornal do Ensino Agrícola. Registro de atividades, informações, pequenos artigos, ou seja, um instrumento para reforçar as identidades do curso e ampliar a autoestima dos discentes e docentes.



Uma digressão. O choque que ocorria no primeiro semestre. Discentes das ciências agrárias discutindo fundamentos e filosofia da educação, conjuntura, psicologias. Abandonavam o curso por não entenderem a linguagem e estarem iniciando um outro mundo de aprendizagens. Quando entendido, percebiam que a licenciatura reforçava as competências individuais nas ciências agrárias e ampliava as possibilidades de trabalho. Uma visão técnica educativa para complementar o uso das técnicas agrônômicas. Deve, no entanto, ser entendido que muito dos docentes não compreendem esta relação e é importante destacar que os cursos superiores são parte de um todo. As competências começam a serem desenvolvidas ao nascer e depois no ensino fundamental, médio, superior, pós graduação e seguem por toda a vida. São níveis de aprendizagens que vão do simples para o complexo. Do geral para o específico. Nesta perspectiva, quando não há integração nos diferentes níveis, se compromete as competências profissionais que deveriam compor a formação em nível superior. A educação formal, nestes casos, é o curso de graduação, porém, entendia-se que não era suficiente, precisa ser complementado, com a chamada educação não formal. Deve ser ressaltado, que a educação informal está presente na vida, no cotidiano. Assim foram desenvolvidas, como estratégia pedagógica, atividades de extensão junto às populações do campo.

Tudo começa com a leitura da realidade, que demanda pesquisas. Segundo Maturana (2001:47) “O ato de designar qualquer ente, objeto, coisa ou unidade, está à realização de um ato de distinção que separa o designado e o distingue de um fundo. Cada vez que fazemos referências a algo, implícita ou explicitamente, estamos especificamente um critério de distinção que assinala aquilo de que estamos falando e especifica suas propriedades como ente, unidade ou objeto”. Prossegue este autor em outra obra, quando afirma “realidade é uma proposição explicativa.” (2001:37). Que envolve emoção, respeito, pela aceitação mútua e principalmente pelo diferente. Aspectos estes trabalhados de forma competente por Riechmann (2004, 2005 e 2009) em uma trilogia onde nos desafia para a necessidade de trabalhar novas modalidades do pensamento. O mundo mudou e se exige outras posturas no tratamento de conceitos e práticas seja nas salas de aula, nos trabalhos de extensão ou mesmo em nossas vidas cotidianas, deve ser destacado também os diversos trabalhos de Boaventura de Souza Santos (2010) sobre o tema.

A partir destas assertiva e na necessidade de modificar nossos processos formativos foi assumido como metodologia de formação, o envolvimento de discentes com o ambiente onde se vive, na busca de compreender melhor essa realidade relativa, que depende de um referencial e uma lógica de explicação extremamente diversa e assim em movimento.

Por outro lado, “pensamos que o âmbito educacional deve ser amoroso e não competitivo, um âmbito no qual se corrige o fazer e o não o ser da criança”. Recomenda Maturana e Rezepka (2000:15). Para explicitar esta linha, apresento cinco projetos resumidamente, porém realizados todos em períodos longos, onde se buscou “romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (Meszáros, 2005:12), que estão no capítulo Diversidades IV. Evidentemente, calcado em uma lógica onde a economia como nos ensina Alier quando afirma a partir de Aristóteles que “economia é o abastecimento da casa” (Martínez-Alier, 1999), ou mesmo, Sen quando este afirma que economia, “é a realização dos interesses das pessoas: o bem humano” (Sen, 1999). Vale ser destacado a discussão sobre desenvolvimento como liberdade defendido pelo mesmo autor. E se aceita esta premissa deve ser considerado que “se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance e análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente, o ponto de vista da liberdade como perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento” (Sen, 2000:10).

Além destes projetos, foram desenvolvidos, inúmeras outras atividades junto às populações do mundo rural. Na disciplina de extensão rural, trabalhando com discentes de Economia Doméstica, adotamos costumeiramente a prática de realização de “uma ação cultural”. Exercitando as competências do profissional das Ciências Domésticas.

Depois de algum tempo, por identificação e pelas inúmeras oportunidades práticas decorrente da formação em Economia Doméstica, passei anos trabalhando a disciplina de extensão rural neste curso. Aprendi muito com as discentes e docentes deste curso. Embora em aulas presenciais, sempre

desenvolvíamos uma “intervenção” que depois renomeamos para “uma ação cultural”. Esta ação cultural geralmente constava de cinco visitas.

A primeira delas era para caminhar, observar, identificar possibilidades de ação. A segunda após discussão em sala e aprofundando as observações, se definia uma proposta que era apresentada na comunidade. A terceira era para programação da atividade a ser executada, nos materiais necessários, na convocação e definição da participação da comunidade para oficina. Na quarta visita era realizada a oficina e na quinta se fazia a avaliação do trabalho. Embora a disciplina fosse oferecida no último período muitas vezes era a primeira vez que a turma tinha oportunidade de exercitar suas competências profissionais. Foram realizadas oficinas de beneficiamento de frutas para produção de polpas, doces e licores; produção de pão a partir de produtos locais, como batata, cenoura, inhame e outros; foi realizada uma oficina de educação sexual e doenças sexualmente transmissíveis; Trabalho na apresentação de produtos, com criação de designers de rótulos para identificar o produto, sua origem e assim por diante. Entendíamos que era uma forma da universidade prestar serviços à comunidade, se inserindo assim em uma realidade dura e muitas vezes vivenciadas pelos discentes, bem como, possibilitava as discentes exercitarem o que se discutiam em salas de aula, principalmente repensando os diversos conteúdos e também, no caso da extensão rural, as metodologias de extensão rural.

3.5 Livros e seminários

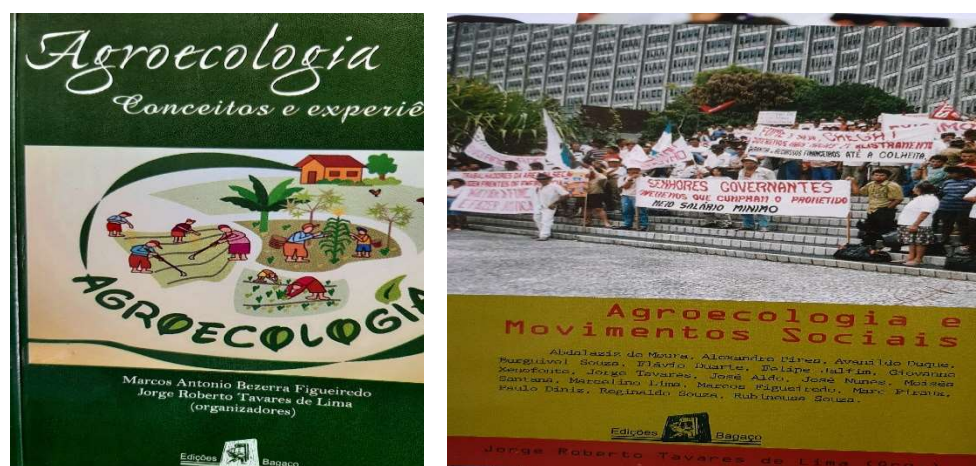
Em 2003, no período de 16 a 18 de setembro, foi realizado na UFRPE o Seminário Internacional e Agroecologia – uma estratégia para a agricultura familiar, em parceria com a Universidade de Córdoba, Espanha. A preparação deste seminário contou com a participação de mais de 20 organizações e mobilizou significativo número de famílias de agricultores, para uma troca de conhecimentos entre científicos e saberes populares.



Deste seminário, resultou no livro *Agroecologia conceitos e experiências*, organizado por Marcos Antônio Bezerra Figueiredo e Jorge Roberto Tavares de Lima. Esta publicação foi composta por quatro linhas. A primeira de fundamentos teóricos, com contribuições de Stephen Gliessman e Carlos Guardaram que trataram: que é agricultura sustentável? Fernando Sánchez de Puerta Trujillo que abordou Agroecologia y extensión agrária: una análisis alternativo de; pasado y presente para la construcción del paradigma extensionistas ecosocial em Iberoamerica. Clovis Cavalcanti, ofereceu algumas reflexões sobre desafios da economia ecológica em busca de um mundo sustentável e Eduardo Sevilla Guzmán, Graciela Ottmann e Manuel González de Molina trataram dos Los marcos conceptuales de la agroecologia. A segunda parte contou com registro de comercialização alternativa de produtos ecológicos, com contribuições de Romeu, Lemos, Associação Terra Fértil, do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e de Carlos André Cavalcanti e foi complementado por uma terceira seção sobre o caminhar agroecológico em Pernambuco: experiências desenvolvidas por camponeses e camponesas com contribuições de Samarone Lima, CECOR, Jorge Tavares, Marcos Figueiredo e Paulo Sebastião da Silva (Paciência), Tirso Ramón Rivas Ortega, Manoel Joaquim Correa de Araújo e da Casa da Mulher do Nordeste e teve como conclusão, a quarta parte, A Carta do Recife: em defesa da soberania alimentar e contra os transgênicos. Publicado em 2006.

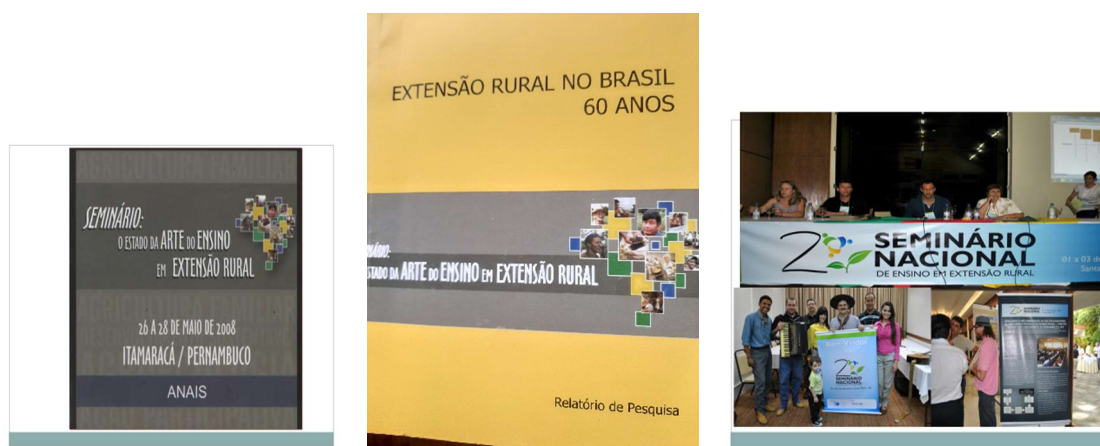


Em 2005, organizado por Jorge Roberto Tavares de Lima foi publicado o livro *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*, publicação com duas edições. Com artigos de Maria Salett Tauk Santos, Ângelo Brás Fernandes Callou, Maria Luiza Lins e Silva Pires, Jorge Roberto Tavares de Lima e Marcos Antônio Bezerra Figueiredo, Josenildo de Souza e Silva docentes da área IV Educação Agrícola e Extensão Rural do Departamento de Educação da UFRPE.



Pertencendo a uma área departamental denominada Educação Agrícola e Extensão Rural do Departamento de Educação e ministrando disciplina de extensão para os diversos cursos da UFRPE, nada mais natural de aprofundar a discussão sobre o ensino da extensão rural no Brasil. Para isso organizamos dois seminários nacionais, o primeiro em Itamaracá, Pernambuco sob a responsabilidade da área de extensão e o segundo em Santa Maria. A ideia era dar continuidade a este processo de discussão até

porque nos planos nacionais de educação, passou a constar a exigência de incorporar a extensão nos projetos formativos, porém ficamos em apenas dois eventos nacionais. Neste primeiro seminário foi realizada uma pesquisa, discutida e distribuída entre os participantes onde se buscava identificar o Estado da Arte do Ensino de Extensão rural no país, trabalho este coordenado por Salett Tauk, Angelo Callou e Maria Luiza Pires.



Agroecologia e Movimentos Sociais foi o seminário realizado em 2009, que resultou em uma publicação com várias experiências, onde se tentou recuperar a caminhada da Agroecologia no estado de Pernambuco. Neste Seminário se originou a proposta de criação do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) implantado posteriormente na UFRPE em outubro de 2010. Com 272 páginas e organizado por Jorge Roberto Tavares de Lima, esta publicação traz contribuições de diversos profissionais/atores do movimento agroecológico no estado de Pernambuco.



Deste curso de especialização, resultou em um livro, publicado em 2006, cujo título *Extensão Rural, desafios de novos tempos. Agroecologia e sustentabilidade*. Organizado por mim e Marcos Antônio Bezerra

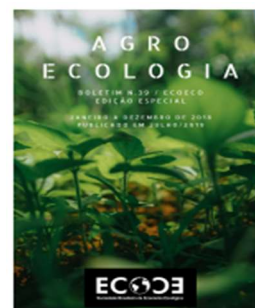
Figueiredo, onde temos dois capítulos. O primeiro, sobre *Agroecologia e desenvolvimento sustentável*, de Marcos Antônio Bezerra Figueiredo e entro como coautor (2006: 29-46). O segundo, *agricultura familiar e desenvolvimento sustentável*, de autoria de Jorge R. Tavares de Lima e Marcos Figueiredo, participa como coautor (2006:57-82). Neste mesmo ano, 2006, participamos de um evento em São Luiz do Maranhão, sobre o Desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: Princípios e tecnologias Livro organizado por Emanuel Gomes da Moura e Alana das Chagas Ferreira Aguiar, onde escrevi um artigo *Agroecologia. Cada caso, um caso* (2006: 15-26). Um outro livro, esse com o título de associativismo e desenvolvimento local, organizado por Maria Salett Tauk dos Santos e Ângelo Brás Fernandes Callou, contribuímos com um artigo, em parceria com Sonia Quintela Carneiro, sob o título, *Desenvolvimento local com Severinos e Quitérias* (2006: 87-110).

Contribuímos com o livro *Desarrollo Rural Democracia, Soberania e Migración Enfoques sobre desarrollo y migración*, organizado por César Adrián Ramírez Miranda, Dario Alejandro Escobar Moreno, Carlos Guadarrama Zugasti e Artemio Cruz León, através do artigo intitulado “*Escuela, agroecologia y reproducción social. Algunas notas para su estudio acerca de las redefiniciones de lo campesino*” de autoria de Jesús Madera Pacheco e Jorge R. Tavares de Lima (2009:62-82). No Livro *Família Pagesa I Economia rural*, novamente Jesús Madera Pacheco e Jorge R. Tavares de Lima, publicaram o artigo “*Poco de mucho. Estratégias de reproducción campesina a la sombra del café*”. (2010: 783-793).

Em 2015, contribuímos com um artigo “*As mulheres em feiras agroecológicas: espaços de avanços e desafios frente ao patriarcado*” de Marina Holanda Kunst, Taigra Maria e Jorge R. Tavares de Lima, resultante de pesquisa realizada por alunas do curso de economia doméstica em feiras agroecológicas em Recife, Pernambuco.

No Boletim N. 39/ECOECO, Edição Especial, Janeiro a Dezembro de 2018 e publicado em Julho de 2019, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, foi publicado o artigo *economia ecológica na agroecologia: uma economia para a vida* de autoria de Jorge R. Tavares de Lima e José Nunes da Silva. Neste período trabalhamos e contribuímos com Os

Cadernos do Semiárido. Riquezas e Oportunidades. Participo do Comitê editorial. Junto com Carlos Alberto Tavares e Leonardo Sampaio, publicamos três números neste Caderno, onde se tem como temas centrais: a educação para o desenvolvimento local sustentável. E finalmente, foi publicado artigo no Caderno do Semiárido n. 8, sob o título: *Educação para o Campo é um direito* e no N. 18 sob o título: *Educação não formal e competências* ambos de minha autoria.



Neste mesmo ano, 2019, um artigo *Agricultura familiar: um desafio para a ciência agrônoma?* de minha autoria, foi publicado nos Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma / Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma – v.16, n. 2 (2019: 25-36).

3.6 FASER e a Extensão Rural

Sempre estive envolvido nos trabalhos de educação não formal. Ou seja, na extensão. Inicialmente na universidade com a extensão universitária e posteriormente na Assocene, agora mais especificamente na extensão rural. Foram os caminhos que se descortinaram em minha frente e que sempre me senti bem atuando neste campo, na busca de contribuir com o campesinato. Em parte do tempo com cooperativas, pensando em juntar forças e avançar. Depois na academia “ensinando” extensão rural nos diferentes cursos daquela instituição de ensino. Assim, fui transitando do cooperativismo para a Agroecologia.

Em 2003, depois da primeira parte presencial o doutorado, me envolvi fortemente na implantação da proposta de nova ATER que foi formulada e

estava tentando ser implantada no Brasil. Participei de seminários regionais e no nacional que veio a definir a proposta da PNATER. Vem desta época um maior contato fortalecendo amizades e respeito com Caporal, Costabeber, Virginia Aguiar, Eros e um sem número de pessoas comprometidas em mudar a cara deste País, tendo a extensão rural como estratégia.

É importante destacar a PNATER que definia estratégias e princípios da extensão rural e posteriormente, em 2010, foi transformada em Lei 12.188 de 11/01/2010, onde foi definido que *extensão rural é um serviço de educação não formal, de caráter continuado existente no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais*. Portanto, um processo educativo que a partir de seus princípios deveriam contribuir para a autonomia e melhoria de vida no campo.

Depois de definida a política, fui solicitado a voluntariamente contribuir em seminários e encontros com extensionistas dos quadros das organizações governamentais de extensão rural e de ONG's para discutir e apresentar a nova proposta de Ater, buscando melhorar e aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a nova proposta. Que diga-se de passagem muitas já desenvolviam, porém ter a agroecologia como conceito e fundamentação era ainda um pouco estranho. Afinal, nas universidades se continua trabalhando na formação de profissionais para as ciências agrárias, sem um maior compromisso com a dimensão ecológica e a produção sustentável. O foco é a produção de mercadorias, embora se encontrem diversos professores que resistem e encontram distintos discentes motivados a desenvolverem uma outra agricultura de base ecológica.

É importante destacar a existência desde 1948, de um sistema de extensão rural, onde cada estado constituiu sua organização para trabalhar junto aos agricultores. Embora com iniciativas anteriores de religiosos e do próprio governo, a exemplo do decreto n.9319 de 20/10/1910, sobre o ensino agrônomo, período que pode ser sinalizado como o início da proposta da modernização brasileira, apenas para dar uma referência, que estruturou o

Ministério da Agricultura para fazer o fomento e assim a modernização da agricultura brasileira.

Embasado neste caminhar fui convidado e participei fazendo uma conferência sobre o *Perfil e qualificação do extensionistas rural*, no XI Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público do Brasil – Confaser realizado em Recife – PE, no período de 19 a 23 de novembro de 2012 e teve como tema “Sustentabilidade da ATER Pública para um Brasil sem Miséria”. O evento contou com a participação de 700 extensionistas de 20 estados brasileiros.

Este foi o início de uma profícua colaboração com a FASER, Federação que congrega os sindicatos dos trabalhadores públicos de extensão rural de todo os estados do Brasil. Nos anos de 2013 a 2018 foi instituída um grupo assessor desta federação e foram convidados vários professores universitários para contribuírem. Desta forma, atuei na assessoria (voluntária e sem remuneração), em companhia de Eros Mussoi (SC), Sonia Bergamasco (SP) e depois de Marcus Peixoto (BSA) quando contribuímos para pensar e realizar o XII CONFASER de Bento Gonçalves (RS) no período de 23 a 26 de novembro de 2015, cujo tema central foi EXTENSÃO RURAL E INCLUSÃO SOCIAL.



Outra atividade importante foi o Congresso Nacional Extraordinário Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, em Belo Horizonte no período de 22 a 24 de novembro de 2017. Cujos objetivos foram a Discussão e aprovação da Programação de e execução do XIII CONFASER, no Espírito Santo e a Reforma do Estatuto da FASER.



O XIII CONFASER foi realizado em Guarapari, (ES) no período de 2 a 30 de novembro de 2018, cujo tema central foi EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA. O Grupo Assessor teve uma participação ativa em todo o processo. Um destaque é que nestes dois últimos congressos foi centrado no extensionistas, dividindo em dois grandes temas: o de políticas públicas e da ação profissional do extensionistas. Há um enorme acervo na FASER a partir da visão do profissional da área sobre o trabalho de extensão rural. Dois pequenos artigos sobre extensão encontram-se neste livro.



Deve ser ressaltado as dificuldades deste segmento importante na agricultura brasileira. Há vários anos sem concurso, mal remunerados e sem infraestrutura adequada em muitos estados, como pode ser melhor vista no texto de minha autoria e de Manuel Saraiva, onde fazemos uma abordagem do panorama da extensão governamental brasileira. Nos anos recentes a situação foi piorando e os apoios cada vez menores possibilitou a emergência de uma extensão dos agronegócios coordenada pela Confederação Nacional da Agricultura. Até onde vai, não sabemos mais desconfiamos que os resultados serão de ampliação da dependência ao mercado financeiro e a indústria, bem como, a ampliação de matérias primas para o exterior. Os Agricultores familiares, para eles também é

agronegócio. Os camponeses, até agora não se fala neles. Há pequenas reações, no entanto, a extensão defendida por Paulo Freire (1985) e executada por muitos extensionistas, parece com os dias contados, se existiu algum dia. No entanto, a luta continua. Os camponeses de seu modo resistem. Ainda resta esperança, pouca, mais existe.

3.7 Digressão III. Modernidades tecnológica e atraso nos valores e na ética (período 1971 – 2020)

Foi a máquina a vapor a principal tecnologia que impulsionou a primeira revolução industrial. Neste assunto deve ser chamada atenção o Livro “o negócio é ser pequeno”, de Schumacher (1983:85). Que inicia com uma discussão sobre o mundo moderno, logo no princípio diz “um dos mais funestos erros de nossa era é crer que o problema da produção foi resolvido”. Para seguir fazendo uma crítica a questão da tecnologia e trabalho e destaca “para os países ricos a tarefa mais importante é a educação para o lazer e para os pobres, a transferência de tecnologias”. Continua Schumacher (1983), “As mais poderosas ideias do século XIX, como vimos contestaram ou pelo menos obscureceram todo conceito de ‘níveis de ser’ e a ideia algumas coisas serem superiores a outras. Isto, é claro, significou a destruição da ética, que se baseia na distinção entre o Bem e o Mal”.

A segunda foi a montagem em linha. A terceira o “chip” e a computação. Vivemos hoje, um processo que pode ser considerado a quarta revolução que ocorre com a convergência de sistemas cibernéticos e biológicos.

Se, nas três primeiras revoluções, pode-se apontar um processo evolutivo, segundo destaca Klaus Schwab, fundador do foro de Davos, nesta quarta “há três razões para que as transformações atuais não representem um prolongamento da terceira revolução industrial: a velocidade, o alcance e o impacto nos sistemas vitais”.

A partir dos anos setenta prevalece a “revolução verde” na promessa de produzir alimentos e assim suprimir a fome. Em seguida, vem a “revolução verde Schwarz”. Sempre com o discurso de acabar com a fome. Até parece que a fome é resultante da falta de alimentos, quando em realidade existe produção o que não existe é renda para adquirir comida ou mesmo terra

para quem quer produzir. Em 1980, colhemos aproximadamente 58 milhões de toneladas de grãos, em uma área de 40 milhões de hectares. Em 2011 temos uma colheita de 160 milhões de toneladas em uma área de 45 milhões de hectares. Evolução e tanto. Qual o destino destes grãos, alimentar animais no exterior. Na perspectiva macro, a agropecuária tem oferecido uma contribuição importante para a balança de pagamento brasileira. A tecnologia importada ou desenvolvida pelos órgãos de pesquisa vem ampliando cada vez mais a produção brasileira, principalmente para produção de commodities.

A EMBRAPA é uma referência para a agricultura tropical. Foram realizadas modificações genéticas, adaptações de técnica seja para o solo, através de sementes selecionadas, plantio direto, irrigação e várias outras inovações. Somos um país de exportação de commodities. Soja, milho, carne, café, açúcar, laranja, frutas tropicais e outras são comercializadas nas bolsas de valores, desta forma estabelece uma dependência grande dos mercados internacionais e da flutuação do dólar. Pode-se ter grande lucro ou prejuízo. Muitas vezes se trabalha em mercados futuros, desta forma, amplia-se a dependência do capital financeiro e alguns produtos como é o caso de laranja, cana de açúcar e outras, da indústria.

Aqui, em Pernambuco, na safra de 1970/1971 colhemos 10 milhões de toneladas de cana. Em 2010/2011 chegamos aproximadamente ao dobro, 19.8 milhões de toneladas¹¹. Porém, a área de plantio se reduziu e muitas usinas fecharam com enormes passivos. Com isto gerou a possibilidade de desapropriação porque as terras não estavam cumprindo sua função social ou mesmo por enormes dívidas dos empresários do açúcar com os trabalhadores e o estado. Um trabalho importante foi desenvolvido pela UFRPE e Organizações sociais para oferecer alternativas e oportunidades para viabilizar a produção camponesa através de quintais, onde as mulheres têm papel importante, ou implantação de sistemas agroflorestais ou de sítios nos assentamentos. Pena que não seja uma política pública que possibilite uma expansão desta agricultura. No São Francisco, vale do Açu no Rio Grande do Norte e no tabuleiro de Limoeiro do Norte no Ceará existem hoje uma pujante agricultura irrigada produtora de frutos tropicais, para o mercado internacional e nacional. Melhorou o nível de emprego? Melhorou

¹¹ WWW.ibge.br/home/estatística/indicadores/agropecuária. Acesso 15/11/2011.

a qualidade de vida? Melhorou a natureza pelo uso adequado das ciências agronômicas? O que se atesta é através da evolução técnica, é uma concentração de riquezas, com ampliação da dependência externa que gera uma degradação da vida e do ambiente.

Em nome de uma pretensa modernidade, que não se explicita bem, o agronegócio assume a dianteira no campo. É preciso inclusive dizer que no Brasil o termo agronegócio não se aplica como outras partes do mundo. Aqui está terminologia substitui o antigo termo latifundiário. Nada mais conveniente, o uso de um novo termo, para cobrir as “mazelas” como destruição de florestas, devastação de solos, contaminação de aquíferos, trabalho escravo, concentração de terras e coisas que vem das capitânicas hereditária e das sesmarias, uma sociedade autoritária sem oferecer oportunidades. Evidentemente não são todos aqueles que trabalham na agricultura que tem estas práticas, mas que constata-se abusos e prevalece, muitas vezes se generaliza, em detrimento, daqueles que efetivamente trabalham de forma menos extrativistas. Vamos deixar bem claro, não somos contra a tecnologia, pelo contrário entendemos sua importância e devemos incentivar sua aplicação, sempre dentro de um princípio da cautela.

Um dos avanços mais significativos na agricultura são os sensores, os drones, robótica, GPS, mobilidade e conseqüentemente uma enorme quantidade de dados que ampliam a capacidade de decisão do agricultor. Que tem possibilidade trabalhar a imensa diversidade de solo e de plantas e desta forma se trabalha com mais precisão, O que gerou o termo de agricultura de precisão. Em, 1975, Jeremy Rifkin, publica um livro onde antecipa várias inovações e dedica uma particular análise em um capítulo intitulado o Fim do agricultor onde destaca a diminuição do número de propriedades e a crescente urbanização. Fala da agricultura molecular e o fim da agricultura ao ar livre. Antecipa a perspectiva de um campo sem gente (Rifkin,1995).

A seguir será detalhado as 5 (cinco) principais tecnologias da atualidade¹². Sensores. O uso de sensores inteligentes vem sido aplicado na agricultura.

¹² <https://pixforce.com.br/tecnologia-agricola/tecnologia-agricola-a-importancia-e-principais-inovacoes>. acessado em 13 de agosto de 2020.

Esta tecnologia agrícola possibilita o monitoramento total das plantas. Estes sensores conseguem captar a saúde da plantação, a necessidade de água e o teor de nitrogênio no solo. Estes sensores alinhados com a tecnologia de conexão 4G permitem o monitoramento constante em tempo real da plantação podendo ser indicado pragas, doenças, níveis de umidade ou mesmo indicar colheitas ou outras informações importantes. Drones, Os VANTs, Veículos Aéreos Não Tripulados, como também são chamados podem carregar câmeras de alta resolução e os mais diversos tipos de sensores, permitindo a esta tecnologia diversas aplicações. Como por exemplo, Contagem das plantas; Medição da altura da plantação; Detecção de pragas e doenças; Medição da eficácia de tratamentos e do uso de pesticidas; Monitoramento da necessidade de água e insumos; utilização de sementes, fertilizantes e principalmente a possibilidade de providências rápida quando identificado algum tipo de problema. GPS agrícola. O Sistema de Posicionamento Global, ou GPS, esta é uma tecnologia que já se aplica há alguns anos. O completo mapeamento da plantação, amostragens virtuais do solo e do campo, monitoramento e inspeção dos processos agrícolas, controle e navegação de máquinas durante o serviço são algumas de suas aplicações. Big Data. Este termo é utilizado para descrever um imenso volume de dados, extremamente variado que compõe o negócio. Tem possibilitado o melhor fluxo de informações, uma análise mais rápida e efetiva e tem levado à melhores decisões e criação de estratégias. Uma coisa leva a outra, seu uso foi viabilizado graças às conexões sem fio e 4G. O Big Data favorece a troca de informações, tornando os agricultores mais rápidos e assertivos na tomada de decisões. Mobilidade, os agricultores podem monitorar a fazenda em tempo real, acompanhar máquinas durante o trabalho, gerenciar equipe e acessar pela tela do smartphone dados, KPIs e informações das plantações. Deve ser também ressaltado o avanço nos utilitários e demais veículos, com uma série de inovações que garantem uma maior eficiência e resposta ao trabalho.

No entanto por fundamental que seja o uso da tecnologia na produção, mesmo aumentando a produtividade, é preciso pensar o modelo de industrialização brasileiro e buscar beneficiar/industrializar nossas matérias primas sem agregar valor e aí sim buscar mercados internacionais ou mesmo nacional. É um longo processo, que parece não ser preocupação da

sociedade e dos diversos governos este repensar. O processo de desenvolvimento brasileiro fez uma opção de não verticalizar a industrialização de nossas matérias primas. A opção foi investimento, na indústria automobilística e outras similares, mesmo usando a poupança da agricultura e sem fazer uma modificação na estrutura agrária do país.

Desta forma, há uma dependência da agricultura aos mercados financeiros e a indústria. O solo passa a ser o suporte para produção de diferentes mercadorias. Se o solo não atende determinadas exigências, altera-se. Providencia-se a introdução de adubo, inseticida, venenos de diferentes qualidades para garantir uma produção, na maioria das vezes, de baixa qualidade. Havendo deficiência de água, se irriga. Hoje se gasta mais água na irrigação do que para atender quem tem sede. Há uma produção maior que a população. Porém, há fome principalmente no campo. A agricultura gera a cidade. Acumula estoques. Concentra riquezas. Suas economias são drenadas para financiar indústrias e serviços. Aos poucos estes setores vão impondo a agricultura uma subordinação. Torna-se hegemônico uma determinada cosmovisão. Tenta-se uniformizar e simplificar processos. Transforma uma atividade plural, agri-culturas, para um conceito singular, agricultura, que significa produção de lucros através da exploração da terra e de venda de mercadorias, principalmente de matérias primas.

Prevaleceu determinada visão do mundo que anulou o belo de uma ciência de valorização da vida e da articulação dos elementos da natureza para produzir, garantindo pela otimização destes elementos uma agricultura sustentável, para fazer prevalecer o lucro, encarcerou uma ciência da vida para transformá-la em um instrumento de reprodução de capital, aprisionou talentos transformando-os em vendedores. Esta opção gerou um grande desequilíbrio ecológico e mais que isso, contribuiu para um modelo de agricultura insustentável e a um mundo ameaçado. Gerou mortes. Mas, há reações.

Muitos agrônomos e outros profissionais, bem como parte significativa da sociedade, se envolveram e construíram movimentos ecológicos que defendem outra visão de mundo. Surgem em diferentes partes do mundo, reações a esta simplificação. Sempre existiram outras agri-culturas. A urbana, a sustentável, a orgânica, a biodinâmica, a permacultura, a

ecológica, a sintrópica e tantas outras mais. Resiste em todo mundo uma agricultura tradicional. Estas alternativas vêm como nos alerta PLOEG (2008), do histórico embate dos camponeses contra os impérios alimentares. Vem da reafirmação da retomada da agricultura tradicional, pela identificação e ressignificação de técnicas tradicionais de convivência com a natureza e estabelecendo, a partir de outra visão de mundo, onde o cosmos é nosso ambiente e os fundamentos de uma nova/velha ciência agrônômica. Tem como princípio o todo, em uma constante dança de energia, interligada, diversa e repudia soluções mágicas que generalizem a mesma solução para qualquer espaço. Assume que cada espaço necessita de tratamento específico. Respaladas em movimentos populares, democratizam a participação e buscam uma soberania alimentar, calcada no direito à vida. Reafirma a importância do campesinato como o segmento no mundo que mais contribui para a produção de alimentos.

Nossa mente é a dos caçadores-coletores, nossa culinária é a dos antigos agricultores”, afirma HARARI (2015:88); e continua este autor: “Os acadêmicos um dia declararam que a Revolução Agrícola foi um grande salto para humanidade. Eles contaram uma história de progresso alimentado pela capacidade intelectual do humano. A evolução, pouco a pouco, produziu pessoas cada vez mais inteligentes. As pessoas acabaram por se tornar tão inteligentes que foram capazes de decifrar os segredos da natureza, o que permitiu domar ovelhas e cultivar trigo. Assim que isso ocorreu, eles abandonaram alegremente a vida espartana, perigosa e muitas vezes parca dos caçadores-coletores, estabelecendo-se em uma região para aproveitar a vida farta e agradável dos agricultores. Esta história é uma fantasia. Não há indícios de que as pessoas tenham se tornado mais inteligentes com o tempo. Os caçadores-coletores conheciam os segredos da natureza muito antes da Revolução Agrícola, já que sua sobrevivência dependia de um conhecimento íntimo dos animais dos animais que eles caçavam e das plantas que coletavam”. (Harari, 2015:89)

E, de forma contundente avança: “Em vez de prenciar uma nova era de vida tranquila, a Revolução Agrícola, proporcionou para os agricultores uma vida em geral mais difícil e menos gratificante que a dos caçadores-coletores. Estes passavam o tempo com atividades mais variadas e estimulantes e estavam menos exposto vez à ameaças de fome e doença. A

Revolução Agrícola certamente aumentou o total de alimentos à disposição da humanidade, mas os alimentos extras não se traduziram em uma dieta melhor ou em mais lazer. Em vez disso, se traduziram em explosões populacionais e elites favorecidas”. Concluindo, afirma: A Revolução Agrícola foi a maior fraude da história.” (Harari, 2015:90)



Foto abertura das olimpíadas da juventude

Diversidades IV. Projetos de ação cultural e de formação

É a práxis que dá sentido aos conteúdos e permite o desenvolvimento do conhecimento. É necessário planejar, conversar antes com a comunidade, mostrar a importância de suas experiências na formação universitária. Por outro lado, é importante reconhecer o que predomina nas universidades e demais escolas. O ensino livresco, teórico onde cada estudante deve realizar sua síntese. Uma grande preocupação era que predomina entre os discentes e docentes que devemos “levar” informações, quando em realidade devemos estabelecer um diálogo entre diferentes saberes para contribuir na construção do conhecimento das pessoas envolvidas.

A principal dificuldade esteve relacionada ao que Freire fala de “invasão cultural” que é despejar conteúdo na cabeça do outro, quando se deve escutar e trocar experiências e entender a lógica do modo de vida desta comunidade específica, sua história, seus problemas, seus sonhos, suas frustrações e ao mesmo tempo se colocando como educador, que busca a autonomia e valorização do saber local. Nesta perspectiva, era não aceitar tudo, porém dialogar, perguntar, compreender o contexto que as pessoas viviam e as relações sociais existentes, como a questão da juventude, do patriarcado, portanto, de gênero. Porque não se deve separar o contexto

produtivo do contexto social, político, como nos alerta Naredo (2005) quando analisa a economia em evolução e discorre sobre a produção de riquezas e sua separação do contexto físico natural em que ocorre. Havendo esta integração se pode buscar uma reconciliação entre a economia e a ecologia em um novo processo evolutivo, como destaca Naredo.



A formação e o envolvimentos de discentes e professores se inicia. O primeiro deles, como um projeto de desenvolvimento comunitário (1997-2000) em dez cidades do interior, em conjuntos habitacionais de baixa renda, que contou com apoio da Caixa Econômica Federal, denominado Projeto Mudar. O segundo, foi um projeto de alfabetização e profissionalização para assentados de reforma agrária na mata sul de Pernambuco (2000-2001), com apoio do INCRA/ PRONERA. O terceiro, foi um projeto de organização de uma rede de agricultores tradicionais (REATA) no estado do Amazonas. O quarto, foi o projeto de Olimpíada da juventude. O quinto foi um projeto de formação em Agroecologia para jovens agricultores da zona da mata sul e do Pajeú, em Pernambuco no período de (2016-2018) com apoio do MDA/SAF/CNPq e sobre este mesmo tema, um projeto de capacitação para extensionistas no nordeste brasileiro em 2005. (MDA/SAF/).

Para cada projeto, é feita uma homenagem a pessoa ou pessoas que contribuíram sobremaneira para realização e êxito do projeto. Começamos com a Prof. Fátima Massena, no projeto MUDAR, seguido pelo Prof. Marcos Figueiredo, no projeto dos SAF's. Posteriormente nos referimos ao projeto na Amazônia, destacamos duas pessoas Bosco Gordiano, Técnico do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas) e

Doroti Swater, Agricultora, mãe de cinco filhos, militante, que viveu em Presidente Figueiredo, casada com Egydio. As profas. Joanna Lessa e Erika Suruagy vêm em seguida pelo competente envolvimento na Olimpíada da Juventude. Para destacar em seguida a enorme contribuição da equipe gestora do Projeto em Formação em Agroecologia para jovens pernambucanos.

Um fato que creio importante destacar é que estes projetos faziam parte do entendimento e da proposta pedagógica de LA. Assim, apresentávamos a proposta ao CCD (conselho de coordenação didática do curso) e aceita, seguia os tramites dentro da UFRPE, para aprovada pelo CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa) ser emitido portaria. Uma inovação e tanto. Porque segundo os Estatutos e Regimento geral da Universidade é função do Curso a responsabilidade de formação do discente matriculado naquela formação. Há também respaldo na Constituição brasileira, da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, extrapolávamos a sala de aula e muitos discentes com esta experiência prática, que todos tem uns mais outros menos, contextualizavam nas aulas, estas vivencias e assim, aprofundavam sua formação e clareava suas visões de determinados conteúdos oferecidos.

Os princípios metodológicos eram participativos variando de acordo com cada grupo. O compromisso central é com o grupo que trabalhávamos. Escutar. Entender a realidade, pesquisar. Compreender o que significam as falas em determinados contextos. Reforçar a autonomia. A tarefa é reforçar as decisões do grupo e não de “resolver problemas” dos outros. Afinal, quem os resolve é, ou deveria ser, aqueles que os têm. Que fique claro, que isto não implica em aceitar qualquer coisa. Porém, através de pedagogia da pergunta, do diálogo, se esclarece, amadurece, discorda, reforça ou orienta, ou seja, forma, educa para uma decisão onde se atenda a maioria e amplie as competências das famílias e dos discentes, atores importantes neste processo formativo. Era exercitada a extensão. A capacitação, ocorre na cooperação entre as pessoas, em discussões teóricas contextualizadas e na prática de vivências em atividade onde se aprende, principalmente quando esta prática é vivida no respeito mútuo entre os participantes, que surge a possibilidade de dar um sentido próprio ao aprender, valorizar seus

conhecimentos e potencializar as diversas dimensões humanas entre elas a amorosidade, solidariedade e cooperação.

4.1 Projeto MUDAR

À prof. Fátima Massena



Este registro tem base no Relatório das Atividades de Extensão Licenciatura em Ciências Agrícolas-UFRPE/fadurpe-caixa econômica federal/prodec; 1997-2000. O importante era identificar o problema a partir do entendimento dos participantes. O segundo passo era de como construir alternativas de solução. Alguns exemplos.

Neste projeto, o problema identificado pela Caixa era a inadimplência dos moradores. Discutindo com eles, se percebeu que a inadimplência tinha várias facetas. Da própria Caixa, da Prefeitura, do Estado e também dos moradores. Foi percebido que os moradores não conheciam o espaço, as características, a realidade, o contexto onde moravam. Muitas foram morar naquele espaço incentivados por políticos que afirmavam que não se pagaria, “eram casas do governo”. Foi realizada uma pesquisa, com eles e sobre eles. Ao discutir os resultados, surpresas, descobertas. Agora se podiam estabelecer alternativas de estratégias para solução de problemas identificados. Nunca é um só, mas um conjunto que precisa ser entendido e se exige articulação entre eles para sua superação. Um aspecto a destacar se refere a questão da pobreza e da cultura da pobreza. A pobreza é uma situação.

A cultura da pobreza é um estágio, um comportamento, onde as pessoas se sentem muitas vezes como inferior. Neste sentido, buscamos estudar esta situação apoiado nos estudos e vivência de Lewis (16961 e 1985) no México. Também, Tévoédjré (2002), com prefácio de Dom Helder Câmara, foi lido e discutido, a partir da defesa que este autor fazia da Pobreza, em uma perspectiva da riqueza dos povos, diferenciando, da miséria. Ou seja,

miséria é inaceitável, pobreza é desejada para todos, o que significa de certa forma a negação do consumismo. Estas práticas nos levaram a repensar conceitos, a buscar outras lógicas e explicações para determinadas situações. Como afirma Max-Neef (1993), nos encontrávamos em uma encruzilhada. Despertava questionamentos, curiosidades, buscas e alterações de certezas relativizando nossas posturas e buscando fundamentação teórica para compreender a realidade. Estabelecendo conexões. Estes projetos acrescentaram muito a minha vida pessoal. Paulo Freire já alertava que o processo educacional se aprende e se ensina. Havia uma predisposição para o diálogo que não é fácil em uma estrutura de sociedade autoritária como a brasileira. Nem sempre se percebe a fala como direito.

Neste Projeto, foi estruturado da seguinte maneira: Uma equipe de estudantes, trinta, tinham a responsabilidade de trabalhar cada conjunto. Assim, dependendo do seu tamanho eram escolhidos, capacitados equipes locais. Como eram dez conjuntos, tínhamos um grupo de aproximadamente cento e cinquenta pessoas envolvidas na execução do projeto. Enorme desafio de coordenação.

Foram traçados objetivos, coletivamente, para cada conjunto. Universidade, Caixa e moradores. Apenas para citar dois exemplos. Em Belo Jardim, o conjunto habitacional ficava próximo do lixão, onde muitos buscavam suas sobrevivências. Após algumas reuniões, se estabeleceu como objetivo trabalhar a coleta seletiva do lixo de parte da cidade. Foi buscado articulação com a Prefeitura, organizações da sociedade civil da cidade, sendo um dos principais interlocutores, a Fundação Tareco e Mariola¹³. Foi iniciado o processo de capacitação das famílias de como selecionar o lixo, como transportar, como armazenar, embalar e comercializar. Para isso foi identificado, quem comprava, transportava e negociar com estes, o escoamento do lixo para reciclagem. Após conclusão de nosso projeto, a Fundação continuou o apoio aos moradores do conjunto.

¹³ Fundação Tareco e Mariola. Iniciou suas atividades em 1999, em Belo Jardim, por iniciativa de Conceição Viana Moura, esposa de Edson Mororó Moura e atual vice-presidente do Conselho de Administração das Baterias Moura. Seu objetivo é de colaborar para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. Com os seguintes programas: Programa socioambiental promovido pela Baterias Moura. É formado por seis ações: fundação e apoio à gestão da Associação de Recicladores e Artesãos; Centro de Artesanato Tareco e Mariola; Qualidade Total na Educação; Projetos Miniempresas, da Junior Achievement; Coral Moura e Orquestra Viva e Projeto Semear. <http://www.revistanegociospe.com.br/materia/Baterias-Moura---Tareco-e-Mariola>. Acesso em 30/10/2019.

Melhorou a renda, a auto estima, porque agora contribuía positivamente para a cidade. Um exemplo deste projeto. Uma discente da equipe, visitou uma família e a matriarca estava trabalhando. Quando perguntado sobre seu trabalho ela afirmou que não trabalhava, então a educadora perguntou e o que a senhora está fazendo. Ela “fazendo uns panos para vender. É preciso ajudar nas despesas da casa.” Quando relatado em nossas reuniões, gerou uma ampla discussão e aprendizados ricos e recíprocos sobre o conceito de trabalho.

Outro exemplo, foi em Santa Cruz do Capibaribe, conjunto grande com quinhentas casas, onde foram identificadas diversas inadimplências. Foram sendo trabalhadas cada uma. Com a Prefeitura, a questão do recolhimento de lixo. Com a Caixa, as inadimplências propriamente ditas. Foram revistos contratos e foi identificado que seria melhor se realizar novamente um processo de comercialização das casas. Foi articulado com diversas organizações da sociedade civil e se conseguiu apoio para eliminar as pendências e passar as casas para as famílias. Foi uma festa. Os avanços foram significativos em alguns conjuntos, a exemplo dos dois citados, em outros não, inclusive, um deles se recusou a entrar no projeto. Nesta cidade, a equipe a exemplo das demais iam todo final de semana e se hospedavam em uma das casas do conjunto. Era necessário gerar um aculturação, conhecimento do lugar, das pessoas, os problemas e possibilidades. Porém, havia uma galinha que vivia na casa onde o grupo de discentes se hospedavam e assim a primeira tarefa era limpar a casa. A galinha ficou famosa em nossas reuniões. Deve ser ressaltado a enorme contribuição da prof. Fátima Massena, de saudosa memória. Além de contribuir significativamente seja em conteúdos, seja na coordenação. Ela em sua dissertação de mestrado, a partir da experiência em Surubim, local onde também atuamos. Desta forma, além de trabalhos de conclusão de curso, artigos foram escritos e uma dissertação de mestrado realizada. Vivência de um processo de formação inovador, que mesmo dentro das regras estabelecidas, se conseguiu desenvolver e contribuir.



4.2 Sistemas agroflorestais -Pronera

Ao Prof. Marcos Figueiredo

No segundo projeto, Alfabetização e profissionalização junto a assentamento de reforma agrária, foram seguidos os mesmos princípios metodológicos participativos. Para alfabetização foi realizado um levantamento de palavras chaves. “Comida”; “casa”; “futuro”; “plantar”; “melhorar a vida”; “roça”; “sítio”, entre outras. O problema, nas palavras de um agricultor “agora temos terra, mas não sabemos trabalhar” (Tavares, Figueiredo e Silva, 2006). Como compreender esta afirmação? Não são agricultores que sempre viveram no campo? Foi preciso entender a lógica da produção da cana de açúcar. De uma agricultura industrial. Com tempos e movimentos definidos. Onde nem sempre o trabalhador da cana é agricultor. A parte nem sempre está clara no todo, pelo menos para o trabalhador. Compreender a realidade e identificar os conhecimentos existentes, onde se constatou como prática marginal, a roça ou mesmo, o sítio. Marginal, porque nem sempre eram autorizadas pelo dono das terras, pelo latifundiário. Mas entre eles, havia conhecimento de lutas, de resistências, de enfrentamentos onde um deles era o plantio em beiras de estradas e mesmo, ao redor de casas. No entanto, continuava o desafio colocado pelo assentado/agricultor, como usar da melhor maneira a terra?

Para o projeto de profissionalização, segunda parte do projeto, se investiu na discussão e implementação de sistemas agroflorestais (SAF's). Porque

foi identificado a existência de sítios com fruteiras diversificadas, o desejo de garantir alimentação, com plantio de roça, que consiste em plantar consorciado a mandioca, feijão e milho. Diversidade podia ser a palavra resumo. Assim foi proposto o sistema agroflorestal. Duas equipes de discentes foram formadas. Equipe de alfabetizadores foram escolhidas em cada assentamento. Damaris foi a pedagoga, indicada pelo MT (movimento dos Trabalhadores para ser a responsável pela alfabetização e Prof. Marcos Figueiredo coordenou diretamente a parte profissionalizante. Isto exigia capacitação dos discentes para desenvolver trabalhos de assessoria aos diversos grupos. Foram visitadas experiências na região, que respondiam satisfatoriamente esta situação. Foram realizados cursos de capacitação para alfabetização e para a parte profissionalizante, principalmente, com estágios de vivências. Foram realizadas visitas de intercâmbio, dias de campo e outras práticas pedagógicas participativas, como preparativos de implantação, a partir da “roça”, de agriculturas sustentáveis.

Neste projeto entre outras aprendizagens, veio a de perceber que a família planta muito de pouco (Madera e Tavares, 2010). Como forma de diversificar sua alimentação, ou para acessar as feiras locais, ou para diminuir os riscos de produção ou mesmo da oscilação de preços. Há diversas razões para se utilizar esta estratégia. Diferente do agronegócio que planta muito de pouco. É a monocultura para o mercado.

A articulação entre o projeto de alfabetização e a formação profissional, em agricultura. De um lado escrever e ler, co-mi-da, do outro plantar “comida”. Esta articulação foi realizada através da implantação de sistemas agroflorestais. Um modelo diversificado, onde se procura imitar a floresta (Götsch, 1995). Assim, partia-se da ideia da roça ou mesmo do sítio ou quintal, ampliando a diversidade e a plantação de variedades, ao mesmo tempo, para o curto, médio e longo prazo. O que era plantado era para alimentar a família, mas também, para o solo, enriquecendo-o, ampliando as vidas e conseqüentemente, a fertilidade.

Vale ser destacado que a implantação de “sistemas agroflorestais” (Habermeyer e Duque, 1998) é uma invenção acadêmica. Os camponeses sempre planaram de forma diversificada e usando inteligentemente os elementos da natureza. Já havia, como destacado anteriormente, a

existência do sítio. Bananeiras, fruteiras, mandioca, feijão e uma variedade grande de plantas comestíveis ou não. Nossa pretensão não foi de ampliação dos sítios e sim a implantação de SAF's (Nair, 1997). Evidentemente no primeiro momento não se entendeu a proposta, até percebermos que estávamos falando dos sítios (Tavares e Figueiredo, 2011). Ah, agora a comunicação avançou e a diversificação se ampliou, inclusive com práticas como cobertura morta, plantio de espécies locais para madeira, a adubação através do plantio de leguminosas e principalmente, o necessário manejo do sítio, com podas, replantio, produção de mudas e assim se ampliou a autonomia das famílias camponesas. Havia toda uma necessidade de recuperar os conhecimentos das famílias e a partir daí avançar. Foi constatado uma realidade no assentamento em sua maioria era constituída de trabalhadores da cana de açúcar, sendo que alguns deles ao redor da casa plantavam para sua alimentação. Aliás este foi um dos primeiros movimentos de luta. O direito de uso da terra para plantar alimentos, conquista que veio com o decreto sobre o direito ao sítio. Desta forma não é surpreendente a questão levantada pelo trabalhador rural, cortador de cana que assim perguntou: “Agora temos terra, que fazer?” Tentou-se responder com eles e também a partir deles.

Outro aspecto a destacar, que foi feito com mais profundidade da tese do doutorado (Tavares, 2010), foi a questão da escola ou melhor dito, da escolarização existente nos assentamentos. Em princípio são as mulheres que se preocupam principalmente com este assunto. Além das preocupações com as condições ou mesmo ampliação da casa, comida e saúde. O homem se volta para a produção, a comercialização, porém de maneira geral com a participação efetiva das mulheres. Porém em relação a escola, as mulheres estimulam os filhos para poder sair “daquela vida”. Poder ter a chance de ser um “doutor, até presidente”. Já os pais, vêm como perda de tempo. Acusam as professoras de não conhecerem nada do assentamento. Que os filhos deixam de trabalhar na produção para ir para a escola. Desta forma, há uma dissociação entre a escola e a vida e dependendo do olhar, pode ser de esperança, embora reconheçam as deficiências ou decepção, porque a escola não ensina a lavrar e cultivar a terra, não ensina, em resumo, a viver e se preparar para a vida, reforça estas observações a afirmação de Brandão (1990): “possivelmente, nem sequer exista entre nós uma educação rural, embora uma grande parte de

estudantes e professoras convivia de manhãs e tardes em escolas, entre estradas de barro, em meio de sítios e fazendas dos pampas gaúchos aos brejos do Amapá.” (1990:4).

A escola assim, descontextualizada contribui em muito para o êxodo dos jovens. Porque buscam na cidade aprofundar os estudos ou mesmo e, principalmente, partiam em busca de oportunidades que não enxergam naquela agricultura praticada. Porém, existem outras agriculturas. Comete a universidade apresentar alternativas, apontando oportunidades para melhoria de vida. Sem acesso a terras e muitas vezes vivendo uma atividade de subsistência, assim não monetarizada, partem para as cidades. Que na maioria das vezes nega, com violência, discriminação oportunidades que devia ser para todos.



A partir da continuidade das ações, verificou-se que havia excedentes ou mesmo, não se produzia tudo do que necessitava a família. Era necessário criar canais curtos de comercialização, daí a criação de feiras livres, onde se buscava, a partir do “plantio de pouco de muito” (Madera e Tavares, 2010), oferecer uma variedade ao consumidor e mesmo, minimizar os riscos além de gerar renda monetária. Porém, era preciso agregar renda, então foi ampliado o envolvimento das mulheres, que além de contribuir na roça, educação, saúde e alimentação das crianças, também passou a beneficiar a produção (Polanyi, 2003). Leituras de Polanyi, Alier e discussões sobre o campesinato, na perspectiva de um modo de vida, onde o objetivo central é a reprodução social da família e não apenas a reprodução de capital nos ajudaram muito a compreender o processo social e de vida camponesa. Ou o que um camponês traduziu a expressão desenvolvimento sustentável, como “está de barriga cheia.”

Foi um processo muito rico. Hoje, existem vários agricultores na zona da mata sul, que desenvolvem uma agricultura de base ecológica, uma vez que o Centro Sabiá¹⁴ parceiro importante do projeto, deu continuidade ao trabalho junto as famílias.

Neste projeto tivemos a oportunidade de constatar a existência da escola no assentamento. Pela manhã, havia o trabalho educativo na escola e paralelo, à tarde, o PET (programa de erradicação do trabalho infantil), neste focando a parte lúdica. Enquanto as crianças adoravam o segundo, no primeiro, na escola, era um tormento. Por que estes projetos não convergiam e dialogavam metodologicamente? No PET, a realidade era trabalhada com diferentes instrumentos pedagógicos, enquanto na sala de aula, vislumbrava-se conteúdo e hierarquia. Muitas vezes conteúdos longe da realidade dos alunos e mesmo das professoras. Na maioria das vezes não se contextualiza o conhecimento. Embora os assentamentos tenham na agricultura sua principal atividade, esta não é considerada. O aluno participa pouco, memoriza as lições (quando muito) e seus conhecimentos, muitas vezes não são valorizados, quando não são desqualificados. No PET, os conhecimentos eram trabalhados de forma lúdica, com músicas, artesanatos, experiências concretas que encantavam os alunos. Abaixo informamos o quadro, constante de relatório enviado ao INCRA/PRONERA sobre os resultados obtidos.

ATIVIDADES	META	RESULTADO
Alfabetização	1000	1.201
Profissional	336	489
Total	1.336	1.690

¹⁴ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente é u associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional.



Neste projeto, a participação do Prof. Marcos Figueiredo foi fundamental. Conhecedor como poucos de implantação de SAF's, acompanhava e orientava os discentes nos trabalhos de campo. Com ampla vivência, nas visitas levava comida que se preparava em casa de alguma família, que também contribuíam com produtos produzidos localmente e aí havia um processo de socialização, confraternização e de aprendizagens.

4.3 REATA

À Ladjane, Bosco Gordiano e Doroti Shwader

O Terceiro projeto foi a organização da rede de agricultores tradicionais - REATA. Deve ser anotado a experiência de estar em uma floresta. Árvores om mais de setenta metros. Verdes, muita água. Diferente do Nordeste onde sempre vivi e andei que é bastante seco. Com vegetação retorcidas, pequenas, apenas nas margens de riachos se encontra um juazeiro ou uma outra árvore mais frondosa. Um choque. Aquele silencio ensurdecador, diversidade imensa na fauna e flora. Outros hábitos alimentares em casas na beira do rio ou igarapés, onde se pesca o almoço na hora. Uma abundância de comida. Peixes de toda qualidade e a farinha de mandioca, com pés alcançando mais de dois metros. Diferente do que conhecia por aqui. Este ambiente me exigiu muito, com leituras, conversas, trabalhos de campo e como resultado reconheço que aprendi muito.

O início é que fomos desafiados, pelas autoridades locais, a indicar pelo menos dez agricultores familiares que tivessem uma agricultura sustentável e uma qualidade de vida que pudesse servir de exemplo para outros agricultores, fruto de mapas construídos pelos participantes de um curso sobre Agroecologia em Presidente Figueiredo, no Amazonas. A primeira busca, foi realizada fora dos padrões convencionais do trabalho de extensão, aqueles que recebem crédito ou outras políticas públicas.

Chegamos aos agricultores “doidos”, aqueles que fazem diferente, aqueles que não seguem a “cartilha” de uma agricultura moderna. Em pouco tempo, com apoio de alguns extensionistas fomos descobrindo famílias diferenciadas, muito mais que imaginamos no início. Que maravilha. Como se conhece pouco os camponeses. Como eles encontram alternativas de organização, de produção e escoamento da produção particularmente dentro de um espírito comunitário. A partir destas famílias fomos discutindo e identificando aspectos que poderiam e deveriam orientar uma REDE de Agricultores Tradicionais do Amazonas.

Elementos que caracterizam a rede foi construído ao longo de um bom período. A definição uma série de referências que servem como “mandamentos” para os atuais e futuros participantes da rede. São construídos os “princípios”. Que balizam os compromissos assumidos para orientar a seleção, o envolvimento, a permanência e a atuação destas famílias na rede. É importante destacar que se trabalhando a família, é necessário reconhecer, considerar e trabalhar a dimensão de gênero, de geração. É considerar e envolver nas ações a voz, a participação da mulher na definição de metas e de ações a serem desenvolvidas na unidade produtiva. Definir e discutir com os jovens faz parte de uma estratégia de envolvimento dos mesmos para que no planejamento sejam discutidos seus interesses e suas motivações. O envolvimento de pessoas mais idosas neste processo é fundamental pela possibilidade de histórias e conhecimentos que possam ser transmitidos e recuperados. Estas pessoas possuem um conhecimento do agroecossistemas, de políticas públicas, da natureza que valorizadas, se constituem no diferencial desta rede. São princípios que orientam e que estão presentes na ação.

A seguir serão apontadas algumas características da REDE construídas conjuntamente com os agricultores:

- A **mesa farta** se refere à soberania alimentar. Antes de vender se tem o compromisso de alimentar e, bem, a família, para isso deve se ter variedade e quantidade. A saúde vem dos alimentos, uma pessoa bem alimentada é uma pessoa que tem saúde. Sucos, raízes, frutas, cereais, mel. Produtos da natureza, comida para os homens. Garantia de vida.

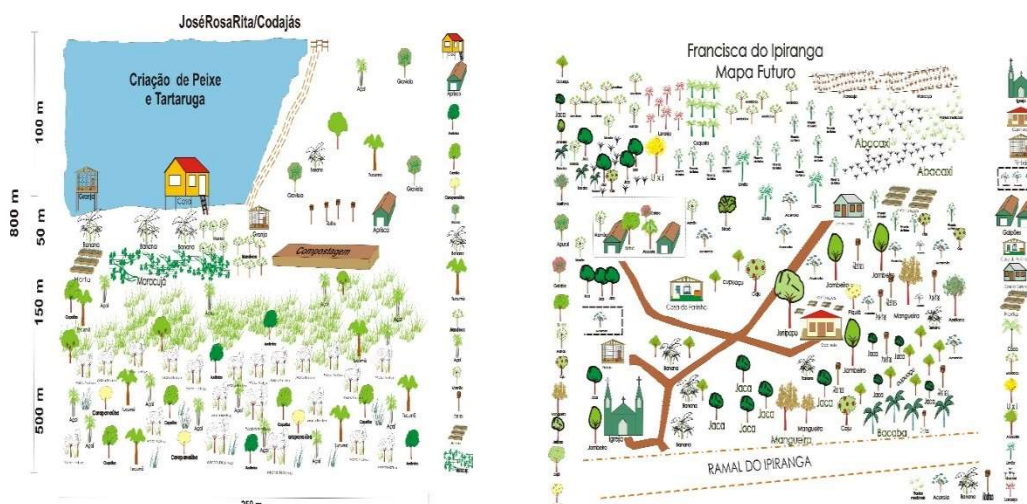


- **Imitando a natureza** – a natureza é diversificada, vivem juntos animais e plantas de diversos tamanhos e formas. São os extratos vegetais, as folhas que cobrem o chão, árvores que alimentam o solo através de fixação de nitrogênios como ocorre com as leguminosas. Arvore que protege a outra, o solo e a água do vento. Arvore que protege o solo com suas folhas quando a chuva vem. Que seguram o solo com suas raízes. É um ajudando o outro. É vida e criando vida. É a variedade. Biomassa, produção de frutas etc. A intervenção do homem então, deve ser na direção da diversidade, de criar fluxos sustentáveis de energia, pela prática de uma agricultura de base ecológica. É trabalhar com e não contra a natureza.
- **Guardando a vida** – a semente é vida. Guardar semente é guardar vida. Ter semente é ter autonomia para plantar. Produzir suas mudas. Garantir o futuro. É a herança que pode ser passada para outras gerações. É renda pela possibilidade de venda de mudas. Guardar sementes de louro, copaíba, andiroba, bacaba, pau rosa, ariá, angelim, sucupira, mogno, castanheira, entre outros, é garantir um patrimônio.
- **Farmácia viva** – A melhor vida é aquela com saúde. Saúde que se consegue com uma mesa farta, higiene, saneamento, água tratada. Porém, quando desequilibra vem às doenças. Nesta hora funciona a farmácia viva. No quintal pode-se ter cidreiras, capim santo, hortelã, gengibre, agrião, sálvia, coentro, manjeriço, cebolinha, alface, pimentão, rúcula. Para o chá, para o tempero, para o alimento, para o remédio.

- **Troca aria** – A natureza é diversidade. Tudo se encontra na natureza. Para seu funcionamento há uma reciprocidade. O solo segura a planta. As raízes se alimentam de minérios que se encontram no solo. As folhas protegem o solo da chuva e cria ambiente para desenvolvimento dos micro-organismos. É um troca troca. Um alimenta o outro. O próprio sistema se autorregula e auto-alimenta. Existe uma reciprocidade. Um dá uma coisa e recebe outra. Na floresta têm-se plantas mais baixas, médias e altas. São extratos diferentes que se complementam. Há uma sucessão natural. É tudo misturado, produzindo vida. É partilhado. O homem não pode ser diferente deve participar desta partilha. Vive na natureza, depende da natureza, contribui para a natureza. A reciprocidade, a troca, do homem com a natureza é o mínimo que se pode esperar para garantir a vida na terra. É partilhando que se avança na vida.
- **Autonomia** - é uma estratégia da rede ampliar a autonomia da família. Esta poderá ocorrer através do exercício da cidadania, onde se requer a presença dos serviços do estado, como educação, saúde e segurança, bem como, a diminuição e a progressiva eliminação de insumos externos a unidade produtiva. O manejo adequado e a oferta de alternativas alimentarias para os animais, plantas, solos e para o homem é outro desafio a ser trabalhado pela rede
- **Doce mel** - O estímulo à apicultura e meliponicultura é uma estratégia central da rede. A explicação é que a abelha estabelece uma intensa e ampla reciprocidade com os diversos elementos da natureza. A abelha poliniza o que significa a distribuição e o fomento à vida. A abelha se afasta com queimadas, isto implica, o combate ao fogo. A abelha não aceita o pesticida ou agrotóxico, que implica uma progressiva substituição de elementos químicos por biológicos e mais, por uma agricultura tradicional onde o manejo dos recursos naturais, oferece o equilíbrio e a fertilidade necessária a produção. A abelha faz mel, própolis, cera e preserva o meio ambiente. A abelha oferece a possibilidade de renda monetária pela venda de seus produtos e com isso melhora a qualidade de vida da família.



- **Saber caboclo** – A luta pela sobrevivência fez com que caboclo e povos tradicionais desenvolvessem um intenso processo de observação, pesquisa e adaptação de técnicas e procedimentos a floresta amazônica. O reconhecimento deste conhecimento e o estímulo à troca entre agricultores, técnicos, agricultores é uma opção defendida pela rede. Por outro lado, a necessidade de superar e ampliar os conhecimentos faz com que a observação e a pesquisa sejam permanentes entre estes agricultores. Observar a natureza e buscar apreender com ela, é um aspecto valorizado e estimulado na rede. A função do técnico é estimular o diálogo entre estes saberes, não impondo, não privilegiando e sim estimulando, refletindo e sistematizando coletivamente novos saberes advindos deste diálogo.
- **Peixe** – Na mesa, no igarapé, no rio. Pescando ou criando o importante é o peixe na mesa. Mais não é apenas o alimento é a beleza é a diversidade. A beleza que se encontra nos peixes ornamentais. Manejo sustentável nos igarapés será uma linha a ser incentivada pela rede.



Raízes da vida - O plantio e o estímulo ao consumo de hortaliças regionais é uma das características da rede. Produtos como mandioca, ária, cará, inhame, mandioca, cubiu, batata doce, taioba, bertália ou couve manteiga e outras são exemplos de raízes, tubérculos e hortaliças que estão sendo produzidos pelos agricultores.



- **Beneficiamento** – Agregar valor pelo beneficiamento dos produtos é uma exigência para melhoria de renda dos agricultores. Também é uma forma do envolvimento da família no processo econômico. A mulher contribui enormemente na economia e tem uma participação efetiva na vida da família. Sua presença se dá em diversas interfaces e sua participação além de reconhecida é estimulada. O trabalho da rede é um trabalho da família.
- **Comercialização** - O estímulo à venda em circuitos curtos, diretamente aos consumidores é outra estratégia e característica da rede. Embora a prioridade é com a mesa farta, o excedente deve ser escoado e sua

comercialização realizada. Como processo se recomenda à oferta de produtos diferenciados e que estão na mesa do produtor, com qualidade e sem o uso de agrotóxico e pesticida. A criação de espaços para venda de produtos, a realização de comercialização direta é um desafio a ser alcançado em médio prazo.



Neste projeto originou-se uma cartilha e também um livro contendo os conteúdos do curso para extensionistas, origem do posterior trabalho de organização da REDE. E também uma tese de doutorado, realizada por João Bosco Gordiano. Novamente, agora sem discentes em função da distância, o projeto produziu academicamente importantes contribuições.



4.4 Olimpíada da Juventude

À Joanna Lessa, Érica Suruagy, Adriana e Claudia

Em abril de 2014 foi iniciado as negociações com o Ministério dos Esportes para apoiar o evento, através de descentralização de recursos financeiros para a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Os Cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas e Licenciatura em Educação Física da

UFRPE, em parceria com a FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco, em parceria elaborou o projeto e que foi submetido a análise do Ministério dos Esportes e aprovado. O evento inicialmente previsto para setembro, porém, em função da descentralização dos recursos só ocorrer no final do ano, foi empenhada parte dos recursos (R\$ 146.278,50) e o restante devolvido e solicitado em 2015 (R\$ 119.257,50). Este foi um dos aspectos que exigiu uma enorme superação dos envolvidos para concretizar o evento.

O professor francês Pierre de Frédy (1863-1937), o Barão de Coubertin, é considerado o pai dos Jogos Olímpicos modernos. Estudioso da cultura grega e apaixonado por esportes, tinha o sonho de resgatar o espírito olímpico de união entre as nações. Seu lema era: “O importante não é vencer, mas competir com dignidade”. Porém, o “importante não é vencer”, logo é superado passando a competição a ser cada vez mais valorizada.

Afinal, o capital ocupa todos os espaços. A olimpíada passa a ser um negócio. Onde cada vez mais se profissionaliza e se exige altas performances e com isso se amplia o patrocínio, a remuneração, os negócios. Os jogos universitários passam a ser um estágio inicial para outras competições mais profissionais. As escolas são centros de recrutamento e aqueles alunos que se destacam, são convidados com bolsas, para atuar em outras instituições de ensino. Dá prestígio. Nesta perspectiva, os jogos vão se tornando coisa de elite e assim, o mundo rural vai cada vez mais se afastando destes circuitos. Um ou outro por esforço pessoal, talento, persistência conseguem se destacar e avançar, mesmo sem infraestrutura adequada e nem os meios mínimos exigidos para a prática de esportes.



Logomarca do evento e docentes.

Parte da equipe de discentes

Se entende que esporte é a disputa com o outro, porém, antecede uma disputa anterior que é aquela com você mesmo. É exercitar o ser. É conciliar e exercitar a organização de energias para potencializar sua força. É superação interior. Desta forma, se exige repetição, aprimoramento de técnicas e equipamentos para necessariamente exercitar o domínio do corpo. Ser uma mercadoria competitiva, valorizado no mercado o que exige, sacrifícios, renúncias, dedicação. O domínio do respirar, da circulação do sangue, do pensar para em total abstração efetivar a canalização de energias para o ato físico. É mentalização, concentração, abstração e foco, no entanto é essencialmente prazer, lazer, integração, convivência. Por isso o esporte além do físico, é político, é estética, é diversão. A paz interior, sua harmonia que possibilita concentração do todo o seu ser no foco, seja ele a ginástica, levantamento de peso, tiro ao alvo e as demais modalidades.

Daí o desafio da descoberta, dos pontos fortes e fracos, que é você, quem somos nós, nas diversas dimensões seja práticas, seja físicas, políticas e mesmo espiritualmente.

Para os comuns, gente como a gente, esporte é diversão prazer, é o momento de descontrair, por isso é resistência a este mundo mercantilizado. Porém, brincar é coisa séria e fundamental na vida.

A Prof. Joanna Lessa¹⁵ diz “foi uma experiência desafiadora e marcante que rompeu barreiras territoriais, sociais e, sobretudo disciplinares. A fragmentação que cria falsas dicotomias como: Corpo x mente; razão x emoção; ciências humanas x ciências da natureza foram colocadas em xeque a partir do diálogo entre o movimento social e a universidade”. O evento pode ser dito superior em sua prática esta lógica, tudo foi integrado. O que autorizou a Prof. Lessa neste mesmo texto questionar: Se forem diferentes relações econômicas, sociais e ambientais/ecológicas que permeiam a Agroecologia, parece-nos importante perceber que elas perpassam necessariamente as relações culturais. Além disso, se hoje há um acúmulo quando a relação com a natureza, numa perspectiva de saber-se parte deste “outro”, o ambiente; como devemos pensar a relação com o nosso próprio corpo, este que nos integra, que nos faz parte da natureza? Neste sentido, como pensar a dimensão simbólica e estética, tão exploradas pelas místicas dos movimentos sociais.” O desafio é ir além.

A partir destas reflexões pensamos conjuntamente em não reafirmar a lógica da competição em si e sim da cooperação. Alguns alunos e jovens envolvidos estranham, afinal são formados em outra lógica, há, no entanto, ilhas de resistência e docentes como é o caso de Joanna e Erica, assumem outra postura. Ousam e inovam, na busca de valorizar o corpo, a mente, o conagraçamento, a solidariedade. Apontam-se em outra direção. Propõem realizar um diálogo entre a modalidade esportiva em si e a discussão política do significado desta para a juventude, para os agricultores familiares.

¹⁵ Lessa, Joanna F. S. et al. A I Olimpíada e o 6 Festival da Juventude rural: Alinhavando princípios. Trabalho apresentado no GT05 – Políticas públicas de lazer e desenvolvimento regional, do 4 Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer, realizado em Belém, em setembro de 2016.

Assim, reafirma-se, o caráter inovador desta parceria entre a UFRPE e a FETAPE para realizar este evento, afastando os aspectos meramente competitivos, de disputas em determinada modalidade esportivas para planejar o evento de forma educativa, estimulando a cooperação, a solidariedade, o conagraçamento entre os jovens das diferentes reuniões do estado. Estabelecer uma relação entre a modalidade esportiva e temas abaixo indicados foi um enorme desafio para os envolvidos na preparação e na sua execução. Havendo necessidade de realizar várias reuniões, pesquisas para que nós da UFRPE compreendêssemos os desafios dos jovens da FETAPE, que exigiu a preparação de material didático articulando a modalidade e o tema político.

Discentes, em dupla, assumiram a coordenação das oficinas e os docentes e técnicos da Fetape o assessoramento do evento. Totalizando, trinta discentes e trinta colaboradores da Fetape e outras organizações com a Comissão de Jovens do estado e duzentos e quatro jovens vindos dos diversos polos sindicais do estado. Deve ser ressaltado, que foram realizadas várias atividades pedagógicas nos territórios, estabelecendo-se como pré requisito para participação do evento estadual, que da mesma forma, foi um momento de seleção que possibilitou a ida ao evento nacional, a Olimpíada da juventude nacional, coordenada pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) realizada em Brasília.

OFICINAS	Nº participantes	Homem	Mulher
Xadrez, Lutas e Sindicalismo (1)	22	11	11
Artes, Agricultura Familiar e Agroecologia (2)	24	16	8
Ginástica, Reforma Agrária e Sucessão Rural (3)	21	9	12
Jogos, Estatuto da Juventude e Políticas Públicas (4)	47	26	21
Dança, Gênero, Geração e Marcha das Margaridas (5)	28	10	18
Esporte, Juventude e Reforma Política (6)	17	14	3
Percussão (7)	20	14	6

TOTAL GERAL	179	100	79
-------------	-----	-----	----

As oficinas foram realizadas e mediadas por alunos da UFRPE, tendo convidados para debater os temas e estabelecer a conexão com a modalidade a ser disputada. Depois da realização cada grupo de discentes responsável pela oficina apresentou relatório em um roteiro previamente discutido constando de dados gerais, objetivos, desenvolvimento da atividade, o que é a modalidade, avaliação das atividades e considerações gerais, o que exigiu um grande esforço de organização pré-olimpíada, com elaboração de textos para cada oficina, material de controle, compra de material, definição de infraestrutura (hospedagem, alimentação, transporte, local para realização das oficinas, saúde etc.).

A realização deste evento revela em primeiro lugar a necessidade de se ampliar as ações esportivas e culturais para os jovens que vivem no interior dos estados, aqueles do mundo rural. Segundo, revela a importância de se estabelecer parcerias onde de forma franca se desenvolva um processo cooperativo, entre os poderes públicos e a sociedade civil. Foi extremamente enriquecedor para o processo formativo a participação de alunos da UFRPE neste evento, alguns destacando ser um marco em sua formação. Sentimos a necessidade de estabelecer uma melhor articulação entre as áreas financeiras e técnicas dos organismos federais envolvidos, que nem sempre conseguem trabalhar de forma articulada e integrada em tempo adequado, dificultando a execução do cronograma físico e o financeiro.





Como desdobramento deste evento, houve a participação de jovens em evento nacional, deve ser explicado que a FETAPE vinha realizando encontros nos polos sindicais, que foi um dos princípios para participar do evento estadual e em seguida deveria também ter uma representação no evento nacional. Face as inovações, organização participativa e a competência dos discentes de Educação física foi solicitado que a equipe de Pernambuco assumisse parte da coordenação técnica do evento nacional. Também, uma das equipes de uma oficina foi convidada para repetir a experiência em uma cidade do interior do Estado, Garanhuns.



Vale destacar entre inúmeras inovações dois pontos. A primeira as oficinas onde uma determinada modalidade esportiva se entrelaçava com a discursão teórica. Foram, como o quadro acima revela sete oficinas. Talvez pelo caráter do jogo de xadrez fique mais claro, exemplificar a sua relação com o movimento sindical. A segunda é que nas provas de atletismo foram

incluídos elementos culturais presentes no cotidiano dos participantes. Corrida de saco, badoque, estilingue ou baliadeira como instrumento para tiro ao alvo e uma série de outras.

Todos sabemos que xadrez é um jogo que desenvolve muito a questão de planejamento, ação, reflexão e de estratégias. Cada peça tem seu papel. Tem seu caminho. O peão deve andar passo a passo. Porém o bispo pode andar verticalmente várias casas, como também as torres andam paralelamente. O cavalo anda em zigue zague, a rainha tem toda liberdade e por isso é uma das peças mais importante no jogo. O bom mestre é aquele que sabe utilizar as potencialidades de cada peça, de forma integrada e articuladas organicamente uma com as outras, a partir de uma estratégia previamente definida. A discussão foi quem é o peão no movimento sindical. Como funciona a organização sindical? Que estratégias se usa, por exemplo para reivindicação de políticas públicas que beneficiem o trabalhador? Como se move o movimento sindical no tabuleiro seja municipal, estadual, nacional ou mesmo internacional? Como articular as peças para conquistar vitórias? O que no início parecia muito difícil, foi se revelando durante a Olimpíada. A importância da mulher, da juventude. A importância do corpo, da respiração. Das cantigas, danças, pinturas e outras manifestações culturais. Foi tudo uma beleza, não. Foram identificadas várias necessidades de ajustes, algumas implementadas outras não, que, no entanto, sinalizaram para no planejamento se trabalhar mais e melhor, por exemplo, a articulação entre a modalidade esportiva e o tema. Desenvolver uma melhor preparação entre os animadores das oficinas, a questão burocrática.

Entendo que vale a pena a citação de Herrigel (1975) refletindo seu aprendizado no uso do arco e da flexa “para que o tiro ocorra de forma apropriada, o relaxamento físico tem que entrelaçar com o relaxamento psico-espiritual, com a finalidade, não só de agilizar, como de liberar o espírito”. Afinal o homem é múltiplo e tem diversas facetas. O domínio do corpo deve ser amplo e completo.

Foi uma caminhada intensa nos dias da olimpíada, para no encerramento, a Prof. Érica grávida de oito meses, com um barrigão enorme, coordenar no centro do campo do CETREINO, onde foram realizadas as competições,

uma ciranda, todos de mão dadas, com medalhas no peito celebravam a vida, o conagraçamento, a cooperação, a integração. Felizes porque todos presentes eram vencedores e se reconheciam que embora diferentes, como as peças do tabuleiro, mesmo com caminhadas distintas todos eram fundamentais e importantes na sociedade brasileira. Se reforçava a identidade, a auto estima, a organização dos quais participaram intensamente em todos os momentos, orgulhosos porque sentiam valorizados e tinham organizada uma grande e maravilhosa olimpíada, onde todos foram vencedores. Na avaliação final, com participação de discentes, representantes de jovens rurais, das instituições tivemos depoimentos emocionados e emocionantes de como este evento marcou cada um e como tinha sido em aprendizagens e importante em suas formações pessoais, em suas vidas.



4.5 Formação da juventude em agroecologia

À Natália, Larissa, Adriana, Claudia, Janaina, Pedro, Luiz. (equipe de trabalho)

No Quinto projeto, de formação em Agroecologia, este ponto pode ser dividido em quatro dimensões. A primeira, de capacitar jovens agricultores; a segunda, a capacitação de técnicos; terceiro o ensino formal na universidade e o quarto a publicação de registros em formas de livros, vídeos ou cartilhas.

O primeiro desafio era de organizar o projeto garantindo a participação das entidades no mesmo. Foi criado um grupo de gestão, onde nos reuníamos com frequência para deliberar, conversar e decidir ações. Foi realizada uma

seleção entre discentes de LA para fazer o acompanhamento pedagógico dos jovens e organizar as capacitações que ocorreu a primeira em Carpina no Centro da FETAPE, no Centro Paulo Freire do MST em Caruaru e o último, no Centro de sementes recém construída no território Xukuru, todas iniciando a chegada no domingo e encerrando no sábado. O objetivo era capacitar 60 jovens (que foram indicados pelas organizações Centro Sabiá, FETAPE e PJR) no desenvolvimento de projetos de agricultura ecológica sustentável. Estes jovens tinham um tempo de formação e o tempo na comunidade, onde cada um deveria organizar um grupo de outros jovens e desenvolver a capacitação, através de elaboração coletiva do projeto e sua execução. Em duas regiões de Pernambuco, muito diferentes, a mata sul e o Pajeú.

Na mata, o silêncio opressor de uma região escravocrata, onde predomina o latifúndio e a monocultura da cana de açúcar e secularmente se negam direitos. No Pajeú, o trabalho da igreja a partir de Don Francisco, Bispo de Afogados da Ingazeira, realizadas através de pastorais, que iniciou um diálogo entre diferentes famílias. Organizou-se núcleos e a partir da teologia da libertação ampliou-se o trabalho missionário, desenvolveu-se ações calcadas no envolvimento local, onde as famílias assumiram o protagonismo das atividades.



Criou-se uma cultura da participação e de trabalho em grupo. Muitos jovens, principalmente no sertão do Pajeú, participavam dos sindicatos da região, ou de grupos de base, ou mesmo, de pastorais, assim, o trabalho ganhou uma dimensão institucional. Inclusive pela efetiva e importante

contribuição da FETAPE, Centro Sabiá e CPT, que juntos com LA/UFRPE¹⁶, formaram um grupo gestor para coordenar os trabalhos. A base eram projetos desenvolvidos ou a desenvolver por um grupo de jovens.

A capacitação era oferecida para jovens multiplicadores, que formavam um grupo na base. São vários projetos, entre eles, de reuso de água, recuperação e manejo de caatingas, sementes crioulas, produção de mudas, trabalho com mulheres, reflorestamento de nascentes, implantação de sistemas agroflorestais e até mesmo uma trilha ecológica.

Refletindo-se a partir destes projetos, se reconhece uma prática de processos educativos não formal, afetiva, objetiva e que podem atender os interesses dos envolvidos, respondendo as suas perspectivas de vida. A educação como fato político. Uma “pedagogia para autonomia”. O princípio era aquele enunciado por Paulo Freire (1996:53) “primeiro se faz a leitura do mundo e depois da palavra”, e continua afirmando “que um bom educador é aquele que sabe perguntar, provocar inquietudes, que estimula a curiosidade, mas que permite que o educando busque com autonomia a relação entre fazer e saber”.

É preciso destacar que a leitura do mundo não prescinde da palavra. Isto significa que primeiro passo não exclui os seguintes. A leitura pode ser feita de diferentes formas e linguagens, porém depois de “ler” é preciso sintetizar, registrar, refletir. Pode ser uma foto, um desenho, um poema. Uma mesma paisagem pode ser interpretada e vista de diferentes maneiras e isto não significa que esta ou aquela está certa ou errada. Pode estar completa ou incompleta e sempre uma segunda olhada acrescenta novos aspectos e elementos. Depende muito da cosmovisão de quem analisa e, portanto, da cultura. Depende da experiência de vida anterior, dos saberes adquiridos, alguns conscientes outros nem tantos, enfim de muitas variáveis. Desta forma, a leitura no coletivo é fundamental para se “ver” o mundo. Um pode complementar o outro. Alguém destaca a paisagem natural. Outro identifica aspectos da comida. Outro das cantorias e danças. São inúmeras facetas de uma mesma realidade. O que Maturana (2001:31), sintetiza ao afirmar: “todo ato de conhecer faz surgir um mundo”.

¹⁶ FETAPE- Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; PJR Pastoral da Juventude Rural; LA/UFRPE – Licenciatura de Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Como compreender uma agricultura tropical sustentável? Que exemplos temos em cada região destas práticas? A metodologia exigiu o envolvimento de docentes, discentes, organizações de trabalhadores e famílias rurais. O objetivo era formar multiplicadores para que estes em suas bases, replicarem, em suas condições concretas, desenvolvessem processos educacionais através de projetos de agricultura ecológica. O propósito era trabalhar a partir da realidade, capacitar de forma que os jovens desenvolvessem práticas pedagógicas participativas. Era estimular competências.



Mamulengos



Corpo



Teatro

Desta forma, foi possível atingir e envolver um maior número de pessoas e assim otimizar os recursos financeiros obtidos. Os deslocamentos eram realizados em ônibus de linha, toyotas, motos, bicicleta e a pé. A hospedagem e alimentação era nas casas de famílias agricultoras. Desta forma, a realização do projeto foi fundamentada nas condições e saberes existentes e aqueles adquiridos. Por outro lado, as convivências de alunos do curso LA/UFRPE com as famílias possibilitaram uma vivência da e na realidade de cada espaço, gerando conhecimentos, questionamentos, enfim, aprendizagens.

A partir de problemas identificados, em cada caso, se construíam processos teóricos e metodológicos, sempre participativos. Estudamos textos de Altieri, Glissmann, Guimarães Duque, e de Xocolotzi (2013), grande agrônomo mexicano, com uma enorme obra e contribuições importantes sobre agricultura tropical. Com reuniões de aprofundamento quinzenais e mesmo, a partir das experiências dos jovens, discentes, eles traziam para as salas de aula questões para discutirem com os docentes. Desta forma, foi

assumido integralmente a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino. Articulando o ensino formal com o não formal e o informal. Um alimentando o outro. Por isso, foi um curso atípico. Um curso onde se estimulava a práxis educativa tendo como ação a otimização dos elementos da natureza com objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias. Em todo o processo eram desenvolvidos processos de avaliação. Para corrigir rumos, reforçar os pontos fortes e assim corrigir a caminhada. As características da educação não formal são a flexibilidade, criatividade e o constante acompanhamento (podem ser realizadas em qualquer espaço, por exemplo no campo, embaixo de uma árvore), com envolvimento e participação, estímulo a processos de cooperação, solidariedade e socialização, sem hierarquia definida, valorizando afeto e amorosidade, centralidade no tema ou problema a ser trabalhado, estímulo à conexão entre práticas e teorias, envolvendo assim, aspectos sensorial, motor, convencional, mental e lúdico. Enfim, uma construção coletiva do saber e de competências. Avaliação flexível e participativa. Como cartaz de um grupo no processo de aprendizagem abaixo.



4.6 Digressão IV: Viver com alegria... atrás dos blocos

Sempre gostei de festas. Solteiro, fui muito ao Gigante do Samba e ao Batuta de São José. Conheci diversas pessoas lá. Garçons, garçonetes, diretores e outras pessoas. Cheguei a ser diretor cultural do Gigante do Samba, que fica na zona norte. Outros mundos. Depois comecei a ir na madrugada a concentração, no Bairro de São José, do Galo da madrugada. Era um bloco pequeno, mas trazia impregnado em suas entranhas o Bairro de São José. Popular, democrático, diverso. Mauá, Black Tie, Sarongue,

Savoy, Star na vivência da noite, outra coisa que gosto muito. Mergulhei de cabeça no carnaval. Que festa. Liberdade, liberalidade, espaço sem péias e meias. “Os inocentes do pau amarelo” foi um dos primeiros blocos onde participei ativamente, ficava lá pelas bandas de Olinda, arquitetos, artistas plásticos, boêmios um bloco anárquico-festivo-etílico. Começava com os ensaios, as paqueras, os amores...

Depois fui me organizando, mesmo morando em Olinda, fomos participantes do “Segura o Talo, a turma da Jaqueira” da FUNDAJ. Bloco criado a sombra de uma jaqueira, onde ficavam os motoristas e por diferentes funcionários daquela casa de pesquisa que cresceu, cresceu e foi abraçado pelos morros de Casa Amarela. A senzala ocupou a casa grande e tomou conta das ruas de Casa Forte. Namorando com Ângela, frequentei com outros amigos, Zé Fernando e Silvia, Dr. Clóvis, Diógenes, a Adega da Mouraria, que ficava próximo da sede da secretaria da educação. Lembro de noitadas incríveis. Chegam as meninas. Casado e pai de família, me recolhi da noite.

Entendo como importante relatar que pelos idos dos anos oitenta, comecei a procurar um pedaço de terra para fazer agricultura. Visitei vários sítios, porém sempre havia reprovação familiar. Pouco dinheiro só visitava aqueles com possibilidade de compra, na maioria das vezes abandonados. Em uma destas procuras, em Aldeia, resolvi entrar no Clube Campestre Sete Casuarinas para visitar o dileto amigo Wilame Jansen, ao entrar vem a exclamação, o sítio que quero é este, partindo de Ângela. Umas duas semanas depois, foi anunciado a venda de um título neste mesmo clube em um jornal, identificado por Arlindo, colega de trabalho, com quem havia conversado. Com o recorte na mão levei para casa. Com o sinal verde, entrei em contato e comprei, isto em 1984. O que inicialmente era um desejo de investimento econômico se transformou em um investimento de vida. Ou seja, efetivamente um projeto econômico, não para reproduzir capital e sim para os prazeres da vida.

As filhas cresceram neste espaço indo nas férias e fins de semana para Sete. Ainda hoje, este ciclo de amizades continua. Agora as filhas e netos, encontram outras “sobrinhas” com seus filhos e convivem. É a terceira geração chegando e vivendo aquele espaço.

Lá foi se formando outro ciclo de amizades. Médicos, advogados, químicos, comerciantes formavam e formam o corpo social do Clube. Havia nos sábados a “porrinha” na piscina, onde havia uma “patota” fiel. Havia partidas de voleibol, onde “velhos” e jovens disputavam para ver depois que pagava a cerveja. Era um ambiente descontraído e que aos poucos vamos estreitando pela convivência com alguns de forma mais chegadas, apenas para destacar alguns que vieram a se tornar amigos muito queridos. Vicente Gouveia e Mirian, Romeu Boto e Marinalva, Garret e Kátia, Amaro e Iraci, Wilame Jansen e Tuzinha, Fernando e Norma, Dr. Milton e Zaza, Bueno e Telma, depois chegaram Antônio Lemos e Dulce. Estes últimos vizinho do Poço da Panela que adquiriram o título e conseqüentemente o direito de uso e fruto de um lote. O tempo não perdoa e nesta passagem por aqui alguns foram convocados e se encantaram. Vicente, Mirian, Boto, Marinalva, Iraci, Fernandinho e agora mais recente, com a Covid 19, Garret. Este, se foi em 01 de maio de 2020. Dia do trabalho, para quem trabalhava sem limites, foi uma ironia do destino. Saudades e gratidão por termos construídos e compartilhados momentos tão amorosamente significativos.

Na cova da onça, os vizinho Garret e Fernandinho, também iniciaram as construções de suas casas. Foram crescendo como em um triângulo equilátero. Uma em uma ponta, outra no outro e no centro da quadra a minha casa. Novamente amigos chegaram junto. Agora pessoal do Prado, amigos de meus cunhados, principalmente de Moacir. Companheiro de pelada, Rubens Cabral de Melo, arquiteto pensou conosco a casa. Queríamos uma casa pequena, porém espaçosa. Roberto, outro amigo, engenheiro foi o responsável pela construção. Facilitou este projeto a inflação. Roberto comprava o material e dividia. Como a inflação era galopante, o dinheiro na poupança se reproduzia e assim consegui concluir a casa. Permanece até hoje, o mesmo projeto, com as mesmas cores das portas. A mesma casa.

Logo começamos a realizar encontros etílicos. Nada de conversa de trabalho. Diferentes e com áreas distintas de atuação no mundo profissional dificultava uma unidade de conversas sobre trabalho. Porém, discutíamos o clube, Jansen, Vicente foram presidentes, Eu, Boto, Amaro, Lemos fomos

diretores nestas gestões. Dois projetos devem ser destacados, que foram elaborados e aprovados em assembleia dos sócios. Um projeto de ordenamento das águas e de reflorestamento. Com terreno irregular, Lemos dizia que a água não podia correr. Assim, foram construídas canaletas, algumas pequenas barragens “molhada” nos córregos, com objetivo de ampliar a infiltração no solo evitando queda de barreiras e de árvores nas encostas. Muitas mudas de árvores foram plantadas, para que suas raízes também pudessem contribuir para a infiltração de águas no solo. Além de outros investimentos, todos discutidos e aprovados pelos sócios através da apresentação de plano diretor, com respectivos orçamentos em sucessivas gestões. Caixa d’água. Quadra de tênis coberta. Reforma no salão de festas. Muro no perímetro do Clube, embutição da fiação. Reforma na piscina. Muito foi feito por sucessivas administrações e com a efetiva participação dos sócios transformando o Clube, de forma sucessiva em um agradável espaço de vida. É um espaço de lazer, descanso e convivência familiar. Durante a semana cada um trabalhava muito e assim fins de semana era de “chamego”, aventuras com filhos, brincadeira, porém ninguém é de ferro.

As noites, principalmente de sábados, “os velhos” se juntavam em torno de uma ou umas garrafas de alguma bebida. Logo, Fernando criou um domingo de carnaval. Churrascos eram constantes e para não deixar a cidade, na semana pré-carnavalescas, descíamos para ir atrás de algum bloco. Um deles “as pupilas dilatadas” bloco do HOPE, que fui muitas vezes com Garret. Outra situação agora profissional, tinha algum dinheiro no bolso, diferente de antigamente, mas sem o ímpeto da juventude e sem as conquistas que anteriormente tanto me agradavam. Nestes eram festas comportadas, com as esposas e muitas vezes com os filhos, que para eles começavam a ser “caretas”. Para nós, eram viver e recordar momentos felizes. Era ampliar nossas amizades pelo convívio social. Reafirmando cultura, valores e fundamentalmente amizades. Hoje, os netos dizem que a casa é deles. E eu, penso, um investimento que deu certo, evidentemente na perspectiva de uma economia que acredito.



Foto de Rômulo Tavares Ribeiro

Diversidades V. Textos para continuar discutindo

5.1 Discurso da árvore, na conclusão do curso 1971

Estamos todos aqui plantando uma árvore. Símbolo da vida. Integrada à terra, dela retira os meios necessários à sua sobrevivência, retribuindo sempre em maior proporção tudo que recebe, sob forma de flor, frutos e madeira.

Esta é uma tradição dos concluintes da Escola Superior de Agricultura. Neste gesto, em que o jovem inicia a construção de seu futuro, utilizando como base, os mesmos valores de outras gerações, edificados à custa de lutas e sacrifícios, abre perspectivas para o surgimento de outras vitórias, não só dele, mas de todos.

Há uma identificação entre a árvore e o homem, mais sensível aos olhos do agrônomo, pela vivência do dia a dia. Em contato com a natureza, ela desabrocha aos nossos olhos, à medida em que nos dedicamos com amor

cada vez maior, ao seu trato. Mas só o amor não é suficiente, precisamos de mais, para suprir o que a natureza lhe nega. Temos que utilizar os conhecimentos adquiridos nesta casa, para dar-lhe a compensação.

Partimos daqui todos em pé de igualdade, tal qual nascemos, livres e iguais em dignidade e direitos. E como a natureza os deu o dom da razão e consciência, devemos proceder fraternalmente uns com os outros. O cumprimento do dever de cada um é exigência de todos. Direitos e deveres integram-se correlativamente em toda atividade social e o homem. Se os direitos exaltam a liberdade individual, os deveres exprimem a dignidade dessa liberdade.

Os deveres de ordem jurídica dependem da existência anterior de outras de ordem moral, que apoiam os primeiros e os fundamentam. É dever do homem servir o espírito com todas as suas faculdades e todos os seus recursos, porque o espírito é a finalidade suprema da existência humana e a sua máxima categoria.

É dever do homem exercer, manter e estimular a cultura por todos os meios ao seu alcance, porque a cultura é mais elevada expressão histórica do espírito. E, visto que a moral e a humildade constituem a mais nobre manifestação da cultura, é dever do homem acatar os seus princípios.

Esperamos que o conhecimento que aqui recebemos, tenha sido a verdadeira formação, aquela que não apenas façamos as coisas certas, mas que delas tenhamos convicção; que não sejamos apenas operosos, mas que amemos o trabalho; que não nos limitamos a aprender, mas que façamos com que os outros aprendam; que não apenas sejamos justos, mas que tenhamos fome e sede de justiça; e que finalmente esses ensinamentos tenham fortalecido a personalidade de cada, para que saibamos usar plenamente a liberdade.

Esta Universidade à medida em que possibilita o encontro de todas as formas de saber científico, cria uma linguagem comum, dentro de uma visão cultural e humanista, tornando-se assim justificável.

O desafio do desenvolvimento é o imperativo por excelência desta geração. E, a arrancada inicial deverá brotar nas universidades. Por isso, tem de estar elas capacitadas a formularem as equações necessárias, que não pode se limitar à simples tentativas de aplicação válidas, para outras circunstâncias, mas que não foram pensadas e, não raro, se apresentam inaproveitáveis às nossas contingências.

Por outra parte, o potencial de que dispõem os países desenvolvidos, em capital físico e equipamentos, jamais permitiriam em termos análogos, a esperança dos nossos problemas, temos de prover com imaginação e objetividade as carências de disponibilidade que não estão ao nosso alcance. Temos que criar soluções nossas, para problema que são nossos. Temos que fazer do homem, a chave principal destas soluções. E, na sua competência, encontrar compensação para a fartura de recursos de que não nos é dado a dispor.

É a fórmula de utilização dos recursos humanos disponíveis, que deverá ser melhor empregado em nossas universidades, já que é do esforço comum, que se constrói uma instituição, que venha a atender aos anseios daqueles que aceitam o desafio de desenvolvimento, mata maior de todos.

Estamos partindo. Com a consciência limpa e o espírito alegre, porém paradoxalmente entristecidos. Alegres, porque demos tudo de nós para construção de uma verdadeira instituição universitária. Pesarosos por ter de nos afastar. Alegres, porque sabemos que outros continuarão, com uma tenacidade talvez maior que a nossa. Entristecidos, por não poder ser mais um nesta luta.

Mas, nossa batalha continua lá fora. Mostrando o que nos ensinaram, apoiando iniciativas justas partidas desta instituição, honrando-a com a nossa capacidade técnica e sempre prontos para atender ao seu chamado, visando dar uma contribuição sempre presente à nossa Universidade, já que a cultura e as respostas dada para esta Casa, serão o esteio para extinção dos desníveis políticos, sociais e econômicos do Nordeste. Já que acreditamos, que o desenvolvimento do Brasil, está de maneira implícita ligado ao desenvolvimento da Universidade.

Esta árvore é da espécie Araucária Angustifolia, vulgarmente conhecida por pinheiro do Paraná. Madeira de lei. Suporte econômico daquele estado irmão. Está agora plantada aqui, longe do seu habitat natural, que são as terras do sul. É de nós técnicos, que depende a sua fixação.

Significa isto, uma integração e um marco vivo de fé, daqueles que acreditam e participam na luta pela construção de um Brasil emancipado e unido. Obrigado, Senhores (Recife, 15 de dezembro de 1971).

5.2. UFRPE. Curso de agronomia. Cem anos depois¹⁷

O objetivo deste texto é identificar a caminhada do curso de Engenharia Agrônômica que tem sua pedra fundamental lançada em 1912 pelos beneditinos¹⁸. O caminho percorrido será buscar compreender as ideias dominantes no início do século, quando a partir do século XVI se supera o absolutismo, para construir o denominado conhecimento científico, baseado na separação das partes, onde a quantificação se torna imperiosa e a separação do homem e natureza, uma tese hegemônica. Nesta perspectiva, o domínio da natureza através de prática é um elemento determinante na formação inicial destes profissionais. Porém, o avanço da ciência continua célere e assim no século XXI, novas ideias existem, onde a complexidade, a relatividade e relação homem e natureza se faz presente e necessária. Assim, um primeiro desafio que se coloca é epistemológico. A intenção é tentar neste curto espaço de tempo apresentar algumas considerações, indicando possíveis cenários e alguns desafios que se colocam, em uma perspectiva histórica, porém pensando no presente, à formação das ciências agrárias, particularmente na engenharia agrônômica, porém que não se limita a ela. A sociedade mudou, a ciência progrediu, novos paradigmas são colocados e precisamos enfrenta-los em todas as áreas do conhecimento. Caminhar é preciso.

Na atual UFRPE em 1912 é lançada a pedra fundamental dos cursos de Engenharia Agrônômica e de Medicina Veterinária pelos monges beneditinos em Olinda. Em 1914 iniciam os cursos e em 1917, portanto a

¹⁷ TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto. Centenário de formação dos cursos de engenharia agrônômica e medicina veterinária, na UFRPE, promoção da APCA – Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica. Palestra realizada em 07 de novembro de 2017

¹⁸ Plaquete comemorativa do centenário de Diplomação dos primeiros Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos das escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, Olinda-Pernambuco. 1919- 2017. Ufrpe. Recife. 2017.

um século, os primeiros agrônomos e médicos veterinários concluem seus cursos. É importante nos perguntar qual a base científica que vigorava na época? Que bases epistemológicas predominava?

Embora seja uma longa caminhada, é preciso recorrer a história para compreender em que bases teóricas estava assentada o processo formativo destes cursos. Buscar o entendimento de um processo em construção, cumulativo, lembrando que no princípio se explicava o mundo através dos mitos.

Em seguida vem as contribuições dos filósofos, estabelecendo a racionalidade e o método dedutivo. Uma das personalidades de primeira ordem é Sócrates (469-399ac) que tem uma de suas frases até hoje repetida “só sei que nada sei”. Heráclito (535-474 ac) que afirmou que tudo está em constante transformação. Tudo flui. O mundo está em permanente movimento. Platão (428-348) fundou a primeira academia, que para alguns se constitui na primeira instituição de educação superior do mundo ocidental. Aristóteles entre suas inúmeras contribuições, fundamenta o método dedutivo.

Por um bom período prevalece o obscurantismo, com a presença determinante da Igreja, através de dois de seus mais expressivos representantes: São Agostinho e São Tomás. Destaca-se a frase do primeiro, quando afirma: “compreender para crer e crer para compreender”.

Porém, é a partir do século XVI que são fincadas as bases da ciência como prática científica. Com contribuições de diferentes pensadores a exemplo de Francis Bacon (1561-1626) considerados por alguns como o fundador da ciência moderna. Thomas Hobbes (1588-1679) foi outro que contribuiu nesta construção. Porém, é preciso destacar o trabalho pioneiro de Nicolau Copérnico (1473-1543) que em 1543 apresentou sua obra “Das revoluções das esferas celestes, onde apresenta a teoria heliocêntrica do sistema solar. Praticamente um século depois Galileu Galilei (1564-1642) avança na teoria heliocêntrica e muitas outras questões e por isso é tido como o “pai da ciência moderna”.

Há um triunvirato que delinea com muita propriedade a ciência moderna. Newton, Descartes e Bacon. O primeiro, cria os fundamentos da física mecânica, enquanto que o segundo define o método e o terceiro ressaltava da importância da separação entre o homem e a natureza, ressaltando que a “ciência fará da pessoa humana o dono e possuidor da natureza”. A ciência avança e novas descobertas são cada vez mais identificadas, como nos alertava Karl Popper (1902-1994) “que a teoria científica será sempre conjectural e provisória, porque quando falseada, possibilita outras explicações, outros saberes.”

Um novo paradigma surge, como depois Kuhn (1922-1994) veio a denominar, superando o absolutismo e reafirmando a exigência de quantificar todo estudo, dito científico (Kuhn, 1989). Há um método definido e que se impõe. Separar as partes para compreender o todo. Isto gera que os currículos se subdividam em disciplinas, onde cada uma aborda e aprofunda determinados pontos. Neste processo, a separação das partes para entender o todo, se verifica. Também, neste processo científico, há necessidade de quantificar. Boaventura Souza Santos (2008:27), afirma: “Conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições.” Para em seguida, destacar “O determinismo mecanicista é o horizonte certo de um tipo de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar”. (2008:31).

Daí se explica a ênfase na prática no início dos cursos. Desenvolver a “capacidade de dominar e transformar” a natureza, este era o papel dos profissionais formados em São Bento.

Em realidade este processo que se aplica nas ciências exatas, particularmente na física, se estende para todos os outros ramos da ciência, inclusive aquelas que tratam da vida, seja a biologia, sociologia e todas as demais. Será possível esta transferência pura e simples?

Porém, esta mesma ciência que apresenta processos céleres na construção do conhecimento, gera um grande problema: A insustentabilidade, que hoje ameaça a vida na terra. Perde-se solos. Há contaminação de aquíferos.

Perde-se a biodiversidade. A própria “revolução verde” que a partir dos anos oitenta se coloca como salvação do planeta, no que diz respeito a produção, hoje, também é associada a uma enorme crise ecológica. Embora efetivamente se tenha aumentado a produção, a fome está presente como atesta a FAO (2017), em seu relatório anual “estima que 850 milhões de pessoas padecem de subalimentação crônica”. Que dizer dos dois milhões de famílias no nordeste brasileiro? Como a ciência oferece respostas para estas famílias? O problema da fome é um desafio mundial que está sendo colocado pela ONU. Será também para as ciências agrárias? E particularmente para a ciência agrônoma?

Século XXI

Um novo paradigma está sendo construído. Capra (2014:13) afirma: “À medida que o século XXI se desdobra, torna-se cada vez mais evidente que os principais problemas de nosso tempo – energia, meio ambiente, mudanças climáticas, segurança alimentar e financeira – não podem ser compreendidos isoladamente. São problemas interconectados e são interdependentes. Em última análise, esses problemas precisam ser considerados como facetas diferentes de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção.”

Talvez seja no campo da engenharia agrônoma onde se pode identificar de forma evidente esta interconexão e interdependência. Por ser um campo multidisciplinar que inclui subáreas aplicadas das ciências naturais, exatas, sociais e econômicas, que em conjunto tem como objetivo a compreensão da relação homem/natureza e a melhoria das práticas agrícolas e zootécnica por meio de técnicas e tecnologias em favor da produção de vidas pela otimização dos elementos da natureza, (água, terra, fogo e vento), como assinalava Aristóteles (384-322 ac) e por isso pode ser considerada uma ciência de eco regiões.

É, porém, com Einstein (1879-1953) que trabalha e chega a uma teoria da relatividade que junto com a mecânica quântica e a radiação eletromagnética gera a base da física moderna e de um novo tempo. Sob a coordenação de um grupo de físicos, Niels Bohr (1885-1962), desenvolve teoria quântica. Max Planck (1858-1947) afirma que toda energia é irradiada e absorvida na forma de elementos chamados de *quanta*.

Aliado a estes avanços na física, surge a teoria da complexidade que contempla a perspectiva “dos sistemas vivos formarem redes auto-organizadas cujos componentes estão, todos eles, interconectados e são interdependentes”. Capra (2014:134). Baseia-se na teoria de sistemas não lineares, cuja teoria do caos e a geometria fractal são ramos importantes da matemática da complexidade, que é um ramo de relações e padrões, que quando usados gera uma forma visual, um padrão traçado pelo computador. Esta é uma expressão qualitativa da complexidade.

Na biologia Lamarck (1744-1829) antecede Darwin, quando afirma que transformações, ocorrem como resultado de uma nova necessidade que continua a se fazer sentir. Darwin (1809-1882) aprofunda e afirma que as espécies não são fixas, mas mudam com o tempo. Assim, os organismos precisam se adaptarem as mudanças climáticas. Neste campo ainda, particularmente no campo da engenharia agrônoma é bastante conhecido as contribuições de Gregor Mendel (1822-1884), e seus experimentos genéticos, culminando este processo por ser decifrado o código genético. Johann Miescher (1844 – 1895), descobre o DNA, para em 1953 James Watson e Francis Crick, anunciarem que a molécula de DNA é constituída por duas cadeias polinucleotídicas dispostas em hélice ao redor de um eixo imaginário, girando para a direita (uma hélice dupla).

Outra dimensão destacada se relaciona a mente e a consciência. Bateson usa a denominação de “processo mental” e Maturana usa a “cognição”, como processo de conhecer. Maturana e Varela (2001) fundam a escola de Santiago onde trabalhavam e viviam. Este conceito está ligado a autopoiese, a autogeração de redes vivas. Eles em seus trabalhos, dizem que “o mundo que todos nós vemos não é mundo, mas um mundo que damos à luz com outras pessoas”. Evidentemente este mundo inclui nosso pensamento interior abstrato, conceitos, crenças, imagens mentais, intenções e autopercepção.

Uma conclusão destes estudos é que mente e corpo não são entidade separadas como pensava Descartes, são dois aspectos complementares da vida, seu processo e sua estrutura. Assim, a própria estrutura da razão surge

de nosso corpo e cérebro. Desta forma, há fundamentos teóricos que unificam mente, matéria e vida.

Existem muitos outros aspectos nesta caminhada galopante da ciência que não iremos abordar. Estes pontos anteriormente citados rapidamente é apenas para justificar e reafirmar, a existência de outro paradigma, que pode ser chamada de complexidade e que busca nas palavras de Capra e Luisi (2014) “uma visão sistemática da vida.” Creio que este tema é caro para os agrônomos.

A vida é o principal foco do trabalho do agrônomo. Todas as vidas interconectadas e interdependentes, formando redes. Como anteriormente citado a ciência da natureza é o principal campo de aprofundamento teórico, porém este não é suficiente, há as questões das ciências humanas, econômica, políticas e sociais para entender as relações de vidas que se estabelecem e inter cruzam. Porém, há mais, existe a necessidade de compreender a essência das coisas, cujo campo é da filosofia da natureza. Este seria o arcabouço plural da epistemologia que enfrenta a agronomia que em suas práticas busca articular os diferentes conhecimentos na busca reprodutiva da vida, cujas linhas éticas estabelecem os limites econômicos, sociais, políticos e ambientais da ação.

Uma transição paradigmática

Alguns pontos podem ser destacados para efeito de uma transição paradigmática, onde não se tem qual a real dimensão dos conhecimentos e da evolução dos diferentes conceitos. Onde chegaremos? Que falta descobrir? Que novo paradigma está sendo construído? Há no momento consenso sobre alguns pontos, a exemplo de:

- a) Relatividade da simultaneidade;
- b) Demonstração da interferência estrutural do sujeito no objeto observado;
- c) A parte não explica o todo;
- d) Teorema da incompletude;
- e) Em vez de: eternidade - história
mecanicismo - interpretação
espontaneidade - auto-organização
reversibilidade - evolução

ordem - desordem
necessidade - criatividade

O homem com sua ação provocou esta situação insustentável, provocado por um “sistema mundo” onde prevalece os interesses do capital em detrimento a qualquer outro. Esta situação pode ameaçar a vida na terra e assim, a ONU lançou uma agenda, onde se busca articular esforços e políticas na promoção do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A evolução da ciência em um “sistema mundo”, na expressão de Wallerstein (1985), onde o modo capitalista historicamente tornou-se um fim em si mesmo, concentrou renda, poder, laboratórios, tecnologia. Tudo ou quase tudo a serviço da reprodução do capital financeiro. Desta forma, além do mundo se tornar insustentável, temos a fome que atinge mais de 850 milhões de pessoas na terra. E não é por falta de comida. É por falta de dinheiro. Por isso que a ONU, em 2015, lançou uma agenda, intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”¹⁹, consiste de uma Declaração Acordada pelos 193 Estados-membros da ONU, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de um mecanismo para avaliação e acompanhamento. A seguir destacamos estes objetivos detalhando apenas o segundo, aquele que trata da fome zero e de uma agricultura sustentável, pela relação intrínseca que existe com a ciência agrária e conseqüentemente para seu processo formativo. Podemos considerar como um desafio. Como formar profissionais que compreendam este cenário e sobre ele possa atuar alterando os rumos do desenvolvimento²⁰, para agora, um que seja sustentável. Abaixo os objetivos:

¹⁹ <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

²⁰ Há uma ampla discussão em torno da questão do desenvolvimento. Alguns pensadores falam sobre a necessidade de pensar alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento. Alguns apontam para o decrescimento, por exemplo, Georgescu-Roegen (2012) e Latouche (2009); outros para o buen vivir (consultar Gustavo Esteva, Eduardo Gudynas, Fernando Huanacuni; asi como Sachs, 2000). E ainda, a **Revista America latina em movimento, da ALAI** (Agencia Latinoamericana de Informação. Em vários números entre elas o número 462 de fevereiro de 2011 sob o título: Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. (www.alainet.org/revista.phtml)). Outros falam de alternativas civilizatórias onde se busque recuperar o sentido de vida. Há vários pensadores que discutem e resistem ao “sistema mundo capitalista”. Será que novamente a ONU e demais organismos internacionais ao propor um “desenvolvimento sustentável” não estão apenas adiando o problema e lançando “cortinas de fumaça” a grave crise civilizatória? Seja o que for há um enorme desafio para as ciências agrárias e seus processos formativos, de forma que garantam a vida. Todas as vidas. Nesta discussão, cabe fazer uma análise de Wallerstein

1. Erradicação da pobreza.
2. Fome zero e agricultura sustentável. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
 - 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
 - 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
 - 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
 - 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
 - 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

(2006), quando destaca “o que me parece o conceito chave, e sobretudo questionável, da ciência social do século XIX, o conceito de “desenvolvimento”. (2006:10) Além de discutir o conceito TempoEspaço apontando como “uma das mais notáveis realizações da epistemologia que vem dominando a ciência social foi eliminar o TempoEspaço da análise” (2006-11).

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

3. Saúde e Bem estar. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5. Igualdade de gênero. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água potável e saneamento. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
7. Energia limpa e acessível. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
9. Indústria, inovação e infraestrutura. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e comunidades sustentáveis. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e produção sustentáveis. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13. Ação contra mudança global do clima. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na água. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida terrestre. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Paz, justiça e instituições eficazes. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias e meios de implementação. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Finalizando com os Desafios e cenários

A modernidade nos levou a uma grande crise civilizatória. A caminhada da humanidade com esta racionalidade nos leva a cada vez mais de forma concreta a ameaça e a extinção de diferentes vidas. Além disso traz outro grande mal como nos alerta Oliveira (2012:41), “Ficamos alheios ao mundo que criamos. Racionalizou-se o sagrado e mistificou-se a tecnologia, resultado: Desencantamento.” Em outras palavras o sistema mundo capitalista, calcado no positivismo e nesta racionalidade não pode oferecer alternativa e nem saída para uma crise criada por estes mesmos pressupostos. Precisamos avançar e ousar, nesta linha se defende que o futuro se localiza no passado. É precisa mergulhar de forma profunda nos conhecimentos tradicionais, sem preconceitos para encontrar pistas que possibilite a permanência de diversas vidas. Precisamos reencantar e modificar nossas formas de vida. Uma nova/velha agricultura. Precisamos modificar nossas formas e processos educativos, nos abrir para diversidade, para a curiosidade e ousar para viver o mundo atual.

Poderíamos adotar os 17 objetivos, propostos pela ONU (mesmo fazendo uma profunda crítica a esta Agenda para 2030) como desafios e ao mesmo tempo como cenários para as ciências agrárias. Porém, queremos propor mais alguns pontos.

1. O desafio é saber quem somos e de onde somos. É compreender nosso território. É conhecer esta região tropical, semiárida, suas características, suas riquezas e oportunidades, para transformar suas potencialidades e modificar com nossa práxis a qualidade de nossas vidas e significando nossa atuação como cidadão no nosso mundo de trabalho.
2. O desafio é epistêmico. Temos que buscar uma ampla discussão e buscar no paradigma de hoje, a fundamentação teórica para formar os próximos profissionais. O desafio se relaciona com ter o currículo voltado para o **desenvolvimento sustentável ou de forma mais ambiciosa para outro modo de vida**. Há nas avaliações de egressos reclamações sérias sobre o comportamento e mesmo a atualização teórica de nós, professores;
3. O desafio é estruturar nossas matrizes curriculares por tema ou eixos, abandonando a clássica organização por disciplinas. O desafio é incluir nas matrizes curriculares ações educativas que envolvam o que define o Art. 1 da LDB, incluindo conteúdos (hoje quase exclusivos), mas também ações pedagógicas do seio da família, ações pedagógicas do mundo do trabalho, ações pedagógicas de organizações culturais, ações pedagógicas de organizações sociais. Isto implica em trabalhar em redes efetivas e articuladas.
4. O desafio é fugir do colonialismo, onde apenas um conhecimento é que define a ciência, bem como a formação e interagir com as raízes epistêmicas africanas e indígenas no processo formativo, para isso nas matrizes curriculares deveria incluir temas destas cosmovisões. Adotar como princípio a justiça cognitiva e a equidade epistêmica.
5. O desafio é extrapolar a sala de aula, onde o professor abandona o ensinar e passa a orientar a construção do conhecimento do discente, a partir do ambiente/tempo/história. Fundamentar na prática e exercitar práxis neste espaço e nestas condições concretas que temos e vivemos. A sala de aula pode ser uma armadilha, onde sonhamos, as vezes deliramos, discutindo teorias e conteúdos, porém não nos inserimos no território, no cosmo, acima das relações concretas por inserir dimensões espirituais, nas relações que se estabelecem as vezes de forma clara e as vezes nem tanto. Há um espaço-tempo onde atuamos. É este espaço que devemos trabalhar, modificando-o, na

perspectiva ecológica, econômica e social para garantir uma melhor qualidade de vida das pessoas.

6. Há um desafio de compreender que o ambiente natural é espaço de vidas onde se inclui a produção de alimentos, sonhos, mitos, venerações e espiritualidades. O universo é amplo, o céu e suas constelações além de orientar os viajantes, explicam determinados fenômenos na terra. A lua tem uma influência direta nos movimentos das marés, no nascimento e crescimento das plantas e de outros elementos vivos da natureza. Também, este universo, com suas constelações pode inspirar poetas e pode satisfazer almas inquietas, por isso, os andinos consideram a *pachamama* como mãe da terra, ou seja, é entendida como fonte de sentido de tudo que ocorre na terra, dentro e acima dela. Assim, é uma compreensão cósmica onde a terra, a natureza e o ser humano são parte de unidade vivente que nos remete ao espiritual, desta forma, *pachamama* é a mãe do mundo. Nesta compreensão, o ser humano, não se encontra confrontado com o mundo espiritual, e sim, se percebe a si mesmo como parte de uma unidade conformada por espírito e matéria, que se conhece a si mesmo na consciência daquele. Estamos em um cosmo onde interagimos com o todo.

Há uma longa caminhada e é necessário caminhar... Antes que seja tarde...se já não for. Avante. Nunca é tarde lembrar das palavras de Fernando Pessoa, no poema *Caminhar é preciso*²¹.

*Quero para mim o espírito [d]esta frase,
transformada a forma para a casar como eu sou:*

*Viver não é necessário; o que é necessário é criar.
Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.
Só quero torná-la grande, ainda que para isso
tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) lenha desse fogo.*

*Só quero torná-la de toda a humanidade;
ainda que para isso tenha de a perder como minha.
Cada vez mais assim penso.*

²¹ Fonte: <http://www.secrel.com.br/jpoesia/fpesso.html>

*Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue
o propósito pessoal de engrandecer a pátria e contribuir
a evolução da humanidade.*

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.

[Nota de SF "Navigare necesse; vivere non est necesse" - latim, frase de Pompeu, general romano, 106-48 A.C., dita aos marinheiros, amedrontados, que recusavam viajar durante a guerra, cf. Plutarco, in Vida de Pompeu]

5.3 Identidades de agricultores tradicionais do Amazonas

A Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas, iniciada em outubro de 2005, tem apesar de seu pouco tempo de existência, uma bela caminhada. Hoje se constitui uma referência de agricultura de base ecológica no Estado e na Região. Fruto de experiências acumuladas ao longo de muitos anos de convivência com a floresta e com a água, estes agricultores desenvolveram saberes e práticas de um manejo sustentável de um ambiente onde vivem.

Há realidades e práticas. Há vidas. Portanto, não se fala de fantasias. São práticas com suas peculiaridades, distintas, complexas que muitas vezes não se compreende, porque o referencial adotado, portanto, a visão de mundo é diferente daquela dos povos da floresta. Para entender estas distinções, podem-se caracterizar de um lado a diversidade, a policultura e do outro a monocultura. Na cidade e no campo. Nas definições de políticas públicas muitas estão impregnadas de uma visão de mercado, onde este define o que produzir. Muitos destas políticas estão centradas na produção de mercadorias como sendo a única estratégia de se viver, ganhar e acumular. Há uma tentativa de homogeneizar e simplificar porque o referencial é a indústria ou a sociedade industrial. Muitos assumem um fundamentalismo técnico e um dogmatismo que pouco contribui para entender os diferentes. Portanto, o desafio ao se tentar caracterizar grupos específicos está na necessidade de relativizar e aceitar diferenças. Considerar que existem modos de vida distintos que é preciso entender, compreender e respeitar.

O esforço de compreensão, destes agricultores, deve se tentar buscar e reaproximar das condições do ser, deste ser que vive em um ambiente. Um ser de cultura, histórico onde atua em diferentes contextos nos quais interage, codifica e dá significado à natureza, reconfigura suas identidades e forja seus modos de vida. Do ser em sua complexidade cultural, histórica, social e política. Do ser, que engloba o ter, mas este não o subjuga.

Para compreender estes povos é necessário fazer um esforço epistemológico e buscar se afastar do ainda projeto hegemônico positivista da sociedade, que possui uma objetividade herdada das ciências exatas, que se intitula universalista porque mantendo as mesmas condições do experimento, os resultados podem ser generalizados. Ainda mais, em uma concepção que recursos naturais são matérias primas e se estabelece valor para os produtos, se materializa matematicamente em valor, que gera uma coisificação e se percebe uma tentativa de unificar conhecimentos, em um esforço de padronizar e massificar. Estes conceitos não deveriam ser aplicados aos agricultores da REATA.

Em seu conjunto, estes agricultores, constituem-se em uma resistência a uma modernidade irresponsável e inconsequente que ao longo dos anos provocou numa enorme crise civilizatório e assim também, ecológica. A crise decorrente de práticas pouco recomendáveis de manejo dos recursos naturais, também ocorre na Amazônia. Resultante que é de um “logocentrismo teórico e pelo círculo de racionalidade das ciências” como nos alerta Leff (2004:15). E a partir da constatação da necessidade de considerar o ambiente em suas dinâmicas e finitudes, ganha de importância o conhecimento destas práticas tradicionais, como sinaliza Toledo (2003). No entanto é fundamental compreender que ambiente não se reduz à dimensão ecológica e sim se estende para atender a complexidade do mundo em suas diversas dimensões.

Estes agricultores, como se pode constatar adiante, tem uma economia invisível, silenciosa, solidária, porém, sólida. Têm técnicas e conhecimentos a partir de outros referenciais teóricos e desenvolveram seus conhecimentos adaptados ao ambiente em que vivem. Forçados a buscar a sobrevivência foram construindo suas caminhadas como parte da floresta. Têm uma base econômica solidária e de um manejo sustentável do

ambiente, estas famílias são parte do agroecossistemas onde vivem. São organicamente a mesma coisa. Constituem-se em uma parte viva, entre milhares de outros seres vivos existentes. Mais também, são aqueles que através de seu trabalho modificam, alteram, artificializam e usam a natureza através de técnicas, frutos de observações, visitas, experiências, troca de conhecimentos, que caracterizam um manejo específico para cada ambiente onde vivem.

A exemplo de diversos outros autores que estudaram as comunidades indígenas ou caboclas amazonenses (Carneiro da Cunha e Barbosa de Almeida, 2002; Kerr, 1987; Lévi-Strauss, 1987 e 2004; Wagley, 1988; Meggers, 1987; Bates, 1979; Schröder, 2003; Fraxe, 2000 e 2004; Porro, 1996; entre outros), Schwader, nos informa já na introdução, de seu trabalho, que “no interior da Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas (REATA), encontramos diversas experiências que representam propostas concretas de desenvolvimento sustentável. São propostas que se inspiram no conhecimento acumulado no decorrer da longa história do homem na Amazônia. São construídas no próprio local, no desenrolar das relações homem-natureza amazônica.”

Um ponto fundamental a ser destacado. É que caracterizar o agricultor tradicional, significa caracterizar, um tipo de vida. É um ser que possui identidade construída na dialética entre o material e simbólico, entre o real e imaginário e assim, no estabelecimento de relações de ordem natural e cultural na materialidade da produção. Fundado em um saber resultante nas relações técnicas e sociais de produção que tem como consequência a sustentabilidade das forças produtivas. Segundo Leff (2004:25) é o “saber construído no encontro de racionalidades e identidades, marcado pela abertura do saber à diversidade, à diferença e à alteridade, questionando a historicidade da verdade, abrindo campo de conhecimento para a utopia, para o não saber que alimenta as verdades por vir.” É compreender o exercício de uma outra racionalidade.

Vida que apresenta aspectos diferentes do que o da cidade e, mais, de uma sociedade capitalista, onde os valores são mensurados pelos depósitos bancários. É buscar outro entendimento de desenvolvimento (Sachs, 2000) fora dos padrões meramente econômicos e centrar no desenvolvimento

como a busca de bem estar, de qualidade de vida para a população, para todos. Com acesso a saúde, educação, cultura, diversão e lazer. Quando se fala na população familiar da Amazônia, significa que se está referindo a um tipo de população específica. Estamos tratando de tipos diferentes, que vivem na e da floresta, porém que não estão isolados dos processos de desenvolvimento em andamento. Podem estar excluídos deste processo, mais não isolados.

São famílias que possuem ou não uma unidade de produção, com tamanhos variados, cultivando diversos produtos. Porém, esta unidade produtiva é também uma unidade de vida. Da mesma forma que o ambiente define um modo de produção, definem também as relações de produção e as relações sociais, políticas e culturais. São unidades de vida e de produção. São espaços de reafirmação de identidades e, portanto, de cultura. São unidades com mitos, crenças, técnicas, danças, ritos, costumes, produção como outros povos que vivem em outros ambientes. São unidades de consumo e produção.

Recorrendo a literatura sobre este tipo de agricultor, se identifica de imediato como sendo próximo a que os autores clássicos denominam de campesinato. Porém, é um campesinato em um determinado e específico ambiente, daí que em estudo de Fraxe (2000), esta os titula, como “homens anfíbios”.

Porque não vivem apenas da terra e da floresta, vivem também da água e da floresta. Este ambiente vem a caracterizar um tipo de campesinato que é diferente de outras partes do mundo e mesmo do Brasil. Porque, se acredita e se pode perceber, por estudos e pesquisas que o ambiente imprime sua marca e os fazem únicos, porque diferentes, porque específicos.

Também é bom ressaltar que sendo únicos não são idênticos, uma vez que variam de características conforme o ambiente onde vivem. Se em várzea, tem atitudes, comportamentos, conhecimentos que os fazem adaptados àquele ambiente, diferentemente daqueles que vivem em terra firme. Embora, ambos convivam com terra e água, cada um oferece sua contribuição e assim, constroem uma cultura específica e única, porque deles. É importante este destaque, uma vez que em sua maneira de viver,

mesmo sem ter acesso aos bens do desenvolvimento conseguiram estabelecer relações sustentáveis com o meio ambiente onde vivem daí serem referências para uma agricultura de base ecológica.

Outrossim é importante salientar que ser diferente não significa melhor ou pior. E ao mesmo tempo, ter uma relação sustentável com a natureza não significa uma tendência de isolar estas pessoas para que não percam suas identidades. Pelo contrário, significa que os reconhecendo diferentes, se respeita e se busca desenvolver mecanismos para que possam avançar e ter acesso aos bens do desenvolvimento. A questão central é como manter suas identidades e como avançar na melhoria de qualidade de vida de suas famílias. Um caminho será o de compreender seu modo de vida, sua cultura, sua economia e sua organização. Por isso é importante ter dados e estudos que ajudem a entender estas famílias.

Entender e compreender para reforçar suas caminhadas. Dentro da lógica de vida assumida por elas e ao mesmo tempo dialogando para verificar como podemos contribuir para melhorar a sua qualidade de vidas.

É um processo de aproximação, de criação, de confianças mútuas. Para quando se percebe que se é aliado ao empoderamento do agricultor, as relações educativas tendem a um diálogo. Porque se estabeleceu a confiança e deixa-se de lado a disputa pela hegemonia, porque o outro se torna legítimo. Entende-se que se está sendo. Que se é inacabado, portanto, passíveis de evolução, de aprimoramento (Freire, 1974 e 2003). Para isso deve ser considerado que a produção do conhecimento se dá em duas direções. A da razão e da experimentação. E é esta dialética processual, que caminha através da crítica, que possibilita a produção do conhecimento.

Desta forma, a compreensão da lógica econômica e organizacional da economia deste campesinato “anfíbio” se faz necessário para possibilitar ações de apoio técnico, estabelecimento de estratégias e valorização do conhecimento endógeno e reconhecimento da imensa contribuição que estas famílias oferecem ao desenvolvimento da Amazônia.

O esforço se deu em levantar através de desenhos a situação da unidade produtiva e de vida, procurar conhecer a história de cada família, definir

possibilidades. Esta não é tarefa fácil. Porque muitas vezes, se entende e pensa que se “conhece” e o técnico sabe o que o agricultor precisa, deseja. Esta postura que se revela dogmática, autoritária porque indica a partir de uma percepção externa, com um referencial distinto, uma visão de mundo diferente, o que é o outro. Ao buscar apoiar a estruturação da rede, se buscou outro caminho. A trilha seguida foi de se fazer um esforço de compreender o outro a partir de sua lógica reprodutiva e de sua cosmovisão.

A este conjunto de levantamentos, se estabeleceram discussões que fundamentam esta lógica produtiva e de vida. Construindo aos poucos no corpo técnico, outros referenciais que privilegiavam o conhecimento endógeno e o estímulo à observação, a pergunta, desencadeando um processo de descoberta de razões de certas práticas, de determinadas posturas e explicações oferecidas para certos fenômenos. Fora de um racionalismo pragmático, por exemplo, de produzir para o mercado.

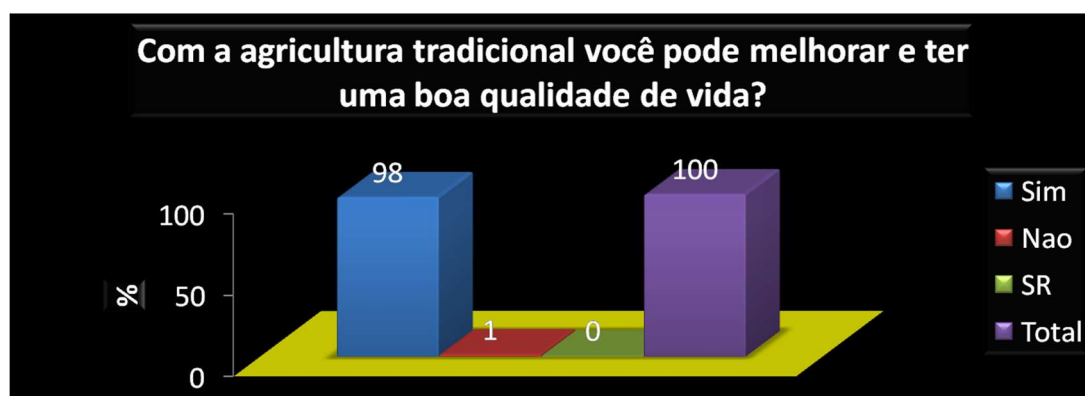
A partir do primeiro encontro dos agricultores da rede, foi sugerido o preenchimento de um questionário (em anexo) para compreender suas práticas agrícolas, bem como, orientar a atuação dos técnicos na assistência técnica a ser oferecida pelo IDAM. Assim, se complementavam as informações e se ampliava a possibilidade de compreender a lógica destes agricultores. Este formulário foi aplicado nos encontros seguintes perfazendo hoje o total de 221 questionários respondidos. O que representa uma amostra significativa e obtida em momentos diferentes, do que pensam e fazem os agricultores que compõem a REATA.

As perguntas foram dirigidas para compreender suas práticas e também identificar alguns pontos de suas vidas e do que acreditam. A razão para isto é que as unidades produtivas dos agricultores que compõem a REATA, são também unidades de vida. O que comem, o que compram, o que acreditam, o que fazem, é buscado no levantamento. Estes questionários foram preenchidos durante os encontros estaduais da Rede. É preciso, no entanto, entender os limites do questionário. É um instrumento quantitativo, portanto limitado. Informa uma situação mais não a explica. Precisa de complementação, para que o qualifique, explique e justifique certas posições. Há também a dificuldade de trato com papel, leituras, palavras etc. por parte dos agricultores e às vezes, também, dos técnicos. No

primeiro momento, há uma inibição, porque a letra é feia e as dificuldades em escrever são muitas. Desta forma, estes dados colhidos devem ser vistos como eles são, dados. As explicações e interpretações são de cada um.

Embora não seja esta a sequência das perguntas, no questionário, se acredita ser mais interessante iniciar a caracterização dos participantes da Rede, com os aspectos relacionados ao entendimento que os agricultores tem sobre sua atividade. Um dado importante para este entendimento se encontra nos princípios da REDE. Construídos coletivamente, expressam um entendimento e caracterizam uma relação com a natureza.

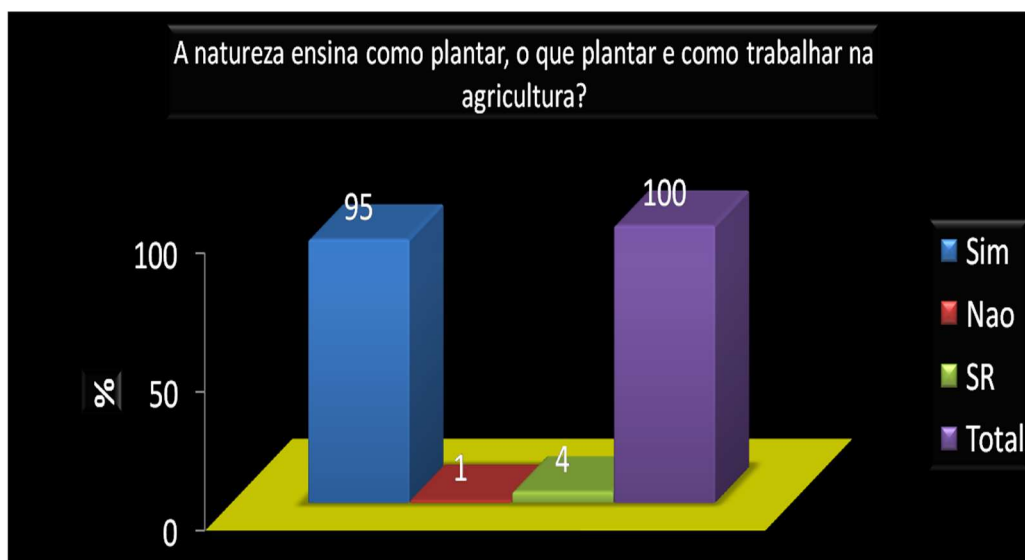
Os agricultores em sua maioria absoluta, 98%, acreditam que praticando a agricultura tradicional podem melhorar qualidade de vida de suas famílias.



Por que acreditam? Por que conseguem a reprodução social da família? Por que tiveram experiências com agriculturas convencionais e não conseguiram bons resultados? Por que alguns foram para centros mais industrializados e não conseguiram viver com a mesma qualidade? Por que acreditam que a natureza atende as necessidades básicas? Por que são acomodados? Podem existir inúmeras razões para esta resposta. Tanto objetiva como subjetiva. Pode inclusive, na sua cosmovisão se sentir feliz com a tranquilidade da vida que levam. Ou mesmo, com o silêncio que os rodeiam no barulho da floresta.

Outra questão significativa no entendimento dos agricultores é que eles aprendem com a floresta. A capacidade de observação e de leitura da floresta é muito aguçada. Estes agricultores e agricultoras que compõem a rede são pesquisadores, são experimentadores. Eles observam os vários

tempos. O tempo de chuva, da florada, dos animais se acasalando, se reproduzindo. O tempo das festas religiosas. O tempo de plantar, colher, fazer podas. São tempos e tempos. São tempos que não se limitam a 24 horas ou a um dia.



Embora com conhecimentos diferentes tem na floresta seu espaço de vida e de produção. Portanto, precisam aprender com ela, discutir com companheiros determinadas observações, socializando dúvidas e apresentando leituras. Compreendem a importância da natureza em diferentes momentos e circunstâncias, como por exemplo, a lua influenciando as produções agrícolas e a pecuária.

Como pode ser percebido nos gráficos abaixo, 91% dos que responderam, acreditam que a lua tem influência na produção.



Esta posição não é estranha e verifica-se em muitos campos de conhecimento a influência da lua. A terra como parte do universo, influencia e é influenciada em um sistema solar onde o fluxo de energia é significativo. CORTEZ (2004) em seu livro clássico o *Lunário e prognóstico perpétua*²², se discorre longamente sobre a qualidade e os efeitos da lua nas coisas a ela sujeitas. Há no universo da vida do camponês uma série de referências que são importantes e que devem ser consideradas quando se oferece uma capacitação, uma assistência técnica ou um treinamento. Há uma teoria construída a partir de valores e de elementos comuns a este povo. Uma delas é a sua compreensão da natureza, da floresta. Há um entendimento de valorizar vidas. Sejam estas, animal ou vegetal. Esta teoria às vezes se embasa em mitos que explicam certos fenômenos, outras vezes, vem da observação realizadas em dezenas de anos e mantidas através da tradição oral.

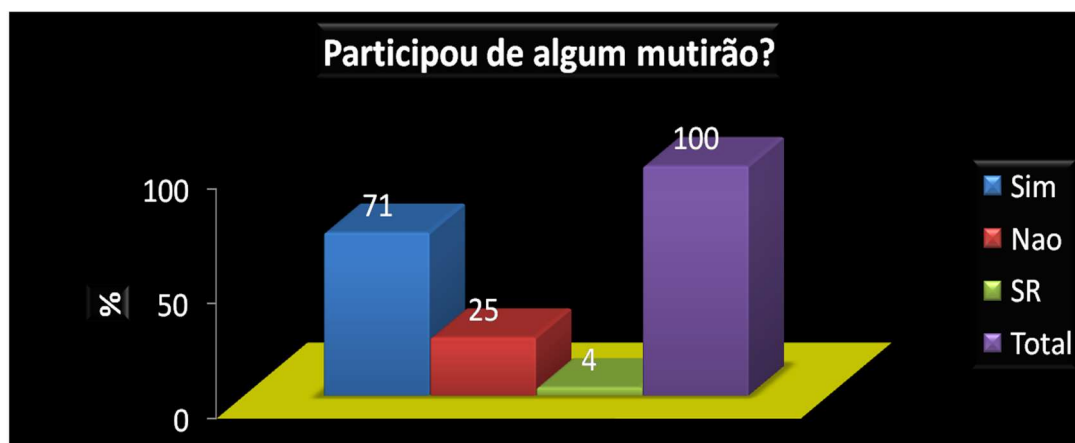
Portanto, quando se faz uma interlocução com estes agricultores, pode ser estabelecido um diálogo de saberes. Estes saberes que explicam práticas e é no simbólico, ou seja, no campo de saber que se atua para modificar práticas. Porém, é na prática em que se materializam, as teorias. Por isso, é importante considerar o que Souza Martins (1978) oferece de contribuição quando trabalha a questão do *modo capitalista de pensar*. É nesta dimensão epistemológica que se dá o processo de produção de conhecimento e é neste campo, onde se dá a disputa entre o saber técnico, acadêmico, formal e capitalista e o saber técnico, popular, informal, comunitário e social. Entre o técnico e o agricultor respectivamente. É neste campo, da cultura, do simbólico, do imaterial onde se dá o embate sobre a hegemonia. Embates muitas vezes silenciosos, surdos e profundos. Estabelecendo-se estas disputas, o diálogo de saberes deixa de existir, pela ausência de cumplicidade criadora, de respeito ao outro e surge à desconfiança de quem não se percebe como caminantes de um mesmo caminho.

²² Este livro impresso há mais de duzentos anos, tem sido à base dos calendários e previsões populares que se faz anualmente - os almanaques do pensamento -, onde se identificam as diversas fases da lua e sua influência nos fluxos e refluxos do mar, entre outras informações. Contempla 1. Na computação dos tempos; 2. Nas cousas agrícolas; 3. Com as virtudes medicinais d'algumas plantas portuguesas; 4. Com os socorros a dar aos envenenados; 5. Com a descrição e tratamento de muitas moléstias; 6. Com numerosas receitas úteis e proveitosas; 7. Com o método de descobrir água; 8. Com vários jogos de cartas divertidos etc.). E informa "Se a lua de janeiro entrar crescendo no signo de Aquário, denota ser um ano abundante de pão e dos mais mantimentos. E se entrar mingando, mostra haver moléstias, pesares e trabalhos, com cheias de rios e tempestades no mar." (Cortez, 2004:140)

É neste campo onde se dá a disputa pela hegemonia, porque se estabelece uma disputa de conceitos, de teorias para explicar os fenômenos e o mundo. Pode, prevalecendo uma teoria onde o individual se sobrepõe ao coletivo, onde se maximiza resultado e não os otimiza, quando a natureza é vista como matéria prima ou como parte de nossa vida. Ou, prevalecendo o inverso, onde o coletivo se sobrepõe ao individual, se otimiza e não maximiza resultados ou o homem é parte da natureza e nela que reafirma a capacidade e a possibilidade devida. Ou seja, se concretizando em práticas, fatos, construções, fábricas, mercadorias e produtos distintos, se constrói mundos diferentes. Com práticas que corporificam teorias e com teorias que fundamentam práticas. É nestes mundos diferentes e de diferentes, porém, em um mesmo espaço, onde se materializam as diferenças. Onde surge o conflito, onde surgem as respostas e as soluções para determinado fenômeno.

Pode, por outro lado, reconhecendo as diferenças e as importâncias dessa diversidade, se buscar com humildade a construção social de novos conhecimentos, quando se busca entender, compreender a lógica e a teoria que sustenta determinada prática ou quando determinada prática reflete uma determinada teoria. Este é o campo de atuação da assistência técnica, da capacitação, da assessoria e, portanto, de um processo educativo.

Outro aspecto que sinaliza para este modo de vida e de produção é que estes agricultores, 71%, têm como prática o trabalho em mutirão, em ajuri. Ou sejam, trabalham coletivamente em uma perspectiva comunitária, a ajuda mútua que faz referência Kropotkin (1970).



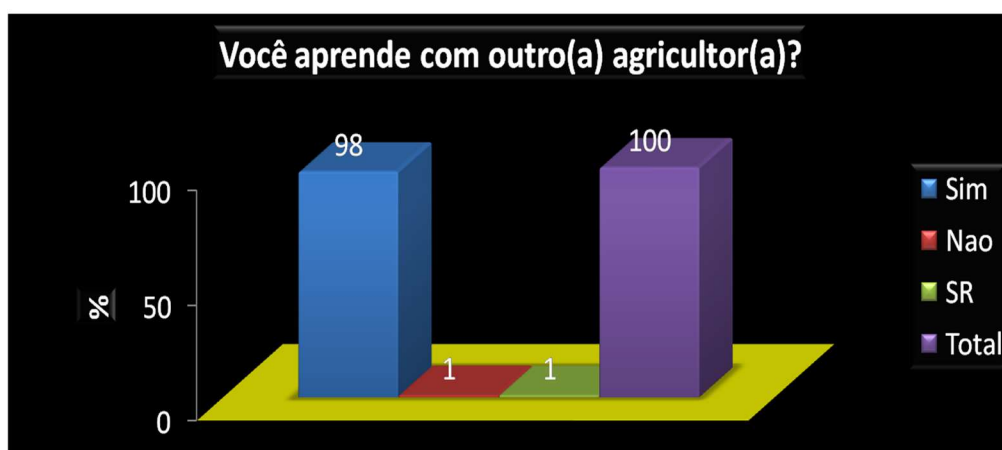
Este dado cresce de importância quando se constata duas outras dimensões. A primeira quando se identifica uma prática de trocas de produtos ou de serviços. Serviços que se troca quando se realiza o mutirão. Produtos que se troca sem uma relação comercial.

Por outro lado, revela a existência de formas de organização própria, legitimadas socialmente. Este fato chama atenção quando se analisa a participação destes agricultores em associações e cooperativas e não se verifica a mesma efetividade. É como se a cooperativa ou mesmo a associação fossem organizações estranhas as suas vidas. Parecem ser organizações importadas de outras culturas, de outras lógicas, que não respeitando a cultura e o conhecimento local, tornam-se estranhas, artificiais e pouco funcionais. São criadas para atender aos diversos governos e seus programas. Programas e governos que não compreendem ou não respeitam as formas de organização existente nas comunidades da floresta, adequadas ao tipo de vida que levam, ao nível de organização que possuem, a lógica econômica que praticam. Verifica-se assim um esforço das comunidades em se adequar aos programas como forma de ter acesso a estes. Porém, como estes programas e políticas buscam se adequar às características organizacionais e econômicas destas comunidades? Enfim, os programas quando elaborados tem a pretensão de ser de apoio a estas comunidades, ou não?



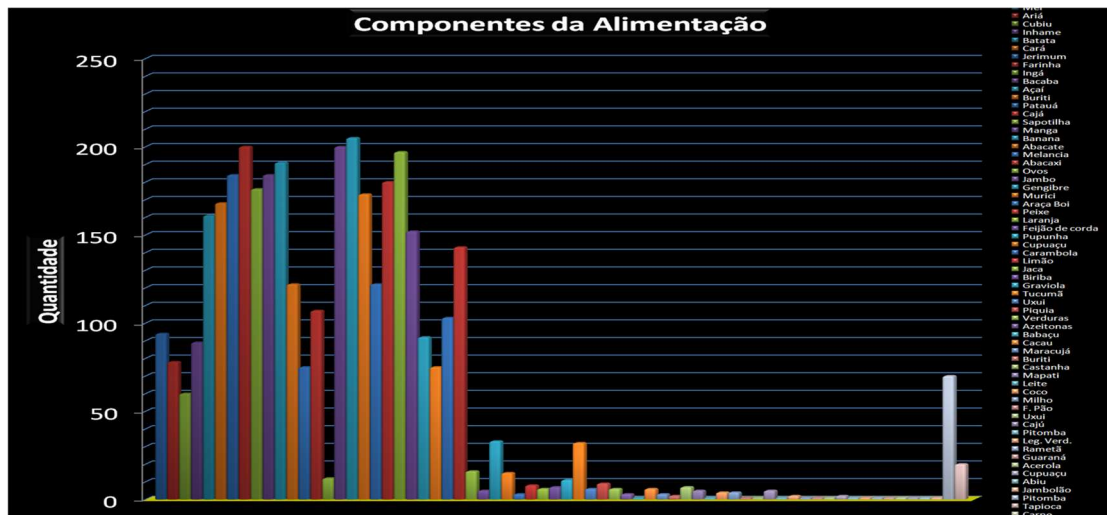
É significativo quando se constata que 79% dos participantes da REATA declaram que trocam serviços e produtos. Também outro dado é quando perguntado sobre se aprendem com outro agricultor. A maioria significativa

responde que sim. Este dado também revela que há conhecimento entre os agricultores e que estes reconhecem quando um companheiro tem mais experiência em determinados aspectos. Por isso que nestes encontros um ponto de maior envolvimento é quando se estabelece o troca *troca*. Produtos trazidos por agricultores de regiões diferentes são apresentados, apreciados, discutidos. O agricultor solicita explicações, detalhes que revela de um lado o conhecimento de técnicas e de outro, a atenção e o respeito do companheiro com o conhecimento do outro. A resposta da pergunta é que 98% dos agricultores reconhecem que aprende com os outros.



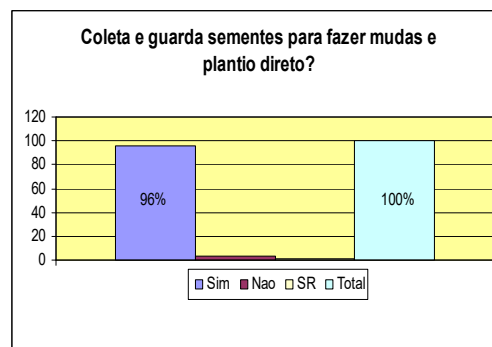
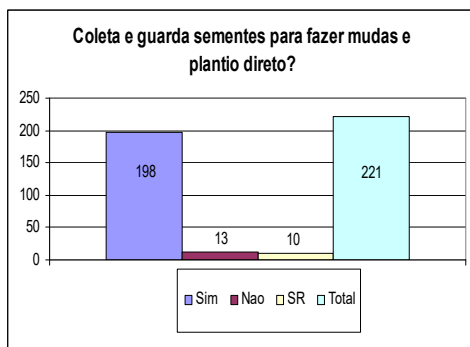
Estes elementos constitutivos da compreensão da natureza e a relação que estabelece com esta, seja na produção, seja na vida, podem ser entendidas e analisadas a partir de suas práticas. Por isso uma das primeiras questões do questionário se refere a sua alimentação. Porque, sem a soberania alimentar comprometem-se todo os demais pontos de vida. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que uma das características destes agricultores é que são também unidades de consumo.

Porém, a variedade de produtos em sua mesa é significativa, inclusive porque dependem de safra. Aí entra outro elemento importante que é o tempo. Outro aspecto a ser destacado, se relaciona com raízes e frutas específicas da região e que muitas vezes estão fora dos circuitos comerciais. A exemplo do Ariá, Cubiu e outros. Nesta perspectiva os agricultores da Rede assumem também o papel de guardiões de certos hábitos alimentares que a cidade aos poucos vai perdendo. Assim, assumem uma cultura e uma identidade, como não poderia deixar de ser, também em sua alimentação.



Por isso precisam trabalhar guardando semente, para garantir a produção que circuitos comerciais não abastecem. Portanto, uma questão séria e que é contemplada no questionário se relaciona com o princípio da vida, que é a semente. Quem tem sementes pode ter autonomia para plantar. Pode ter uma perspectiva de melhoramento genético que vai realizando ao longo do tempo, através de adaptações e cruzamentos, criando variedades adequadas a cada meio ambiente onde se desenvolve este processo. Os agricultores da REATA, tem a seguinte postura em relação ao assunto, do total, 96% guarda sementes. Vale ressaltar que não é uma situação estática e passiva, muito pelo contrário, verifica-se uma constante adaptação e mudanças em virtude de fatos ou situações onde o ambiente se modifica ou se altera. Seja uma mudança climática ou seja social ou política. É um processo permanente de resistência onde se tenta viver, apesar de muitas vezes as condições se mostrarem adversas. Condições onde a modernidade tenta impor uma concepção de vida, onde a produção de mercadoria e as dimensões econômicas, financeiras, crematística tentam se impor. É um processo de resistência onde se busca manter uma autonomia e sua permanência como sujeito social. Em outras palavras, seu modo de vida.

O campesinato da Amazônia tem características próprias, delimitadas por uma cultura construída a partir de sua sobrevivência na floresta. Assim, construiu um saber específico para este ambiente e que permite de forma sustentável viver e se reproduzir neste ambiente. Uma destas características é guardar sua semente, produzir suas mudas. Exercitar um direito reconhecido pelas Nações Unidas (FAO) como direito dos agricultores. A semente é fundamental porque é o primeiro elo da cadeia alimentar.

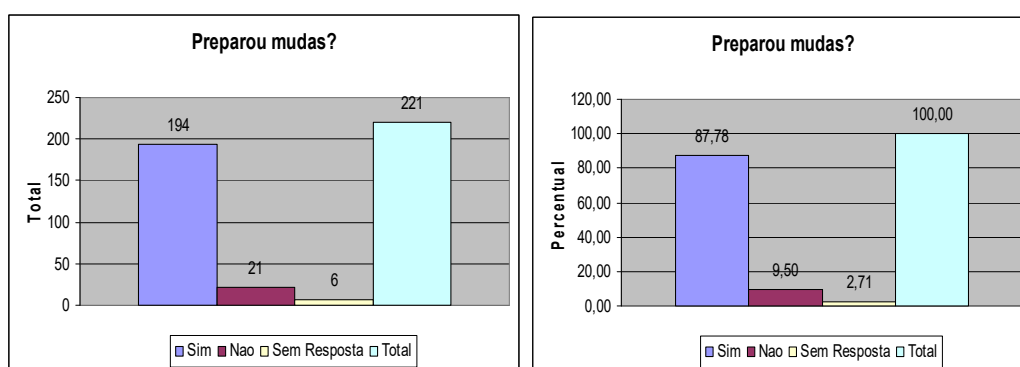


Em sua totalidade verifica-se ser uma prática comum entre os agricultores que participam da rede, guardar sementes e preparar suas mudas. Evidentemente que este assunto pode ser discutido tomando por base a regulamentação que existe, pelo MAPA para a existência de viveiros, Instrução Normativa nº 24 de 16/12/2005, Lei nº 10.711 de 05/08/2003, Decreto nº 5153 de 23/07/2004. Porém, nem sempre o regularizado, o legal é justo ou ético. Ocorre que as vezes que se regula para ordenar certos procedimentos. Este o de sementes e mudas é um caso a pensar.

Para os membros da REATA e para o campesinato de maneira geral, a produção é para uso doméstico, portanto, dentro de outra lógica. Para as multinacionais estas estão fora dos processos de regularização uma vez que atuam no mundo. Evidente que quando atuam aqui, devem atender a lei, que às vezes é feita para atender seus interesses. Esta como outras práticas são regulamentadas tendo em vistas uma atividade comercial que são desenvolvidas por distintos empresários. É forçoso, no entanto ressaltar que esta não é uma questão nacional. Há um progressivo controle, através de patentes, de sementes por multinacionais (Ribeiro, 2003). Cresce cada vez mais a concentração e diminui também a diversidade. Gliessman (2001:46) nos adverte da perda de uma base genética diversificada, quando “apenas seis variedades de milho, por exemplo, são responsáveis por mais de 70% da produção mundial deste grão.” E acrescenta, “a perda da diversidade genética ocorre principalmente por causa da ênfase da agricultura convencional em ganhos de produtividade em curto prazo”.

Portanto, discutir o direito de uso da semente pelos agricultores é discutir um direito à vida. Direito, ao uso da semente, para produzir sua muda e assim ampliar a diversificação de seu ambiente. Entre os agricultores da

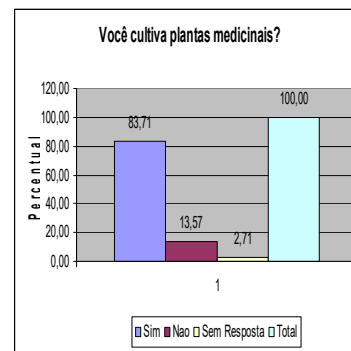
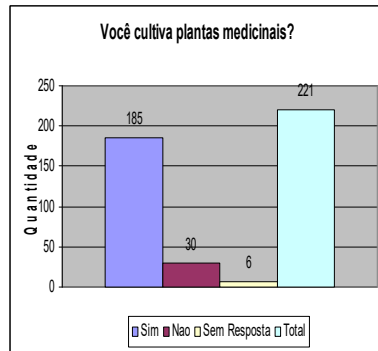
REATA, 88% preparam suas mudas. Isto implica na possibilidade de conservar a biodiversidade, além de reafirmar uma autonomia e um conhecimento acumulado durante anos. Identificar a semente, selecionar, quebrar sua dormência, germinar, cuidar da muda e plantar envolve um sem número de sequências de conhecimentos que muitos caboclos dominam e que podem contribuir com outros e mesmo com técnicos tanto para que este conhecimento seja expandido e compartilhado com outros agricultores, como pode ser uma base sólida, para discutindo e refletindo sobre estes, se possa ampliar estas práticas, criando novos saberes.



No caso da REDE, esta atividade é organicamente desenvolvida, integrada as condições naturais existentes e fora de qualquer circuito comercial. Para a Rede esta atividade deve ser incentivada e mais deve buscar o intercâmbio entre agricultores, de sementes. Considerando ser estes também guardiões da biodiversidade. Evidente que cabe a todos cumprir a lei, que exige “que toda a pessoa física ou jurídica que utilize muda, com a finalidade de plantio, deverá adquiri-la de produtor ou comerciante inscrito no RENASEM.” Porém, deve-se ter em conta as suas condições materiais e as especificidades da prática desenvolvida por estas populações.

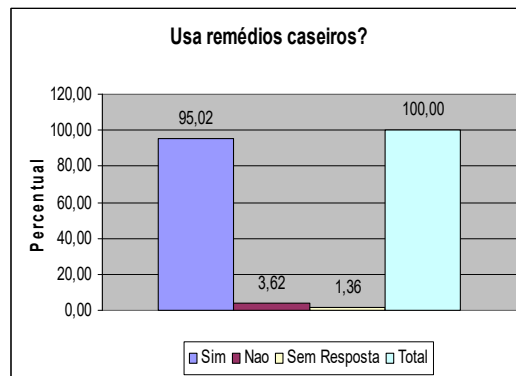
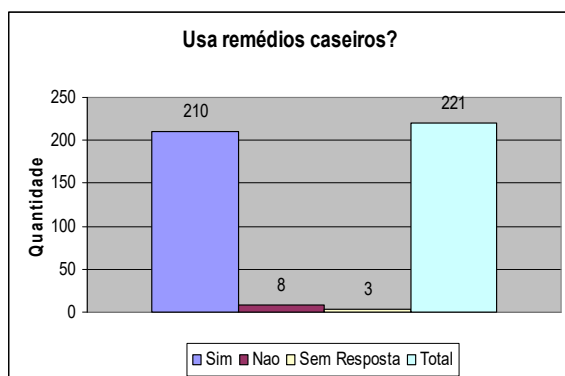
Plantas medicinais

Uma tradição entre o campesinato é buscar na natureza a cura de suas doenças. Para isso cultivam as plantas medicinais em seus sítios e desenvolvem um conhecimento da floresta, onde identificam plantas para diferentes situações. Na Rede este aspecto também pode ser observado.



Embora menor que no item anterior, porém em número expressivo, aproximadamente 84% dos agricultores informam que esta é uma prática regular em suas vidas. É importante esta prática para a humanidade. Embora quem se aproprie de seus resultados são os laboratórios que patenteia, muitas vezes, o conhecimento milenar indígena e do caboclo, como nos informa Elisabetsky (1987:135) “as indústrias farmacêuticas norte americana alcançam vendas anuais de oito bilhões de dólares com remédios isolados inicialmente ou até hoje – de plantas. Isto, levando-se em conta somente às prescrições do seu mercado interno.”

Esta área tem merecido poucas pesquisas nacionais, embora a Cenargem/embrapa há anos venha desenvolvendo um banco de germoplasma de plantas medicinais em Brasília, o que pelo menos irá garantir matéria prima para futuras pesquisas. Neste contexto, compete ao estado desenvolver políticas públicas que utilize este potencial. As plantas medicinais na Amazônia se caracterizam como um tesouro ainda não identificado, pelo menos na ótica nacional. Um programa de desenvolvimento sustentável para a região necessariamente deve contemplar as “plantas medicinais e aromáticas, a proteção do saber das comunidades indígenas, a defesa dos recursos genéticos e a criação de uma sólida base científico – tecnológica para processar os produtos medicinais e aromáticos de origem vegetal.” Vieira e Mota (2004:165).



Como pode ser observado acima, não só plantam, mais consomem. Ao totalizar 95% que usam remédios caseiros, os agricultores podem estar revelando diversas possibilidades. A primeira é que em sua economia a questão monetária é importante, porém não determinante. É uma economia não monetária. A segunda é acesso geográfico a farmácias que possam fornecer os remédios alopáticos necessários. Outra questão é o conhecimento e a crença que estes remédios efetivamente são melhores que os alopáticos. Seja como for é expressivo o uso de remédios caseiros e sua produção. Este fato nos remete a possibilidade de uma política pública que apoie esta atividade. No segundo Governo de Miguel Arraes em Pernambuco se implantou uma série de farmácias populares. Foi celebrado um convênio entre o curso de farmacologia da UFPE, Emater e Lafepe, que estudavam, identificavam e produziam para ser comercializado nestas farmácias populares. Neste processo, a participação de agricultores(as) com os seus saberes e conhecimentos foram fundamentais para o sucesso do programa.

A articulação PACARI é uma rede socioambiental formada por grupos comunitários, ONG's e pessoas que trabalham com plantas medicinais do cerrado, em 14 regiões dos estados de MG, GO, MS, TO e MA. Os remédios são preparados em farmácias, que se classificam em 4 tipos: itinerante, caseira, básica e estruturada. Esta última "se assemelha a um pequeno laboratório em relação à infraestrutura interna, equipamentos e capacidade operacional. O espaço apresenta divisões internas para atendimento de saúde ao público, entrega de remédios, almoxarifado (armazenamento de materiais e/ou plantas secas), cozinha, sala de manipulação, secador de plantas, área de serviços, vestiário e banheiros.

Apresenta também maior número de equipamentos e utensílios, como vidrarias de medida, destilador de água, estufa para esterilizar vidros, balança de precisão, o que lhe confere maior capacidade de produção. O processo de preparação de remédios obedece aos mesmos critérios de controle de qualidade adotados em outros tipos de farmácias e os remédios se caracterizam como artesanais.” (Articulação PACARI, 2006).

Porém, devem ser destacadas a dimensão cultura, social e política destas iniciativas. Primeiro, porque reafirma e valoriza um conhecimento. Segundo é que estes conhecimentos tradicionais são experimentados, analisados, estudados o que possibilita se avançar na produção de remédios homeopáticos. Terceiro, se preserva um conhecimento sobre usos e manejos de plantas, receitas de remédios e diagnóstico populares de doenças.

Por fim, é uma forma que o Estado pode contribuir para oferecer a população remédios de qualidade, baixo custo e produzidas no local. Apenas para destacar que o LAFEPE, laboratório estatal, depois de passada a febre de privatizações, é hoje uma referência pública na produção de remédios, alopáticos e infelizmente, pela dimensão reduzida, de homeopáticos. Imagine em uma região como a Amazônia as possibilidades econômicas, culturais e de saúde que uma política governamental poderia aproveitar. Esta é uma área que necessita de investimentos na capacitação seja na manipulação, seja na própria identificação da doença e suas recomendações fototerápicas.

É importante destacar a articulação dos agricultores com o mercado. Ela se dá através de principalmente três direções. A primeira diz respeito à comercialização de seus produtos diretamente com os consumidores. Esta atividade é realizada por 70% dos agricultores da Rede. Assim, estabelecem circuitos curtos de comercialização onde conhecem os consumidores e o mercado local. Alguns já avançam para relações comerciais mais complexas como venda de produtos ao governo.

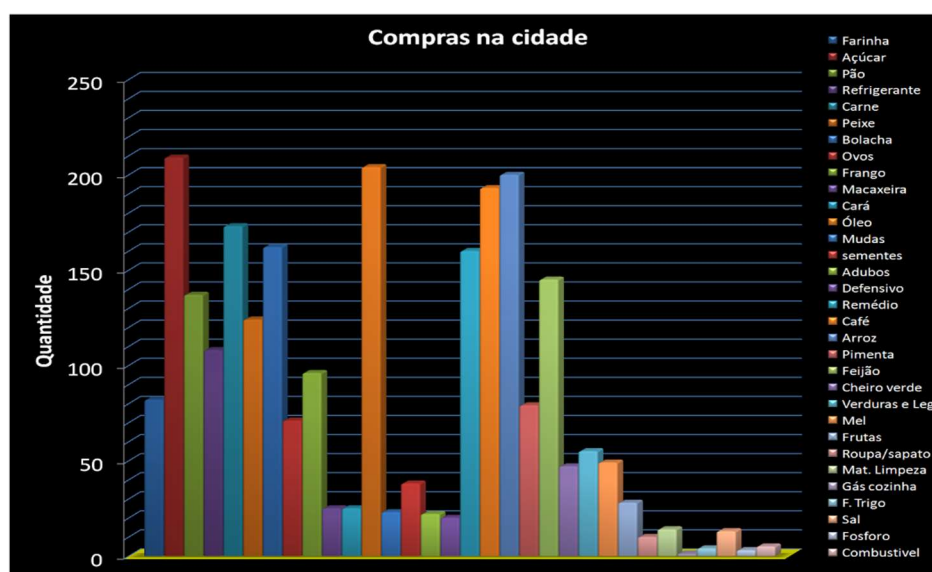
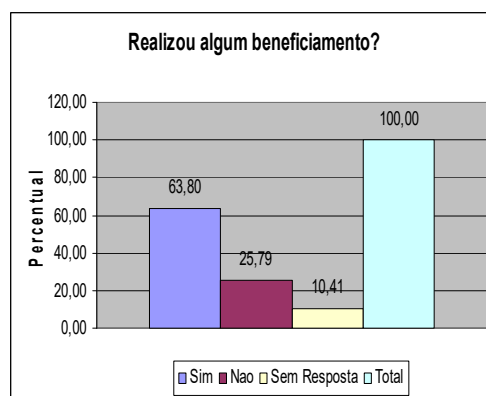
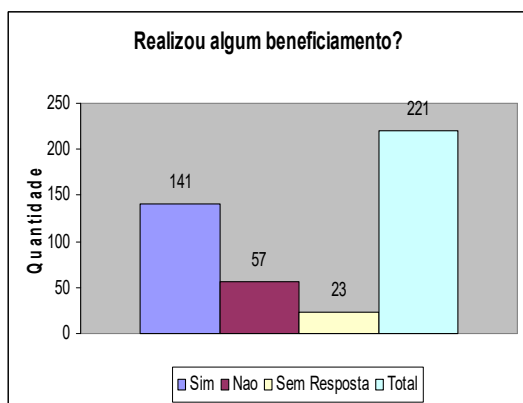
Esta comercialização ocorre com produtos *in natura* e também beneficiados. E neste campo, há uma enorme possibilidade de se avançar e capacitar. Uma vez que aproximadamente 64% beneficiam algum produto.

Geralmente a mandioca na produção de farinha. Porém, vários outros produtos podem ser beneficiados e aí falta infraestrutura como energia, capacidade de armazenagem de matéria prima, equipamentos e também capacitação.

Sabe-se que o beneficiamento agrega valor e possibilita um melhor aproveitamento das frutas. Com armazenamento de matéria prima para durante o ano ir transformando aos poucos. Este é um campo que se pode avançar muito.



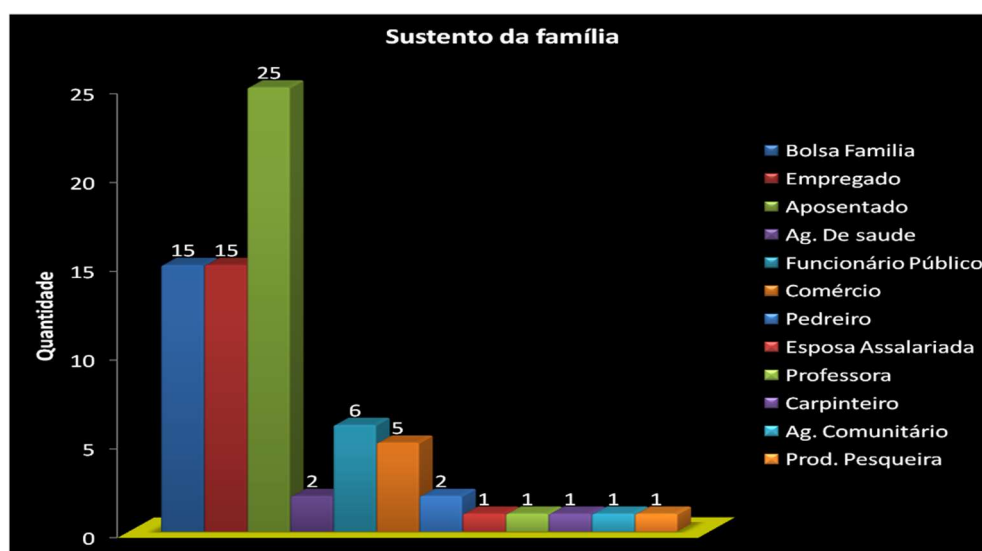
A outra direção é de compras para o consumo da família. Verifica-se que se compra para suprir aquilo que não é produzido diretamente pela família, embora possa ser percebida a compra de produtos tipicamente urbanos, como refrigerantes e outros. Porém, a concentração de compras está relacionada com aqueles produtos que complementam o que é produzido na unidade produtiva pela família. Por exemplo, o açúcar, óleo, café e arroz são os produtos que mais se compra. Apenas aproximadamente 20 agricultores responderam que compram sementes, muda, adubos e defensivos. O que explicita outra característica do grupo que é de praticar uma agricultura sem produtos químicos, ou seja, uma agricultura de base ecológica.



A última direção, se constitui também uma forma interação com a comunidade que é a diversidade de obtenção de renda monetária. Prevalece a aposentadoria como uma das fontes de renda (25 indicações), gerando daí um certo “prestígio” de algumas pessoas de maior idade, que conseguem se aposentar. Estes representam uma fonte segura e regular de entrada de renda monetária, o que possibilita realizar alguns investimentos na unidade produtiva ou mesmo na melhoria da qualidade de vida. Esta diversidade de fontes de renda monetária revela a multifuncionalidade do campesinato. Wanderley (2003:14) destaca “quatro funções associadas ao exercício das atividades agrícolas: a reprodução socioeconômica das famílias rurais; a promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.” Reconhecer a multifuncionalidade da agricultura familiar possibilita ir mais além, como ocorre em outros países que é “de ajudar emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos

agricultores para o dinamismo da sociedade. Meu sentimento é de que a sociedade brasileira, por diversas razões históricas, é até hoje pouco sensível a algumas destas dimensões imateriais da atividade agrícola.” Conclui Wanderley de forma apropriada.

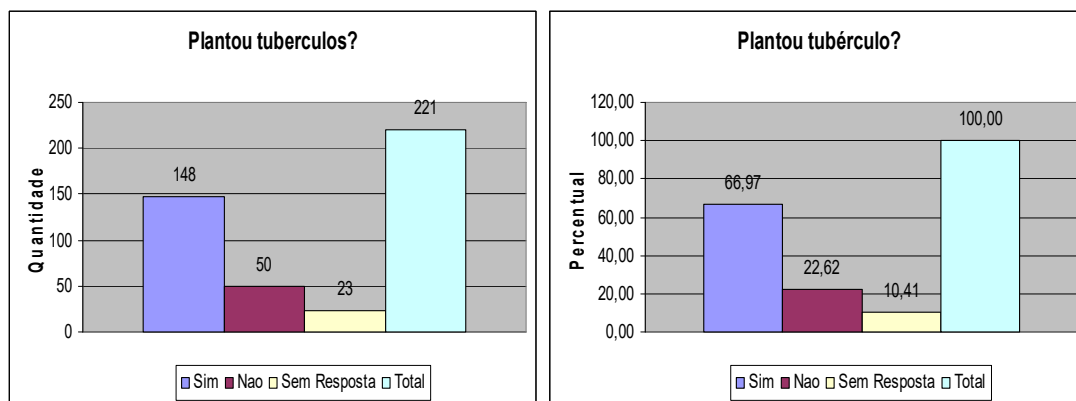
Porém, não se pode deixar de registrar que mesmo adotando diversas funções em sua atividade, é na sua relação com a natureza onde se exercitam plenamente suas existências. As outras ações são decorrentes de práticas que desenvolvem de forma complementar em decorrência as formas complexas, porque diversificadas de suas atividades agropecuárias. Isto pode ser constatado quando se verifica que aproximadamente 49% dos entrevistados responderam que sustentam a família apenas com as atividades de sua unidade produtiva.



Os demais, que tem outras fontes, como visto no quadro acima, 47%, tem na bolsa família, alguém empregado na família - com 15 indicações as principais atividades complementares para obtenção de renda. Comércio, pedreiro, músico, carpinteiro, pintor são outras indicações. No entanto, desenvolvendo ou não outras atividades fora de sua unidade produtiva, mantém a preocupação com a reprodução social da família, a segurança alimentar e a preservação dos recursos naturais como se pode verificar nas práticas de manejo que adotam.

Em suas vidas é presente a preocupação com a reprodução social da família, estabelecendo como prioridade a questão da soberania alimentar. Há o

peixe, as frutas, o extrativismo como o palmito e há também o plantio de tubérculos para alimento da família. No questionário 67% responderam afirmativamente que plantam tubérculos. Nas conversas revelam a variedade dos mesmos que podem ser identificados quando indicam itens de sua alimentação. É cará, ariá, batata etc.



Manejo

“A planta é quem faz o solo, ela traz fertilidade para a terra”, nos afirma Götsch (1997:16), e continua “uma das principais características das plantas – de todos os seres vivos, da vida inteira, do nosso planeta como microrganismo – é de transformar, de otimizar a organização dos fatores necessários (água, minerais, raios solares ou energia) em sistema de vida.” Reforça esta ideia, as inúmeras contribuições de Ana Primavesi (1992, 1986 e 1980) sobre agricultura tropical e sobre o manejo ecológico dos elementos da natureza, particularmente o solo.

A floresta é um ambiente onde abunda a vida, por isso, exige cuidado. Uma série de manejos são indispensáveis para sua manutenção, regeneração e sustentabilidade. Para contribuir nos processos que incrementem e aumentem a vida. A floresta faz consórcios densos e complexos como formas de garantir a biodiversidade e conseqüentemente, a vida. Ao trabalhar na artificialização da natureza em busca de sua sobrevivência, o agricultor realiza diversas ações. São intervenções do homem buscando dinamizar e otimizar os fluxos de energia. Por isso a campina seletiva, poda,

cobertura de solo, aumento de matéria orgânica no solo, plantio de consórcios complexos e adensados. O enriquecimento da capoeira, o plantio de leguminosas para a adubação verde. Estas são práticas importantes na otimização das condições que gera a vida. É assim que faz a natureza e é assim que ao observar a natureza, pesquisando seus tempos, suas situações que o agricultor vai desenvolvendo adaptações e copiando a natureza que desenvolve uma agricultura sustentável. Permanência, continuidade, principalmente, quando se trata de uma região tropical, com uma imensa e variada biodiversidade.

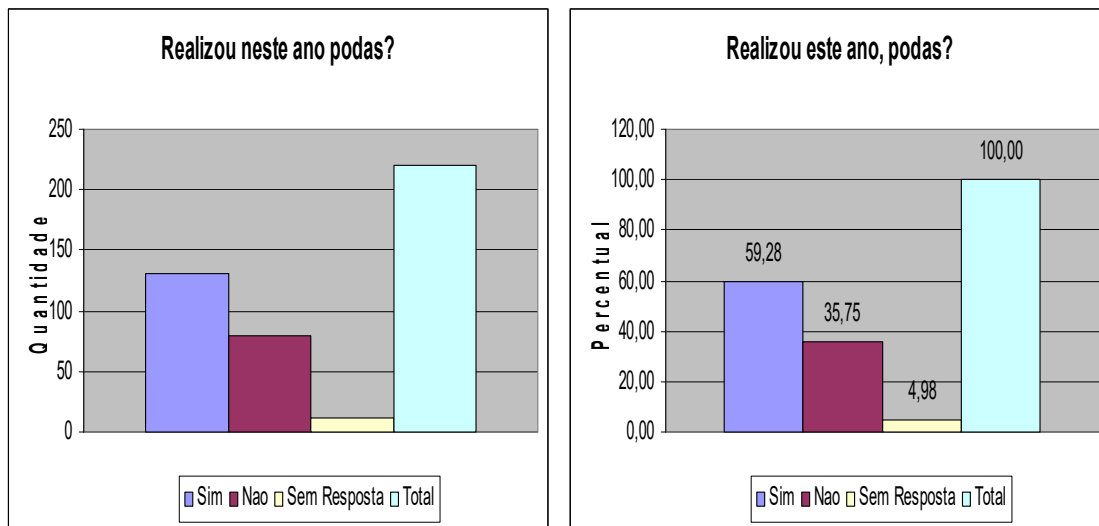
A floresta se constitui em um ambiente complexo e diversificado. Formado por uma massa verde que cobre o solo, em extratos diferentes, criam consórcios densos, realiza fotossíntese, estabelecem relações que garantem a vida. É importante entender que o hidrogênio, carbono e o oxigênio constituem aproximadamente 95% do peso médio de massa verde das plantas. Os demais vêm de outros lugares como o solo. Embora representem apenas 5% estes, também, são essenciais para formação da planta.

A natureza tem seu tempo, seu processo, as plantas surgem, algumas como pioneiras que prepara o solo para outras, mais exigentes. Há um ciclo. De nascimento, desenvolvimento, regeneração e morte. Há um consórcio de plantas, animais, configurando um ambiente em permanente processo de modificações. É um ambiente vivo. Este ciclo depende das chuvas, dos ventos, do relevo, da irradiação solar, do solo. Algumas plantas têm mais sementes outras, menos. Umas tem um processo de dispersão amplo, pois suas sementes são levadas pelos ventos, outras não. Umas se reproduzem de uma forma outras, de outro. Cada caso é um caso. Algumas perdem folhas em determinadas épocas do ano. Umas são mais exigentes com água, outras menos. Umas precisam de mais sol outras, de menos.

É um sistema altamente complexo. É um sistema em coevolução e que busca a homeostase ou a auto-regulação. Criar condições usando o próprio fluxo energético da natureza constitui o refinamento tecnológico que se exige para garantir a reprodução da vida.

Este é o desafio do trabalho dos profissionais da agricultura. O de buscar aumentar a eficiência dos fluxos de energia. A natureza em seu processo de

sucessão natural, perde folhas, como forma de adaptar-se a determinadas condições de clima, ou da chuva ou de oscilações do ambiente que exijam um maior consumo de energia, e para se proteger, perde folhas. Assim, “as técnicas de podas da vegetação são adaptações originadas da observação de como as espécies reagem à perda total ou parcial da massa foliar de suas copas.” Vivan (1998:85) e buscam, o aumento de vida no sistema.

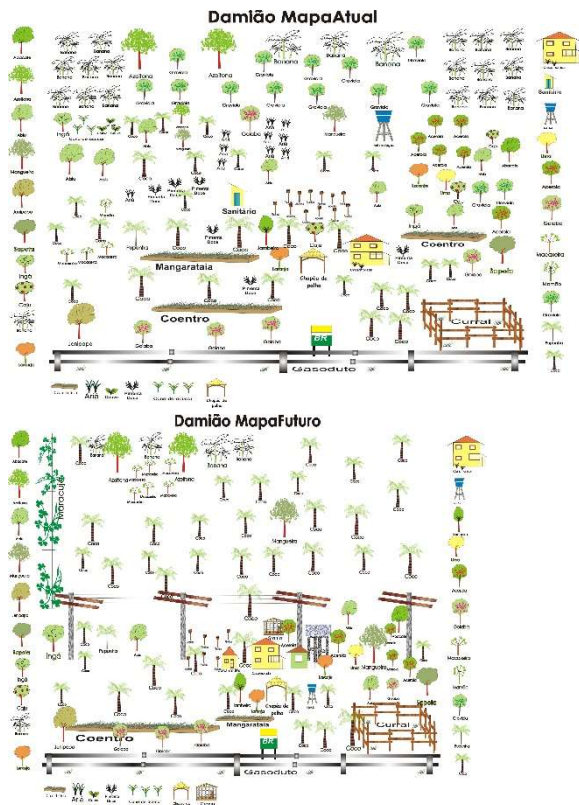


A poda, no entanto, deve ser complementada com outras técnicas. Capina seletiva, introdução e adensamento com novas espécies, plantio de adubadeiras são alguns exemplos de atividades e intervenções que podem ser realizadas para melhorar os fluxos de energia do sistema. A questão central destas intervenções é não esperar pelo ciclo natural que ocorre em determinadas manifestações e sim apressar este ciclo. Porém, sempre com o cuidado de não quebrar a capacidade de recuperação do sistema e buscar sempre favorecer sua auto-regulamentação. Este aspecto exige um contínuo e permanente processo de observação, buscando identificar como contribuir para que o sistema se renove. Criando mais espaços para penetração dos raios solares, favorecendo a floração, o surgimento de brotos e lançamentos de ramos, a frutificação. Nesta linha, as podas necessariamente precisam estar sincronizadas com o ambiente e os objetivos que se almeja. As podas podem ser utilizadas para correção, manejo ou se pode também utilizar a poda radical, como forma de renovação da parte arbórea do vegetal. Porém, atenção cada caso é um caso. Cada planta tem seu processo e sua fisiologia o que se exige cuidado nesta operação.

Este é um desafio a ser trabalhado na rede. Manejar os diferentes sistemas exige conhecimento, observação e uma constante interação entre os técnicos e agricultores, para na perspectiva de um desenho que se queira chegar, desenvolver as possíveis intervenções na busca de otimizar os fluxos de energia do sistema.

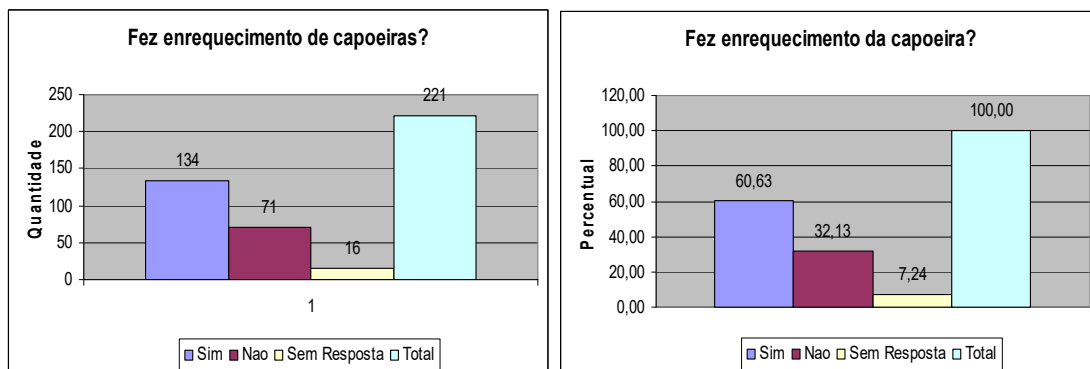
Este ponto nos remete a seguinte questão. Há intrinsecamente a necessidade de conhecer o agroecossistemas de cada agricultor e com isso, ter condições, juntamente com a família, de traçar o planejamento em longo prazo da unidade produtiva e de vida. É este projeto que vai permitir o técnico oferecer assistência técnica adequada, oportuna e suficiente para alcançar os objetivos definidos. Daí a importância do desenho das unidades produtivas. Ao desenhar se identifica, reconhece, avalia, pondera. O desenho é um processo cada dia pode ser aperfeiçoado. Determinadas informações que não foi valorizada, com o tempo é recuperada e pode ser um grande aliado no processo de otimizar os fluxos de energia da unidade familiar. Desta forma, o desenho da situação da unidade produtiva deve ser estendido para alcançar também a unidade de vida. Uma vez que para o camponês, unidade de produção, se confunde com unidade de vida. Então o diagnóstico, o desenho, não é apenas produtivo, ele é de vida, o que significa que não é apenas um instrumento para transferência de tecnologia. Ele é um instrumento de diálogo, onde saberes diferentes podem explicar, construir, discutir alternativas e estratégias mais adequadas aos objetivos que se pretende. Porém, tão importante como diagnosticar é estabelecer o que se quer. Projetar o desenho do sistema para, por exemplo, dez anos. Na agricultura não há o curto prazo.

A seguir são indicados alguns exemplos de desenhos de unidades de vida e de produção. São inícios de processos inconclusos, porque permanentes.



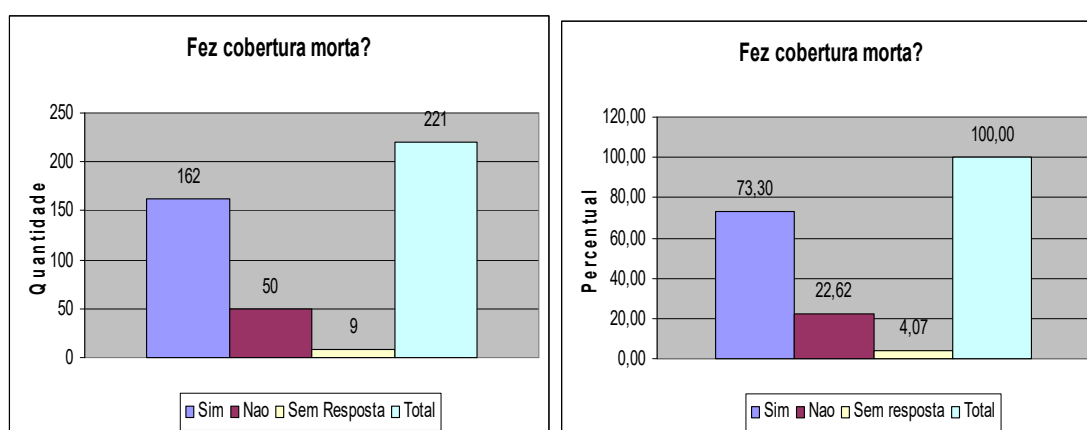
Este é um exemplo do trabalho desenvolvido junto aos agricultores. Há uma situação atual que se quer modificar, assim cria-se uma proposta de futuro. O passo seguinte é estabelecer uma cronologia, dentro do esperado e possível. Respeitando o ciclo da natureza e ao mesmo tempo intervindo, atuando para que determinados processos de otimização dos fluxos de energia possam ser dinamizados.

Uma das intervenções possíveis é o enriquecimento de capoeiras. Na rede esta atividade é desenvolvida conforme os quadros abaixo indicam.

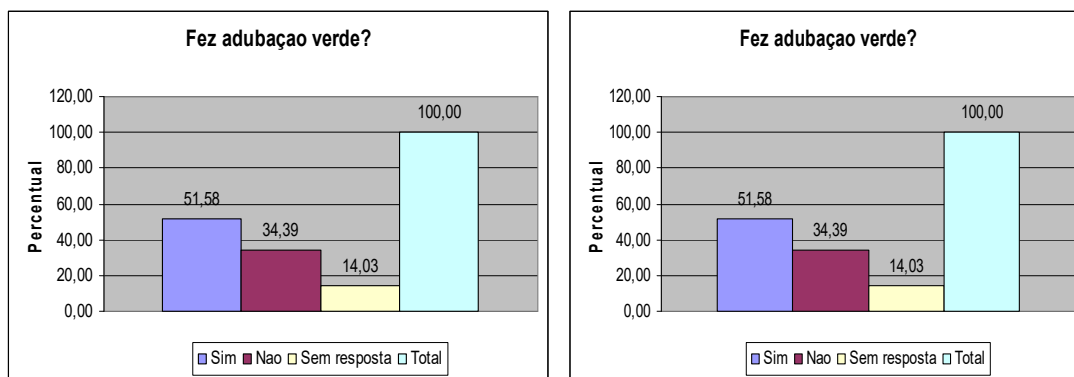


Aproximadamente 61% dos agricultores fazem enriquecimento da capoeira. É importante nesta informação, como em outras, buscar qualificar melhor a informação, complementando com dados no campo das práticas utilizadas pelas famílias. Que tipo de enriquecimento se faz? Que plantas são introduzidas?

Outro aspecto interessante se relaciona com a cobertura morta. Esta é outra prática fundamental nos agroecossistemas amazônicos. Os agricultores da rede têm a seguinte posição em relação a este tema. Ou seja, 73% utilizam restolho, podas seletivas, para fazer cobertura de seu solo e assim garantir uma variedade de vida e diminuir a erosão de solos.



Quanto à adubação verde, os agricultores têm uma atuação onde à metade, 53%, aproximadamente realiza o plantio de leguminosas, enquanto que a outra metade, não. Aí que entra a discussão e a compreensão dos motivos e razões porque se faz ou não. Na discussão sobre o estado futuro que se quer na unidade produtiva, esta reflexão deverá ser provocada pelo técnico. Quais são as vantagens desta prática? Que contribuição pode ocorrer com esta técnica? Que deseja em sua unidade produtiva? Esta unidade produtiva, exige um trabalho de correção, com plantio de variedades que contribuam nessa direção? De qualquer forma têm-se estas práticas presentes entre os agricultores?



Conclusão

Como pode ser apreciado com estas informações há efetivamente uma prática de uma agricultura de base ecológica. Há um saber desenvolvido na luta pela sobrevivência do homem na floresta, criando uma cultura e uma civilização da floresta. Com propostas de desenvolvimento sustentável, diferentemente das políticas públicas colocadas em práticas ao longo dos últimos anos. Os resultados destas políticas são claros e a crise ultrapassa os limites do ambiente para se transformar em uma crise civilizatória, onde a vida, de todas as espécies, está em risco.

A Amazônia tem sua importância para o mundo. Mas, ela é muito mais importante para quem vive nela e dela. Os agricultores tradicionais se constituíram ao longo dos anos em um foco de resistência ao neoliberalismo, às vezes sem uma maior organicidade política, porém, pela verdade de suas práticas se tornaram uma referência no manejo da floresta. Nem sempre seu silêncio é ouvido. Às vezes até tem suas vozes abafadas com violência. Porém, continuam suas vidas, excluídos de acesso às políticas públicas, até porque muitas não são feitas para eles. Resistem. Criam alternativas de sobrevivência inclusive, para enfrentar as políticas públicas e suas lógicas inapropriadas para a floresta. Guardam a floresta, suas sementes, suas fontes, suas riquezas. Prestam um serviço à humanidade e as futuras gerações, muitas vezes com sacrifícios pessoais e sem o devido reconhecimento.

Ao se formular e tentar caracterizar estes agricultores da rede, se busca com estas identificações sinalizar para uma série de possibilidades de capacitações e de busca em melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem na e da floresta. Porém, não é uma contribuição para alterar suas vidas e modificar sua relação com a natureza e sim reafirmar uma

caminhada que se mostra sustentável, porque explicita uma nova racionalidade, onde o ambiente é parte integrante e indispensável deste modelo.

Compreender esta racionalidade e trabalhar na direção de seu aperfeiçoamento da otimização de energias e de um empoderamento destas famílias, são pistas a se perseguir quando se pensa no fortalecimento da REATA.

Entender estas especificidades é o desafio de políticas públicas para que efetivamente se busque um desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Adotar estratégias de apoio a caminhadas destes agricultores tradicionais é no mínimo resgatar dívidas históricas da sociedade para com eles e ao mesmo tempo, é restaurar a capacidade de oferecer as futuras gerações possibilidades de vida com melhor qualidade. No mínimo é restaurar uma esperança.

5.4 Um projeto de capacitação para agricultores tradicionais do Amazonas

Este trabalho se propõe a traçar linhas que podem apoiar os trabalhos de capacitação para os envolvidos na Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas, REATA. Parte-se para caracterizar estes componentes da Rede e, ao mesmo tempo, que se distinguem suas identidades, busca-se reforçar seus pontos fortes. Estas propostas de capacitação são elaboradas a partir de observações realizadas em viagens, entrevistas com agricultores e técnicos, análise de documentos do IDAM/GTZ e diálogo com a literatura que trata de desenvolvimento e educação na perspectiva agroecológica.

Deve ser esclarecido que este não é um trabalho acabado. Uma vez que o processo é dinâmico. Por outro lado, também não pode ser generalizado uma vez que se centra em agroecossistemas específicos, seja de várzea ou terra firme, que varia conforme as condições ecológicas, econômicas, culturais e sociais de cada um deles. Também se fundamentam em análise de dados de agricultores específicos. Alguns princípios podem ser comuns, porém os instrumentos, métodos e objetivos devem ser adequados a cada agroecossistemas, compreendido estes, na sua dimensão humana, econômica, cultural, histórica e natural. Aparentemente a floresta é uma só.

Porém, só aparentemente. Ela é floresta, é várzea, é água, é terra firme. Ela é ao mesmo tempo floresta e água. É o homem. É a mulher vivendo e transformando estes ambientes.

Possui assim, uma diversidade enorme e com isso configura diferentes desafios em seu manejo. Um processo de educação continuada para os que fazem parte da REATA envolve diferentes níveis, com complexidades distintas a partir do ambiente que configura o espaço de manejo a ser desenvolvido. Por outro lado, se reconhece a existência de um enorme conhecimento desenvolvido ao longo dos anos e que precisa ser valorizado, reconhecido e compreendido pelos educadores.

Ao se instalar um processo pedagógico continuado as posições se alteram constantemente, entre quem aprende-ensina-aprende. Uma vez que se implanta uma metodologia participativa onde se estimula um processo de reflexão-ação-reflexão. Em princípio se parte que a capacitação é oferecida para potencializar os conhecimentos, as atitudes, os comportamentos e fundamentalmente de uma relação homem-natureza, onde aprofundando estes conhecimentos se possa melhorar a qualidade de vida de forma contínua.

O processo educativo, portanto, não pretende mudar estas relações sustentáveis do homem com a natureza e sim, otimizar ainda mais o fomento e a valorização da vida. De todas as vidas. Estes camponeses, por suas vidas, suas práticas e seus conhecimentos são focos de resistências a uma modernidade irresponsável. Conscientes ou não.

Porém, se reconhece que a capacitação pode atender a diferentes objetivos, com distintos referenciais teóricos e com bases conceituais diversas. Nesta perspectiva, a capacitação pode contribuir para diferentes conceitos de desenvolvimento e de propostas de políticas públicas. Pode-se negar ou reafirmar. Afinal, trata-se de decisões políticas. De escolhas de alternativas. Que em outras palavras, significa que desenvolvimento se quer alcançar e como a capacitação pode contribuir nesta caminhada? É a partir desta questão central que se vai refletir e caminhar e, fazendo uma opção política, construir a proposta de capacitação agroecológica, fundamentada em

processos de coevolução, a partir de princípios como a diversidade, integralidade, complexidade, equidade, autonomia e participação.

Contexto

Fazem parte da REATA – Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas, aproximadamente 200 famílias. Distribuídas em diferentes agroecossistemas e territórios. Iniciada em outubro de 2005, com o desafio de encontrar e articular pelo menos 10 agricultores que vivessem de suas unidades produtivas de forma sustentável. Desafio este, colocado pelo então Diretor Presidente do IDAM, Edmar Vizolli. Número este que hoje, pode ser entendido como tímido, mais que deve ser analisado em um contexto onde está fala foi colocada.

O IDAM como outras organizações que tem a responsabilidade da promoção e desenvolvimento da agropecuária no Amazonas vem conjugando sua atuação na perspectiva da agricultura convencional, dita moderna, que usa bastantes insumos externos e entre eles, o crédito, como principal eixo de desenvolvimento. Portanto, para o IDAM seu conhecimento, suas relações se estabelecem a partir desta lógica e deste tipo de agricultura. É a campanha de vacinação, são os grandes empresários do agronegócio, é a elaboração de propostas de crédito e seu acompanhamento que canalizam as forças, os recursos financeiros e humanos da empresa. Sua estrutura e organização são nesta direção. Portanto, não era do conhecimento e nem de sua ação cotidiana trabalhar com agricultores familiares que estivessem fora desta lógica, que trabalhassem com a família, sem crédito, sem assistência técnica, sem apoio e acesso a políticas governamentais.

Por outro lado, a empresa iniciava a partir de 2003 um esforço em sua reestruturação a partir da orientação do então governador Eduardo Braga, que recria a Secretaria de Agricultura, assim busca reestruturar a assistência técnica e a prestação de serviço do IDAM e outros órgãos, para atender melhor a agropecuária do estado. Soma-se a isto, a nova orientação oferecida pelo Governo Federal, que trabalha na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e para isso define uma proposta de reestruturação de um sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outros, como estratégia importante para apoio à agricultura familiar.

Finalmente é importante destacar o ambiente onde este trabalho foi desenvolvido. O Estado do Amazonas, de grande extensão, onde as dificuldades de acesso a diversas regiões são enormes, com uma população pouco concentrada, o que provoca um enorme vazio da presença do Estado através de suas políticas de desenvolvimento e conseqüentemente do não atendimento à população. Este aspecto nos remete a outro desafio que é que tipo de desenvolvimento que vem sendo implantado no Amazonas e qual tem sido o papel da agricultura neste processo.

Portanto, de uma lógica de uma agricultura convencional, onde a estrutura, a organização, os recursos são destinados à promoção desta concepção, não era tarefa fácil identificar, sistematizar e revelar a potencialidade de “pelo menos dez famílias” que vivessem outro tipo de agricultura com qualidade de vida e com isso pudesse ser referência para fundamentar uma reflexão e o estabelecimento de pontos que ofereça suporte a mudanças de políticas na direção de um desenvolvimento sustentável. E mais, o desafio não é apresentar e identificar apenas estas famílias, mais é mensurar através de instrumentos convencionais esta participação, fundamentalmente econômica, destes agricultores no desenvolvimento amazônico.

Este aspecto é importante. Porém, porque não se discute a participação social deste grupo? Vendo-os sempre como pobres que precisam de ajuda. Porque não se discute a pobreza gerada nos grandes projetos como a pecuária? ou a forma devastadora que se adota para implantar pastos para o gado? O que, como diz Lutzenberger (2004:100), citando um caboclo “onde entra boi aparece à fome.” Porque, não se discute o custo ambiental destes grandes projetos? Ou mesmo, os custos destes projetos e que devem ser pagos pelas futuras gerações? É este o desenvolvimento que se quer?

Em outras palavras como a tecnologia e o enorme conhecimento dos homens, ditos modernos, tem dificuldade de manejar de forma sustentável a floresta em sua diversidade e complexidade. A agricultura moderna voltada para o mercado tem sua lógica e suas máximas. Na Amazônia tem se revelado, como em outras partes, um enorme desafio e um grande desastre ecológico. Claro, que muitos alegam o não conhecimento, pelos agricultores, de técnicas adequadas e “modernas” na aplicação nestes

espaços. Porém, os empresários desconhecem estas tecnologias? Os órgãos do governo desconhecem?

Ou seja, a partir de uma constatação de que a agricultura, convencional, moderna e industrial tem limitações sérias em sua sustentabilidade e mesmo, constatando sua intensa e imensa ação predatória aos agroecossistemas onde se instala, buscava-se confirmar, constatar outra lógica produtiva que tivesse uma sustentabilidade. Desta forma, busca-se uma agricultura que significa autonomia dos agricultores, qualidade de vida e que sua ação contemple um manejo sustentável da floresta.

Como pode ser visto, não era um desafio fácil. Uma agricultura até então invisível para os olhos de muitos. Uma agricultura que ao se revelar, indica outras formas, outras lógicas que sinaliza para a fragilidade de teorias, convicções e verdades que fundamentam cientificamente uma agricultura convencional. Ela desnuda discursos, técnicas, políticas até então adotadas para justificar produtividade, eficiência de um modelo de desenvolvimento. Práticas que indicam uma complexidade e o domínio de tecnologias adaptadas à floresta. São teorias organicamente entrelaçadas com o ambiente.

Distinta de uma teoria que simplifica e que individualiza, que fundamenta uma modernidade inconsequente, porque não sustentável. Esta agricultura que não só revelam práticas mais e também, teorias em uma direção completamente distinta do que se recomenda e se defende como proposta de desenvolvimento. Esta agricultura que se constitui um foco de resistência a uma modernidade irresponsável. Esta revelação desnuda e põe a descoberta uma fragilidade de argumentos e práticas, insistentemente defendidas como políticas que alcançam o desenvolvimento. Uma agricultura aparentemente sem significado econômico para muitos técnicos e analistas, principalmente aqueles dedicados aos aspectos da macroeconomia e sua vertente crematística. Que não reconhecem, por exemplo, os custos da natureza nem nas despesas de produção e nem incluem estas, nas contas nacionais (Serafy, 2002; Martínez-Alier, 1999 e 2007).

O Desenvolvimento da Amazônia

O desenvolvimento da Amazônia tem diferentes desafios e origens. Freitas (2003) faz uma análise interessante sobre Amazonas, na perspectiva de “ilusão da sustentabilidade” onde aponta diferentes situações do pensamento ocidental e reflete sobre que ocorre com a Amazônia. Porque, há diferentes formas de analisar o processo. Para alguns significam pressões de uma comunidade internacional, que busca influenciar seu desenvolvimento em determinadas direções, evidentemente a partir de seus interesses. Há outra linha de pressão demarcada pelas ações nacionais e finalmente, há os interesses regionais e locais. São distintas pressões que de maneira geral partem da mesma lógica, qual seja, um pensamento ocidental cristão de desenvolvimento e de concepção de sociedade. Isto pode ser claramente visto na perspectiva da escola como discutido por Weigel (2000) ou do Desenvolvimento, como abordado por Sevilla e Woodgate (2002).

Desta forma, as mesmas matrizes que promoveram a industrialização em outros países, que destruíram seus meios ambientes e hoje contribuem para colocar em risco a vida no planeta. É importante destacar que não é apenas uma crise ecológica (Beck, 1998). Pela sua dimensão universal, passa a ser a de continuidade de vida no planeta, portanto, uma crise, de percepções, conceitos, comportamento, tecnologia, do modo de viver, produzir e consumir e por isso tudo, a crise é de civilização (Capra, 1982). Talvez falando da Amazônia esta crise seja mais ampliada, uma vez que os “Caboclos vivem uma multiplicidade de trocas materiais e simbólicas, produto de uma cultura plural, que se revela em seus hábitos, formas de organização, mitos, lendas, festas caça, pesca uma vida enfim com a natureza extremamente complexa e plural, como detalha Porro (1995) em seus “povos das águas”.

A conquista da Amazônia se dá com a destruição de aproximadamente 3 milhões de autóctones que habitavam as diversas calhas dos rios, segundo Freitas (2005:32). É importante ressaltar, que se já é trágico o genocídio em si, esse drama se amplia quando se percebe e se constata a destruição de inúmeros saberes e conhecimentos de manejo da floresta. E desta floresta, grande parte aquática e totalmente tropical. Acumulados e cultivados por estas populações, estes conhecimentos, também desapareceram com a eliminação desta gente. A partir do golpe de estado de 1964, entra em cena uma visão militar de desenvolvimento da região, através do lema “ocupar

para não entregar”. A ocupação existente, os diversos povos vivendo na floresta são ignorados.

Assim, pressionados pela opinião internacional que defendiam e defendem o caráter internacional da Amazônia, foram implantados grandes projetos como o de Carajás, Serra do navio, Pitinga (para explorar minério de ferro e bauxita, manganês e cassiterita, respectivamente), Jarí (de 1967, para produção de celulose e exploração de caulim, bauxita e outros minerais estratégicos), transamazônica²³, entre outros.

Como pode ser percebida essa estratégia era a continuidade do que já vinha ocorrendo anteriormente, desde o século XVIII, com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré cujo objetivo era de ligar Porto Velho a Guarajá-Mirim. Pena que as lições de insucesso também não tenham sido aprendidas, uma vez que esta tentativa inacabada de ferrovia nos custou 20 toneladas de ouro e deixou um saldo de 6.500 mortos.

No II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em 1974, focou a estratégia de intervenção do governo federal na região através de ampliação dos meios de transporte e de comunicação que favorecia a expansão de atividades de exportação, como madeira, minerais e gado. Nesta perspectiva a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, segundo PORTILHO (2000:31) “repartiu os recursos federais visando à exportação conforme os seguintes critérios: a mineração receberia 34% dos financiamentos; a agricultura moderna e a pecuária, 31%; a indústria 31%”.

Além de não estar contemplados nos recursos, havia e há um preconceito no que diz respeito à agricultura camponesa, segundo o mesmo autor, como pode ser percebido nas palavras de Sawyer (1995:213), “se os pequenos agricultores degradam o meio ambiente, o fazem porque não têm outra alternativa face à exploração e à espoliação a que estão sujeitos. A pressão econômica e social os impede de realizarem investimentos e benfeitorias.” E complementa, Portilho de Jesus, “estudos comparativos revelam o grande equívoco que foram esses investimentos desordenados e direcionados para o grande capital e cita, apoiando-se em dados trabalhados por Hall

²³ Estima-se que a construção da transamazônica custou US\$ 1,5 bilhão ao contribuinte brasileiro.

(1991:40), “a produção agropecuária gera apenas um emprego por 2.000 cabeças de gado ou por 30 quilômetros quadrados, em contraste com 100 pessoas que podem ser sustentadas pela apropriada agricultura familiar.”

Mais recentemente, segundo relatos de técnicos, um governador do Amazonas, adotou como uma das estratégias de desenvolvimento do seu governo para a agricultura, “a troca do machado por moto serra e da canoa pelo barco a motor”.

Segundo ainda outros relatos de técnicos e agricultores, quando da implantação de um programa governamental de incentivo ao plantio da seringa, os técnicos tinham a função acompanhar a implantação do projeto. Também estava incluída em suas funções a de verificar se o agricultor plantava algum outro produto entre as fileiras de árvores, uma vez que era proibida e cabia ao técnico impedir tal prática. Quando identificada está “transgressão”, se obrigava o agricultor erradicar plantio de mandioca e de outros produtos inseridos entre as fileiras. A justificativa para combater estas iniciativas de agricultores era para evitar a concorrência entre espécies e ao mesmo tempo para seguir o receituário técnico agrônomo, de modelos adotados, recomendados por órgãos de pesquisa de renome nacional e mesmo internacional, aprovados pelo Banco que financiava o projeto. É a assistência técnica e extensão rural subordinada aos interesses e a serviços dos bancos.

É em realidade, autoritarismo. É a reafirmação de uma concepção de um tipo agricultura, de relação econômica homem - natureza. É a produção de mercadoria em larga escala para atender a indústria e acumular capital. A questão que se coloca é: quem acumula? E, como esta acumulação, se materializa como vetor de desenvolvimento? É a continuidade de um pensamento onde a natureza é apenas matéria prima, como reflete Sevilla (2006) quando aprofunda a reflexão sobre o pensamento agrário.

Corrêa da Silva (2004) entende a Amazônia como sendo compostas de quatro Amazonas, aquela indígena, portuguesa, a cabana e a brasileira, de formas simultâneas, complementares e integradas. A Amazônia também é mito, apresentada por alguns como metáfora do paraíso. Por outros, como pulmão do mundo. Esta região apresenta características tropicais e cobre

em sua totalidade 7,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo que 45% se encontram no Brasil e o restante na Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guina Francesa.

Este ambiente específico, caracteriza-se por seu clima úmido a semiúmido, com elevados índices de precipitações pluviométricas anuais, temperatura elevada, oscilando de 22 a 32 graus centígrados, durante o ano. Estes dois elementos, umidade e calor são responsáveis por uma vigorosa cobertura vegetal, chamada pelo naturalista Alexandre Von Humboldt, de *Hylaea*.

Outra característica desta região é uma vasta e intrincada rede hidrográfica, formada a partir do rio Amazonas e seus afluentes, subafluentes em ambas as margens, que abastecem e se abastecem de lagos, igarapés, furos e paranás constituindo uma complexa malha de inter-relações e de articulações. Geralmente se diz que a Amazônia é constituída de dois ambientes distintos, simplificando assim, toda uma diversa e complexa existência de diferentes ambientes. Aquele que se denomina terra firme, que é a maioria com aproximadamente 98% da grande planície com altitudes que varia 10 a 100 metros acima do mar e que não é banhado pelo rio. A outra parte é a chamada várzea, parte do ano inundado pelas águas, o que exige um manejo adequado e específico dos recursos naturais que a compõem.

Das florestas tropicais mundiais a Amazônia detém 28% do total, com 15 a 20% dos recursos hídricos mundiais e cerca de 1/3 de toda biodiversidade do planeta. A floresta amazônica possui em torno de 350 toneladas de biomassa por hectare e produz cerca de 7,5 toneladas de detritos vegetais por hectare por ano. Segundo Freitas (2004:15) dados mais recentes sobre o inventário da biodiversidade brasileira, dados de 2004, “comprovam que Amazônia possui: a) 427 espécies de anfíbios (o que equivale a 71% do Brasil e a 10% do mundo); b) 3000 espécies de peixes (o equivalente a 50% das Américas do Sul e Central e a 23% do mundo); c) 378 espécies de répteis (o equivalente a 81% do Brasil e 6% do mundo); d) 4.000 espécies de plantas superiores com sementes (o equivalente a 93% do Brasil e a 17% do mundo); e) 427 espécies de mamíferos (o equivalente a 81% do Brasil e a 9% no Mundo); f) 1.294 espécies de aves (o equivalente a 77% do Brasil e a 13% do mundo).”

Um dado importante a ser destacado é que a “energia solar incidente na região amazônica é de 400 calorias/cm² x s. Cerca de 80 a 90% desta energia é utilizada para o processo de evapotranspiração e de 10 a 20% para o aquecimento do ar (calor sensível). Há dias que a temperatura aumenta até 30 graus para alturas de 10 km acima do solo.”

Na floresta de terra firme o vapor é devido à transpiração (70%) e ao processo de evaporação da chuva interceptada pela cobertura vegetal e pela liteira (30%). Freitas (2003:16). Segundo o Diário do Pará de 02/04/05 foi de 24.000 Km² o desmatamento da Amazônia em 2004.

Isto é grave uma vez que os “ecossistemas amazônicos absorvem anualmente cerca de 250 a 500 milhões de toneladas (aproximadamente 8 a 16 toneladas em cada segundo) de CO₂ para efeito fotossintético, valor próximo ao emitido (550 milhões de toneladas de CO₂) pelos 400 milhões de carros do mundo em 1990 e bastante superior as 60 milhões de toneladas de carbono emitidas anualmente pelo Brasil devido à queima de combustível fóssil neste mesmo ano.” O extenso desmatamento e as grandes queimadas de biomassa em florestas tropicais constituem as atividades antropogênicas mais devastadoras com respeito à diminuição da diversidade biológica, da produtividade dos sítios, além de provocarem impactos indesejáveis nos processos associados às dinâmicas de emissões, transporte e deposições, próprias dos ciclos biogeoquímicos.

Segundo Fraxe (2000:36) no Estado do Amazonas, há quatro estações climáticas: 1) enchente – subida das águas; 2) a cheia – nível máximo das águas; 3) a vazante – descida das águas; e 4) a seca - nível mais baixo das águas. E neste contexto determinado pelas águas, a autora denomina seus moradores como “homens anfíbios”.

O desenvolvimento da região exige uma posição e definições que são primeiramente políticas. Porque significam rumos. Define prioridade. Reconhecem um ambiente e sobre eles traçam e definem ações. Ao longo dos anos tem prevalecido uma posição política que ignora o ambiente e tenta implantar ações “desterritorializadas”, a exemplo da zona franca implantada em Manaus. Neste espaço se produz, por exemplo, motos,

através de montagem de peças. Como ocorre com computadores, telefones etc. Em realidade não se produz, o que se faz é a montagem de peças. Esta montagem não envolve desenvolvimento de tecnologia no local.

O capital internacional recebe subsídios e não deixa no local a maioria de seus capitais. Estes são transferidos para outras regiões e mesmo, países. Este é o desenvolvimento ou crescimento melhor dito, onde o ambiente não importa. Para os nativos fica o desmatamento para construção de indústrias, fica a poluição das fábricas ou montadoras. Estima-se que se conhece apenas 10% das espécies existentes no planeta, especialmente nos oceanos e nas florestas tropicais. Nesta perspectiva de desterritorialização no período de 1995 – 2000 dos registros de patentes feitas no Brasil 97%, foram de estrangeiros, sobre produtos da biodiversidade. Araújo (2005: 134) nos alerta, nesta linha, que “todos os projetos do Estado capitalista que buscam expropriar e esvaziar o ambiente natural das populações originais pulverizam, inicialmente, os vínculos do rurícola com o lugar, com a terra e com o outro.”

Outra perspectiva é a que levam em consideração o ambiente e sua gente. Ambiente de água e de terra, que gera ao longo da história uma comunidade camponesa específica deste ambiente. Ambiente diversificado, constituído por distintas regiões, zonas fisiográficas e ecossistemas diferenciados, como nos alerta Benchimol (2002). É o ambiente estabelecendo os limites da sobrevivência e com isso os homens através de observações, pesquisas, experimentos desenvolveram capacidades e competências para viverem na floresta e na água, daí a expressão de Fraxe, “homens anfíbios”. Assim, trata-se antes de tudo, de um conflito entre duas lógicas de desenvolvimento em busca de sua afirmação econômica: a lógica do grande empreendimento e da monocultura e a lógica da produção familiar diversificada.

Desta forma, a formulação e o direcionamento de políticas agrárias nos diversos níveis administrativos são limitados até hoje, pelo fato, de se ignorar ou minimizar a importância do ambiente no que diz respeito à diversidade de sistemas de uso da terra e da água.

Para uma política agrária na região é fundamental ter uma compreensão das condicionantes agroecológicas e nesta que não é apenas agrícola,

considerar as dimensões sócia econômica e sócia culturais, na perspectiva de um desenvolvimento que se espera permanente. Estas leituras e compreensões do ambiente amazônico se fundamentam muitas vezes, quando analisando a produção camponesa, em conceitos descritivos, inadequados, com objetivo de desqualificar e muitas vezes pejorativos.

Mas, além dessa dificuldade, dever-se-á também considerar que, num segundo plano, as categorias usadas na Amazônia ainda estão muito enraizadas numa visão depreciativa do mundo rural, que desde a colonização raras vezes foi entendido numa forma não ideológica (Costa e Moreira, 2007). Por essas razões, a ressignificação de categorias como extrativismo, agricultura migratória, caboclos é sumamente importante para superar as visões de mundo não adequadas à diversidade social da Amazônia.

Essa ressignificação também é válida para a tendência oposta, atualmente muito em voga, de valorizar esses conceitos como mais adequados para a sustentabilidade ambiental global e amazônica. Fundamentados na perspectiva de uma ecotecnocracia. Por outro ângulo, isso implica também a necessidade de reintroduzir categorias aparentemente estranhas à realidade amazônica, como campesinato e agricultura familiar, que transcendem a noção da pequena produção familiar de subsistência.

A visão dominante considera esses sistemas de produção camponesa que funcionam somente com base em culturas anuais no sistema de derruba e queima como altamente insustentável, tanto no nível econômico como no ecológico. Os condicionantes ecológicos (solos pobres e ácidos, chuvas fortes com alto potencial de lixiviação, invasão das ervas daninhas e pragas), econômicos (falta de infraestrutura, alto custo de comercialização devido à interligação dos mercados de fatores e produtos por via de venda na folha, falta de acesso ao crédito e à assistência técnica), jurídicos (falta de títulos de propriedade) e sociais (tradições agrícolas não adaptadas) somente permitem sistemas de produção simples e de curta permanência devido à queda da fertilidade do solo e à demanda de terra já derrubada por novos agentes mais capitalizados.

Contudo, resultados recentes da pesquisa em ecologia tropical na Amazônia Oriental mostram que o modelo clássico precisa ser revisado em vários aspectos que estão relacionados diretamente com a sustentabilidade dos sistemas de produção (por exemplo, o papel das raízes profundas da vegetação secundária na reciclagem da água e dos nutrientes de níveis de solos mais profundos).

Pode ser percebido por diferentes estudos, que na Amazônia vem se verificando, desde os anos oitenta, entre os camponeses, um processo claro de reordenamento da base produtiva agrícola. A agricultura itinerante de derruba e queima, a *shifting cultivation*, vem cedendo lugar a sistemas agrícolas onde as culturas perenes e semi-perenes tendem a apresentar importância crescente, ao lado de uma pecuária bovina de pequeno porte e da criação de pequenos animais (Costa, 1997b: 2).

A floresta diversificada, densa e úmida, sobrevive em solos de baixa fertilidade graças a complexos mecanismos de reciclagem de nutrientes, em ciclos determinados por estações chuvosas e secas bem definidas, que condicionam o regime dos rios. Sob estas condições, a retirada da cobertura vegetal implica na rápida degradação dos solos. Tal floresta constitui uma espécie de barreira natural que, infelizmente, tem sido quebrada nas últimas décadas, mormente na franja sul da Amazônia.

Conclui-se, portanto, que perante a diversidade intrínseca ao ecossistema da Amazônia, a manutenção em longo prazo de uma atividade produtiva está condicionada à permanência de um mínimo de diversidade, permitindo a resiliência do meio submetido à ação antrópicas. Na Amazônia, identifica-se diferentes êxitos e exemplos de agriculturas sustentáveis. O ponto de convergência destas experiências são sistemas produtivos diversificados onde a natureza é uma aliada, o conhecimento local e a biodiversidade constituem a base da estratégia de manejo do ambiente.

Fraxe (2000:63), defende que “os camponeses, no estado do Amazonas, apresentam características tradicionais em seus sistemas de produção agroflorestal, oriundas de práticas indígenas e caboclas de produção. Estas características lhe conferem a construção de um campesinato entremeado de especificidades, onde a terra e a água se complementam, buscando o

equilíbrio da vida.” Entende e demonstra teoricamente em seu estudo, que o camponês amazonense é a “personificação de uma forma de trabalho não tipicamente capitalista.” Estas especificidades do ambiente geram também um conhecimento específico e conseqüentemente uma necessidade de capacitação específica para este grupo de agricultores.

Algumas características deste campesinato são apontadas pela autora:

- a) dependência e simbiose com a natureza, através dos ciclos naturais renováveis, a partir dos quais constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se refletem na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou de espaço – o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação deste território por várias gerações, ainda que alguns desses membros possam ter migrado para centros urbanos e voltado para terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e valores de uso para outros (mercadorias);
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância das simbologias, mitos rituais associados à caça, à pesca e as atividades extrativistas;
- h) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente;
- i) fraco poder político que, em geral, reside nos grupos de poder dos centros urbanos;
- j) o trabalho com a terra é de policultivo de subsistência em sistemas agroflorestais;
- l) utilizam a técnica de pousio para a retroalimentação de seus solos;
- m) a mão de obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é quase exclusivamente familiar;
- n) há extensa e intensa divisão sexual e social do trabalho na família;
- o) Espaço) o trabalho artesanal é dominado pelo camponês e por sua família até o produto final;
- p) os meios de produção fundamentais são a terra e a água;

q) a religião é um fator preponderante para divisões sociais, políticas e econômicas, além de contribuir para a cidadania (o batizado é a certidão de nascimento, o casamento católico, na grande maioria das vezes, substitui o civil);

r) a palavra estabelecida através de relações de compadrio transforma-se em geral, em estado de direito e de fato”. Conclui Fraxe (2000:64) em seu estudo.

A Amazonia é especial. É um bioma que tem suas identidades e culturas, completamente diferentes de outras regiões e que a mera transposição de conhecimento pode ser a base de novos estudos, porém não deveriam fundamentar soluções sem um aprofundamento na região. Portanto, elaborar uma proposta de capacitação implica em dialogar com estas características, compreendê-las e avançar qualificando criticamente os conhecimentos, onde a valorização dos conhecimentos tradicionais é um pré-requisito para que este processo tenha êxito. Outro aspecto além deste conhecimento local, se relaciona com o manejo sustentável no ambiente específico onde atua a família, bem como, a história que esta família construiu na sua relação com o ambiente e com outras famílias.

Schröder (2003) estudando a economia indígena destaca o seu amplo conhecimento sobre criação de abelhas e a importância do mel no processo de coleta e alimentação dos índios. Aponta técnicas sofisticadas destes na pesca e destaca a importância da mandioca como produto de subsistência. Ressalta que uma das principais características de sua agricultura é sua alta diversidade, onde busca imitar pela diversidade, as coberturas vegetais original, manipulando de forma consciente e ativa o meio ambiente. Aponta a influência das constelações estelares sobre atividade sazonais e a alocação de tempo destinado a elas, exemplificada principalmente, pela pesca e coleta de insetos.

E alerta “que a racionalidade indígena não pode ser compreendida em termos da racionalidade econômica das sociedades ocidentais. Elas estão ligadas a outros domínios de suas culturas, como à organização social e política, à mitologia ou à ecologia cultural, impossibilitando explicá-las satisfatoriamente pelos modelos clássicos do *homo economicus* com seu comportamento racional baseado numa cosmovisão social em torno da

economia. Aliás, esses modelos também se revelaram como insuficientes para explicar os comportamentos econômicos nas sociedades industrializadas ocidentais.” Schröder (2003:52)

Podemos encontrar reforço nesta linha, no relatório de 01/12/2007 elaborado por Mauricio Adu Schwader²⁴. O estudo realizado sobre a *dinâmica econômica dos agricultores da REATA*, ressalta no capítulo III, onde trata da economia dos agricultores, que o estudo buscou na economia ecológica seus referenciais teóricos de análise. Uma vez que a economia dos agricultores estudados é complexa e utiliza diferentes mecanismos de funcionamento, portanto considera, de “que o estudo não pode ser apenas financeiro. A economia destes agricultores é muito mais que um simples fluxo monetário. Tão pouco é o conjunto das trocas de mercadoria.”

Também, em continuação a sua análise, destaca que o estudo não pode adotar conceitos neoclássicos da economia porque esta não tem elementos que possam explicar o tipo de agricultura camponesa. Como aquela praticada pelos componentes da REATA e avança “não podemos ver a economia como o estudo da alocação de recursos escassos para usos alternativos. As questões determinantes para o nível de produção aqui não são a falta de recursos, mas as escolhas que se faz na busca de satisfazer as necessidades. Valores éticos, morais, próprios de cada cultura são muito mais importantes nas decisões que a disponibilidade de recursos. Neste sentido, o estudo não pode deter-se apenas no *quanto* e no *que* produzir. Deve estar atento também no *como* e em que este *como* contribui para a satisfação ou mazela da pessoa e da comunidade.”

Em sua análise econômica, destaca o valor intrínseco da “existência” como fundamental no conceito da sustentabilidade. “É levar em consideração o valor intrínseco, ou seja, o valor de existência. A Amazônia é sempre reconhecida pela sua diversidade. E não é à toa que se ressalta esta diversidade. Ela tem valor como tal. Isso implica que cada uma das espécies tem também o direito de existir, independentemente de seu uso direto ou não na economia humana. Portanto há um valor que emana do direito de existir e do papel que cada ser exerce no equilíbrio do conjunto do sistema.”

²⁴ Schwader, Mauricio Adu – relatório apresentado ao IDAM/ GTZ em 01/12/2007.

E conclui que para análise econômica e determinação do valor, não se pode resumir esta ao preço estipulado no mercado para determinado produto e sim “como nos sugere Martínez-Alier (1999), deve-se considerar que o valor de um objeto surge de três tipos distintos de preferências: preferência pelo uso real do objeto; preferência pelo uso opcional pela própria pessoa ou por outros; e preferência pela existência do objeto, independente do seu uso real ou potencial por outros. “

Partindo deste referencial, que estabelece os limites e as possibilidades de seu estudo, criando uma lógica de avaliação de uma economia política e não aquela meramente crematística, que foca exclusivamente na perspectiva monetária e financeira, o que é talvez, apropriada para discussão de aspectos macroeconômicos, porém para a organização econômica camponesa se exige, como bem salienta Schwader, outros indicadores.

A exemplo de diversos outros autores que estudaram as comunidades indígenas ou caboclas amazonenses (Carneiro da Cunha e Almeida, 2002; Kerr, 1987; Strauss, 1987; Carneiro, 1987; Wagley, 1988; Maggers, 1987; Bartes, 1979; Schröder, 2003; Fraxe, 2000 e 2004; Strauss, 1989, entre outros)²⁵ Schwader, nos informa já na introdução que “no interior da Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas (REATA), encontramos diversas experiências que representam propostas concretas de desenvolvimento sustentável. São propostas que se inspiram no conhecimento acumulado no decorrer da longa história do homem na Amazônia. São construídas no próprio local, no desenrolar das relações homem-natureza amazônica.”

Na análise que faz das características dos agricultores que formam a rede, encontra diferentes especificidades, seja no trato a terra, seja na origem e cultura. Destaca, como em sendo uma constante nesta proposta, uma adequação a diferentes agroecossistemas, entre estes agricultores, quando sinaliza: “Entre os membros da Rede de Agricultores Tradicionais encontramos grande diversidade de situações. As diferenças estão relacionadas com os mais diversos motivos. Seja por serem de regiões

²⁵ Vale a pena olhar com atenção os textos de Ribeiro (1987a e 1987b), contendo trabalhos de vários destes autores.

distintas, origem sociocultural ou contexto diverso. Seus sistemas, por este motivo, também diferem bastante uns dos outros nas formas de cultivo da terra, nos produtos e na relação com a produção.”

A variedade de espécies e sua diversidade é uma das características dos agricultores que formam a REATA, como sinaliza Schwader: “Quanto aos sistemas produtivos, algumas características podem também ser destacadas. Apresentam grande diversidade de espécies, sejam elas cultivadas, sejam manejadas, ou ainda, nativas que apenas cumprem seu papel natural. Uma estimativa aproximada é de que, em média, cada propriedade tenha entorno de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) espécies de planta cultivadas, podendo chegar a mais de uma centena. Pequenos animais são também bastante comuns. Além da diversidade de espécies, encontramos grande quantidade de variedades, principalmente nos vegetais.”

Ao analisar o fluxo e a circulação dos produtos e serviços, Schwader, constata que “o mercado não é a única estratégia utilizada pelos membros da Rede. Em muitos casos o comércio representa muito pouco, principalmente em relação à aquisição de sementes, mudas e alimentos. Além do sistema mais comum de troca direta de produtos equivalentes, pelo menos dois outros mecanismos são frequentemente utilizados na região e por agricultores da REATA. Um primeiro é a troca de serviços denominada de *puxirum* ou *ajuri*. O outro é uma forma específica de troca de produtos, mas não na forma convencional. Empréstando o vocábulo utilizado por povos indígenas da bacia do rio Juruá, chamarei aqui este sistema de troca de *manakô*.”

Prossegue explicando o que significa este sistema “de intercâmbios econômico em que a pessoa que usufrui um bem produzido por outra pessoa assume um compromisso moral de retribuir. Esta retribuição ocorrerá em momento oportuno, sem a necessidade da equiparação de valores que ocorre na troca convencional. Para ilustrar, imagine que uma pessoa foi pescar e pegou mais peixe que o necessário para sua alimentação naquele dia. Ele dá parte da produção à outra pessoa. Se um dia ele precisar de um bem que esta outra pessoa possui, ela estará obrigada moralmente a conceder tal bem. O *manakô* é um processo organizado por regras próprias e tende a consolidar-se em redes sólidas de intercâmbio.”

Estes conhecimentos organizacionais e produtivos são também construídos pelo camponês e sua explicação extrapola uma racionalidade capitalista de produção de mercadoria. Carneiro da Cunha e Babosa de Almeida (2002:15), falam de uma *enciclopédia da floresta*. Seu objetivo ao realizar a publicação foi de “assinalar e parcialmente descrever a imensa riqueza de conhecimentos ecológicos e de história natural dos vários povos da região e mostrar sua dependência a um certo tipo de uso e a um território específico.”

Ou seja, indicam a complexidade do conhecimento e sua variedade, estando ligado diretamente a territórios específicos e uso determinado. Não é um conhecimento para ser aplicado em qualquer lugar e para qualquer uso. É um conhecimento ecológico porque é um conhecimento para um ambiente específico.

Proposta da REDE

A rede teve sua articulação incentivada pelo IDAM/GTZ na perspectiva de desenvolver uma alternativa de práticas que pudessem responder a preservação do meio ambiente através de manejos adequados aos distintos agroecossistemas. Por isso é importante destacar o que se propunha esta REATA.

O foco é o processo de estruturação da rede de articulação de agricultores que desenvolvem práticas ecológicas no processo produtivo. Entende-se como importante esse apoio como estratégia de desenvolvimento. É reconhecida a importância de uma prática de agricultura de base ecológica, com um conhecimento construído a partir da luta pela sobrevivência dos caboclos, que no cotidiano estabeleceram um aprendizado e, portanto, um conhecimento adaptado à floresta. Soma-se assim, a um esforço a nível nacional de uma política pública de ATER fundada na agroecologia e uma ação da sociedade e do governo na preservação do meio ambiente. Reconhece como uma necessidade à reorientação da ação da instituição [IDAM], abrindo um espaço e criando com o apoio da GTZ [Agência de Cooperação Técnica Alemã], um espaço

alternativo e experimental de fomento a agricultura familiar (CONTENTE et. al., 2005)

Que desenvolvimento se busca alcançar e como a capacitação pode contribuir nesta caminhada? Se parte tendo como referência ao que orientava a iniciativa de estruturação da rede, citada acima, sem dúvidas nenhuma a busca é por um desenvolvimento onde se possa melhorar a qualidade de vida da família, preservando o meio ambiente, de forma contínua e permanente. Ou seja, um bem viver. Outro desenvolvimento. Também, se buscar na caminhada da REATA as pistas para fundamentar uma proposta de capacitação, não se pode deixar de ressaltar a construção coletiva dos princípios que norteiam a rede, bem como, suas estratégias de implantação do processo de organização e estruturação da mesma.

Ao se estabelecer no primeiro momento, a definição de princípios, partia-se para delimitar o campo de atuação da REATA e os saberes dos que constituíam a mesma. Para isso, escutar, discutir e construir coletivamente saberes, repartindo e compartilhando experiências foi uma metodologia pedagógica utilizada desde o início dos trabalhos. Em outras palavras, identificar o saber local, estimular e valorizar os conhecimentos daqueles agricultores que se uniam para formar a rede.

Tendo sido definido os princípios coletivamente, se buscou conhecer as *expertises* de cada agricultor. Ou em outras palavras, qual seria o núcleo do conhecimento que o mesmo poderia compartilhar com os demais companheiros. Surge, que alguns dominam a criação de abelha. Outros, a questão de sementes. Outro, a produção de fertilizantes orgânicos. Assim foi se construindo e identificando os saberes. A criação de abelha foi o eixo estratégico de fomento à REDE. Uma vez que vários dos agricultores dominavam estas técnicas e ao mesmo tempo, a criação de abelha sintetizava uma série de elementos de uma agricultura de base ecológica. Outro aspecto é que não se negava com essa opção, certo conhecimento, como as queimadas e sim era oferecido uma opção que implicava, à medida que aceita esta prática, em sua eliminação ou diminuição, uma vez que é incompatível a criação de abelhas e queimadas.

É bem verdade que a maioria, inclusive dos técnicos não tinha muita clareza do que era formar e organizar uma rede. Porém, o caminhar foi revelando possibilidades e se foi avançando, na identificação de pessoas, de hábitos, de costumes, de comportamentos e de atitudes no viver na floresta. A busca não ficava restrita a só compreender e explicitar o uso, as tecnologias, a organização, o desenho de uma unidade produtiva e sim compreender, explicitar, revelar conjuntamente, a unidade de vida dos agricultores.

Desta forma, é fundamental identificar tecnologias adequadas, úteis, aplicáveis e oportunas ao manejo da floresta e da casa neste ambiente. Desta forma, se pode tomar como referência as palavras de Levi-Strauss (1989:24) quando afirma que “as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas.”

Assim, surge um princípio e um norte para esta proposta. Aquele que sinaliza que não existe saber desvinculado da prática. Porém, como se constrói o saber? Há um processo de transmissão de geração para geração. Há também pesquisa, experimentação, observação, que implica em raciocinar, especular, intuir, inovar, criar. Neste aspecto, é importante lembrar Paulo Freire, quando ressalva, que para trabalhar os adultos deve se partir do prático para o teórico, enquanto que a criança o processo é inverso. Parte-se do teórico e depois sua correlação com o mundo.

E, poderá haver o diálogo de saberes, onde o conhecimento dito científico, poderá dialogar com o conhecimento popular. Conhecimento popular criado nos diferentes agroecossistemas da floresta amazônica, seja nas várzeas ou é nas terras firmes. Seja extrativismo, seja no manejo, artificializando a floresta. Conhecimento científico oriundo de estudos e pesquisas em agroecossistemas específicos e tropicais, que possam orientar e contribuir, pelo diálogo de saberes como nos sugere Leff (2001), para a produção de conhecimento com objetivo de viabilizar a sobrevivência, com qualidade de vida da família, em determinado agroecossistemas, de forma sustentável.

Este autor, nos alerta que “a lógica da unidade econômica rural e o estilo étnico próprio de uma cultura remetem a racionalidades sociais constituídas

como sistemas complexos de ideologias-valores-práticas-comportamentos-ações, que são irredutíveis a uma lógica unificadora. Neste sentido, a racionalidade ambiental não é expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. Estes processos especificam o campo de contradições e relações entre a lógica do capital e as leis biológicas; entre a dinâmica dos processos ecológicos e as transformações dos sistemas socioambientais.” (Leff, 2001:134)

As questões e as razões da produção de conhecimento são delimitadas pela própria da cultura, do meio, do real e do imaginário de cada povo. A cidade produz conhecimento para a sobrevivência neste ambiente, a partir dos mesmos elementos indicados anteriormente. São, portanto, conhecimentos diferentes. Isto não significa que sejam melhores ou piores, são diferentes, porque distintos são os ambientes, as culturas, as pessoas. São em si, insuficientes, porque são conhecimentos para aquele agroecossistemas, que são desenvolvidos para certo tipo de uso e para um território específico.

Estes pontos nos levam a um segundo princípio que é o da prática do diálogo pedagógico, para refletindo as diferenças se possam criar novos conhecimentos. Porém, para que estas práticas e estes diálogos sejam efetivos, se exige o respeito aos conhecimentos diferentes. Há no processo de desenvolvimento do agronegócio uma progressiva intenção de desqualificar o conhecimento que não é gerado e usado na produção de mercadoria.

Há também um fundamentalismo técnico que desconhece outros conhecimentos que não sejam aqueles gerados na perspectiva dita científica. Rotulam o conhecimento popular como insuficiente e com isso se estabelecem processos de difusão de conhecimento, onde se tenta massificar comportamentos, atitudes e postura. Isto é muito claro, em muitos especialistas que acreditam que a ciência pode resolver tudo e na perspectiva da especialidade, desconhecem o agroecossistemas na sua complexidade. Simplificam, como se fosse possível, o complexo. Desqualificam as diferenças e a diversidade.

Ao valorizar o conhecimento popular se busca reconhecer um conhecimento, porém se entende este, como um processo inacabado, portanto em constante construção. Esquecem que “toda racionalidade social articula um sistema de teorias e conceitos, de normas jurídicas e instrumentos técnicos, de significações e valores culturais. Desta maneira, opera através de uma racionalidade teórica, instrumental e substantiva, estabelecendo critérios e legitimando ações dos agentes sociais.” (Leff, 2001:135).

Metodologia

Finalmente uma proposta de capacitação não pode ser desvinculada do ambiente. É o ambiente que condiciona o que aprender. É o ambiente que ensina. Portanto, tem-se como ponto de partida o agroecossistema como unidade de ação e metodológica. É o agroecossistema o *locus* da ação-reflexão-ação. Considerando que a atuação da assistência técnica e principalmente da extensão rural é fundamentalmente, uma ação metodológica, se procurou desenvolver e experimentar alguns métodos.

O primeiro passo foi considerar o agroecossistema. Para isso é preciso conhecê-lo. Em seus aspectos naturais, no que diz respeito a água, a cobertura vegetal, o solo, os animais, a infraestrutura existente, casas, galinheiros, currais, unidades de beneficiamento, acesso a unidade de produção e de vida, seus limites. Também é fundamental importância conhecer as pessoas. Em suas dimensões culturais, sociais, comunitárias, étnicas, religiosas, históricas, políticas e econômicas. São estas duas dimensões o homem e a natureza, em determinado ambiente que caracteriza o agroecossistema e seu processo histórico de artificialização implantado.

Para isso foi sugerida a proposta de desenho da unidade produtiva e de vida de cada componente da REATA. Desenhos estes, construídos com a família, discutindo com ela, indo ao campo para comprovar certas afirmações e ao mesmo tempo descobrir outras. É um trabalho coletivo que envolve toda a família. Porém este desenho é dinâmico pode à medida que se conhece mais, ir acrescentando, uma vez que o agroecossistema é composto por seres vivos e assim está em constante mutações. Porém não é suficiente conhecer o atual estágio do agroecossistema. É necessário ir mais além e buscar com a família projetar o mesmo para o futuro. O que se

quer daqui a 15 anos? Que se quer no futuro? Qual o desenho que se quer da unidade produtiva no futuro? Como será o novo desenho? São estas definições que vão balizar o apoio técnico. O envolvimento da família. Os investimentos a serem feitos devem se orientar na direção do que se quer no futuro. Por isso, denominamos de mapa atual e mapa futuro. O primeiro indica a situação agora e o segundo, o que se pretende. Assim, estão delimitados os objetivos, que embora sejam necessárias constantes revisões, eles são a luz que ilumina o caminho e direciona as ações, as energias da família e das organizações que se propõem a apoiar esta caminhada.

A segunda técnica é a construção da linha do tempo. É com este instrumento que vamos levantar e conhecer a história da família. As datas mais significativas são levantadas. Quando chegou, quando conseguiu um pedaço de terra. Quando construiu a casa. Quando casou. Quando teve os filhos e assim por diante. São estes acontecimentos marcantes na vida da família que revela uma história e uma construção de uma identidade, cultura e de um conhecimento. Porque também se registra a cheia que derrubou o cercado. Ou a falta de chuva em determinado mês que obrigou a família a desenvolver determinados hábitos. Afinal precaução para quem mora na floresta é atitude compreensível para quem vive em um ambiente com possibilidades de mutações e alterações. Trabalhar com a natureza implica em conhecer seus ciclos, sua lógica para a partir deste conhecimento trabalhar com a natureza.

Uma terceira técnica é o calendário sazonal. Há o momento de semear e de colher. Há o momento da poda, do replantio. De arrancar a mandioca e ir para casa de farinha. Há um tempo ou melhor há tempos. Para cada uma atividade há um tempo. Porém, este tempo de chuva, de cheia com a água subindo, de vazante cada tempo sua atividade e cada atividade em seu tempo. Tempo que muitas vezes é distinto da cidade ou mesmo das políticas públicas, porque é o tempo ditado pela natureza. É a lua cheia que se deve plantar ou fazer a poda. E a minguante que deve ser desenvolvida certas atividades, porque se acredita na força da lua. Neste instrumento, no seu processo de construção oferece uma oportunidade de troca de conhecimento entre a família e o agente de ater.

Nos diversos relatórios sobre a rede de agricultores tradicionais do Amazonas, alguns pontos podem ser identificados para fundamentar uma proposta de capacitação. A primeira delas é o reconhecimento do tipo de agricultor que compõem a Rede. Este camponês tem uma cultura, uma organização econômica e política específica como vimos anteriormente. A pretensão de uma proposta de capacitação não é de mudar a essência destes e sim aprimorar, melhorar suas práticas, porém na lógica econômica e cultural deles. É como nos alerta Paulo Freire (1983), buscando evitar uma invasão cultural e com isso, ao reafirmar e valorizar sua cultura se tem como objetivo ampliar sua autonomia e cidadania.

Ao definirem seus princípios, os agricultores sinalizam em duas direções. Uma agrícola, na busca de melhorar o manejo do ambiente. O outro na perspectiva organizativa. Estes dois desafios se entrelaçam, enquanto exercício da cidadania.

Aliás, uma das características deste agricultor é sua pouca capacidade de organização política para fazer valer seus interesses e seu modo de vida. Há também uma forma de organização própria adequada e adaptada ao meio ambiente. De fortes características comunitária e familiar. Portanto, existe uma organização local, específica, que as vezes não é percebida claramente porque entre outros, se baseiam em lógicas pouco comuns a cidade. Quando se busca entender no contexto geral, estas somem e surgem as associações e cooperativas, organizações criadas a partir da lógica diferente, que necessitam de uma certa economia de escala para funcionar. Aí junta as suas organizações domésticas, a dimensão e pouca intensidade demográfica, a exclusão, a ação do governo centrado na perspectiva da reprodução do mercado financeiro, a repressão ao modo de vida, tornando desta maneira difícil o exercício político destes agricultores. Aliado a estes pontos, junte-se a omissão do governo que na imensidão em que vive estes agricultores, tem-se mostrado pouco presente com suas políticas.

Por outro lado, não se pretende ter uma visão romântica para negar ao campesinato o acesso aos benefícios do desenvolvimento, porém se exige que este seja sustentável. Ou seja, a proposta não é voltada para manter intocado o ambiente. Até porque como nos alerta Descola (2000:150):

“A abundância de solos antropogênicos e sua associação com florestas de palmeiras ou de árvores frutíferas silvestres sugerem que a distribuição dos tipos de floresta e de vegetação na região resulta, em parte, de vários milênios de ocupação por populações cuja presença recorrente nos mesmos sítios transformou profundamente a paisagem vegetal. As próprias concentrações artificiais de certos recursos vegetais teriam influído na distribuição e na demografia das espécies animais que deles se alimentavam, de tal modo que a natureza amazônica, é, na verdade, muito pouco natural, podendo ser considerada, ao contrário, o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora. Embora sejam invisíveis para um observador inexperiente, as consequências desta entronização estão longe de serem irrelevantes, sobretudo no que diz respeito à taxa de biodiversidade, mais elevada nas porções de floresta antropogênicas do que nas porções de floresta não modificadas pelo homem.”
Descola (2000:150)

A floresta foi sendo modificada pelo homem em sua caminhada, porém, muitas vezes, se nega este conhecimento como uma estratégia para impor outro conhecimento produzido ou na cidade ou em outras regiões. Em verdade, é uma batalha política que inicialmente ocorre no campo da cultura, dos símbolos, das crenças, da forma de viver, das cosmovisões que se tem do mundo. Aos que vivem na floresta, em um ambiente que é um mundo, foi sendo desenvolvido uma forma de manejo que não só garanta a sobrevivência da família camponesa, mais e também da floresta. São assim, outras formas de ver o mundo, de explicar, de compreender, de usar, de estar e de ser.

Toledo (2003:65) afirma que o principal aporte dos povos tradicionais é ideológico e espiritual. O que implica que para “las culturas indígenas la naturaleza no solo es una respetable fuente productiva, es el centro del universo, el núcleo de la cultura y el origen de la identidad étnica. Y en la esencia de este profundo lazo prevalece la percepción de que todas las cosas, vivas y no vivas, están intrínsecamente ligadas con lo humano.”

O que implica uma outra visão quando ao que produzir, ao que consumir, ao que acumular. Uma outra visão no que diz respeito à partilha do

conhecimento, sua geração e seu uso. Buscar qualidade de vida e conforto necessariamente não passa pela concepção da cidade, com seus *stress* e poluição.

Qualidade de vida para os camponeses do século XXI que usa computadores, mais se recusam à destruição de seu banco genético e entendem este como um patrimônio da humanidade, vai em outra direção e para isso é preciso escutá-lo. Para isso é preciso compreender sua lógica econômica e organizacional no âmbito de sua cosmovisão.

Nesta cosmovisão, o camponês é parte da natureza, é mais um elemento desta. No entendimento de Fraxe (2000:307),

“O caboclo, tipo étnico resultante da miscigenação do índio com o branco, europeu ou não, e cuja força cultural tem origem na forma articulação com a natureza.” Em sua opinião ao se buscar os elementos essenciais desta cultura Amazônica, constata-se uma enorme complexidade daí ao buscar encontrar os “elementos dominantes que a mobiliza, depara-se com um verdadeiro universo povoado de seres, signos, fatos, atitudes que podem indicar múltiplas possibilidades e análise e interpretação. Trata-se de um mundo de pescadores, indígenas, extratores consumidos em longas e pacientes jornadas de trabalho; de uma geografia de léguas de solidão e dispersão entre as casas e as pequenas cidades; de um viver contemplativo onde predominam a linguagem e a expressão desvaneantes, como se seus habitantes caminhassem entre o eterno e o cotidiano.”

Uma proposta de capacitação de agricultores não pode fugir a este complexo e intrincado sistema de valores, comportamentos, atitudes e comportamentos, mediatizados que são pelo ambiente onde se vive e se produz. A perspectiva da capacitação deve ser na direção de reafirmar esta identidade e ao mesmo tempo, que se valoriza este saber, se aprofunda na busca de melhorar sua qualidade de vida. A proposta de capacitação se orienta na direção de aperfeiçoar, de reafirmar e consolidar uma maneira de viver e de produzir que ao longo dos anos tem se revelado sustentável. Portanto, não é uma questão de “modernizar” os agricultores, com técnicas

produzidas em países temperados, na produção de mercadoria. Mas de otimizar os recursos florestais com técnicas que contribuam ao mesmo tempo para a produção e a conservação do meio ambiente. Desta forma, a capacitação se direciona para otimizando os recursos dos agroecossistemas locais, se amplie o conhecimento, através de resgate de saberes locais adaptadas, adequados e construídos na perspectiva de continuidade e de fomento a vida, do homem, sua família e seu ambiente.

Porém, verifica-se que ao longo dos tempos a pressão aumenta para modernizar as relações de produção. Substituindo por uma agricultura industrial, como pode ser visto com as monoculturas seja de animais como a bovinocultura ou borracha, cacau, cupuaçu, ou pela produção de madeiras para a indústria. Esta pressão, vem corroendo e desvalorizando o saber caboclo. Para maioria dos técnicos formados em universidades, com pós graduação, especialistas e detentores de uma cultura tecnocrática é impensável dialogar com o conhecimento camponês e assim o foco é substituir a forma de trabalho sedimentada em séculos de convivência com a floresta, por aquelas técnicas modernas, altamente dependente de insumos externos, para maximizar a produção e colocar a Amazônia como fonte de exportação e assim trazer indústrias, se modernizar.

A preocupação ecológica fica na fixação de algumas áreas de reserva e na substituição de insumos químicos por orgânico. Em face da insatisfação e a constatação da insustentabilidade do processo produtivo, da poluição oferecida pelas chaminés das fábricas e escapes dos automóveis, o capital, assessorado por especialista vai se direcionando ao atendimento de nichos de mercado, demandados por uma população que cada vez mais busca alimentos de qualidade, alertada por veículos de comunicação de massa que divulgam desastres ecológicos, aquecimento global, etc. Esta é uma visão de desenvolvimento que consubstancia propostas de políticas públicas e, também, de capacitação.

Sevilla e Alonso Mielgo (1995) nos adverte para o pensamento ecotecnocrático e seus desdobramentos. Com objetivo de justificar um desenvolvimento sustentável, os apologistas do neoliberalismo, se apressam em adotar discursos de um esverdeamento da natureza, que em

realidade tem o objetivo de confundir e manter as mesmas premissas de um desenvolvimento insustentável.

Por isso, é importante reafirmar o caráter político de qualquer proposta de desenvolvimento. E desmistificar uma proposta de desenvolvimento sustentável, fundamentado em uma lógica ecotecnológica, por entender que esta é apenas um novo discurso de continuar produzindo mercadoria, agora de forma orgânica. É buscar em função de uma tendência mundial, os nichos de mercado. Da mesma forma, esta interpretação de desenvolvimento, fundamenta um ecologismo, que busca separar ainda mais o homem da natureza, afastando-os destes espaços, com a pretensão de preservar esta natureza. Portanto, a insustentabilidade, se entende como resultante de um modelo onde se privilegia o capital e que tudo transforma em mercadoria.

Em 28/03/2005, Ekkehard Gutjahr, apresentou seu relatório de assessoria que teve como objetivos: (1) Visitar as unidades agroecológicas que já foram implantadas com o apoio do IDAM e (2) baseado nas experiências visitadas ajustar uma proposta de agroecologia para o IDAM. Na conclusão de seu relatório, sugere que “para o IDAM avançar na questão agroecológica necessita oferecer aos seus técnicos um instrumentário de metodologias participativas de análise e acompanhamento, das quais se destacam:”

- DRP (diagnóstico rural participativo)
- Associativismo e Cooperativismo - DOP (diagnóstico organizacional participativo)
- CEFÉ (plano de negócio participativo)
- MAPI (monitoramento e avaliação participativo de impacto)
- Princípios da agroecologia em teoria e muitos ensaios práticos, tanto para técnicos como para agricultores. Para alcançar este objetivo, é necessário implementar as unidades demonstrativas nas áreas dos agricultores e promover intercâmbios entre as comunidades, agilizando o repasse de conhecimentos de agricultor para o agricultor. Estes cursos/treinamentos devem ser aplicados de forma modular, visto que a agroecologia é um modelo dinâmico em

construção e para que ela se adapte as especificidades de cada local precisa de adaptações e ajustes.”

Muitas atividades de capacitação já foram realizadas para os técnicos em metodologias participativas e que embora nunca seja suficiente, constata-se que há o domínio ou conhecimentos de técnicas de trabalho com grupos. Nesta linha há necessidade de processos educativos de continuados para ampliar e manter o domínio de técnicas de trabalho com grupos.

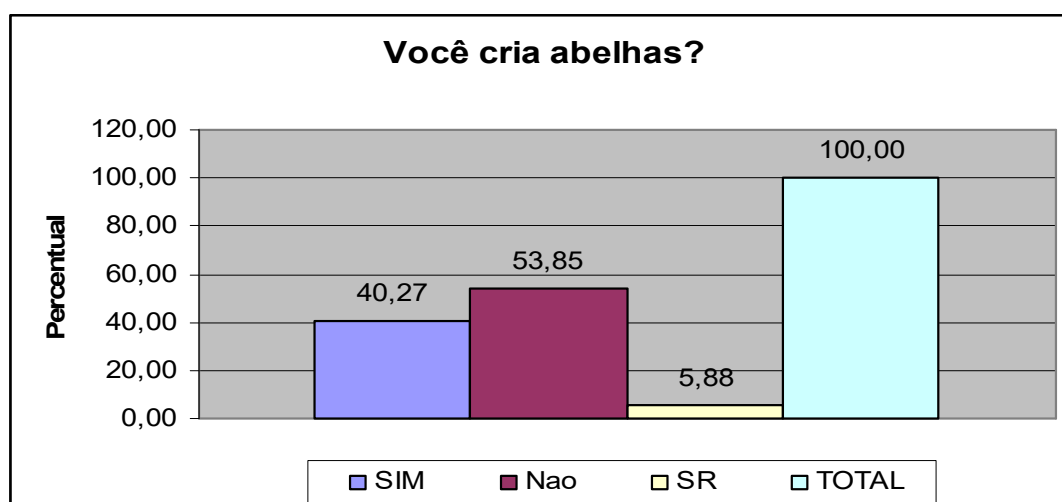
Uma outra linha a ser desenvolvida prioritariamente é de manejo de sistemas agroflorestais diversificados, principalmente quando se refere a podas, desenhos e plantio de espécies adubadeiras. Neste campo se encontram muitas deficiências pelas ausências de estudos, diversidade de sistemas e de agroecossistemas. Posey (1987:174) em estudo sobre o manejo das capoeiras pelos Kayapó, levanta a hipótese que vem se confirmando com estudos realizados da “sofisticação dos conceitos de ecologia e do conhecimento dos recursos naturais por parte dos índios”. Desta forma, estes habitantes da floresta constroem “campos na floresta” onde se encontram “alimentos, produtos de limpeza, óleos corporais e capilares, repelentes de insetos, folhas para trançados, material para construção de casas e, particularmente, plantas de uso medicinal.” Posey (1987:177)

Uma terceira linha se refere ao processo organizativo e de articulação destas famílias e sua interação com outros setores da sociedade. Finalmente, um condicionante para as três linhas é que existam políticas públicas que apoiem estas iniciativas e democratizem as oportunidades de bens e serviços oferecidos pelo estado para a maioria.

Um projeto de capacitação exige a adoção de instrumentos variados. Porém, pela necessidade de aliar a teoria e prática, se sugere adotar como um instrumento privilegiado, o intercâmbio entre agricultores. Inicialmente no mesmo município, estabelecendo um fluxo constante de troca de informações, um diálogo de saberes, a partir de agricultores com mais experiência em determinado aspecto produtivo. Seguindo-se de intercâmbio entre territórios, finalmente no Estado e na região.

Por outro lado, na perspectiva de fortalecimento de uma agricultura de base ecológica, é importante adotar como proposta estratégica, o apoio à criação de abelhas. Esta atividade plural apresenta inúmeros aspectos positivos. O primeiro deles é o uso da floresta, da variedade de floradas para produção de mel. Segue-se a variedade de produtos resultantes desta atividade. É mel, própolis, cera, polinização, etc. Destaca-se importância do consumo e uso destes produtos na alimentação, no cotidiano das pessoas. É um produto de fácil colocação nos mercados locais e com bom preço. Há inúmeros outros efeitos colaterais positivos, como por exemplo, o combate às queimadas.

Dos agricultores da rede, muitos dominam tecnologias sustentáveis de criação de abelha, embora se constate que há muitas possibilidades de ampliação desta atividade, como pode ser constatado no gráfico abaixo:



Como pode ser percebido, apenas 40% dos agricultores criam abelha, o que sinaliza para a necessidade de ampliar o número de agricultores e para aqueles que criam, aperfeiçoar e aumentar o número de colmeias.

Outro campo fértil para ampliar a capacitação dos agricultores e técnicos se localiza no manejo de agroecossistemas. Seja na coleta de sementes, na produção de mudas, no enriquecimento de capoeiras, no desenho de Saf's, nas podas e em trabalhos de cobertura morta. Pela pesquisa realizada, muitos agricultores já desenvolvem estas atividades. Nesta perspectiva caberia intensificar capacitações, principalmente através de oficinas, para os técnicos. Para o manejo da floresta, estas técnicas são fundamentais para manter sua diversidade e fertilidade.

Uma quarta área apontada como um campo de necessidades de capacitações se relaciona com o beneficiamento de produtos e sua comercialização direta. Esta comercialização em circuitos curtos, é recomendada pela proximidade do agricultor e conseqüentemente de seus conhecimentos locais, das pessoas e dos meios. Também é necessário fazer um esforço para se conhecer os canais institucionais de venda de produtos. Esta atividade está diretamente vinculada à organização do núcleo local da REDE. Uma vez que se exige uma diversificação e uma oferta contínua de produtos. Porém, o processo é lento e deve ser encarado como um investimento de longo prazo.

Para fortalecer o processo de articulação e do conhecimento de manejo da floresta, Gutjahr nos sugere para desenvolvimento de atividades agroecológicas, “é necessário implementar as unidades demonstrativas nas áreas dos agricultores”. Quando desta afirmação, a REDE estava ainda sendo pensada e não se conhecia os “campos de demonstração” que se constituem algumas unidades produtivas e de vida destes agricultores. Embora fossem identificadas algumas delas no relatório citado. Portanto, nossa sugestão é que se aprofunde o conhecimento destas unidades e que se possa de forma participativa ampliar, com manejo adequado, a otimização de uso dos fatores produtivos. Esta unidade produtiva e de vida, fruto de anos de pesquisa, pode se constituir uma unidade de referência para outros agricultores e técnicos, possibilitando assim, através de oficinas realizadas nestes espaços se avançar no processo de produção de conhecimentos de manejos de florestas.

Finalmente em um processo de educação, não pode deixar de ser registrado, a necessidade de uma escola. Uma escola para a sustentabilidade, como defende Mészáros (2005:72) “a sustentabilidade equivale ao controle consciente do processo de reprodução metabólica social por parte de produtores livremente associados, em contraste com a insustentável e estruturalmente estabelecida característica de adversários e a destrutibilidade fundamental da ordem reprodutiva do capital.” Ou mesmo na perspectiva freiriana, que entende a educação como processo dialógico, coletivo, político e emancipatório que se desenvolve pela ação do homem, ser em construção, inacabado, em constante exercício de transformação de

suas condições de vida, onde reconstrói a realidade e portanto, o conhecimento. Tem por princípio que é importante a realização do ser humano, que ocorre quando transforma pelo seu esforço e trabalho o mundo, ao mesmo tempo em que o interpreta e cria a dimensão ontológica, através da cultura e do conhecimento.

Saviani (2003:271), defende na conquista da escola pública pelos trabalhadores, entendida esta como uma luta pela superação da sociedade de classes, considerando ser este também “um espaço vital para a apropriação, por parte desses mesmos trabalhadores, dos conhecimentos sistematizados, isto é, da ciência como força produtiva, sem perder de vista em momento algum, o horizonte de construção de uma sociedade sem classes, pois então as conquistas partilhadas serão definitivamente asseguradas.”

Escola para que os filhos de agricultores possam estudar, compreender o meio onde vivem e que possam aprofundar e criar novos conhecimentos adequados e adaptados à vida na floresta. Existem diversos exemplos de escolas que podem atender ou não uma formação para o mundo rural. Embora a escola convencional, em sua maioria venha contribuindo para ampliar a exclusão e mesmo o êxodo rural²⁶, também existem exemplos de escolas que vem trabalhando a construção para ampliar a inclusão e mesmo, reafirmar a identidade camponesa. Um exemplo é a escola de floresta do Acre. Outro exemplo são as escolas familiares rurais existentes na região. São escolas integradas as comunidades que valorizam um saber local e estabelecem uma articulação entre a teoria e prática, criando as condições de aprendizagem inseridas em um contexto onde vivem as famílias.

²⁶ Araújo, (2004:155) em análise das práticas pedagógicas do meio rural, mais especificamente no Município de Iranduba, constata que “a educação do meio rural está comprometida com concepções e valores urbanos e dominantes da sociedade capitalista. Dessa maneira, ela só se torna eficaz quando dilui a sociedade agrária em um surto de padrões e valores culturais urbanos.” E para isso é importante que uma proposta educativa, nesta perspectiva, busque trabalhar “uma concepção que buscou vincular, entre os rurícolas, a ideia de que a maneira como produziam e organizavam-se social e culturalmente era primitiva, atrasada e conseqüentemente improdutiva. Desta maneira, foi fornecido aos rurícolas insumos modernos para o plantio em terra firme.” Seja através de uma ação extensionista como a citação anterior ou mesmo na perspectiva da escola a “Educação em Iranduba (e em todo o estado do Amazonas) reflete uma intencionalidade objetiva da sociedade capitalista tardia, ou seja, a necessidade de exercer uma forte socialização que cristalice um papel social específico. Uma prática pedagógica que transforme as relações de classe segundo a origem em situações de classes desiguais em uma sociedade dividida.” E conclui “a falta de um vínculo orgânico entre educação e comunidade tem agravado a pobreza, pois não oferece ao homem rural instrumentos que o capacitem a intervir na superação de determinantes socioeconômicos que dificultam a sobrevivência das populações originais”.

5.5 Extensão rural para o semiárido nordestino²⁷

Da travessia do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino, inúmeros caminhos e configurações sociais se envolvem neste processo. O objetivo deste artigo é o debate sobre um conjunto de processos educativos, formal e não formal, na perspectiva da convivência. Neste se reafirma a necessidade de reconhecer e valorizar conhecimentos desenvolvidos por diferentes grupos humanos, porque vivem em distintos ambientes e estabelecer o trabalho da extensão rural a partir de outros paradigmas.

Pensar o Nordeste é uma aventura cheia de percalços. São várias as abordagens sobre o semiárido ou sobre a zona da mata, que estabelecem pelo ambiente, diferentes configurações sociais. Regiões distintas, no entanto, trazem em seu bojo muitos pontos em comum, a exemplo da pobreza da maioria de sua população, bem como, inúmeras possibilidades. Outro ponto de convergência são as lutas e a cultura. Região onde a presença negra é marcante, traz suas comidas, danças e crenças para no caldeirão de diversidades, somar-se aos povos nativos, que interagindo, as vezes a força, com os colonizadores criam um painel humano rico, distinto e em formação. Parece que o sofrimento, os desencontros, as diferenças de classe e de raças, os desníveis econômicos favorecem a criatividade e até certo ponto, resistências, através de lutas e conseqüentemente de construção de identidades. Há muitas políticas públicas são apresentadas para o Nordeste, no bojo e a partir de uma visão de Brasil, o que em realidade estabelece uma determinada “criação” do que seja a região. Nestas reflexões, aqui apresentadas, será centrada na agricultura, no espaço do semiárido, seus processos de modernização implantadas em nome de um desenvolvimento, que entre outras tem na extensão rural uma importante estratégia, principalmente pelo seu caráter agregador de outras políticas públicas.

Região tropical, pouco conhecida porque as pesquisas, a agropecuária, se voltam e são realizadas em ambientes temperados, traz uma série de desafios seja na perspectiva da filosofia, da ciência da natureza ou das suas práxis, onde a combinação de elementos da natureza devem produzir vidas

²⁷ Artigo apresentado no Encontro da Rede de Estudos Rurais, Natal, Rio Grande do Norte. 29 de agosto e 01 de setembro de 2016. AUTORIA Jorge Roberto Tavares de Lima y José Nunes Da Silva.

sustentáveis, sejam produtivas ou não. Elementos da natureza que nos referimos é o que comumente se chama de recursos naturais. Porém, para serem recursos necessariamente devem sofrer a ação humana, principalmente quando se usa para produção de mercadoria. Enquanto que elementos da natureza são aqueles que a constituem. Há conhecimentos historicamente construídos na região seja pelos habitantes autóctones, pelos negros e brancos que chegaram neste espaço. Portanto, trabalhar na produção de vidas no semiárido exige adotar como princípio a justiça cognitiva e a equidade epistêmica, que se viabiliza através do diálogo na construção do conhecimento.

Vale ressaltar as relações de trabalho, algumas vêm do período da escravidão, que se vai moldando ao passar do tempo, com o domínio pelos coronéis e que continua a partir do latifúndio a saga da região, com suas lutas, seja sindical, seja na formação de Ligas, principalmente na zona da mata, seja frente de emergências no semiárido, seja algumas com forte sentido religioso a exemplo, do Caldeirão de Santa Cruz na chapada do Araripe, Ceará, o povo resiste, se organiza, luta e perde. (Andrade,1980). Nesta direção, estamos refletindo sobre o papel da extensão rural no semiárido, considerando os diversos e conflitantes olhares que existem sobre este ambiente e os distintos arranjos produtivos possíveis na perspectiva da sustentabilidade, a partir de elementos centrais da natureza como sol, água, solo, planta e animais, entre estes, o *homo sapiens* (Küster et al, 2006).

Alguns elementos históricos são importantes para compreender os desafios da extensão rural. Em 20 de outubro de 1910, é publicado o Decreto 8.319, que disciplina o ensino agrônômico. Marco fundamental para a modernização do mundo rural. Neste decreto são instalados pontos para melhoria da genética dos animais, experimentos em variedades agrícolas, postos de mecanização, captação de forma sistemática de ventos e precipitação. É a partir desta data que se tem dados sobre a chuva, períodos e quantidades. Também é a partir deste decreto que surgem várias escolas de agronomia e veterinária. Em 28 de fevereiro de 1918, o Decreto 12.893, autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas para a educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazenda modelos de criação e outras unidades do Ministério da Agricultura, que ao longo do

tempo, se transformam em escolas agrotécnica e finalmente, já no século XXI, em Institutos tecnológicos.

Em 1948, se dá continuidade ao processo de modernização do campo, com a implantação a partir de Santa Rita do Passo Quatro, São Paulo, de experiências consideradas por alguns como o início da extensão rural, talvez porque apoiado pela Fundação Rockefeller, organização do mundo industrial e desenvolvido. Em realidade, já havia toda uma cooperação técnica e financeira dos EEUU nas áreas de agricultura, saúde e educação. Tanto é que ao iniciar a experiência em São Paulo, já havia registrado no Ministério da Agricultura mais de 1500 clubes 4 S.

No Brasil várias fases da extensão rural foram vividas desde o difusionismo, amplamente utilizado para a modernização do campo via a revolução verde até processos dialógicos e com forte vinculação com as comunidades (Caporal e Costabeber, 2004). Da mesma forma, vários foram as iniciativas governamentais para a região Nordeste²⁸ (Bursztyn, 1984). Dom Pedro fez doação de joias da coroa para construção de açude no Ceará que leva seu nome. Foi toda uma política de “combate as secas” que perdurou até bem pouco tempo. O foco era trabalhar a perspectiva do armazenamento de água, com grandes reservatórios, para abastecimento ou o uso destes para irrigação, basicamente da fruticultura, estas estratégias sempre voltadas para apoio a empresários ou melhor para quem detinha o capital ou para quem era “amigos do rei”, ou seja, uma elite, fundamentalmente, proprietários de terras.

Para manter o beneficiamento histórico destas elites o Nordeste tem se constituído ao longo dos anos como uma região problema. Este parece ser uma explicação importante, segundo Perruci (1978:78) “o Nordeste foi vítima de uma mitificação/mistificação da classe dominante do Brasil, promovida por alguns intelectuais, tanto progressistas-liberais como dos conservadores, no sentido de manter a região isolada do resto do país, algumas vezes como geradora de problemas sociais, outras vezes como reduto de “brasilidade” mais autentica, portanto, potencialmente geradora de soluções internas para problemas internos”. Fora do modelo de

²⁸ Neste aspecto é interessante revisitar a obra de Bursztyn, *o poder dos donos*, onde o autor indica o duplo carácter do estado (autoritário e paternalista) e analisa a intervenção do poder central no meio rural nordestino...

acumulação capitalista e excludente implantado no Brasil. Esta região historicamente é interpretada, analisada e taxada de problemática e subdesenvolvida. Porém, segundo ALBUQUERQUE Junior (1999:47), há um processo histórico de transformações/reafirmasões que possibilita a criação da ideia do Nordeste. A “direita” ou “esquerda em sua construção mais cultural que político ou econômico aprofunda, de certa forma, a própria elaboração regional, feita pelos discursos tradicionalistas, que haviam escolhido o lugar de vítimas, de coitadinhos, de pedintes, de injustiçados, para ocuparem nacionalmente. Estes “revolucionários” ajudam os “reacionários” a consagrarem uma dada imagem e um texto da região, que se impõe até hoje, como uma verdade.”

Neste caldeirão cultural, onde a terra continua a ser um importante trunfo na mão da elite regional, conseqüentemente também, da água e todas as políticas pública, gera reações, conflito, alguns armados, outros como os saques citados por Neves (2000), outros pela organização, apresentação de propostas e de articulação, para interpretando de outra forma a realidade apresentar estratégias possíveis de serem executadas e aceitas pelo governo.

Um dos exemplos e a criação pela sociedade civil do “fórum seca” em 1989 (Tavares, 2011) para discutir a problemática e com isso se pressiona a Sudene, para uma mudança no foco deste trabalho. Este órgão foi ocupado por representantes da sociedade civil, ação extrema, para viabilizar um diálogo com o governo de Itamar Franco. Surge destas iniciativas uma mudança de ações na região partindo-se para políticas de “convivência com a seca”. Cria-se a ASA – Articulação do Semiárido, com o reconhecimento que existe determinadas características na região que exigem ao contrário de “combate” a “convivência” (Galindo, 2008). Cisternas, barragens subterrâneas, gestão da água, trabalhos com xerófilas existentes na região e que podem alimentar o rebanho, técnicas e manejos adequados ao semiárido. (Küster, 2009).

A modernização do campo passa necessariamente pelo reconhecimento do conhecimento local e a recuperação de trabalhos com embasamento científico como aqueles escritos por Guimarães Duque e Vasconcelos Sobrinho, Djacir Meneses, Josué de Castro, entre outros. Silva (2008:88), chama a atenção para um ponto importante nestes autores, “mas o que

caracteriza essa redescoberta ou reinvenção da região nas obras e autores é o seu caráter de síntese da totalidade, abrangendo os aspectos físico-climáticos, culturais, políticos e socioeconômicos”. É uma visão do todo que se destaca. Mais recentemente trabalhos de manejo da caatinga foram elaborados pela embrapa semiárido, GDF, João Ambrósio, Sidersky, Felipe Jalfim (2008) e outros que estão disponíveis e são do conhecimento geral. Deve ser destacado que as universidades da região continuam afastadas desta realidade e seus estudos centra-se no uso da irrigação para a produção na região.

Estes conhecimentos sobre a convivência no semiárido nordestino implica necessariamente processos educativos distintos para esta região, tanto formal como não formal, valorizando-os o que possibilita a melhoria da qualidade de vida da população nordestina. Assim, a Extensão rural deveria passar a atuar em outra perspectiva (Sidersky, 2010), tendo instituições voltadas mais especificamente para esta troca de conhecimentos, implantando coletivamente suas ações a partir da participação efetiva e intensa da população. Outras organizações continuam percorrendo caminhos antigos, porém sendo pressionadas para mudar suas orientações técnicas para adapta-las e mudar definitivamente suas estratégias de atuação.

Pode-se constatar uma mudança nos processos de formação das populações rurais, nas estratégias de educação não formal, como é o caso da extensão rural. Quanto a educação formal não se verifica estas mesmas perspectivas na formação escolar das universidades e institutos federais que formam profissionais, continuam na perspectiva positivista da superioridade do conhecimento científico, desqualificando o conhecimento popular e assim reafirmando “verdades” difíceis de serem comprovados, mas que no imaginário acadêmico é confortável.

Há uma certa urgência em modificação dos projetos políticos pedagógicos das instituições de educação formal em todos os níveis nos projetos formativos. A separação de formal e não formal não mais se sustenta. Há uma necessidade de uma sinergia entre estes campos formativos. A escola deve se constituir um *locus* de melhoria da qualidade de vida, através de um continuado processo educativo. A descoberta do mundo, cujas palavras

o descrevem posteriormente, exige um processo intermitente de formação do letramento a profissionalização. Por outro lado, a escola é um espaço político onde se reafirma interesses, portanto, espaço onde a comunidade deve estar integralmente envolvida, para reafirmar seus interesses cotidianos, sua cultura, ao mesmo tempo, sonhar com futuro, contribuindo para oferecer oportunidades para uma nova geração e formação, segurança e conforto para demais gerações.

Na perspectiva agroecológica, um novo campo do conhecimento em construção, o processo de convivência é plenamente aceito e suas práticas podem perfeitamente serem consideradas como práticas agroecológicas (SILVEIRA et al). Talvez como uma das mais expressivas no Brasil. Evidentemente que falta muitas pesquisas para se ter plenamente comprovado esta realidade, como já apontado por diversos autores, entre eles, Guerra (1981). Porém, neste último período de estiagem na região não se tem notícias de fome endêmica da população e o que era comum na região com reportagens de pessoas sem ter que comer foram ficando cada vez mais distantes. As reportagens indicavam carcaças de gado bovino na beira de estradas, resultante da ausência de água. Pode-se alegar que a “bolsa Família” é uma política que minimizou a fome. Mas como justificar a morte do rebanho? Talvez devêssemos pensar que a modernização do rebanho nordestino deva, necessariamente, estabelecer o mesmo princípio de convivência com os diversos agroecossistemas nordestino. Neste sentido os trabalhos de ARAUJO FILHO (2013) e Jalfim, apontam através de rigorosas análises várias possibilidades.

Um conceito bastante utilizado em Agroecologia é o de agroecossistema. Este é a unidade de análise, ação e produção. É um espaço, em determinado território, onde homem e natureza se entrelaçam e complementam para garantir um processo metabólico de reprodução social, biológico, político e econômico; portanto, cultural. Antes da ação vem a ideia. Ideia construída e elaborada dentro de determinado marco cultural. Há o ecossistema e o agroecossistema. Gliessman (2001) entende o primeiro “como um sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente” e acrescenta: “os componentes estruturais básicos são fatores bióticos, fatores vivos que interagem no ambiente e fatores abióticos, componentes químicos e físicos, como sol, luz, umidade e temperatura”.

Quanto ao segundo, o autor ressalta “a manipulação e a alteração humana dos ecossistemas com o propósito de estabelecer uma produção”. A diferença de um para outro é o *homo sapiens*.

É o metabolismo socioambiental provocado pela interação homem/natureza. Na perspectiva de uma ação intencional, a intencionalidade da ação, difere da ação espontânea na busca da sobrevivência. O ecossistema não registra este tipo de animal: o *homo sapiens*. São outros os animais presentes, micro e macro, são outras as vidas interagindo e provocando mudanças. Pelo vento, chuva, sol, animais e vegetais. As mudanças ocorridas não são resultantes de uma intencionalidade e sim de processos naturais.

Os elementos da natureza que constituem este agroecossistema são específicos e variados, não há uniformidade. O solo varia; a vegetação ganha diversidade... Este ambiente se complementa com o homem que constrói elementos culturais: ideias, relações sociais, poder e conhecimento decorrentes das observações e práxis neste ambiente. Não é possível generalizar soluções. São seres vivos em interação, cooperação, competição em cadeias tróficas em um constante metabolismo. A presença humana garante outros elementos psíquico-metafísicos como: abstração, espiritualidade, estética... Ética (Pelizzoli, 2002). Há uma preocupação pelo belo; pela harmonia das formas; pela forma transcendente de vidas que gera e fundamenta a espiritualidade e suas diferentes formas de vivenciar e referenciar os antepassados, que estão presentes nas mais diversas percepções... Manifestações únicas do *homo sapiens*.

Portanto, a Agroecologia é um processo único em cada ambiente e sua articulação e identificação ocorre através de princípios. Princípios genéricos aplicáveis para cada situação. Isto depende da cultura. Fundamenta-se em uma rearticulação do homem com a natureza na produção e reprodução de vidas, em todos seus aspectos e dimensões. Pois, restaurar a vida do solo é recuperar sua capacidade de produção e geração de vidas. Daí a afirmação de um agricultor: “tem que se plantar para o solo e para o ‘bucho’, ou seja, produzir alimentos e massa verde para garantir um solo produtivo. Isto especialmente nos trópicos, onde as adversidades são muitas. Cultivar e valorizar a água são outros importantes elementos da

Agroecologia, que sinalizam para a recuperação de fontes, córregos, rios e lagos; assim como a captação e conservação desta pelos meios mais diversos; cisternas, tanques, barreiros, açudes... Inclusive utilizando as próprias plantas como depósitos: cactáceas, bromeliáceas... Começando por ampliar e favorecer a penetração de água no solo e subsolo, favorecido pelas raízes, e se estendendo por manejos mais adequados, principalmente através do uso e reuso deste precioso líquido. Assim, na Agroecologia deve-se cultivar (além de plantas e animais) solo, água e relações humanas, também.

Nessa perspectiva ganha força, principalmente nas regiões tropicais, o necessário e adequado manejo dos diversos elementos naturais, estabelecendo estratégias de convivências nos agroecossistemas de cada propriedade rural, localidade e território. Já existem conhecimentos nas diversas áreas da ciência; porém, é necessária outra mentalidade, outra lógica, outro arranjo, outra religação entre os diferentes elementos socioambientais do espaço rural, outra articulação das ciências da natureza, um efetivo diálogo de diferentes conhecimentos para atender o que denominamos de Agroecologia. E é através desta, que podemos e devemos buscar a nossa permanência e a sustentabilidade, em geral, como um todo. O compromisso de garantir para as gerações presentes e futuras as condições de vida e de sua capacidade de continuar a gerar vidas. E aqui temos o exemplo e contribuição da física, com a questão da superação da entropia e a busca por sistemas sintrópicos.

Como Götsch (1995) nos alerta, sobre a necessidade de compreender “Os princípios em que a vida se baseia são processos que levam do simples para o complexo, onde cada um dos milhares de espécies (a humana entre elas) tem uma função dentro de um conceito maior”. Seguindo nesta perspectiva, a segunda lei da termodinâmica, a física dos fluídos e a mecânica quântica, avançam nessa direção para superarmos cientificamente a física newtoniana, que apesar de sua importância em determinadas situações, para outras de maior complexidade... Ela não é suficiente.

Dentro dessa nova visão e perspectiva, Sotero (1981) nos remete a outro conceito de Agricultura: “como a arte de cultivar a luz mais que a arte de cultivar terras.” E fundamenta esta assertiva através de pesquisas onde se

constata que “encontramos através de análises químicas das plantas, que a biomassa, em termos de matéria vegetal desidratada (matéria seca), se compõe (em média) de aproximadamente 44% de carbono, 45% de oxigênio, 6% de hidrogênio e somente 5% dos demais elementos minerais. Os três primeiros elementos são incorporados pelo organismo vegetal durante o processo fotossintético, fixando o carbono e oxigênio do ar em forma de gás carbônico e utilizando o hidrogênio da água. A quantidade de nutrientes absorvido do solo é aproximadamente 20 vezes menor que a quantidade de nutriente incorporada à planta por meio de fotossíntese. Isto leva a concluir, que do ponto de vista quantitativo, a nutrição do vegetal se verifica muito mais pelas folhas que pelas raízes. Em outras palavras, a atmosfera com ajuda da energia solar e a clorofila, contribui muito mais que o solo para a nutrição e constituição do vegetal”. Sotero (1981:31).

Reforça esta linha, as contribuições de Guimarães Duque, sobre as plantas xerófilas e a defesa do semiárido como vantagem comparativa e competitiva. Este autor nos ensina o seguinte: “as culturas xerófilas gostam do solo e do clima como eles são, não requerem o artificialismo da irrigação, dispõem de largas glebas para expansão, são arbóreas superiores de reflorestamento, representam uma policultura brasileira, dão produtos não muito comuns no Hemisfério Ocidental e são mercadorias de moeda forte.” Guimarães Duque (1964:13).

Juazeiro, angico, favela, aroeira, carnaúba, umbuzeiro, carnaubeira, facheiro, favela, xique-xique, mandacaru, oiticica, cajueiro, maniçoba, jurema, caroá e uma enorme variedade de outros vegetais, que se encontram nas diferentes regiões do nordeste semiárido, revelando uma grande diversidade e enorme potencialidade. Dos frutos destes vegetais se produz geleia, licores e doces; fibras digestíveis e ceras e óleos servem na alimentação animal; as fibras mais resistentes para cordas e tecidos; a madeira para construções. Nada mais inteligente (lógico) que adotar como estratégia e política “a convivência com o semiárido” ... E não a (infrutífera) luta contra ele.

O semiárido é um enorme desafio que as universidades da região insistem em se abstrair, se omitir e dar as costas. Estudos e pesquisas não são realizados na dimensão e urgência que esta parte do país exige. Desta

forma, as famílias continuam muitas vezes a buscar, a partir de seus próprios conhecimentos, o uso e o manejo das plantas anteriormente mencionadas. Porém, não é suficiente porque o Nordeste, semiárido, é um ecossistema único no mundo. Daí a necessidade de estudos agronômicos específicos e de significativa abrangência para oferecer resposta à população nordestina, historicamente marginalizada e estigmatizada pelos governos centrais. Este é um campo que a Agroecologia-acadêmica poderia e deveria adentrar, e algumas ONGs já o fazem, em pequena escala.

Sendo um fator determinante (direta e indiretamente quase onipresente) no nordeste brasileiro, o sol (visto de outro ângulo... Agroecológico) passa, nesta região especificamente e, claro em outras, a ser um elemento essencial à vida. Desta maneira, voltamos ao que alguns filósofos da natureza defendiam, o fogo como elemento essencial dessa cosmovisão. Assim, a questão se transfigura e passa de fator negativo para positivo, alicerçando essa complexidade singular da natureza que possibilita a existência. A essência da natureza é a *Physis*. É a totalidade perceptível: árvores, animais, rios, mares, montes, terras... São todas expressões da *physis*; e é através delas que se busca compreender o sentido e significado básico da vida. A natureza de cada elemento em si e em relação ao todo. É nesta busca, expressa através das linguagens mais diversas, que o imaterial (aspectos metafísicos) se materializa na síntese de conteúdos e discursos, num esforço humano de significar e tentar denominar e organizar as coisas do mundo material, para nós perceptíveis.

Neste novo paradigma se exige pensar outra extensão rural, como movimento educativo não formal, atuando em uma região com características específicas, embora diversas, com múltiplos grupos de agricultores familiares, muitos adaptados ao ambiente. Através de gerações foram desenvolvendo estratégias de convivência com a natureza que precisa não só serem reconhecidos, mas principalmente valorizados. Uma nova extensão rural agroecológica para o semiárido é um porvir que só poderá ser alcançado a partir de uma construção holística, que possa fortalecer tramas de atores, saberes e políticas. O desafio é estabelecer diferentes estratégias, entre elas de integrar a educação formal (escolar) e a não formal (extensão rural) criando sinergias pedagógicas para envolvendo os diferentes grupos humanos, se possa efetivamente trabalhar na

perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população, onde a alimentação saudável, habitação digna, satisfação que gere felicidade e amorosidade, sejam elementos construtivos que inclusive pode significar chegar a um diferente estágio de vida, do que hoje se fala e se persegue, como o dito, conceito de desenvolvimento.

5.6 Extensão rural. Um novo paradigma, uma nova formação?²⁹

A partir de 2003 foi iniciado um processo de reestruturação da ATER pública. Nestes 15 anos, muitos foram os avanços e retrocessos no processo de extensão brasileira. O objetivo deste artigo é analisar sucintamente esta caminhada apontando e refletindo os ajustes nas diversas políticas, inclusive aquelas voltadas para processos formativos dos extensionistas em Agroecologia.

Introdução

Em 1990, no Governo de Collor de Mello, foi extinto a EMBRATER e desativado o SISATER, as ONG's e outras organizações não estatais assumiram importante papel na execução destes serviços, com alterações significativas na forma de trabalhar, mesmo que em alguns estados permaneceram as organizações públicas também com esta missão. Este sistema nacional era composto por Emater's em cada estado, com exceção de São Paulo, que sempre possuiu outra forma organizacional para a entidade de extensão. Mesmo, com a Constituição de 1988 e a Lei agrícola de 1991, estabelecendo a obrigatoriedade da união na oferta destes serviços para o que se chamava na época, os “pequenos agricultores”, o governo federal se omitiu desta responsabilidade, contribuindo com pouco mais de sete por cento dos recursos financeiros destinados à extensão rural, cabendo aos estados, municípios e demais a complementação dos mesmos.

A partir de 2003 foi iniciado a formulação de proposta de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão (PNATER). Em abril de 2004, através do Decreto n. 5.033 é apresentada a política que reestrutura e define os novos parâmetros da extensão rural brasileira. O ponto de partida foi uma crítica ao modelo de desenvolvimento até então em execução, onde se tinha a difusão como princípio da extensão, bem como, sua aplicação era

²⁹ Texto apresentado no Congresso Internacional Interdisciplinar em Extensão Rural e Desenvolvimento (I CIIERD), na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). 2017. AUTORIA: TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto y SARAIVA MARQUES, Manoel.

destinada a todos os agricultores brasileiros, desta forma, os serviços de ATER contribuíram de forma inequívoca para a implantação da revolução verde no país, com fortes impactos no meio ambiente pelo uso amplo de “pacotes” onde os agrotóxicos e adubos químicos se constituíram em estratégia desta implantação.

Material e Métodos

A PNATER, passa a ter como objetivo “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiros, de extrativismo e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria de qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações”. A busca por um desenvolvimento sustentável, implica que as atividades no campo tenham um embasamento ecológico, para isto se estabelece, na política, um novo paradigma, a Agroecologia que extrapola a mera dimensão de um tipo de agricultura. Isto implica, na adoção de técnicas participativas e ecológicas, uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, bem como, a democratização das decisões e um processo educativo permanentes e continuados, calcado no respeito, valorização de conhecimento endógeno dos agricultores, adotando os agroecossistemas e ecossistemas aquáticos, como foco do trabalho, de forma que viessem a se constituir em uma ação sistêmica e holística, capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social. Portanto, além de uma nova base conceitual, se exigia, novas metodologias, dialéticas e participativas, que envolvessem as famílias de agricultores. Outra importante definição é que a ATER passa a ser oferecida, exclusivamente, a agricultura familiar. A proposta deveria atender a um sistema nacional descentralizado envolvendo entidades estatais e não estatais. Pode-se reconhecer que a proposta é ousada e mesmo ambiciosa, por oferecer uma orientação que mudava o foco e os fundamentos da política pública. Isto em um cenário macro que sinalizava e caminhava em outra direção. Que processos formativos foram desenvolvidos?

Porém, nem todos os setores da sociedade reagiram com a mesma intensidade na direção deste novo paradigma, por exemplo, as unidades de ensino, continuam na perspectiva formativa longe da Agroecologia e muitas políticas públicas continuam a trabalhar e estimular uma ineficiente

agricultura, muitas vezes, calcado em grandes extensões de terra, ou seja, no latifúndio com grande poder político e fortemente articulado.

Quando se definiu a especificidade da ATER para agricultura familiar, se exigiu uma definição, o que ocorreu com a Lei 11.326 de 24/07/2006 que instituiu a Política Nacional para Agricultura Familiar e empreendimentos Familiares Rurais. Nesta lei aponta para a pluralidade da agricultura familiar, destacando pelo menos 10 grupos: agricultura familiar, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros. Esta diversidade e a compreensão de suas características demandava um tipo de profissional que as instituições de ensino não ofereciam e não oferecem.

Vale ressaltar que neste ano foi realizado o Censo agropecuário, possibilitando ao IBGE setorizar os dados da agricultura familiar, revelando para o país, que estes efetivamente eram os grandes produtores brasileiros. Assim, o latifúndio precisa se redefinir e passa a ser chamado de agronegócio, como uma forma de se livrar da pecha de um setor improdutivo e de pouca produção. A intenção é englobar toda a produção como sendo o agronegócio e com isso continuar se beneficiado das políticas públicas para o setor.

Resultado e discussões

Em 11 de janeiro de 2010, é promulgada a Lei 12.168 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, alterando a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelecendo desta forma, uma política de estado para Extensão Rural. Além da realização de duas conferências nacionais de extensão, foi criada a ANATER, (Lei 12.897 de dezembro de 2013), reformulado através do Decreto 8.252, em 2014, com a finalidade de articular os trabalhos de extensão à nível nacional.

Aí aparecem retrocessos. A primeira e grande delas é a exclusão da Agroecologia, como referencial. A segunda, a falta de participação social

dos diversos movimentos sociais, da sociedade civil e dos governos em sua formulação.

Cabe destacar nesta caminhada, discussões durante três anos sobre a Anater, que teve sua implementação de forma abrupta e equivocada. A incoerência do Ministério da Agricultura em querer manter a mesma na sua órbita e a baixa capilaridade política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além das lutas internas das tendências partidárias, retardaram o que poderia ter sido um impulso na consolidação das políticas propostas. Assim, a Anater, já surge no cenário brasileiro como natimorta. Sem recursos, sem poder político e sem condições de executar sua missão.

Em 2016, é extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mesmo que posteriormente, tenha sido criada a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, ligada diretamente à Casa Civil da Presidência da República e nomeado, um extensionista, que havia sido presidente da Emater-MG e Presidente da Asbraer, que reúne as emater's de grande parte do Brasil.

Em reunião com a FASER que representa os trabalhadores de extensão rural do País, portanto, com uma função representativa e status de sindicato, o Secretário José Rosendo, destacou alguns pontos.

“Hoje, há um grupo de técnicos com grande experiência do trabalho de extensão rural o que permite um amplo diálogo dentro do governo e com o mundo da extensão.”

“Muitos estados não tem a extensão rural como política estratégica.”

“Também não tem na Agricultura familiar como política estratégica, isto amplia o êxodo rural.”

“O foco será a extensão pública oficial, ficando as ONG's e entidades privadas como atividades complementares.”

No Plano safra de 2017-2020 se reafirma estas prioridades e que altera a ideia da PNATER. Deve ser destacado, como primeira alteração, é que o

plano safra passa a ser plurianual. A segunda foi que este Plano deverá trabalhar a partir de dez eixos, sendo: 1. Pronaf | Garantia-Safra | PGPAF | SEAF; 2. Novo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); 3. Regularização Fundiária; 4. Regulamentação da Lei da Agricultura Familiar; 5. Agricultura Orgânica e Agroecologia; 6. Apoio à Modernização Produtiva; 7. Comercialização; 8. Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); 9. Agricultura Urbana e Periurbana; 10. Ações Integradas no Semiárido.

A crítica anterior, sobre a extensão como não estratégica pode ser estendida para o plano safra 2017-2020. No que diz respeito a Agricultura familiar, há modificações que sinalizam também para retrocessos. O Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Em nosso entendimento é um retrocesso a manutenção da DAP, agora CAF, uma vez que existem diversos outros documentos que comprovam a existência do Agricultor familiar.

A execução deste Plano safra se dará especialmente através das organizações públicas oficiais de extensão, que é outro retrocesso, por isso faremos uma breve análise de diferentes arranjos institucionais que estas entidades vêm promovendo. Em alguns estados os extensionistas desenvolvem até 47 atividades no exercício de suas atribuições. O que gera um ativismo e uma concentração em atividades-meios. Porém, é notório que o envolvimento ativo da extensão rural proporciona acesso a diversas políticas públicas, com resultados objetivos para melhoria da qualidade de vida da população rural.

Um primeiro grupo destas organizações públicas são as Emater's que são estruturadas, com equipamentos e com condições de trabalho satisfatórias. Pode-se indicar apenas 8: a do Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo. No caso de outros 14 estados houve uma fusão dos serviços de extensão, com pesquisas e outros serviços rurais, a exemplo de recursos hídricos, caso da Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Santa Catarina, Alagoas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Rio Grande do Norte.

Um outro arranjo institucional está sendo montado no Centro Oeste, com criação de um consórcio de organizações, envolvendo os estados de Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, com um link de ações com alcance ampliado onde a extensão rural será apenas um dos ingredientes. Na Bahia, o caminho foi a extinção da EMATER sendo criado, a Bahiater e no Ceará embora exista a EMATER, a responsabilidade pela coordenação da extensão é de uma empresa denominada Agropolos. Em Alagoas, praticamente todos os técnicos tem contratos temporários, restando atualmente apenas um Extensionista da extinta Emater, por estar protegido pela imunidade sindical. No Piauí, foi criada uma agencia estadual AGERPI e atualmente os trabalhos de extensão são executados por uma empresa. No Maranhão, tem basicamente um núcleo administrativo, sendo o trabalho de extensão executado por diferentes organismos, inclusive casas familiares rurais. O Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, estão muito debilitadas.

Um exemplo a ser citado é do Estado do Paraná, em que através de uma lei de Extensão Rural, Diário Oficial nº. 8866 de 27 de Dezembro de 2012, pelo Decreto Estadual 17.447, Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR), atribuindo e responsabilizando a EMATER como articuladora, coordenadora e executora das ações extensionistas no estado.

Uma última novidade é transformar os escritórios das emater's em correspondentes bancários, que pode sinalizar para mais uma atividade pontual, com o risco de ampliar a dependência ao crédito, situação anteriormente vivida pela extensão e que não trazem boas lembranças.

É importante ressaltar a crescente e forte atuação da CNA-Confederação Nacional da Agricultura na atividade da assistência técnica voltada para o agronegócio, que embora com recursos, em sua maioria públicos tem suas prioridades definidas a partir dos interesses do patronato. Enquanto definha ação pública na promoção da ATER cresce a do setor privado, na promoção de uma agricultura sem maiores compromissos com o meio ambiente e da produção de alimentos.

Conclusão

Pelo quadro apresentado anteriormente verifica-se que o quadro geral das organizações públicas é precário, há um envelhecimento de seus quadros, muitos com salários defasados, sem condições efetivas de trabalho, a concepção dos governantes, como bem assinalou o Secretário Rosendo, não tem como estratégia a agricultura familiar. Como então priorizar a ação nas empresas públicas oficiais?

Na maioria dos estados, não há uma política pública de promoção de desenvolvimento do mundo rural, sendo apenas observado ações pontuais e mesmo assistencialistas. Isto gera falta de foco, ativismo, superposição de ações, concentração em atividades meios, deficiências em processos de articulação e ausência de formação continuada, além de uma atuação profissional convencional, que induz a uma forma de pensar e uso de tecnologia muitas vezes inadequadas. Com a falta de participação dos extensionistas em organizações, com nomeações políticas e de pessoas estranhas ao meio, muitas vezes com indicações de políticos que perderam as últimas eleições, fragilizam mais ainda a ação extensionista, que como estratégia de sobrevivência, terminam por ser cooptado por políticos locais. Como então priorizar as ações nas empresas públicas oficiais de extensão?

Há anúncios de redução drástica de recursos para agricultura familiar, o que é extremamente preocupante. Desestruturando políticas que vinham fortalecendo este setor e processos formativos, como os cursos do Pronera, oferecidos por algumas universidades. Há cortes em todas políticas sociais e de inclusão, que parece sinalizar para um projeto de estado, que se denomina, estado mínimo.

Processos de formação que vinham sendo executados foram minimizados, desta forma, o esforço para dotar os técnicos de outra perspectiva de trabalho foi abandonado, novamente restando aos profissionais de extensão, ou formados em uma perspectiva convencional, ou por não existir nos estados políticas voltadas para um desenvolvimento sustentável, que exige políticas de longo prazo, entregues à própria sorte. Há resistências, porém, não são suficientes para enfrentar ondas hegemônicas em outras direções.

Conceitualmente vem sendo processado modificações, fundamentalmente, retirando a Agroecologia como fundamento teórico para estas ações. Os processos formativos foram relativizados, retomando aos poucos ao mesmo modelo de ATER anteriormente praticado. As contratações de técnicos para executar as chamadas encontraram profissionais formados em outra lógica da Agroecologia, o que implica a pouca compreensão do que é campesinato, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.

Pensar a formação em Agroecologia, implica como definido na PNATER outra base conceitual, que embora em construção sinaliza para uma ciência da complexidade, holística, em uma orgânica articulação com o ambiente, portanto, que respeita de forma inexorável uma equidade epistêmica e uma justiça cognitiva. Longe, do que hoje, observa-se nos processos formativos em curso.

5.7 Um olhar sobre o São João no nordeste brasileiro³⁰

No Nordeste, o São João é uma das maiores festas da região. Há diferentes cosmovisões que a seguir iremos detalhar. A Agroecologia tem um papel neste processo, que acreditamos ser pela vida, pela resistência, pela biodiversidade, pela solidariedade, pela reciprocidade e assim possa contribuir para o futuro, com realização de um São João, rico, pleno, com danças, ritos, músicas, comidas e que seja a expressão maior da fartura e do bem viver.

Contexto

No Nordeste, o São João é uma das maiores festas da região. Rivaliza com o carnaval. Toda cidade grande ou pequena comemora. São fogos, fogueira, danças e comida. As prefeituras organizam e promovem grandes arraiais com objetivo de aumentar a receita do município. É hoje a chamada economia criativa. Estima-se, por exemplo que neste período, Caruaru, que rivaliza com Campina Grande/PB como maior São João do mundo, tem um incremento de receita de ano para ano, em torno de duzentos milhões. Hotéis e restaurantes cheios. Turistas, publicidade e promoção, aparentemente, de todo tipo.

³⁰ Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – V. 13, N. 2, Dez. AUTORIA: TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto; SILVA, José Nunes.

Esta é uma visão do mundo dos negócios e das cidades. De uma cosmologia onde no dizer dos Yanomames, coisa de branco, “povos da mercadoria”. Tudo se mede. Considerando o milho como uma mercadoria este tem seu valor, depende das safras. O milho, em junho de 2019, custa a mão na CEASA/PE, trinta reais. Uma refeição pelo equivalente a três mãos de milho. O hotel para um casal, quatro mãos de milho. Sempre dependendo do nível e do lugar. É uma festa. Esta é uma cosmovisão do branco ocidental. Para a igreja romana é dia de São João, tem missa, orações e tudo dentro de uma visão de mundo (cosmovisão) religiosa.

O camponês explica de outras formas. Se chove até o dia dezoito de março significa que haverá milho no São João. Há uma relação com espiritualidade e o calendário agrícola se entrelaça com o aspecto religioso. Dia de São João é a festa da colheita. É o agradecimento pela boa safra. Agradecer a São José que enviou chuvas. A Santo Antônio que protegeu a lavoura. A São Pedro. Essa foi uma estratégia bem sucedida da igreja católica de ligar os fatos do cotidiano a dimensão religiosa. Porém, aos poucos a dimensão religiosa perde espaço aos negócios. O que importa é “aquecer a economia”, gerar empregos, mesmo temporários. É faturar. Bem, a igreja católica não é facilmente vencida, faz uma missa, realiza uma procissão, confraterniza através de rituais religiosos, mesmo tendo contribuído para transformar um ato religioso em um negócio. Não importa, as razões para as pessoas da cidade, é festa. Porque complicar e buscar a essência das coisas, vamos nos divertir.

Buscar a essência dos fenômenos sempre foi um desafio da filosofia. Mas, porque filosofar? Nesta perspectiva acima descrita se separa o mundo racional do espiritual. O que importa é a produção que garanta a festa. Ótimo que a tecnologia contribui para isso. Não havendo chuvas se irriga. A semente é modificada, criando organismos geneticamente modificados. Não conseguindo se importa, de onde pouco interessa, desde que garanta a matéria prima, mesmo coadjuvante, para a festa. É o mundo material que prevalece.

Descrição da Experiência

Para o camponês e mais especificamente os povos autóctones, esta festa tem outros significados. O que não impede de participar ativamente das festas, com a matéria prima, com músicas, comidas e outras contribuições. Porém, o trabalho começa cedo. No início do ano. O milho faz parte de um modo de vida. Completo e abrangente. Depende do cosmos, do universo, que sinaliza através dos ventos, das estrelas, das plantas e animais como será o ano. Se será chuvoso ou seco. Começa cedo, observando, selecionando sementes, preparando o solo, definindo se planta pouco ou muito. Escolhendo onde plantar. Se o ano é chuvoso escolhe terrenos mais altos. Se não, é seco, escolhe baixios. É toda uma competência, conhecimento, habilidades de observação que entra em cena diariamente. É o hoje, indicando o amanhã, onde se tem o respaldo do passado, da história.

É uma cosmovisão que contempla as diversas partes como um conjunto de energias em movimento. A natureza é entendida como um todo. É o ambiente que se interliga e organicamente está relacionado com o espaço onde se trabalha. Considera a dimensão espiritual, social e material. Um não é mais importante que outro. É da capacidade de observação e interpretação do conjunto que se cria alternativas mais adequada para produção. O milho passa a ser um produto da conjugação da natureza. Faz necessário muitas vezes consultar os mais velhos, os sábios para ajudar na decodificação dos sinais. Observar a fauna e flora, plantas, ventos, nuvens, posição, associação e claridade das estrelas, os animais. Cada um tem uma informação que precisa ser entendida. Buscam apoio de sinalização dos antepassados e seus espíritos” para a compreensão destes sinais. Nisto entram os rituais, as danças, os cantos para entender e assim poder plantar. Os brancos, ocidentais, chamam isto de misticismo. Para o saber camponês, o milho passa a ser uma expressão de uma cultura.

A previsão a partir da leitura e observação da natureza tem se revelado de uma precisão impressionante. Dora Ponce em seu trabalho sobre *La Predición del clima en la cuenca de Jatun Mayu*, (2001:83-94) cita que o meteorólogo alemão Malber(1989) a partir de observações de camponeses ao redor de Berlim, sobre o clima, concluiu que “Os conhecimentos empíricos dos agricultores se baseiam em observações da natureza, considerando o curto, médio e longo tempo e baseados nos dados

meteorológicos dos últimos 80 a 150 anos, a autor investigou as normas empíricas enquanto a sua probabilidade real e demonstrou que algumas normas tem 80% de probabilidade de ocorrência.” Ainda cita outros estudos que revelam e comprovam, de forma científica, a exatidão das previsões realizadas pelos povos andinos sobre o clima.

A partir destes elementos e deste conhecimento, a ciência da Agroecologia, que tem por objetivo ressignificar a relação do homem com a natureza na promoção da vida, deve assumir o compromisso de exercitar a justiça cognitiva e equidade epistêmica, reconhecendo a diversidade de saberes e de cosmovisões. Isto implica em compreender estes outros saberes e se for o caso, desenvolver pesquisas científicas para comprovar, estes conhecimentos. Porém, reconhecendo a existência de diferentes saberes é fundamental estabelecer um diálogo intercultural. Aceitar a diversidade de saberes como elementos constitutivo da agroecologia, na mesma forma da heterogeneidade da fauna e flora como elementos fundamentais da vida.

A vida cotidiana se constitui da dimensão espiritual, social e material. A primeira, tem seu princípio no conceito de vida, na relação homem e natureza, sendo o homem parte desta, na história, nos costumes, na ética, ritos, mitos, música, religiosidade, arte. A segunda, abrange as instituições, suas leis, organização da comunidade e hierarquia, festas, identidade cultural, relações sociais, relação com o mundo exterior a comunidade, suas relações de troca e de reprodução social da família e a terceira, sua inserção no agroecossistema, seja na dimensão produtiva animal e vegetal, como da própria vida.

Neste cenário, o São João tem diferentes concepções e todas elas verdadeiras e devem ser respeitadas. Para uns, o milho, faz parte de toda uma vida onde se observa, semeia, cultiva e colhe para alimentar a família e realizar trocas. Para outros um mero produto que se faz circular, trocar por moedas e movimentar a economia. Quando a colheita é boa, deve-se agradecer e festejar, quando não é, avaliar o que deu errado e recomeçar. O milho é base da alimentação. É o cuscuz, manguzá, xerém que se constitui em alimento diário. Estocado muitas vezes nos caibos ou ripas de sua casa, para o cotidiano e se possível para o ano inteiro. É alimento para as galinhas do terreiro, para outros animais. Um bernal de milho para o cavalo “afina o

pelo”, aumenta a resistência, a beleza. É uma questão de segurança alimentar para a família e para a criação. Tem um moinho de pedra, pedra dura, para quebrar o milho. A parte mais grossa para xerém, a parte mais fina, a massa, para bolos e cuscuz.

A festa é a comemoração da colheita. É abundância. A fogueira ilumina o terreiro, aquece as noites, se assa o milho. Na casa em sala apertada, na luz do candeeiro, se dança com trios locais, formados pelos vizinhos. Aquele que se foram para a cidade, estudar, trabalhar buscar alternativas de vida, retornam vindo de perto ou de longe, para a confraternização, para o reencontro com suas origens e com as pessoas. Trazem amigos. Matam saudades. Vivem plenamente o momento.

Porém, vem a modernidade. A luz chega. Os moinhos são abandonados. É mais fácil comprar na bodega ou em supermercados, o floção, o milho já industrializado e assim fazer as comidas de milho. A festa vem para a cidade, porém, em muitos sítios ainda ocorre com outra dimensão.

A agroecologia tem a missão de recuperar a cultura, como identidade. Buscar entender o milho como parte do todo. A semente não é apenas a geradora de outra planta. É conhecimento. É sabedoria. É resultado de muitos anos de observação seleção. Embora hoje, se tenha os transgênicos, que se dissemina pelos ventos, corroendo a biodiversidade e acabando com anos de trabalho. Por isso, é necessário valorizar pelas sementes crioulas.

Para outros é momento de incentivar festas para “aquecer a economia” ampliando o faturamento de cada município. Para outros ainda, é um momento de lazer, esquecer as dificuldades da própria vida, se desligando do stress, comendo pamonha, canjica, bolos, ou seja, outras comidas que diariamente não faz parte de sua vida e dançado ao som de um forró de pé de serra ou outra música que mais lhe agrada, são camisas de quadros. Chapéu de palha. O cidadão se veste para a festa. Vem a caricatura do “matuto”. São cosmovisões diferentes para cada grupo social sobre o São João. É verdade que estas cosmovisões podem ser complementares, mas também podem ser antagônicas, conflitivas. Porém, refletem a leitura do mundo com maior ou menor profundidade.

Resultados

Existem muitos exemplos de resistência. De grupos de mulheres, de jovens, de diferentes agricultores e nativos em diversas partes do mundo. Destacaremos neste trabalho, por exemplo, o povo Xukuru, na serra de Ororubá, em Pesqueira, Pernambuco. Após a retomada das terras vem empreendendo um grande esforço de retomar uma agricultura xukuru. Um modo de vida. Buscando a diversidade, solidariedade, reciprocidade. Retomando e incentivando a valorização do saber dos mais velhos. Estão espalhados em 24 aldeias. São aproximadamente 12 mil pessoas. Alguns se envolvem mais diretamente nesta retomada, outros resistem, aculturados que foram desde o século XVI.

Suas terras foram ocupadas por religiosos e fazendeiros. Estabeleceram a criação de gado. Expulsaram os nativos, derrubaram a caatinga e plantaram capim. Usando a mão de obra nativa para gerar riquezas, enquanto a população local empobrecia. Financeiramente e culturalmente. Ofereceram novos rituais, novos santos em substituição a Tupã e Mãe Tamain. Acabaram com a diversidade e concentraram terra e poder. Com a retomada das terras se iniciou um novo ciclo. A retomada da agricultura xukuru. Dançando o Toré, criam vínculos e fortaleçam suas identidades. A reciprocidade e solidariedade. Não é fácil. Vários anos estiveram submetidos a outra cosmovisão. Resistem, misturam religiões em um sincretismo religioso. Cultivando a diversidade e buscando resgatar plantas, comidas, danças, rituais sagrados, buscando recuperar uma identidade e uma comunhão com a natureza. Ressignificando suas relações com a natureza na promoção da vida. O que nas academias chama-se Agroecologia.

A intenção não é voltar no tempo. A modernidade tem seus benefícios para toda a população. Porém, tem seus percalços. Entre eles está o grande impacto ecológico. A perda da diversidade, solidariedade e reciprocidade. O afastamento e mesmo desligamento do homem da natureza, gerando uma crise de identidade e um aumento da própria irracionalidade. A crise é civilizatória. Em grande parte provocada pelo homem. E é a partir deste, refletindo sobre seu cotidiano, suas festas e ritos, que se pode retomar à um processo civilizatório onde se considera o homem como parte da natureza, mais um animal entre inúmeros, inserido no processo de energia cósmica.

Ao buscar analisar o São João, a intenção é apontar resistências, advindas principalmente do campesinato. Ao citar rapidamente os Xucurus, por exemplo, busca-se ressaltar o enorme esforço empreendido, que sem largar a modernidade e suas tecnologias reafirmam uma identidade de sua relação com a terra e sua cosmovisão. Onde o milho, representa uma parte do todo. É fruto de uma confluência de energias que giram no cosmos, ao mesmo tempo, é resultante de um saber acumulado por muito tempo. A ciência usou estes conhecimentos e estas sementes, para artificializando, transformar em transgênicos e visto exclusivamente como fonte de renda de grandes grupos internacionais. O milho caboclo sinaliza uma direção. O transgênico outra direção. Um aponta para uma cosmovisão, onde a espiritualidade se faz presente. Outro, indica para cosmovisão onde o lucro, o mercado e a acumulação financeira é a marca central deste processo de artificializarão que compromete a vida, mesmo reconhecendo que certas religiões se fazem presentes e subsidiam esta cosmovisão. A cidade, sem reflexão de maior profundidade, assumem esta dimensão e contribui para reafirma-la. Ao camponês cabe resistir.

A Agroecologia tem um papel neste processo, que acreditamos ser pela vida, pela resistência, pela biodiversidade, pela solidariedade, pela reciprocidade, pelo fortalecimento do campesinato e pela busca da essência das coisas, para desta forma possa contribuir para o futuro, com realização de um São João, rico, pleno, com danças, ritos, musicas, comidas e que seja a expressão maior da fartura e do bem viver.

5.8 Cosmovisões e agroecologia: sentir, existir e construir³¹

Ao reconhecer a agroecologia como um campo de conhecimento em construção se reconhece a necessidade de fundamentar o conhecimento agroecológico em outras bases conceituais. Para isso é importante identificar diferentes cosmovisões que explicam o mundo. Este artigo busca mergulhar neste mundo e a partir do apontamento de mitos da sociedade com a cosmovisão judaico-cristã e capitalista busca identificar outras racionalidades que expliquem e fundamentem a agroecologia. Desta forma,

³¹ Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 10, Nº 3 de 2015. AUTORIA: TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto; SILVA, José Nunes.

o conhecimento agroecológico implica em uma epistemologia em outras bases. Palavras-chave: Agroecologia; cosmovisão; epistemologia.

Neste artigo buscaremos uma reflexão sobre as cosmovisões afro para entender o papel da agroecologia como um campo de conhecimento que nega muitos das verdades atuais e buscam construir outras explicações para o mundo. Buscam construir outra cosmovisão calcada em uma ressignificação do ser humano com a natureza na promoção radical de vidas. Estas cosmovisões necessariamente nos remetem a formas de produção alternativas, uma vez que estas são resultantes de culturas e de ideias diferentes. Estas ideias geram conceitos que explicitam uma cosmovisão onde a natureza é parte de nossas vidas e nós, humanos, também somos natureza. Este é um caminho percorrido ou que deveria ser percorrido pela agroecologia.

A partir do momento em que a economia assume uma dimensão crematística (Martínez-Alier, 1999) esta perde sua relação com a dimensão social e política passando a vigorar a própria reprodução do capital como elemento central do processo (Wallerstein, 1985). Em realidade se faz a desumanização das relações em nome da reprodução do capital. E nome de um desenvolvimento se criam, socialmente, distintas estratégias de crescimento que beneficiam sempre os mesmos. Diferente economia, que é prover a casa. Evidentemente nesta perspectiva há uma racionalidade econômica que está voltada para a reprodução social da família, como se caracteriza o campesinato.

Alguns mitos são indicados a seguir na cosmovisão onde o capital financeiro é o centro de referência. Desconstruindo mitos, recriando histórias. O *primeiro* deles é o mito da superioridade dos seres humanos sobre os outros animais. Esse mito permitiu-nos um distanciamento das lógicas de preservação/conservação e resiliência dos diferentes ecossistemas terrestres, fazendo com que enveredássemos por uma compreensão de que não fazemos parte da natureza e, por isso, temos o direito de subjugar os demais animais, sobretudo mamíferos. O *segundo* mito da sociedade capitalista em crise é o mito de que os bens naturais são inesgotáveis. Este mito torna matas, florestas, águas, a terra e o próprio ar, em fontes inesgotáveis de exploração em busca de lucros.

Como parte deste processo, as sociedades capitalistas ditas modernas baseiam seu modelo energético em recursos não renováveis como o petróleo, o carvão e a energia hidrelétrica. A construção da Barragem de Itaparica nos sertões do estado de Pernambuco e Bahia demonstra o preço pago pelos diferentes povos indígenas, quando a mudança do curso do rio e seu barramento inundam lugares e espécies vegetais sagradas, esfacela famílias, destrói modos de vida. O *terceiro* mito aponta um único papel para o trabalho: o trabalho como gerador de riquezas. Nesta lógica para enriquecer mais e mais rápido, os indivíduos se afastam da vivência de uma espiritualidade e rendem graça ao “Deus” dinheiro. Max Weber em seu clássico “A ética protestante e o espírito do capitalismo” aponta que o asceticismo do protestantismo, fundou o avanço do modelo de produção nas sociedades modernas. *Quarto*, além disso, perdemos, gradativamente, o prazer pelo ócio e tempo livre, fundamentais ao bem viver e indispensável a vivência de uma espiritualidade plena, no sentido de uma conexão em sintonia entre corpo e mente. O *quinto* mito o de um Deus único, vigilante e punitivo.

Como trata o epígrafe de Eduardo Galeano apresentado na abertura deste texto, este Deus cristã é apresentado aos povos originários da América Latina e, posteriormente, imposto aos africanos que aqui chegaram, desconstruindo ritos, práticas e tradições espirituais e religiosas. Até os tempos presentes afrodescendentes tentam ressignificar estas práticas, historicamente, obrigadas a se abrigar, sobre o manto do sincretismo católico. “OMI KOSI, ÉWÈ KOSI, ÒRÌSÀ KOSI” (“Sem água, sem folha, sem orixá.”): Natureza e rituais afro-brasileiros Segundo a Yalorixá, Olga do Alaketu (Ashogun, S/D), Orixá é natureza e explica: “Meu filho, orixá é tudo isso que está aí... É o princípio da vida, está em todas as coisas. Por isso, tome muito cuidado, pois quando você mexe em uma coisa, desequilibra outra”. Sendo os orixás pura energia que circula na natureza, ervas, folhas, planta e água, são elementos fundantes destas religiões. Somente no tocante as águas Aderbal Ashogun (s/d) afirma que podemos compreendê-las, ao menos, com cinco significações: 1) ABO: água que cura; 2) OMI ERO - água que acalma; 3) OMI TUTU - água fresca, que abre os caminhos; 4) OMI OLISSA - águas de Oxalá (ritual dedicado a

Oxalá, que inicia ou finaliza o calendário religioso) e; 5) OMI IBONA - água quente que relaxa.

Para Santos e Gonçalves (2011) a associação das religiões afro-brasileiras à natureza se explica por distintas acepções: “Uma primeira acepção, que possui também um caráter mais generalizante é aquela que associa a natureza (e os orixás) aos quatro elementos (água, terra, fogo e ar). De acordo com este pensamento, os quatro elementos estão presentes em tudo, incluindo o ser humano que compartilha com os orixás e com a natureza uma essência em comum.

Nesta perspectiva, a conexão adepto-natureza-orixá passa pelo pertencimento em comum a um dos quatro elementos. Embora esta divisão traga consigo alguns ecos das chamadas ciências herméticas (tais como a astrologia e a alquimia), ou das suas versões modernas difundidas pela Nova Era, essa associação é apresentada como parte do conhecimento “tradicional”, atualmente em processo de resgate”. Pertencendo aos quatro elementos, os lugares sagrados e reverenciados passam a ser domínio de cada um dos orixás, neste sentido Èsù (Exú) assume o domínio dos Caminhos, trilhas e encruzilhadas; Ògún (Ogum) o domínio do minério Ferro e sua forja, que orienta a fabricação de ferramentas para artes e ofícios e mais diversas tecnologias; Ò s ó ò s ì (Oxossi) assume o domínio das florestas e Òsanyìn (Ossain) o Segredo das folhas. O orixá Obalúayé (Obaluaiê / Omolu) simboliza tudo que está relacionada a Terra; Òsùmàrè (Oxumarê) rege a formação e cores do Arco-íris; Sàngó (Xangô) senhor dos raios, trovões e pedras; Oya (Oiá/ Iansã) domina sobre as Chuva, tempestades e ventos; Ò s u n (Oxum) é a senhora dos Rios, cachoeiras; Yemonja (Iemanjá) - Mares e rios; Obà (Obá) - Grutas, cavernas e encontro das águas; Yewa (Euá) - Cosmos, mata virgem; Nàná (Nanã) - Pântanos e mangues e Òòsàálà (Oxalá) - Harmonia da natureza, como deus maior. Como tudo é pensado como complemento e equilíbrio Irókò (Irôco), embora pouco cultuados no Brasil, representa a força física do povo de santo. Diante destes domínios, nos cultos brasileiros, estes são lugares que devem ser preservados, cuidados, como a casa/morada de cada uma destas divindades.

Em suas oferendas preparados e extratos de uma diversidade ervas, frutas, comidas e animais, que entram como axé e oferenda, não meramente como sacrifício. Manter esta tradição faz dos terreiros para o culto destas religiões verdadeiros celeiros guardiões da biodiversidade vegetal, bem como, de conhecimentos tradicionais, acumulados, principalmente, pelos anciãos, que ocupam lugar de respeito e destaque nestes cultos.

Santos e Goncalves (2011) afirmam que a: “Relação entre as religiões afrobrasileiras e a natureza, meridianamente não deixa dúvidas de que é muito importante e forte, pois está marcada pela necessidade que os terreiros têm da natureza como parte integrante de seu universo, dos rituais e da própria identidade dos seus deuses, o que gera um sentimento de respeito, dependência, integração, e ao mesmo tempo, de submissão para com ela”.

Pensando um esquema representativo desta relação com a natureza os mesmos autores supracitados concluem que o núcleo duro da representação de natureza, tem seu centro no uso de diferentes “folhas”, ladeadas pelo “axé” (energias) e pelos “orixás” (elemento da natureza), compondo um bloco coeso; em um segundo plano aparecem os elementos e significados fortes relacionados à religião (é a esfera das religiões afro-brasileiras: ancestralidade, sacrifício, awo, quatro elementos, odus, Ofó, Remédios/curas) e na esfera exterior, temos os elementos que apesar de fazerem parte da natureza, estão mais distante, é a esfera da animalidade, sendo a humanidade sua manifestação mais complexa. Todos os elementos estão relacionados entre si, e é a “folha” o principal elemento mediador. Que indicadores para uma produção de conhecimento agroecológico podem oferecer os estudiosos das cosmovisões oriundas da África? Como a "folha" nos oferece pistas para a epistemologia agroecológica?

5.9 Povos de Terreiros e construção do conhecimento agroecológico: notas para um debate³²

Desde a chegada dos negros escravizados ao Brasil inegavelmente a história desta população é uma história de lutas e resistências. Como resultados

³² Conhecimento Agroecológico Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018. AUTORIA: SILVA, José Nunes; TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto.

destes processos de lutas e resistências os afrodescendentes conseguiram proteger e construir rico patrimônio imaterial que até os dias atuais marca a diversidade da sociedade brasileira. Dentre as diferentes dimensões deste patrimônio protegido pelo povo negro este artigo buscará compreender, a partir de uma revisão bibliográfica e observação participante¹, como estas populações mantiveram suas tradições religiosas, atualmente designadas como religiões de matriz africana, e como os elementos fundantes de tais religiões podem colaborar com a construção do conhecimento agroecológico no Brasil. Palavras-chaves: espiritualidade; religiosidade; natureza.

Um amplo debate no campo da agroecologia (aqui entendida como ciência-prática e movimento) aponta que um dos grandes problemas da humanidade na atualidade está relacionado a uma crise civilizatória, da qual gostaríamos de destacar, ao menos, duas dimensões, uma de valores éticos e a uma outra ambiental. Estas duas dimensões estão intrinsecamente articuladas e têm relação direta com as formas que os indivíduos compreendem o mundo e, conseqüentemente, se veem nele. ¹ Realizada pelo primeiro autor, a partir de vivência cotidiana no Ilê Asè Ogun ati Oyá GBa Mi (Recife-PE).

Nesse debate é importante destacar que a forma hegemônica de compreender o mundo, oriunda de uma perspectiva eurocêntrica e colonialista, agrava, sobretudo nas sociedades capitalistas, ambas dimensões citadas. No tocante aos valores éticos os sustentáculos das sociedades capitalistas são a competitividade, o lucro a qualquer custo, a desumanização. Para satisfazer tais valores a natureza passa a ser enxergada, nessa compreensão de mundo, apenas como recurso, a ser explorado, inexoravelmente. O mais grave desta realidade é que nessa escala alucinada pelo lucro, os humanos se sentem a parte desta natureza que exploram, desconsiderando as conseqüências catastróficas, que já começam a acontecer em todo planeta (derretimento das calotas polares, tsunamis, aumento ou queda das temperaturas em diferentes regiões do mundo, etc.).

Pensar perspectivas mais sustentáveis de vida no planeta e buscar construir outros conhecimentos que deem suporte a diferentes processos transitórios são tarefas desafiadoras para a Agroecologia. No entanto para realizar estas

tarefas, um questionamento torna-se imprescindível: Quais serão os sujeitos da construção deste novo conhecimento, adjetivado de agroecológico. Neste artigo partimos da premissa que povos tradicionais e camponeses têm lugar central nessa construção. Dentre os povos tradicionais, analisando mais detidamente os povos de terreiro observamos que as cosmovisões herdadas das diferentes regiões da África guardam em comum uma compreensão de humano como parte da natureza e natureza como algo divino, que pode nos orientar como ponto de partida para amplos processos de (re)ligação.

É essa relação com a natureza divinizada que vai delinear o ethos dos Povos de Terreiros, espalhados pelos muitos candomblés pelo Brasil. Povos de Terreiros, Candomblés: pluralidade de origem e culto É importante destacar o significado do uso da palavra Povos de Terreiros e Candomblés no plural, pois como chama a atenção Nascimento (2016), há uma variedade grande de práticas de matrizes africanas que poderiam, através de rápidas generalizações, ser chamada de “candomblé”. Isso se deve ao fato de que, historicamente, os candomblés, no Brasil, nascem da articulação de diversas práticas e crenças que se originaram de locais diversos do continente africano. É comum utilizar-se da expressão “nação do candomblé”, como marcador que busca apontar a predominância de um local de origem das práticas.

Há várias “nações”; entre elas, as mais conhecidas e praticadas são Ketu, Angola e Jeje, designando que, na organização das práticas predominam, respectivamente, elementos advindos das regiões iorubás de Ketou, no atual Benin com influências iorubás de outros lugares da Nigéria; das regiões bantas de Ngola, compreendendo as regiões dos atuais Angola e Congo e das regiões ewé-fons do Antigo Dahomé, atual Benin e Togo (SERRA, 1995). Essas diferentes predominâncias fazem com que determinadas ações, visões de mundo e valores se modifiquem no interior dos candomblés, fazendo com que não se possa, sem complicações, simplesmente homogeneizá-los como uma “única” prática com nomes diferentes.

Desse modo, qualquer generalização deverá ser feita com bastante cuidado para não cometermos erros de aproximação. Guardadas as especificidades

de cada nação, é possível destacar que em tais religiões os cultos são prestados à natureza, que na mitologia que fundamenta a tradição ketu, acredita-se que Olodumaré (Deus supremo) delegou domínios para cada “partícula” da força vital que rege o mundo. Nos termos de Botelho e Nascimento (2010): O “culto” é prestado à natureza e aos ancestrais, que ora aparecem na forma de nossos “mortos”, que compõem a comunidade, ora às “divindades” que recebem os nomes de Orixás, nos candomblés de origem iorubá, Inquices, nos candomblés de origem banta e Voduns, nos candomblés de origem ewé-fon (dahomeana). Estas figuras representam – e são responsáveis – ora por uma força da natureza, ora por um fenômeno da experiência humana. Elenco as dezesseis mais conhecidas no Brasil, seguindo a ordem de apresentação dos panteões iorubanos, bantos e jejes e que aparecem ligados com as mais conhecidas abordagens sobre tais divindades: Exu – Njila – Elegbara: fogo, chão, comunicação; Ogum – Nkosi – Gu: ferro, tecnologia, guerra; Oxóssi – Mutalambô – Otolu: matas – caça/alimentação; Ossãe – Katendê – Agué: folhas, cura; Omolú – Kavungu – Sapatá: terra, saúde; Nanã – Nzumba – Nãburuku: lama, morte; Oxumaré – Angorô – Bessém: chuva, arco-íris, movimento; Iroko – Kindembu – Lokô: estações do ano, temporalidade; Xangô – Nzazi – Heviosô: pedras, trovões, justiça; Oyá (Iansã) – Matamba – Jó: vento, impetuosidade; Oxum – Ndandalunda – Aziri: águas doces, fertilidade; Logun-Edé – Telekompensu – Averekwete: lagos, pesca, jovialidade; Iemanjá – Mikaiá – Naetê: águas salgadas, organização, maternidade; Ibeji – Vunji – Tokén: gêmeos, diversão; Oxaguiã – Nkasuté – Lisa: frio, ponderação; Oxalufã – Lembá – Lisá: ar, paz.(grifo nosso)

Na medida em que águas, matas, terra, ventos, plantas (folhas), metais/minerais, chuvas, pedras, bem como características humanas como fertilidade, justiça, ponderação, jovialidade estão regidas pelas divindades, os Povos de Terreiros (re)definem suas relações com tais espaços, buscando sua preservação, a partir da atribuição de significado de vida para os mesmos. Essa forma de compreender e se relacionar com esses espaços naturais pode ser considerada uma contribuição importante para o conhecimento agroecológico, a partir das vivências dos Povos de Terreiros.

Uma outra característica rica da vivência dos Povos de Terreiro e que enfrenta diretamente a sociedade capitalista hegemônica responsável pela

crise civilizatória citada anteriormente é a noção indiscutível de comunidade. Nos terreiros a lógica de funcionamento é comunitária. Reconstrói-se nesses locais uma reprodução da estrutura familiar, daí a designação comumente utilizada de mãe, pai, filho/a, irmã/irmão “de santo”. Pensar nesta lógica pressupõe fortalecer laços fraternais de solidariedade, confiança e ajuda mútua. Esses laços são carnis, mas também espirituais.

Como afirma BOTELHO (2011) Os orixás, voduns e inquices são membros da comunidade e não divindades separadas. Por isso, dependem da comunidade como todas as outras componentes e, como todos/as, têm funções a desempenhar. Os mortos também são parte da comunidade e assim como os orixás, voduns e inquices, têm funções na mesma, comem e festejam com ela. Este aspecto está ligado com a cosmologia que não pensa a pluralidade de mundos. Há um mundo só e todos estão presentes, de modos diferentes, nesse mesmo mundo.

E o mundo é repleto de comunidades familiares distintas, mas relacionadas. Utilizando a distinção de Eduardo Viveiros de Castro (2011:375), o mundo, na cosmologia africana que se mostra nos candomblés, é antropomórfico e não antropocêntrico. Isso implica uma herança da cosmologia africana que expande a noção de humanidade a todos os elementos da natureza, embora hierarquizando o modo como a noção se aplica a animais humanos, não humanos e seres que chamamos no vocabulário ocidental de “inanimados”. Nessa compreensão de um só mundo, onde todos os seres se comunicam e têm papéis distintos atribuídos, as folhas têm um lugar central. Elas estão presentes na quase totalidade dos rituais e liturgias, levando a um ensinamento fundante nos Terreiros que é: “Kosi ewe, kosi orisà”, que significa “sem folha não tem orixá”.

O uso das folhas nos terreiros traz dois aspectos importantes que podem fortalecer um diálogo com a construção do conhecimento agroecológico. O primeiro aspecto está na busca por compreender, a partir da partilha com a Fitoterapia/homeopatia, o duplo uso para certas espécies vegetais, que, poderíamos dizer, curam o corpo e o espírito, são ervas de poder.

Como explica Barros e Napoleão (1999:19). Nossa pesquisa sobre o uso litúrgico e terapêutico dos vegetais em casas de candomblé de origem jêje-nagô apontou para importância fundamental das plantas enquanto elementos imprescindíveis às práticas religiosas afro-brasileiras, ao mesmo tempo em que evidenciou-se uma medicina alternativa destinada a promover o bem estar físico e social dos participantes do terreiro. Tal importância dos vegetais nos cultos dos orixás, voduns e inquices implica em cuidados especiais. As ‘folhas’ ou ‘ervas’ (...) devem ser coletadas através de um ritual complexo, sem o qual perdem sua razão de ser, seu (poder).

O segundo aspecto diz respeito a capacidade de adaptação demonstrada pelos negros ao chegarem ao Brasil, substituindo espécies ritualísticas não encontradas aqui, por outras com características semelhantes e, conseqüentemente, mesmos princípios ativos. Esse conhecimento guardado e desenvolvido, sobretudo, pelos mais antigos, base da tradição das religiões afro-brasileiras e nos Bábálosányín/Olosányì (Sacerdotes do culto ao orixá Ossãe), são fundamentais para construir uma saída para uma sociedade quimicamente ‘medicalizada’ e dopada. Estes saberes africanos trazidos e adaptados no Brasil se encontram com vasto conhecimento sobre plantas dos Povos Indígenas que aqui viviam e, no campo das religiões de matriz afro-indígena tal riqueza se expressa no culto da Jurema Sagrada, bastante vivo em estados como Paraíba e Pernambuco.

Por outro lado, se pensarmos nos aspectos produtivos das agriculturas de base ecológicas tais conhecimentos dos Povos de Terreiros e Indígenas sobre as plantas, podem oferecer ricas trocas para a formulação de preparados/formulações para vários fins nos diferentes manejos de agroecossistemas. Uma outra questão que os Povos de Terreiros trazem para a problematização e, conseqüentemente, o avanço da produção do conhecimento agroecológico é a noção do corpo como sagrado. Essa noção está ligada a compreensão do corpo como canal para vivificação do orixá/Inkice/Vodun. Por meio do transe o corpo da iniciada/iniciado funciona como suporte da energia divinizada.

Neste sentido este corpo não pode ser qualquer corpo. Cuidado de qualquer forma. Que coma qualquer coisa. Daí os Povos de Terreiros apresentam-se

na atualidade como fortes parceiros da Agroecologia no debate e enfrentamento do uso dos agrotóxicos e transgênicos. Nas comunidades de Terreiros os alimentos são tudo. São parte do sagrado e isso leva a uma forte reflexão: Se eu não como envenenado, como darei para meu orixá? Essa reflexão pode remontar os tempos históricos dos primeiros terreiros do Brasil, denominados de “roças”, num sentido próximo aos roçados, pois ali de forma comunitária, produzia-se em busca do auto sustento, dos vivos e divindades. Por fim, não menos importante, embora não exista registro de nenhuma sociedade matriarcal institucionalizada para reger a vida nos Candomblés, grandes e históricas casas de culto das religiões afro-brasileiras são lideradas por mulheres fortes e sábias.

Como nos fala Mariano (2017): “Na África, as mulheres iorubás participavam do conselho dos ministros, tinham organizações próprias e chegaram a liderar um intenso comércio que incluía rotas internacionais. Foi por isso que, na Bahia do início do século XIX, elas conseguiram o que parecia impossível: deram à luz uma organização religiosa que conciliava tradições de diferentes povos, resistindo à exploração da escravidão e à perseguição policial. No candomblé, com diplomacia, inteligência e fé, elas reuniram todos os elementos necessários para garantir ânimo e autoestima ao seu povo. O título que receberam expressa bem o misto de liderança religiosa, chefia política e poder terapêutico que exercem: mães-de-santo (...) A liderança feminina nessa tradição religiosa, explica Maria Stella de Azevedo, a Mãe Stella de Oxóssi do Ilê Axé Opô Afonjá, vem de um fato simples.

As pioneiras do candomblé, princesas africanas que vieram para a Bahia em fins do século XVIII, criaram o princípio de que as suas casas religiosas só poderiam ser lideradas por mulheres. Uma tradição mantida até hoje nos terreiros mais antigos, como a Casa Branca, o Alaketu, o Gantois, o Afonjá e o Cobre”. Esse protagonismo feminino vem reverberando fortemente também na construção do conhecimento agroecológico. Nesta construção as mulheres apresentam característica que marcadamente lhes guarda lugares de representação política, ao mesmo tempo em que são guardiãs de sementes e ervas medicinais e vêm, cada vez mais rediscutindo o trabalho doméstico, como parte do trabalho na unidade produtiva, rompendo tabus, redesenhando quintais produtivos.

Em que medida as Mães de Santo, senhoras de poder e fé, têm a contribuir com o empoderamento das mulheres que constroem o conhecimento agroecológico? Em nosso entendimento esse é um rico diálogo em aberto que trará grandes aprendizados. Para não concluir... Diante do conjunto de questões apresentadas ao longo do texto é possível concluir que os Povos de Terreiros são sujeitos centrais para a construção do conhecimento agroecológico. A característica central de sua cosmovisão que é central para a superação da crise civilizatória que enfrentamos é a noção de humanidade como parte da natureza e natureza como divinizada. Nessa compreensão todos os seres que habitam a terra são partes de um só mundo e nele têm, apenas, funções/missões distintas.

A forma particular de se (re)ligar aos espaços naturais; a centralidade da comunidade, como lócus da vivência religiosa e socializante; o lugar central das folhas nos rituais e na vida; a compreensão do corpo como sagrado (somos o que comemos!) e o reconhecimento do papel das mulheres na construção das (re)existências, são conhecimentos/práticas/ vivências dos Povos de Terreiros que para nós são centrais para o avanço da construção do conhecimento agroecológico. Laroyê!

5.10 Agroecologia e espiritualidades, o reencontro necessário³³

A proposta deste texto é refletir sobre a base conceitual que favoreça a construção do conhecimento Agroecológico. Nesta perspectiva, a justiça cognitiva e a equidade epistêmica são elementos essenciais nesta construção, aliado à espiritualidade que se revela como componente imprescindível à base conceitual de saberes de povos tradicionais. Constata-se uma grave crise, também, epistemológica de nosso atual modelo de construção de conhecimento, verifica-se uma centralidade no modelo europeu, portanto, dentro de uma lógica colonialista, que não consegue responder aos problemas criados por esta civilização, gerando um desencanto com nosso modelo de vida atual, consequentemente ampliando nossa crise civilizatória. Desafia-nos a buscar uma necessária rearticulação do homem com a natureza e assim voltar a trabalhar incorporando a dimensão do encantamento em nossas relações do cotidiano.

³³ TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto; SILVA, José Nunes.

Há uma crise civilizatória. Ela se manifesta em diferentes dimensões e em distintas áreas. Um destes aspectos é a crise ecológica, outro, é a crise ética e de costumes. Há mudanças significativas no mundo do trabalho e nas relações sociais. O imediato e o consumo se impõem. O pouco valor à vida talvez, seja o grande drama de nosso tempo.

É visível e mesmo palpável as mudanças climáticas. Capra (1982:23), afirma “quando examinamos as fontes de nossa crise cultural, ficará evidente que a maioria de nossos principais pensadores usa modelos conceituais obsoletos e variáveis irrelevantes”. Desta forma, sintetiza, a crise é conceitual. Quais os fundamentos de nossa sociedade? A natureza fonte da essência da vida transforma-se. A partir da lógica europeia e sua racionalidade positivista e modernidade passamos a entender a natureza como fonte de oferta de matérias primas, ao que Maturana e Varela (2001:8) destacam “essa convicção constitui a base da mentalidade extrativista e com muita frequência predatória- dominante entre nós.”

Um ponto, no entanto, parece certo, percorrer os mesmos caminhos e os mesmos fundamentos teóricos que nos levaram a atual crise não parece ser o caminho mais indicado à superação desta. Uma consequência é a indicada por Oliveira (2012:41), “Ficamos alheios ao mundo que criamos. Racionalizou-se o sagrado e mistificou-se a tecnologia, resultado: Desencantamento.” A Agroecologia será uma alternativa? Em que bases teóricas irá se fundamentar? Na agricultura entendida como um modo de vida onde se produz, consome, ama, reproduz, onde se estabelecem inúmeras relações, se criam situações e se gera uma cultura, mesmo inconsciente ligada ao ambiente, têm-se resultados expressivos.

Produzimos mais que consumimos. Pode-se dizer que neste campo, foram contabilizados inúmeros sucessos. Sempre ou na maioria das vezes, a partir da premissa de domínio da natureza. Porém, é neste campo que pode se encontrar o foco dos problemas. Ao pretender dominar a natureza e mesmo se colocar aparte desta, foi esquecido um elemento central, o homem é natureza. A questão é que o retorno se localiza no campo das ideias e suas aplicações. Quais os conceitos, fundamentos, cosmovisões têm prevalecido até hoje? Então temos o desafio de buscar os princípios geradores deste

conhecimento e explorar outras possibilidades de síntese e mesmo de conhecimento para oferecer alternativas de vida no planeta.

O que predomina hegemonicamente, hoje, são os princípios geradores e fundamentos filosóficos ocidentais e cristãos, que partindo do conhecimento europeu possibilitou as atuais conquistas e crises. Fundamentos estes embasados em uma perspectiva cultural, religiosa, espiritual. Porém, nem sempre foi assim, Enrique Dussel (2004), chega a afirmar o caráter pouco desenvolvido da região europeia, inclusive o tecnológico, apontando a Europa como subdesenvolvida e mesmo periférica, em suas palavras: “La cultura europea, menos desarrollada (en comparación a la islámica, indostánica, y especialmente a la china), separada por el “muro” otomano-islámico de las regiones centrales del continente Asiático-afro-mediterráneo, era entonces hasta finales del siglo XV periférica.”

Os descobrimentos da América, Brasil e de outras partes deste continente, atribuído aos europeus como os primeiros a pôr os pés e suas “garras”, pode-se dizer, por aqui, hoje é contestada por inúmeros pensadores. Dussel (2004) destaca ainda, que os europeus tiveram acesso a mapas elaborados por chineses que anteriormente haviam com seus “juncos” viajado a diversas partes do globo, destaca: “Este grupo de mapas o relatos, anteriores (según fechas reconocidas) a los “descubrimientos”, indican que se conocía con precisión los territorios que habrían de “descubrirse” por la Escuela de Enrique el Navegante, o por la Casa de Contratación en España. Esos mapas llegaron a Europa a través Niccolò dei Conti (1395-1469) participó en una de las expediciones chinas, y parece que llevó a Venecia algunos mapas, junto a Frei Mauro. La compra de mapas chinos se generalizó. Don Pedro de Portugal habla en 1428 de poseer un gran mapa del mundo, empresa que continuará Enrique el Navegante (1394-1460) que compró a alto precio los que constituyeron el tesoro de su Escuela”.

O real é que o processo de colonização realizado, através das armas, nas “colônias” se inicia por impor uma ordem e negar os conhecimentos dos povos e avança no domínio das terras. A terra é apenas um espaço físico para exercer o poder e se apossar dos tesouros, ouro, prata e principalmente do conhecimento destes povos autóctones. Mas, a força não é suficiente é

importante criar uma situação no campo espiritual. Como sinaliza Dussel (1994:54) “era necesario ahora controlar el imaginario desde una nueva comprensión religiosa del mundo de la vida.” Aliás, este procedimento e atitude de apropriação do corpo, passa necessariamente por se apoderar do espírito, do saber do outro”. É no campo do imaginário que se vence a guerra, ocupa as terras e se apossam de suas riquezas.

Um bom exemplo, é a questão da filosofia grega, Molefi Kete Asante (2014), no artigo: Uma origem africana da filosofia: mito ou realidade, diz que atribuir aos “gregos a origem e exclusividade da filosofia é um equívoco histórico. A premissa é falsa”, afirma: “na medida em que os estudiosos revelaram que a origem da palavra “filosofia” não se encontra na língua grega.” e adianta: “Diodoro da Sicília, escritor grego, em seu Sobre o Egito - escrito no primeiro século antes de Cristo - diz que muitos dos que são "celebrados entre os gregos pela inteligência e ensino, aventuraram-se para o Egito nos tempos antigos, para que pudessem participar de suas tradições e copiar seus ensinamentos”. O que queremos demonstrar com estes pontos indicados? Que todo povo constrói seus conhecimentos.

O conhecimento é algo inato aos humanos e que estes saberes são vários e orientados principalmente pelo ambiente onde se vive. É a partir da observação, de experimentos, das tentativas e erros que se vai construindo o saber, com objetivo primeiro de garantir a sobrevivência e depois com o domínio do ambiente se avança, com produção de excedente, beneficiamento, industrialização e circulação de produtos que garantem entre outras, as vidas nas cidades.

O mundo é uma grande indústria. A matéria prima é introduzida em uma linha de montagem e no final se tem o mesmo produto. Grande equívoco. Nem sempre a máquina funciona. Um destes campos onde se constata sua inviabilidade de reprodução é no campo das artes. Artes é um espaço de criatividade, de criação, do inusitado, do diferente, do próprio, do específico. Outro exemplo de dificuldades de ações pré-determinadas é o campo que envolvem vidas. Na agricultura, lidando com as necessárias e inúmeras técnicas, se viabiliza a produção, no entanto, pelas inúmeras vidas

envolvidas, o imprevisível está presente, o que gera, portanto, riscos para uma padronização.

Na agricultura pode-se pensar como uma grande obra de arte. O ambiente estabelece limites e possibilidades quando se considera a própria natureza na perspectiva de movimento e de suas especificidades. Por isso o desafio é por agriculturas ecológicas e sustentáveis. A Agroecologia é um campo da ciência que se propõe como alternativa o avanço da humanidade na perspectiva da permanência da vida, porém com qualidade. É buscar compreender as diferentes leituras do mundo que possibilitem encontrar alternativas para nossas vidas, de todas as vidas. É reconhecer que os caminhos da modernidade e as explicações sobre a realidade do mundo a partir do referencial teórico, branco e europeu, já não bastam.

A racionalidade não é suficiente, precisa ser completada e encantada. Metodologia Foram realizados dois encontros (2014 e 2015) de povos de Pernambuco. Nos materiais de divulgação dos eventos, constava como objetivo “Promover um amplo diálogo de conhecimentos sobre Agroecologia, visando aproximar e articular diferentes atores sociais para fortalecer as lutas e reivindicações por terra, território e soberania alimentar em Pernambuco”.

Para isso aproximadamente 2000 pessoas, entre adultos, jovens e crianças circularam no evento em tendas onde diversas e importantes discussões foram realizadas. Rodas de diálogos, com apresentação e discussão de trabalhos com variados temas foram complementados com instalações pedagógicas, organizados pelos próprios grupos de participantes bem como palestras, proferidas por professores do Brasil, México e Espanha. Professores de universidades e professores populares, aqueles que percorreram diversas etapas de resistências, construindo alternativas ao modelo insustentável implantado pelo capital financeiro internacional e que resistem de formas diferentes, a um processo de colonialismo.

É comum entre os diversos povos adotarem diferentes formas de espiritualidades e de viver no cotidiano. Os indígenas a recuperar suas agriculturas, seja Xucuru ou Nayar. Os distintos terreiros plantam essências que usam para suas festividades e oferendas criando espaços diversificados

de vidas nas cidades. Entendem que a partir de outra lógica estão propondo outra relação com o ambiente e assim, vivenciando diferentes formas de Agroecologia. Na perspectiva europeia judaico cristã existem templos, igrejas, sinagogas usadas para adorar um único Deus. Há uma ideologia. Há um processo de produção do conhecimento. Há objetivos que giram em torno de obtenção de riquezas. Estes outros povos, com suas diferentes espiritualidades são árvores, pedras, lugares sagrados onde praticam e exercitam suas religiosidades, sem interferências, em um politeísmo, muitas das vezes entrelaçados com ritos e santos adotados pelos católicos.

Afinal, como o processo de colonização realizado, através das armas, nas “colônias” se inicia por impor uma ordem e negar os conhecimentos dos povos e avança no domínio das terras. Mas, a força não é suficiente. É importante criar uma situação no campo espiritual e ideológico. Como sinalizado anteriormente nas palavras de Dussel (1994) da importância do imaginário, do imaterial e da espiritualidade. Aliás, este procedimento e atitude de apropriação do corpo passam, necessariamente, por se apoderar do espírito e do saber do outro. Isto gera necessariamente a busca através de pesquisas e estudos para entender estas outras lógicas, estas outras bases conceituais, onde homo sapiens sendo também natureza, faz outras sínteses da realidade e estabelecem outras interpretações e culturas que entendemos se apresentar como sendo aquilo que nas academias se denomina Agroecologia.

Resultados e discussão

É indiscutível que todo povo constrói seus conhecimentos. Este é algo inato ao homem e que este saber são vários e orientados principalmente pelo ambiente onde se vive. É a partir da (Rist, 2002) observação, de experimentos, das tentativas e erros que se vai construindo o saber, com objetivo primeiro de compreender e explicar a existência para assim, garantir a sobrevivência e depois como o domínio do ambiente se avança, com produção de excedente, beneficiamento, industrialização e circulação dos produtos. É importante destacar que a modernização e a produção em larga escala exigiram a padronização no processo produtivo, porém, para isto havia a necessidade de homogeneizar o pensamento. Inclusive seu processo de construção do conhecimento.

A dimensão histórica é fundamental na construção da Agroecologia como ciência e que se apresenta como uma alternativa epistemológica na produção de conhecimentos comprometidos com a perspectiva da permanência de vidas. É entender como os povos tradicionais, aqueles nativos de diversas partes do mundo, explicam suas realidades. É buscar compreender as diferentes leituras do mundo que possibilitem encontrar alternativas para nossas vidas, de todas as vidas. É reconhecer que os caminhos da modernidade e as explicações de realidade do mundo a partir do referencial teórico, branco e europeu, já não bastam.

A racionalidade não é suficiente, precisa ser completada. Precisamos do encantamento. É buscar novas racionalidades como nos indica Leff (2006). Ou como sugere Gliessman (2001), após viver com os camponeses na América Central, experiência que contribuiu fundamentalmente na sua obra *Agroecologia, processos ecológicos em Agricultura sustentável* ou mesmo Stephan Rist (2002), após uma estada de alguns anos na Bolívia, onde realiza estudos e sistematiza suas experiências em tese doutoral, que ao ser publicada já sinaliza sua linha de trabalho, quando adota como título de seu livro: “Se estamos de buen corazón hay producción”.

Toledo (2003) avança na perspectiva etnográfica e nos oferece inúmeras lições sobre a forma de viver tradicional, alguns de seus textos são referência na Agroecologia, a exemplo de *Ecologia, espiritualidad y conocimiento* ou *A memória Biocultural*. A importância ecológica das sabedorias tradicionais (Toledo e Barrera, 2015), para citar apenas duas entre as diversas e importantes contribuições deste autor. O que há de comum nestes autores é a identidade e a convivência com povos tradicionais, com o campesinato. Os saberes dos povos tradicionais oferecem possibilidades de pensar com o olhar no antigo e identificar novas possibilidades para hoje.

Por isso ao perguntar aos Xucurus sobre Agroecologia, respondem como o povo Nayar do México: Agroecologia não temos. Temos a nossa agricultura, nossa relação com a natureza, onde vivemos, veneramos, oramos, produzimos, onde somos parte, como as árvores, pedras, rios, como tudo. Os conhecimentos dos povos incas, que hoje fundamentam o *bien vivir/bien convivir* ou *sumak kawsa* nos oferece outras importantes

lições. O ambiente natural é espaço de vidas onde se inclui a produção de alimentos, sonhos, mitos, venerações e espiritualidades. O universo é amplo, o céu e suas constelações além de orientar os viajantes, explicam determinados fenômenos na terra. A lua tem uma influência direta nos movimentos das marés, no nascimento e crescimento das plantas e de outros elementos vivos da natureza. Também, este universo, com suas constelações pode inspirar poetas e pode satisfazer almas inquietas, por isso, os andinos consideram a *pachamama* como mãe da terra, ou seja, é entendida como fonte de sentido de tudo que ocorre na terra, dentro e acima dela.

Assim, é uma compreensão cósmica onde a terra, a natureza e o ser humano são parte de unidade vivente que nos remete ao espiritual, desta forma, *pachamama* é a mãe do mundo. Nesta compreensão, o ser humano, não se encontra confrontado com o mundo espiritual, e sim, se percebe a si mesmo como parte de uma unidade conformada por espírito e matéria, que se conhece a si mesmo na consciência daquele. Estamos em um cosmo onde interagimos com o todo. São muitos saberes que precisamos conhecer e valorizar, da África, América, Oriente, que em comum estabelecem a relação intrínseca do homem com a natureza. Corpo e espírito. Eu no mundo. Lições estas, fundamentadas em outra forma de entender a relação dos humanos com a natureza.

Conclusão

O homem é natureza e esta é entendida e impregnada de espiritualidades, misticamente materializadas no homem, nos encantados, caboclos, orixás, que vivificam um modo de vida, onde o produzir significa alimentar o corpo, mas sobretudo, alimentar a alma. Essa racionalidade é reflexo de nossa herança indígena-africana, que (re)existiu nos últimos séculos a muitos ataques dos colonizadores, principalmente ao reafirmar sua cultura, que define seu modo de viver e se relacionar neste mundo, mais não só neste ou entendendo este, como Universo/Cosmo. Não será este, diálogo entre diferentes com outras bases conceituais, o caminho para a produção de conhecimento agroecológico?

Tentando finalizar... Seguindo caminhando

O mundo mudou (Beck, 1998). Sob todos os aspectos. Em valores, comportamentos, tecnologias, organização, filosofia, comunicação (Castells, 1999), cultura, política, economia e nas relações pessoais (Capra, 1982). Evidente que destas transformações algumas são positivas e outras, nem tanto. A consequência entre outras deste processo é a grave crise civilizatória, onde a ética e moral, são afastadas em nome de um imediatismo, daí sua parte mais visível e palpável é a crise ecológica. Estamos destruindo o planeta, nossa casa.

Foi neste mundo em movimento incessante que fiz uma caminhada com tropeços e mesmo algumas quedas. No entanto olhando hoje, posso ressaltar inúmeros pontos positivos. Trabalhei duro, sem no entanto deixar de gozar os prazeres da vida. Nas sextas nos reuníamos para tomar uma “ceva”. Logo depois inventamos, no sábado, uma “pelada” e depois ninguém é de ferro, uma “geladinha. Esta “pelada” foi se transformando iniciamos no campo do moinho recife com a rapaziada da Assocene, depois fomos para o “sangue e areia”, em Olinda, outro grupo, o pessoal do Prado. Depois participei durante algum tempo de futebol de salão no círculo militar da Rui Barbosa, agora o grupo era do INCRA. Outras conversas e fidelidade a cerveja gelada. O Carnaval comecei “nos inocentes do pau amarelo” bloco pelas bandas de Olinda. Maravilha. Depois de casado larguei o carnaval “rasgado” agora apenas seguindo o “segura o talo” formado por motoristas e técnicos da FUNDAJ. Inicialmente um pequeno bloco, depois passou a ser uma multidão que invadia as ruas de casa forte. A senzala invadiu a casa grande. Muito trabalho, porém, também muito prazer, alegrias, confraternização, amizades.

Carnaval, peladas, trabalho, conversas são partes de um todo. Toda sociedade tem sua cultura e seu conhecimento. Consequentemente, levanta o desafio do necessário diálogo entre os diferentes saberes. Todos os saberes são importantes. Busca-se praticar uma justiça cognitiva e a equidade epistêmica. Respeito a diversidade de saberes. Há uma exigência em que se domine sempre de forma inconclusa, o saber, o saber ser, o saber fazer, conviver e o saber viver. Isto implica capacidades, habilidades e atitudes. Há uma enorme complexidade, porque buscar a essência da

natureza e do *homo* é reconhecer que o mesmo, é ao mesmo tempo, *sapiens, ludens, faber, demens, spiritualis*. É múltiplo em sua individualidade. Desta forma, um processo formativo deve considerar estas dimensões e não apenas o *faber* ou mesmo técnicas que é conhecida e aplicada em determinados ambientes onde atuamos, porque fruto da cultura. Nesta perspectiva estudar a natureza e suas múltiplas manifestações, implica necessariamente aprofundar os estudos da psicologia pois esta é uma ciência fundamental para explicar comportamentos, atitudes e assim o agir do *homo*. Porque não é só a natureza, meio ambiente, que deve ser conhecida. Mais todas as naturezas.

Estando no mundo, devemos reconhecer que aprendemos, ensinamos e buscamos compreender onde vivemos. Assim, o complexo processo de aprendizagem é amplo. Aprendemos fazendo, vivendo, sentindo, errando de várias maneiras e, como definido pelo Prof. Carlos Alberto Tavares, ele é multidimensional. Exige saberes, domínios e habilidades. Exige conhecer, fazer, conviver e ser. Necessita-se de técnicas e conceitos. E, aqueles domínios humanos, sejam cognitivos, psicomotores e afetivos, pressupõem participação e envolvimento. Apenas a transmissão de conhecimento em sala de aula não é suficiente. Sendo necessário a implantação de processos de construção coletiva do conhecimento. Conhecimentos para solução de determinados problemas. Para viver hoje. Competências.

Desta forma, o processo de aprendizagem, retomando as definições da LDB e as considerações anteriores se dá de várias formas. A educação escolar, formal; a educação popular seja ela, a educação informal e/ou a educação não formal, entre outras.

A educação não formal, sempre existiu. Eram os mestres que formavam aprendizes em determinados ofícios. Como relatado em páginas anteriores aprendi muito com os agricultores. Mestres na sobrevivência e em processos de resistência. Em realidade a educação escolar, formal, a escola é fruto da modernidade e tem assumido um papel importante nos processos formativos, porém não é única e não é suficiente como os organismos internacionais sinalizam, está em crise. É a partir da Conferência sobre a crise mundial da educação da UNESCO, em 1967, em Williamsburg, do qual Coombs, foi relator, que o termo educação não formal ganhou relevância. Garcia (2015:65).

Seja na formal ou não formal, a aprendizagem é individual, própria. Assim deve-se buscar o envolvimento. Trabalhar as diversas dimensões do *homo*, usando muitas e diversas metodologias participativas, como já citadas anteriormente. Sendo oficinas, trabalhos em grupo e instalações pedagógicas muito utilizadas. Evidentemente à partir de análise de conjuntura e no processo de desvendar a realidade e de compreensão dos limites e possibilidades de ação, para conseqüentemente serem traçadas estratégias de superação do que se quer. Em nosso caso, nos exemplos citados, o objetivo foi a saída de uma agricultura convencional, entrópica, dependente de insumos externos e por isso, não sustentável para uma agricultura ecológica, sintrópica, sustentável, diversificada que tem por foco a autonomia e a melhoria de qualidade de vida da família e do meio ambiente, desta forma, promovendo e valorizando as diversas vidas.

Neste processo de formação destacamos três aspectos. A primeira é vivenciar instrumentos pedagógicos e conceitos a serem aplicados na realidade de cada um. O segundo foi a ênfase oferecida a aspectos lúdicos. Foi resgatado brincadeiras como o mamulengo, canções, poesias, instalações pedagógicas, trabalhos em grupo, corpo e um série de instrumentos que possibilitasse vivências e posteriormente sua aplicação. O terceiro aspecto foi o encantamento, o sonho, para isso foi buscado a experiência dos Xukurus, em Pesqueira, que enxergam a agricultura em uma dimensão sagrada, onde a espiritualidade e ancestralidade são aspectos destacados em suas práticas e na sua inserção no cosmo. (Villas Bôas, 2000).

Isto implica necessariamente o exercício da integração plena entre a extensão, pesquisa e ensino, dentro uma lógica formativa. A práxis como síntese. Por isso iniciamos pela extensão. A extensão como ato de transformação e autonomia. Quando se busca transformar, ao mesmo tempo se inicia o processo de autotransformação. Assim, o que é obvio, a extensão em seu conteúdo educativo e político assim definido por Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que institui a política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária - Pnater e o Programa nacional de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar e na reforma agrária - Pronater, Define em ser Art. 2, estabelece, para os fins desta Lei, entende-se por: Assistência Técnica e Extensão Rural

- ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Também desenvolvíamos atividades de ensino, em sala de aula de diversas disciplinas a saber: extensão rural para agronomia; para zootecnia; para economia doméstica; para a engenharia florestal, para engenharia agrícola, ou seja, para todos os cursos agrários oferecidos pela UFRPE, inclusive para os cursos de sociologia e economia. Evidentemente, a partir de uma emenda construída coletivamente pelos professores da área IV - Educação agrícola e extensão rural, aprovado no Departamento e registrada na PREG, discutíamos nas primeiras aulas, os interesses dos alunos e assim era construída o programa da disciplina do semestre.

A terceira via de trabalho, foram os cursos de extensão oferecidos em parceria com o MDA, para atualização dos técnicos de extensão a partir de outro referencial teórico, a Agroecologia. Foram oferecidos cursos para extensionistas do Nordeste em agricultura sustentável, SAF's; metodologia participativas, extensão indígena, extensão para quilombola e também realizamos um curso de especialização em extensão rural, este em nível nacional. Alguns seminários foram realizados e palestras proferidas em evento em alguns estados do Brasil, a exemplo de. São Paulo, Paraná, Alagoas, Maranhão, Amazonas e principalmente, em Pernambuco.

Ufa, foi muito trabalho. Em determinados períodos o dia era muito longo, não tinha hora para acabar. A idade e o entusiasmo afastavam naqueles momentos o cansaço e se seguia em frente. Porém, não era só trabalho era também o prazer de trabalhar. De contribuir através de processos educativos em melhorias de vidas. Tenho uma forte herança do gosto pelo trabalho. Ao construir este relato constatei que sempre estive envolvido em projetos de formação. Iniciando com a Diretoria de Capacitação e Treinamento na COATE e seguindo até hoje nesta mesma pisada. Varia de intensidade e principalmente em uma maior aproximação e compromisso com o campesinato e a agricultura familiar. Aprendi muito nesta caminhada. Comecei com a questão do cooperativismo, depois evolui para

o associativismo³⁴, quando de volta para UFRPE, me debrucei intensamente em disciplinas para os diversos cursos na área de extensão, posteriormente ao trabalhar com educação agrícola mergulhei no mundo da educação formal, porém sempre desenvolvendo também, trabalhos de educação não formal, ou seja, de extensão rural ou extensão universitária, dos quais citei rapidamente cinco destes projetos anteriormente.

É o trabalho que modifica a natureza e alimenta a alma. Em um primeiro momento para garantir a sobrevivência da família. Depois com bastante observação, experimentação se vai construindo conhecimento e desenvolvendo tecnologias, por isso um processo educativo e cultural, se obtém sobras, excedentes que se transformam em estoques, investimentos ou outro destino que define a família ou o patriarca. Porém este trabalho se dá em uma cultura dada, onde o ambiente delimita determinados aspectos e assim, quando se nasce já existe uma cultura que vai sendo modificado, no entanto que influencia fortemente a forma de pensar, comer, se vestir, de viver. A cultura é determinante e toda a produção seja agrícola, agropecuária ou outra, é produto da cultura. Cada povo com culturas diferentes, se alimentam, vestem, vivem e se relacionam com seu ambiente dentro de padrões, normas e costumes mediado pela cultura. Sem dúvidas cada povo ou mesmo comunidade constrói seu saber.

Assim, todos tem seu conhecimento. Criam e desenvolvem sua maneira de intervir na natureza, artificializando o ambiente e criando suas condições de reprodução social. Este aspecto entre outros, que vários autores, falam de colonialidade, a exemplo de Enrique Dussel, Boaventura de Souza e Santos. Paulo Freire, Fals Borda, Mariategui, Darci Ribeiro e outros ao refletirem sobre educação como processo político e Freire destaca o perigo de se realizar no processo educativo a “invasão cultural”. Que em suma significa o desrespeito ao saber do outro.

A imposição de um saber externo a comunidade e assim, mesmo sem usar a palavra colonialidade, distorce o processo, aliena, subjuga. O trabalho, sugere, uma educação “libertadora” que empodere e valorize o saber local. Cabendo ao educador contribuir e facilitar a construção do conhecimento

³⁴ Principalmente dos movimentos populares, cuja essência é a cooperação. Há inúmeras experiências no Nordeste. Escreve um texto Organizações econômicas associativas, que foi utilizado como material didático dos cursos de especialização em associativismo realizados pelo PAPE/UFRPE.

de forma participativa e coletiva, a partir da cultura e do saber local. Capacitando-se também. Sem dúvidas o processo educativo envolve diferentes etapas, no entanto o processo tem três componentes chaves, o CHA. Capacidades, habilidades e atitudes. Evidentemente cada um engloba diversos aspectos, porém o fundamental no processo de aprendizagem é a curiosidade. Esta deve ser estimulada em todo o processo. Muito mais que apenas conteúdos. Estes, embora fundamentais surgem da curiosidade. Da necessidade de responder a desafios seja tecnológicos, seja de habilidades ou mesmo de atitude. É a realidade que oferece a possibilidade e o desafio, da construção do saber e do uso do conhecimento, habilidades e atitudes para transformar a natureza de forma sustentável.

Desta forma, tem-se diversos tipos de educação, de agricultura, diversas formas de cultivar, cantar, dançar, adorar, comer, viver, educar. Onde o ambiente é uma categoria sempre presente. Há algumas formas mais ecológica na perspectiva positiva de um manejo sustentável, há, porém, aqueles destruidores, e nem por isso deixa de ser ecológica a sua relação com o meio ambiente, com a natureza, embora de forma insustentável, agredindo-a. de forma que seu manejo é não ecológico. Porém, a Natureza tem direitos (Lacerda, 2020) e é o suporte do processo civilizatório. Desta forma, há necessidade de um manejo ecológico para garantir a vida e o próprio planeta.

Agroecologia foi onde encontrei a síntese entre as agriculturas (como modo de vida), educação (processos para autonomia), cooperação (organização coletiva e solidária do trabalho) e campesinato (ator que modifica através do trabalho a natureza e sua própria vida). Uma Agroecologia que envolve a espiritualidade, diversidade, complexidade, amorosidade e a ancestralidade. Uma Agroecologia como alternativa de luta, portanto movimento, que oferece e reforça uma agricultura de base ecológica, portanto, com inúmeras técnicas de manejo dos elementos da natureza, onde o *homo* é mais um animal, que usa a linguagem e vários outros aspectos de sua complexa existência. Uma Agroecologia que pode ser a base de uma ciência posnormal “reconocer a los sistemas naturales reales como complejos y dinámicos implica moverse hacia una ciencia cuya base es la impredecibilidad, el control incompleto y una pluralidad de perspectivas legítimas”. Funtowicz y Ravetz (2000). E complementam, “la

metodologia científica para abarcar estos nuevos problemas no puede ser la misma que ayudó a crearlos”.

Um agricultor afirma “que é caminhando, que se faz o caminho” posso afirmar que está assertiva bate com minha experiência. Foi caminhando, refletindo, errando, acertando, “lendo o mundo” e as palavras, fazendo sínteses que fui delineando meu caminho. Travessia em um mundo complexo, confuso (pelo menos na minha cabeça), contraditório que nem sempre se revela à primeira vista. Em qualquer curso, no meu caso em agronomia, há muita coisa submersa, camuflado que Ilyich chama de “currículo oculto”, somos preparados para ver uma coisa, quando o mundo é um emaranhado de coisas, subpostas, interligadas que se completam, competem, cooperam. Há o mundo macro e há o micro. Além disso existem outras dimensões como o espiritual, sentimentos, emoções que muitas vezes nos leva o que os outros não vêem, percebem, como também não perceber o que outros percebem. O mundo é um todo. É o cosmo. É energia em movimento que influencia nosso cotidiano. Há uma amplitude, infinitos pontos, mistérios que embora a ciência venha desvendando aos poucos está longe do conhecermos total.

Talvez o que mais se conheça é que falta ainda muito conhecimento. Nosso desafio nesta leitura é como disse um agricultor é nos capacitar, que para ele é definido como sendo a exigência de “nos posicionar bem na luta”. Que não é fácil, ao contrário é muito difícil pela complexidade dos elementos e pelas limitações individuais de cada um. Não há verdades. Por isso, precisamos entender, conhecer, não apenas nossa visão parcial do mundo, mais e principalmente o entendimento e a visão do outro. Em educação essa premissa é fundamental. Escutar o outro. Entender suas leituras de fatos e fenômenos. Nos aproximar, conviver, conversar e respeitar o outro, essencialmente.

Compreender a essência das coisas e dos entes tem sido uma busca constante da humanidade para explicar o mundo. A primeira explicação do mundo ocorre através de mitos. Crippa (1975:46), “Trata-se do mito enquanto revelação, enquanto dizer original, enquanto abertura de caminhos possíveis nos campos do pensar, do agir, e do fazer. A partir de uma significação primordial edifica-se o mundo das demais significações e

valores. O valor é posto a partir de uma significação anterior, constitutiva do bem a ser estimado”. E continua, “Neste sentido, o mito deve ser considerado como estrutura ou modo de consciência, não só precedendo todas as demais atividades do espírito, mas propondo o sentido radical por elas buscado ou suscitado”. E nos alerta ainda este autor, “A realidade é sempre parte de um todo, ligada a uma significação última, integrada em uma totalidade cósmica.” (1975:29). Vivi muitos mitos em meu tempo. Até chegar aquele mito da modernidade e da tecnologia que resolve tudo. Arrogância, presunção humana?

Malinowski nos diz” acredito que a linguística do futuro, especialmente no tocante à ciência do significado, tornar-se-á o estudo da linguagem no contexto da cultura. Por sua vez, a economia como investigação da riqueza e do bem estar, como meio de troca e produção pode achar útil no futuro não apreciar o homem econômico completamente isolado de outras empresas e considerações, mas basear seus princípios e argumentos no estudo do homem como ele realmente é, movendo-se nos interesses culturais complexos e pluridimensionais.” (1962:15).

É assim que a comunidade Zitakua, em Tepic, Nayarit, México explica seu mundo. Ou mesmo, como pode ser percebido há outras explicações do povo Nayar no México ou mesmo dos Xukurus em Pernambuco. (Canaré y Tavares, 2017:171). Monteiro (2001) relata diversos mitos que explicam e oferecem uma narrativa de resistência a outros mitos europeus. Há também diferentes explicações de outros grupos seja nas cidades ou no campo. Por isso é importante compreender, na cultura de cada um, seus entendimentos e explicações do mundo. No seminário que realizamos em 2015, Agroecologia e dialogo de conhecimentos: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia, Figueiredo (2017) é um exemplo pujante de olhadas diferentes sobre o mundo. Ciganos, povos de terreiro, pescadores, jovens, indígenas, mulheres enfim um caldeirão multidisciplinar e evolução que ainda em construção como nação, como foi vivenciado e teoricamente trabalhado por Ribeiro (1986; 1987)

Nos recomenda a partir de seus estudos, Malinowsk (1984), e ao fazer uma crítica as categorias até então utilizadas na antropologia e com o avanço no uso de pesquisa de campo, através pioneiramente de processos da

observação participante. Principalmente, ao reconhecer e preservar a especificidade e particularidade de cada cultura e não intuir ou mesmo concluir a partir da cultura da qual o observador é parte integrante, carrega determinados comportamentos, atitudes ou explicações do mundo. Este é um bom exemplo, de orientações e práticas de pesquisas na ciência da Agroecologia. Retoma-se assim, ao tema da “invasão cultural” alertado por Freire em seus trabalhos educativos.

Qual a origem da vida? Como se relacionam? Como otimizar os elementos da natureza para produzir de forma sustentável? Evidente que estas perguntas podem variar com o tempo, bem como, suas respostas. Tempo, é uma palavra polissêmica. É uma invenção social, existem vários tempos (Tavares, 2015). É difícil compreender estes diferentes tempos até porque “o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um valor”. (Elias, 1998:7). Aquilo que se diz de tempo cronológico, do passado, presente e futuro, precisa ser entendido na perspectiva da relatividade, como nos ensina Einstein. Também o conhecimento é um processo sem fim e em realidade, cada vez mais descobrimos o que não se sabe ainda.

O mito oferece uma explicação do mundo. Na era moderna, a partir do século XVIII, com Newton, Bacon e Descartes vem a racionalidade e a dualidade. Racionalidade onde se busca de forma matemática, ou seja, quantitativa, explicar o mundo. Ao mesmo tempo, se dá o afastamento do homem da natureza, como forma de tornar mais “científica” certas observações. Vem a modernidade, lastreada na tecnologia que oferece saída para praticamente todos os problemas que enfrentamos. Mesmo com a evolução do conhecimento, que não para, temos o mito da tecnologia. Agora pensada na perspectiva da relatividade, porém ainda e talvez mais ainda, capaz de encontrar soluções para nossos problemas. Como diz Oliveira (2012:41), “Ficamos alheios ao mundo que criamos. Racionalizou-se o sagrado e mistificou-se a tecnologia, resultado: Desencantamento.”

Existe hoje um desencantamento com o mundo. Tragédias, confusão de conceitos, violência, doenças, stress, a partir do entendimento que a natureza é apenas fornecedora de matéria prima. Porém, nós somos natureza e estamos inserido no cosmo, onde fazemos parte do mesmo.

Partindo desta premissa defini “Agroecologia como sendo a ciência em construção que ressignifica as relações do *homo* e natureza na promoção de todas as vidas” (Tavares, 2010). Deste entendimento, entende-se que há um significado na vida. Vida em um mundo complexo, onde o todo não pode ser identificado por partes, embora esta indique pistas. Somos também complexos, contraditórios e em evolução.

Estamos aprendendo a ser, embora haja uma crise no que diz respeito ao outro, pelo acerbado individualismo que nos move. Segundo Touraine (2002:229), “O pensamento só é moderno quando ele renuncia à ideia de uma ordem geral, ao mesmo tempo natural e cultural, do mundo, quando ele combina determinismo e liberdade, inato e adquirido, natureza e sujeito. Isto deve levar a reconhecer a diferença essencial entre ciência da natureza e conhecimento social, mas sob condição de não esquecer que existem ciências naturais do homem, seno o ser humano ao mesmo tempo natureza e sujeito.” E complementa “Pertencemos todos ao mesmo mundo, mas é um mundo quebrado, fragmentado. Para que possamos falar novamente em modernidade, será preciso encontrar um princípio de integração deste mundo contraditório, colando de novo seus pedaços.” (2002:230).

Os andinos encontraram este princípio integrador: “A Pachamama”. Segundo Rist (2002:28) “La Pachamama como patrón de interpretación, se trata de una visión del mundo cuyo conocimiento se encuentra íntimamente ligado a la vida interior de tipo anímico-espiritual, y a partir ahí ésta puede ser experimentado como fuente de sentido y como principio fundamental, “com voz própria”, de todo lo que es formación de coherencia”. E arremata, “se tiene que entender Pachamama –encuanto fuente de sentido de tudo que ocorre en la tierra, dentro y encima de ella-.”

Há diferentes formas de vida, dependente do ambiente e da cultura. Cada uma pode ser explicada por uma cosmovisão (Gazolla, 2008), uma visão do mundo. Pode ser tecnológica e uma lógica de produção de mercadorias. Outra, pela lógica daqueles que vive na e da agricultura, como forma de vida. Existem muitas variáveis e alternativas de explicações do mundo. O concreto é que com aumento da população nas cidades, cada vez se precisa mais de alimentos. A cidade é insustentável. Porém, é necessário fazer a diferença, nem sempre produzir grãos é produzir alimentos para os seres

humanos. Para Marx (1985), citado por Hobsbawm, (1985:39) “Para o Capital o trabalhador não é uma condição de produção, só o trabalho o é. Se este puder ser executado por máquinas ou, mesmo, pela água ou o ar, muito melhor. E o capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho e não diretamente, mas por meio de trocas.”

Fiz pela minha caminhada uma opção de estudar, entender e assim contribuir com aqueles que vive a agricultura como modo de vida. Há enormes lacunas pessoais, evidentemente dentro de minhas limitações e incompetências que são muitas. Procurei escrever, ler, viver e tentar coletivamente avançar. Nem sempre os resultados foram os esperados. Porém, hoje ao encontrar com ex-alunos vejo que plantei sementes. Algumas se tornaram árvores robustas, outras nem tanto e outras não conseguiram brotar e mesmo outras seguiram outros rumos.

Neste relato tento oferecer diferentes visões em tempos e formas diferentes. Faço um relato de determinados momentos de vida, tento contextualizar estes momentos, apresento algumas experiências e textos enfim, tento com honestidade apresentar fragmentos de um caminhada, resultante de um olhar inacabado, cuja diversidade, complexidade e movimento a todo momento alerta para sua incompletude.

Finalizo como parte de um poema do amigo Ângelo Monteiro, que diz mais ou menos o seguinte: Não creio nos desapaixonados. Embora sejam extremamente racionais, são burocráticos, previsíveis, rotineiros. É bem verdade que entre eles não teremos santos ou bandidos, porém é inadmissível não querer voar. Embora não se deve obrigar ou exigir altos voos, porém, é inadmissível renunciar voar.

Viva a paixão. Viva os poetas e poetisas. Viva os que sonham, dançam, cantam, rezam, contemplam e agem na racionalidade sensível e apaixonadamente no busca de outro mundo.

Assim reafirmo. Sou e continuo a ser matuto. Mesmo descobrindo muitos anos depois, que minhas raízes continuam ficadas no Cafundó. Sou porque gosto de um cuscuz, feijão, tapioca, batata doce, pamonha, canjica, inhame, macaxeira, xerém. Buchada e sarapatel. Galinha de cabidela com feijão verde. Farinha, beiju e farofa de bolo. Fava com carne de sol. Queijo de

coalho, rapadura e doce de leite. Estas e outras comidas fazem parte do meu cotidiano alimentar. Sou porque me deleito com o cheiro da terra molhada e com o canto do pássaro ao amanhecer ou da cigarra ao entardecer. Porém, não deixo de ser um homem no e do mundo, entendido este, como o cosmo.

Ariano Suassuna usou uma frase que gosto: *Não troco o meu óxente pelo Ok de ninguém*. Óxente, eu também não.

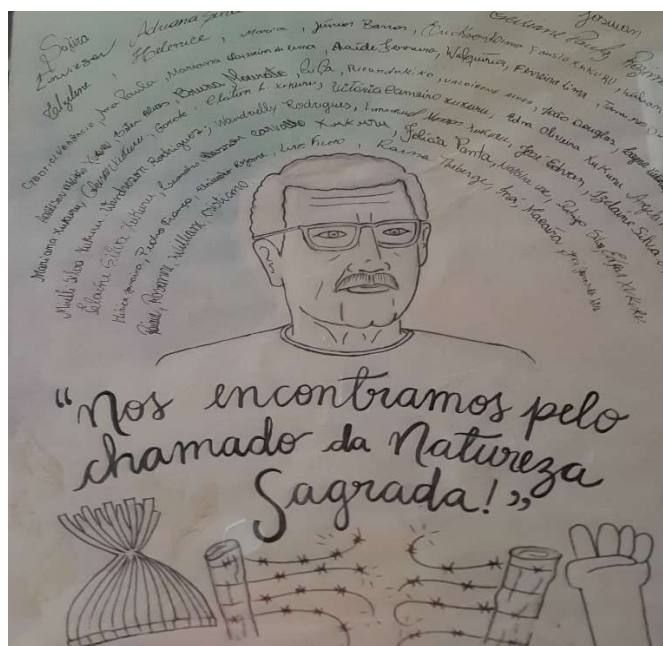
O poeta Antônio Mesquita diz: *O sotaque é o rebolado da voz*. Complementa, Bráulio Lessa, em um cordel, que fala:

*Sou gibão do vaqueiro
Sou cuscuz, sou rapadura
Sou vida difícil e dura
Sou nordestino brasileiro.*

.....

*Quando mais nordestino
Mais orgulho de ser.*

Sou, sintetizando e concludo de forma inacabada, como diz a filosofia Bantu, lá da África nossa mãe; EU SOU PORQUE SOMOS. Que reflete não apenas sobre a humanidade de seres humanos e sim se expande sobre a humanidade de tudo em que há a Força vital da Natureza e que os Xukurus de Ororubá falam que toda natureza é sagrada.



Caricatura do autor, imaginação de Raissa Theberge com assinatura dos jovens participantes da Formação em Agroecologia, no primeiro evento

realizado na Casa das Sementes, na Aldeia Couro Dantas, dos Xukurus de Ororubá, no período de 19 a 24 de agosto de 2018.

Bibliografia

- ACOSTA, Alberto. O Bem Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos Autonomia Literária. São Paulo. 2016.
- AGUIAR, Maria Virginia de Almeida. O diálogo de saberes sobre Agroecologia na Universidade: o papel das instalações pedagógicas. In FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra et al. (Org.). Agroecologia e diálogo de conhecimentos: Olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE. 2017.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A invenção do nordeste e outras artes. Cortez Editora. São Paulo. 1999.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste, e outras artes. Cortez. 5 edição. São Paulo. 2011.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia. As bases científicas da agricultura alternativa. Edição da AS-PTA/FASE. Rio de Janeiro. 1989.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Editora Universidade/UFRGS. 2ª Edição. Porto Alegre/RS. 2000.
- ALTIERI, Miguel. Biotecnologia Agrícola. Mitos, riscos ambientais e alternativas. EMATER/RS. Porto Alegre. RS. 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem do Nordeste. Livraria Ciências Humanas. 4ª Edição. São Paulo. 1980.
- ARAÚJO FILHO, João Ambrósio. Manejo pastoril sustentável da Caatinga. Dom Helder Câmara. Recife. 2013.
- ARAÚJO, Vivaldo Campbell. Roçados ecológicos: sistemas de plantios baseados na fenologia das espécies para um rendimento sustentado. Gráfica Silva. Manaus. Amazonas. 2005.
- ARTICULAÇÃO PACARI. Uso popular de plantas medicinais no Cerrado. In Agrobiodiversidade e diversidade cultural. MMA/SBF. Série Biodiversidade nº 20. Brasília. 57-66. 2006.
- ASANTE, Molefi Kete. Uma origem africana da filosofia: mito ou realidade? Revista de Humanidades e Letras. Vol. 1, Nº. 1. 2014.
- ASHOGUN, Aderbal. Oku Abo Espaço Sagrado. Fundação Palmares, S/D.

- BARROS, Adierison. Ascensão e queda de Miguel Arraes. Rio de Janeiro: Equador.1965.
- BARROS, José Flávio Pessoa de, e NAPOLEÃO, Eduardo. Ewè Òrìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas Casas de Candomblé Jêje-Nagô. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- BASTOS, Sebastião Calado. Arcoverde. História Político-Administrativa. Brasília. DF. 1995.
- BATES, Henry W. Um naturalista no rio Amazonas. Editora Itatiaia. Belo Horizonte. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1979.
- BECK, Ullrich. La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad. Paidós Básica. Barcelona. 1998.
- BENCHIMOL, Samuel. Desenvolvimento sustentável da Amazônia. UEA. Manaus. 2002.
- BOFF, Leonardo. Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres. Sextante. Rio de Janeiro. 2004.
- BOTELHO, Denise e NASCIMENTO, Wanderson Flor. Educação e religiosidades afro-brasileiras: a experiência dos candomblés. Revista Participação/UnB, 2011, p:74-84.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade & Etnia. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As flores de abril. Movimentos sócias e educação ambiental. Campinas, SP: Autores Associados. 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O trabalho de saber. Cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD. 1990.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Partilha da Vida. Cabral. São Paulo. 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Plantar, colher, comer. Graal. Rio de Janeiro. 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber e ensinar: três estudos de cultura popular. Papyrus. Campinas. 1986.
- BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Partido Comunista em Pernambuco. Editora Massangana, FUNDAJ. Recife. 1989.
- BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste. Vozes. Petrópolis. 1984.
- CALLADO, Antônio. Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1960.
- CALLADO, Antônio. Tempo de ARRAES, a revolução sem violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- CANARÉ, Julián López e TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto. Agricultura Nayar e agricultura Xukuru: pontes de resistência? In FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra et all (Org.) Agroecologia e diálogo de conhecimento: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE. 2017. (169-180).
- CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Extensão Rural. Contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável. MDA/SAF/DATER/IICA. Brasília. 2004.
- CAPRA, Fritjof e LUISI Pier Luigi. A visão sistêmica da vida. São Paulo. Cultrix. 2014.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e BARBOSA de Almeida, Mauro (Org.). Enciclopédia da Floresta. O alto Juruá: Práticas e conhecimento das populações. Editora Companhia das Letras. São Paulo. 2002.
- CARVALHO, Horácio M. O campesinato no século XXI Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2005.
- CASADO-Guzmán, G.; GONZÁLEZ-MOLINA, M. y SEVILLA Guzmán, E. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Edición Mundi-Prensa España. Madrid. 2000.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.3. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- CASTRO, Josué. Sete Palmas de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense. 1965.
- CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires. 1974.
- CHAYANOV, Alexander. La teoría de la economía campesina. Cuadernos de Pasado y Presente. México. 1981.
- CHONCHOL, Jacques. In FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (Org.). Para pensar outras agriculturas. UFPR. Curitiba. 1998.
- COELHO, Germano. MCP. A história do movimento de cultura popular. CEPE: Recife. 2012.

- CORRÊA DA SILVA, Marilene. O Paiz do Amazonas. Valer/UniNorte. Manaus. 2004.
- CORTEZ Valenciano, Jeronymo. Lunário e Prognóstico Perpétuo. Lello Editores. Porto. Portugal. 2004.
- COSTA Luiz Flávio de Carvalho e MOREIRA, Roberto José (orgs.). Globalismos, localismos e identidades sociais. Coleção CPDA textos. Imprinta Express. Rio de Janeiro. 2007.
- CRIPPA, Adolpho. Mito e Cultura. São Paulo. Convivio. 1975.
- DE SOUZA Santos, Boaventura e MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez. 2010.
- DE SOUZA Santos, Boaventura. Um discurso sobre as ciências. Cortez. 5. Edição. São Paulo. 2008.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In Diegues, Antônio Carlos (Org.) – Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Editora Hucitec. Nupaub-USP. São Paulo. 149-164. 2000.
- DUQUE, José Guimarães. Memorial da seca. Coleção Mossoroense. Volume CLXIII. Fundação Guimarães Duque. Mossoró. Rio Grande do Norte. 1981.
- DUQUE, José Guimarães. O Nordeste e as lavouras xerófilas. BNB. Fortaleza. Ceará. 1964.
- DUQUE, José Guimarães. Perspectivas nordestinas. BNB. ETENE. Fortaleza. 1982.
- DUQUE, José Guimarães. Solo e água no polígono das secas. ABC gráfica offset. 4ª edição. DNOCS. Fortaleza. Ceará. 1973.
- DUSSEL, Enrique. 1942: encubrimiento del otro. Hacia el origen del “mito de la modernidad”. Colección Académica, nº 1. Plural Editores. La Paz. 1994.
- DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação na América Latina. São Paulo: Loyola. UNIMEP. 1977.
- DUSSEL, Enrique. La China (1421-1800). Razones para cuestionar el eurocentrismo. UAM Iztapalapa, México. 2004.
- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1998.
- ELISABETSKY, Elaine. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. In Ribeiro, Darcy (Editor)- Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Volume I –

- Etnobiologia. Coordenada por Berta Ribeiro. Editora Vozes. 2ª edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. 135-150. 1987.
- ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. 2ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1976.
- ENGELS, Friedrich. As guerras camponesas na Alemanha. Gribaldo. São Paulo. 1977.
- FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra et al. (Org.). Agroecologia e diálogo de conhecimentos: Olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE. 2017.
- FAO. El estado mundial de la Agricultura y alimentación. 2017. (www.fao.org/publications).
- FRANÇA, Sulivan. Que é CHA – conhecimento, habilidades e atitudes. 2017. <https://www.slacoaching.com.br> acessado em 17/10/2019.
- FRANCO, Augusto de. Capital social. Instituto de Política Millenium. Brasília. 2001.
- FRAXE, Therezinha J. P. Homens anfíbios. Etnografia de um campesinato das águas. Editora Annablume. São Paulo. 2000.
- FRAXE, Therezinha J. P. Cultura Cabocla – ribeirinha. Mitos, lendas e transculturalidade. Editora Annablume. São Paulo. 2004.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. Editora Paz e Terra. 4ª Edição. Rio de Janeiro. 1974.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra. 13ª Edição. Rio de Janeiro. 1983.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Editora Paz e Terra. 26ª Edição. Rio de Janeiro. 2003.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Paz e Terra. 8 edição. Rio de Janeiro. 1985.
- FREITAS, Marcílio de. Amazônia e desenvolvimento sustentável. Um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2004.
- FREITAS, Marcílio de (org.) A ilusão da sustentabilidade. Editora UEA/UDUA/Cultura/Governo do Estado do Amazonas. Manaus. 2003.
- FREITAS, Marcílio de (org.) Amazônia. A natureza dos problemas e os problemas da natureza. Editora EDUA - Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2005.

- FREITAS, Marcilio. A ilusão da sustentabilidade, EDUA/UEA. Manaus. 2003.
- FUNTOWICZ, Silvio O. e RAVETZ, Jerome R. –La ciência posnormal. Barcelona: Icaria. 2000.
- GALINDO, Wedna Cristina Marinho. Intervenção rural e autonomia. A experiência da Articulação no Semi-árido/ASA em Pernambuco. UFPE. Recife. 2008.
- GARCIA, Valéria Aroeira. Educação Não formal como acontecimento. Setembro. Holambra. 2009.
- GASPAR, Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 33, p. 265-296, maio 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100265&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 mar. 2021.<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>.
- GAZOLLA, Rachel. (org.) cosmologias, cinco ensaios sobre filosofia da natureza. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção philosophica).
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. O decrescimento. Entropia. Ecologia. Economia. São Paulo: SENAC. 2012.
- GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia. Processos ecológicos em agricultura sustentável. Editora universidade. Porto Alegre. 2001.
- GOHN, Maria Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1, 2006a, São Paulo. Anais. São Paulo [s. n.], 2006a. p. 1-10.
- GONZALES ALCANTUD, José A. y GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel (Org.). La Tierra, Mitos, ritos y realidades. Anthropos. Barcelona. 1992.
- GORENDER, Jacob. O Escravidão Colonial. São Paulo: Ática. Ensaios, 29. 1978.
- GÖTSCH, Ernst. Homem e natureza: cultura na agricultura. Recife: Sabiá. 1995.
- GUERRA, Paulo de Brito. A civilização da seca. O Nordeste é uma história mal contada. DNOCS. Fortaleza. 1981.
- HABERMEER, Kurt e Duque da Silva, Avanildo. Agrofloresta. Um novo jeito de fazer agricultura, Recife: Sabia. 1998.

- HALL, Antony. *Amazônia: desenvolvimento para quem?* Zahar, Rio de Janeiro 1991.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens. Uma breve história da humanidade.* 4. Ed. Porto Alegre. L&PM. 2015.
- HERRIGEL, Eugen. *A Arte cavalheiresca do arqueiro Zen.* Pensamento. São Paulo. 1975.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio. 12. Edição.1978.
- JALFIM, Felipe Tenório. *Agroecologia e agricultura familiar em tempos de globalização: o caso dos sistemas tradicionais de criação de aves no Nordeste brasileiro.* Bagaço. Recife. 2008.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas.* Cadernos do povo Brasileiro. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1962.
- KERR, Warwick E. *Agricultura e seleção genéticas de plantas.* In Ribeiro, Darcy (Editor)- *Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Volume I – Etnobiologia.* Coordenada por Berta Ribeiro. Editora Vozes. 2ª edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. 159-172. 1987.
- KROPOTKIN, Piotr. *Apoyo Mutuo.* Editora Zero. Serie P, Nº 14. Madrid. 1970.
- KUHN, Thomas S. *¿Que son las revoluciones científicas? y otros ensayos.* Barcelona: Edición Paidós Ibérica, 1989.
- KÜSTER, Ângela e MARTI, Jaime Ferré. *Políticas públicas para o semiárido. Experiências e conquistas no Nordeste do Brasil.* Fundação Konrad Adenauer. Fortaleza. 2009.
- KÜSTER, Ângela; MELCHERS, Ingo e MARTÍ, Jaime Ferré (Org.). *Tecnologias apropriadas para terras secas. Manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no Nordeste do Brasil.* GTZ/Fundação Konrad Adenauer. Fortaleza. 2006.
- LACERDA, Luiz Felipe (org.). *Direitos da natureza: marcos para construção de uma teoria geral (recurso eletrônico),* São Leopoldo. Casa Leiria. Rio Grande do Sul. 2020.
- LAMAS CARVAJAL. *O catecismo del campesino.* Jucar. Madrid. 1973.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno.* São Paulo: Martins Fontes. 2009.

- LEFF, Enrique. Aventuras da epistemologia ambiental. Da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Editora Garamond. Série Ideias sustentáveis. Rio de Janeiro. 2004.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2001.
- LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O uso das plantas silvestres da América do sul tropical. In Ribeiro, Darcy (Editor) - Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Volume I – Etnobiologia. Coordenada por Berta Ribeiro. Editora Vozes. 2ª edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. 29-57. 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Papirus. Campinas. São Paulo. 1989.
- LEWIS, Oscar. Antropologia de la pobreza. Cinco famílias. México. DF: Fondo de Cultura Economica. 1985.
- LEWIS, Oscar. Ensayos antropológicos. México, DF: Grijalbo. 1982.
- LEWIS, Oscar. Los hijos de Sánchez. México, DF. Grijalbo. 1961.
- LUTZENBERGER, José. Manual de ecologia. Do jardim ao poder. L&M. Porto Alegre. 2004.
- MACIEL, C. A.A.; PONTES, E.T.M. Seca e Convivência com o semiárido: Adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no Nordeste Brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2015. v.1. 240p.
- MADERA, Jesús Antonio e TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto. Poco de mucho... Estrategias de reproducción campesina a la sombra del café. Edicio a cura de BOLÓS, Jordi et all. Família Pagesa i Economia Rural. VII Congrés Sobre Sistemes Agraris, Organización socila I Poder Local. Lleida: Diputación Lleida; Institut D'Estudis Ilerdencs. 2010. Pg 763-793
- MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. Rio de Janeiro: Zahar. 1962.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural. 1984
- MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, Dec. 2017.

- Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000401087&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Mar. 2021.
<https://doi.org/10.1590/s1517-9702201701151678>.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. Introducción a La economía ecológica. Cuadernos de Medio Ambiente. Rubens. Barcelona. España. 1999.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres. Editora Contexto. São Paulo. 2007.
- MARTINS, José Souza. Os camponeses e a política no Brasil. José Editora vozes. 5ª edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1995.
- MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Introdução de E. J. Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e terra. 4ª Edição. 1985.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Avante. Lisboa. 1982.
- MATURANA, Humberto e REZEPKA, Sima Nisis de. Formação humana e capacitação. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.
- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. A árvore do conhecimento. As bases biológicas da compreensão humana. Palas Athena. São Paulo. 2001.
- MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: UFMG. 2001.
- MAX-NEEF, Manfred. Desarrollo a escala humana. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria. 1993.
- MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. UNESP. NEAD. São Paulo. Brasília. 2010.
- MEGGERS, Betty J. Amazônia: a ilusão do paraíso. Editora Itatiaia/Universidade de São Paulo. Belo Horizonte. São Paulo. 1987.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. Jurupari e seus princípios. Ciclo de lendas e mitos iuruparienses. Ensaios antropológicos. Manaus: EDUA. 2001.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1996.
- NAIR, P.K. Ramachandran. Agroforestería. México, Chapingo. 1997.
- NAREDO, José Manuel. La economía en evolución. Madrid: Siglo XXI. Tercera edición. 2005.

- National Research Council. *Alternative Agriculture*. Washington, DC, National Academy Press, 1989.
- NERY, Neide. *Cultivando a liberdade. Um laboratório vivo de aprendizado da cooperação*. ASSOCENE/MAPA. Recife. 2005.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História. Saques e outras ações de massa no Ceará. Relume Dumara*. 2000.
- OLIVEIRA, Eduardo David. *Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: educação e cultura afro-brasileira*. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 18: maio-out/2012, p. 28-47
- PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Editora UNB. Brasília. 2004.
- PELIZZOLI, M.L. *A emergência do paradigma ecológico. Reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Editora Vozes. 2ª Edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2004.
- PELIZZOLI, M.L. *Correntes da ética ambiental*. Vozes. Petrópolis. 2002.
- PERRUCCI, Gadiel. *O canto dos cisnes dos barões do açúcar (um Congresso de Classes)*. Introdução a edição facsimilar comemorativa do primeiro centenário 1978-1978 dos trabalhos do Congresso Agrícola. 1978.
- PLOEG, Jan Douwe van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. UFRGS. Porto Alegre. 2008.
- PLOEG, Jan Douwe van Der. *Camponeses e a arte da agricultura*. UNESP. UFRGS. São Paulo. Porto Alegre. 2016.
- POLANYI, Karl. *La gran transformación. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. Fondo de Cultura Económico. Mexico. 2003.
- PORRO, Antonio. *O povo das águas. Ensaio de etno-história amazônica*. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 1996.
- PORTILHO de Jesus, Cláudio. *Utopia cabocla amazonense. Agricultura familiar em busca da economia solidária*. Editora da ULBRA. Canoas. RS. 2000.
- POSEY, Darrell A. *Manejo de floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*. In Ribeiro, Darcy (Editor) et al (1987) - *Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians*. Volume I – Etnobiologia. Coordenada por Berta

- Ribeiro. Editora Vozes/FINEP. 2ª edição. Rio de Janeiro. Pg. 173-185. 1987.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo. Brasiliense 23 edição. 8 reimpressão. 2006.
- PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza. Unesp. São Paulo. 1996.
- PRIMAVESI, Ana- Manejo ecológico de pastagens. São Paulo. Nobel. 1986.
- PRIMAVESI, Ana- Manejo ecológico do solo. São Paulo. Nobel. 1980.
- PRIMAVESI, Ana. Agricultura Sustentável. Manual do Produtor Rural. São Paulo. Nobel. 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro. Editora Vozes. 2ª Edição. Série Estudos Brasileiros. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1976.
- RIBEIRO, Darcy (Editor) et al. Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Volume I – Etnobiologia. Coordenada por Berta Ribeiro. Editora Vozes/FINEP. 2ª edição. Rio de Janeiro. 1987a.
- RIBEIRO, Darcy (Editor) et al. Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Volume II – Tecnologia indígena, coordenada por Berta Ribeiro. Editora Vozes/FINEP. 2ª edição. Rio de Janeiro. 1987b.
- RIBEIRO, Darcy. América Latina. A pátria grande. Editora Guanabara Dois: Rio de Janeiro. 1986.
- RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório. Estudos de Antropologia da Civilização. Editora Guanabara Dois: Rio de Janeiro. 1987.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Silvia. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In Carvalho, Horácio Martins (Org.) – Sementes. Patrimônio do povo a serviço da humanidade. Editora Expressão popular. São Paulo. 2003.
- RIECHMANN, Jorge. Gente que no quiere viajar a Marte. Madrid: Catarata. 2004.
- RIECHMANN, Jorge. La Habitación de Pascal. Ensayos para fundamentar éticas de suficiencia y políticas de autocontención. Madrid: Catarata. 2009.

- RIECHMANN, Jorge. Un mundo vulnerable. Ensayos sobre ecología, ética e Tecnociencia. Madrid: Catarata. 2005.
- RIFKIN, Jeremy. O Fim dos empregos: o declínio inevitável dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books. 1995.
- RIST, Stephan. Si estamos de buen corazón siempre hay producción. Caminos en la renovación de formas de producción y vida tradicional y su importancia para el desarrollo sostenible. Agruco. Plural Editores. CDC. La Paz. Bolivia. 2002.
- SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Garamond. Rio de Janeiro. 2009.
- SACHS, Wolfgang (editor). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis. RJ: Vozes. 2000.
- SALES, Ivandro et al. (org.). Lições de nossa prática em metodologia participativa da cooperação. Recife: Assocene. 1987.
- SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 1964. Comunigraf. Recife. 2004.
- SANTOS, Maria Elizabete Pereira. O lugar do estágio curricular supervisionado na matriz curricular e a relação teoria prática: um estudo comum a partir do olhar dos estudantes das licenciaturas das áreas Ciência da natureza, matemática e Ciências agrícolas da sede da UFRPE. Tese de doutorado de ciências da Educação. Universidad Columbia del Paraguay. 2019.
- SANTOS, Maureen e GLASS, Verena (Org.). Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Fundação Heinrich Böll. Rio de Janeiro. 2018.
- SANTOS, R. O. GONÇALVES, A. G. B. Anais do III Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades – ANPUH - Questões teórico metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. A natureza e seus significados entre os adeptos das religiões afro-brasileiras. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>, consultado em 10 de março de 2015.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica. Editora Autores Associados. 8ª Edição. Campinas. São Paulo. 2003.

- SAWYER, Donald R. Campesinato e ecologia na Amazônia. In Vieira, Paulo Freire –Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2. Ed. Campinas. Unicamp. 1995.
- SCHRÖDER, Peter. Economia indígena. Situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia legal. Editora Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2003.
- SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno. Zahar. 4 edição. Rio de Janeiro. 1983.
- SCHWADER, Adu Mauricio. Estudo sobre a dinâmica econômica dos agricultores da REATA: Relatório final. Mim. GTZ/IDAM. Manaus. 2007.
- SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. Brasil: Uma biografia. Companhia das Letras. São Paulo. 2015.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. Sobre Ética e economia, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERAFY, Salah El. Contabilidade verde e política econômica. in: CAVALCANTI, Clovis (Org.) – Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Cortez Editora e Fundação Joaquim Nabuco. 4ª Edição. São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ. p. 193-214. 2002.
- SEVILLA Guzmán E. y ALONSO MIELGO, A. M. El discurso ecotecnocrático de la sustentabilidad. In Cadenas Marín A. (ED.) Agricultura y Desarrollo Sostenible. Madrid: MAPA. Pp 93 – 119. 1995.
- SEVILLA Guzmán E. y Woodgate, G. “Desarrollo Rural Sostenible”: de la agricultura industrial a la agroecología. In Redclift, M. & Woodgate, G. (Cord.) – Sociología del medio ambiente. Una perspectiva internacional. Madrid. Mcgraw Hill. Pp 77 – 96. 2002.
- SEVILLA Gúzman, Eduardo. Desde el pensamiento social agrario. Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba. Instituto de sociología y Estudios Campesinos. Universidad Córdoba. España. 2006.
- SEVILLA Guzmán, Eduardo e GONZÁLEZ Molina, M. (ed.) Ecología, campesinado e historia. Ediciones de la piqueta. Coleccion “geneología del poder” nº 22. Madrid. 1992.

- SHANIN, Teodor (Sel.) *Campesinos y Sociedades Campesinas*. Edición Fondo de Cultura Económica. México. 1979.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente. Perspectivas da biodiversidade e da bitemologia*. São Paulo:Giai.2003.
- SIDERSKY, Pablo Renato; JALFIM, Felipe Tenório e ARAÚJO, Expedito Rufino. *A estratégia de Assessoria técnica do Projeto Dom Helder Câmara. 2ª Edição. Projeto Dom Helder Câmara*. Recife. 2010.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre os trabalhadores da cana de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades. 1979.
- SILVA, Maria do Socorro. *Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e escolas do campo*. In Molina, Mônica Castagna (Org.) *Educação do campo e pesquisa. Questões para reflexão*. 2006.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido, transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza. 2008.
- SILVEIRA, Luciano; PETERSEN, Paulo e SABOURIN, Eric (Org.). *Agricultura familiar e Agroecologia no semiárido*. AS-PTA. Rio de Janeiro. 2002.
- SOTERO. Aloísio. *Por uma agricultura tropical brasileira. Subsídios para uma política de ação*. Associação dos engenheiros agrônomos de Pernambuco. Iº Encontro Regional de agricultura tropical. Recife. 1981.
- SOUZA Martins, José. *Sobre o modo capitalista de pensar*. Editora Hucitec. Coleção ciências sociais. São Paulo. 1978.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de (ORG). *Epistemologias do sul*. Cortez. São Paulo. 2010.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo. Cortez, 2008.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso. Da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya. 2017.
- SOUZA, João Francisco. *Uma pedagogia da revolução: a contribuição do governo Arraes 1960-1964) à reinvenção da educação brasileira*. Editora Cortês e Autores Associados. São Paulo. 1987.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto (Org.). *Agroecologia e movimentos sociais*. Bagaço. Recife. 2011.

- TAVARES de Lima, Jorge Roberto e CARNEIRO, Sônia Quintela. Desenvolvendo o local com Severinos e Quitérias. In SANTOS, Maria Salett Tauk e CALLOU, Ângelo Brás Fernandes (Org.). Associativismo e desenvolvimento local. Recife: Bagaço. 2006.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto e ORTEGA, Tirso Ramon Rivas. Agroecologia. Sustentabilidade. Natureza. Artigo Recife. 2015.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto e FIGUEIREDO, Marcos Antônio B. Sítio. In Tavares de Lima, Jorge Roberto (ORG.) Agroecologia e movimentos sociais. Recife: Bagaço. 2011. Pg 247-256.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto. Centro de Estudos Cooperativo. Imprensa da UFRPE. Recife, 1973.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto. Sombras y silencios en la educación del campo en Brasil. Un estudio de caso desde un asentamiento de reforma agraria en Pernambuco. Universidad de Córdoba. Espanha. 2010.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra; SILVA, Paulo Sebastião. Agrofloresta e Reforma Agrária. A experiência do Assentamento de Serrinha Ribeirão-Pernambuco. In FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra e TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto (Org.). Agroecologia. Conceitos e experiências. Recife: Bagaço, 2006. Pg 215-228.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto. Caminhos percorridos, caminhos a percorrer. 50 anos do Departamento de Educação da UFRPE. In Andrade, Juliana Alves et al (ORG.) Editora Universitária UFRPE. Recife. 2015.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto. Desenvolvimento local e associativismo. Série Documentos. N.2 PAPE. UFRPE. Recife. 1995.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto. *Agricultura familiar: um desafio para a ciência agrônoma?* Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma . UFRPE. v.16, n. 2. Recife. 2019:25-36.
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto. Educação para o campo é um direito. In Cadernos do Semiárido. N.8. UFRPE. 2017. www.creape.org.br/cadernos-do-semiarido-riquezas-e-oportunidades/
- TAVARES de Lima, Jorge Roberto. Educação para o campo é um direito. In Cadernos do Semiárido. N.18. UFRPE. 2021.

www.creape.org.br/cadernos-do-semiarido-riquezas-e-oportunidades/

- TAVARES de Lima, Jorge Roberto e SILVA, José Nunes da. *Economia ecológica na agroecologia: uma economia para a vida*. Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, N. 39/ECOECO, Edição Especial, Janeiro a Dezembro de 2018 2019.
- TAVARES, Carlos Alberto. Educação por competências. Marco conceitual com foco no mundo do trabalho. In Cadernos do Semiárido. UFRPE. 2021. www.creape.org.br/cadernos-do-semiarido-riquezas-e-oportunidades/
- TÉVOÉDJRÉ, Albert. A Pobreza, a riqueza dos povos. Transformação pela solidariedade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- TOCQUEVILLE, Alexis. A Democracia na América Livro I. Leis e costumes. 2001.
- TOCQUEVILLE, Alexis. Livro II, Sentimentos e opiniões. 2 São Paulo: Martin Fontes. 2004
- TOLEDO, Víctor M. Ecología, espiritualidad y conocimiento. De la sociedad del riesgo a la sociedad sustentable. Universidad iberoamericana. PNUMA. México. 2003.
- TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-Bassols, Narciso. A memória biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. Expressão Popular. AS-PTA. São Paulo. 2015.
- TOLEDO, Víctor. Campesinos, modernización rural y ecología política: una mirada al caso de México. In ALCANTUD, José A. González e Molina, Manuel González. La tierra. Mitos, ritos y realidades. Coloquio Internacional. Granada, 15-18 de abril de 1991. Barcelona: Anthropos. 1991.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Vozes. 7. Edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1994.
- VASCONCELOS SOBRINHO, J. Ciência, religião sem dogmas. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1972.
- VASCONCELOS SOBRINHO, J. Problemática ecológica do rio São Francisco. UFRPE. MEC. Recife. 1971.
- VELASCO, Valquiria. Campanha de nacionalização. 2014. Acesso a <https://www.infoescola.com/historia/campanha-de-nacionalizacao/> em 06.10.2020

- VICENTE DO SALVADOR, Frei. História do Brasil: 1500-1627 São Paulo: Universidade de São Paulo. 1982.
- VIEIRA, Irenice M.S. e MOTA, Milton G. da C. Plantas medicinais e aromáticas em sistemas agroflorestais na Amazônia. In Müller, Manfred Willy et al (Org.) 2004 – Sistemas agroflorestais, tendência da agricultura ecológica nos trópicos: Sustento da vida e sustento de vida. CEPLAC/BA. Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais. Universidade Estadual Norte Fluminense. Rio de Janeiro.161-166. 2004.
- VILLAS BÔAS, Orlando. A Arte dos Pajés. Impressão sobre o universo espiritual do índio xinguano. São Paulo: Globo. 2000.
- VIVAN, Jorge. Agricultura & Florestas – Princípios de uma interação vital. Livraria e Editora Agropecuária. Guaíba-RS. 1998.
- WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. 3ª Edição. Editora Itatiaia, Belo Horizonte. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1988.
- WALLERSTEIN, Imanuel. Capitalismo histórico. Sistemas econômicos mundiais. São Paulo. Brasilienses. 1985.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a Ciência Social. Os limites dos paradigmas do século XIX. Ideias Letras. São Paulo. 2006.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel.1939- Uma singularidade histórica. O olhar de pesquisadora brasileira sobre o mundo rural Francês. Editora da UFPE. Recife. 2018.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Prefácio in Carneiro, Maria J. e Maluf, Renato S. (Org.) – Para além da produção. Multifuncionalidade e agricultura Familiar. Edição Cpda/UFRRJ e NEAD. Rio de Janeiro. 2003.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. UFRGS. 2009.
- WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. Escolas de branco em malocas de índio. EDUA. Manaus. 2000.
- WILSON, Luís. Município de Arcoverde (Rio Branco). Secretaria da Educação. Governo do Estado de Pernambuco. Recife. 1982.
- XOLOCOTZI Hernandez, Efraím. Xolocotzia. Obras. Tomo I e Tomo II. Chapingo, México. 2013.